

Avaliação Externa Programa Escolhas

—

Relatório Final Preliminar ANEXOS

Índice

ANEXO I

Enquadramento legislativo e normativo do Programa Escolhas	4
--	---

ANEXO II

Análise do processo de aprovação das candidaturas – Programa Escolhas (E4G-E9G) .	13
---	----

ANEXO III

Síntese de análise de necessidades e contexto	18
---	----

ANEXO IV

Meta-análise avaliações externas 1G-8G	77
--	----

ANEXO V

Análise de conteúdo de sete entrevistas semiestruturadas.....	98
---	----

ANEXO VI

Guiões	121
--------------	-----

ANEXO VII

Estudos de caso: Guia metodológico.....	134
---	-----

Anexo VIII

Análise preliminar AGIL 8G e 9G.....	140
--------------------------------------	-----

ANEXO IX

Análise entrevistas biográficas	177
---------------------------------------	-----

Anexo X

Análise comparativa qualitativa (QCA)	213
---	-----

Anexo XI

Índice de vulnerabilidade social territorial	236
--	-----

Anexo XII

Análise de relatórios de autoavaliação dos projetos (5G – 9G) com recurso a AI..... 247

ANEXO I

Enquadramento legislativo e normativo do Programa Escolhas

O Programa Escolhas encontra-se atualmente integrado no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), sob tutela do Ministério da Cultura, Juventude e Desporto¹. É um programa governamental, com 24 anos de existência, amplamente reconhecido a nível nacional e internacional como uma política pública de referência na promoção dos direitos de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos especialmente vulneráveis². A sua conceção está alinhada com os compromissos assumidos por Portugal no âmbito dos principais instrumentos jurídicos internacionais na área da proteção de crianças e jovens e da prevenção da delinquência juvenil — nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança e os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de RIADE³).

O Programa Escolhas contribui ativamente para a concretização de diversas estratégias e planos nacionais dirigidos aos públicos-alvo da sua intervenção, entre os quais se destacam: a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens (2025–2035), a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2021–2030), o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (2021–2025), a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018–2030), o Plano Nacional para a Juventude (2022–2024) e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (2019).

Ao longo do seu percurso, o Programa Escolhas tornou-se um instrumento de política pública essencial na promoção da inclusão social e na defesa da igualdade de oportunidades das crianças e jovens de territórios sinalizados pelo Governo Central como socioeconomicamente mais vulneráveis e, porquanto, mais suscetíveis a multi-probleáticas interdependentes, como sejam os fenómenos de pobreza e exclusão social, de iniquidades ao nível dos percursos educativos e formativos, de menos e mais precárias oportunidades de inserção laboral, de sofrimento de preconceitos, estigmas e discriminações, entre outros.

O Programa Escolhas remonta a 2001, tendo sido criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro, e inicialmente concebido como um programa de prevenção da criminalidade e de promoção da inserção social de jovens entre os 12 e os 18 anos, oriundos dos bairros mais vulneráveis dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, concentrando-se, pois, nas duas áreas metropolitanas do continente. A 1.ª geração do Programa Escolhas, implementada entre janeiro de 2001 e dezembro de 2003 (três anos) teve, conforme referido, a principal

missão de prevenção da delinquência juvenil e a promoção da inclusão social dos jovens residentes nesses territórios.

Nesta fase inicial, os 53 projetos foram desenvolvidos, a título experimental, em ditos 'bairros vulneráveis', com base em três áreas estratégicas de intervenção: mediação social, ocupação dos tempos livres e participação comunitária. Esta geração introduziu a figura do "mediador jovem urbano", jovem residente no bairro e sujeito a um período de formação, com a missão de facilitar um maior envolvimento dos jovens na reconstrução das suas relações com o meio envolvente e a sociedade. Durante este período, o Programa funcionou sob a tutela conjunta dos Ministérios da Administração Interna, Trabalho e Solidariedade, Justiça, Educação, e Juventude e Desporto, refletindo uma abordagem interministerial à problemática da exclusão social juvenil.

O Programa Escolhas foi reestruturado e renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril, dando início à sua 2.ª Geração, que decorreu entre maio de 2004 e 31 de dezembro de 2006 (dois anos e meio)⁴. O Programa passou, então, a ser coordenado pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME IP), sob tutela do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros.

Nesta segunda fase, a cobertura geográfica do Programa foi alargado a todo o território nacional, privilegiando-se a integração social das crianças e jovens dos contextos mais vulneráveis, especificamente através da formação pessoal e social, escolar, profissional e parental, assim como a promoção de valores nas crianças e jovens, filhos ou familiares de imigrantes, conducentes ao desenvolvimento de um sentimento de pertença na sociedade de acolhimento, sem terem de abdicar da sua própria cultura e tradições familiares, i.e. evitando uma lógica assimilacionista.

O Programa estruturou-se em três áreas estratégicas de intervenção: promoção da inclusão escolar e da formação profissional, ocupação dos tempos livres e participação comunitária, e plena integração na sociedade. Houve ainda uma aposta no apoio à inclusão digital das crianças e jovens e na formação digital dos técnicos dos projetos.

A faixa etária dos destinatários do Programa foi reestruturada e alargada, passando a abranger crianças e jovens com idade entre os 6 e os 18 anos e, excecionalmente, jovens com idade entre 19 e 24 anos, provindos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos e problemáticos. Esta 2ª Geração contou com a aprovação de 87 projetos, com a duração mínima de 1 ano e máxima de 2 anos.

A 3.^a Geração do Programa Escolhas decorreu entre janeiro de 2007 a novembro de 2009, voltando a ter perto de 3 anos de execução, tendo sido aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho⁵. O Programa continuou a ser coordenado pelo ACIME I.P., sob tutela do Ministério da Presidência.

Mantendo a implementação a nível nacional, esta geração do Programa reafirmou os objetivos centrais de promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, com especial atenção aos descendentes de imigrantes e a grupos etnicamente minoritários, promovendo a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. O modelo de intervenção, por sua vez, passou a estruturar-se em quatro áreas estratégicas: inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, participação cívica e comunitária, e inclusão digital.

Esta geração teve como destinatários as crianças e jovens dos 6 aos 24 anos, sendo priorizados os territórios com maiores índices de exclusão social e insuficientes respostas institucionais, com taxas mais elevadas de crianças e jovens sem a escolaridade mínima obrigatória, de abandono escolar precoce, de descendentes de imigrantes e de minorias étnicas e de jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e a medidas de promoção e proteção. Do ponto de vista normativo, foram também considerados como potenciais destinatários do programa, pela primeira vez, os familiares das crianças e dos jovens numa lógica de corresponsabilização nos seus processos de desenvolvimento pessoal e social.

Foram aprovados 121 projetos, com uma duração mínima de um ano e máxima de três anos, podendo os projetos com duração superior a um ano ser renovados anualmente, após obtido parecer positivo da coordenação do Programa.

A 4.^a Geração do Programa Escolhas decorreu entre janeiro de 2010 a dezembro de 2012 (3 anos) e foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de julho⁶. O Programa manteve a coordenação do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, sob tutela do Ministério da Presidência.

O Programa estruturou-se em cinco áreas estratégicas de intervenção: inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital e empreendedorismo, e capacitação. Num espírito de progressiva consolidação, o Programa manteve as quatro áreas estratégicas de intervenção da anterior Geração, tendo sido adicionada uma nova área focada no empreendedorismo e na capacitação de jovens, em resposta a uma elevada taxa de desemprego juvenil.

Estabeleceu-se uma distinção entre os destinatários dos projetos – os públicos diretos, expostos a maiores riscos de exclusão – e os beneficiários dos projetos, ou públicos indiretos, teoricamente menos expostos a riscos e, por isso, alvo de uma intervenção menos intensiva, inexistindo nesses casos o acompanhamento individualizado e continuado que é adstrito aos primeiros.

Definiram-se como destinatários e beneficiários do Programa Escolhas crianças e jovens, entre os 6 e aos 18 anos, constituindo-se como grupos prioritários da intervenção jovens em abandono escolar precoce, sem escolaridade obrigatória concluída, sujeitos a medidas tutelares educativas ou de promoção e proteção, bem como crianças e jovens residentes em territórios com elevadas taxas de exclusão social e respostas institucionais residuais.

Para os jovens dos 19 aos 24 anos, o apoio previsto orientava-se para a sua inserção profissional, reforçando a sua empregabilidade ou garantindo a continuidade do acompanhamento em áreas estratégicas relevantes. Os familiares das crianças e jovens continuam a ser potenciais beneficiários do Programa, na mesma lógica de corresponsabilização anteriormente descrita.

Introduziu-se aqui a figura do “dinamizador comunitário”, recuperando-se a função do “mediador jovem urbano”, existente na primeira geração do Programa. O dinamizador comunitário passa a ser selecionado entre os jovens do território onde decorre cada projeto, exigindo-se e promovendo-se um perfil de liderança positiva, numa lógica de construção de modelos juvenis de referência na comunidade, aquiescendo-se também a maior capacidade de estes jovens mobilizarem o envolvimento e a participação das crianças, jovens e outros vizinhos para as atividades do projeto.

Na 4.ª Geração aprovaram-se 134 projetos, com uma duração mínima de dois anos e máxima de três, podendo ser renovados anualmente, mediante parecer positivo da coordenação nacional do Programa. Esta geração caracterizou-se por um aumento do financiamento global alocado e por um ligeiro aumento do número de projetos aprovados face à anterior.

A 5.ª Geração do Programa Escolhas decorreu no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015, tendo sido aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, de 9 de agosto⁷. Manteve-se a coordenação e tutela pelas mesmas entidades, assim como as cinco áreas estratégicas de intervenção. Num contexto de agravamento do desemprego juvenil em período de crise económica, reforçou-se o foco na promoção da empregabilidade dos jovens e na mobilização da sociedade civil e do setor empresarial local para uma participação mais ativa nos projetos.

Continuaram a estar incluídos como participantes diretos as crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente descendentes de imigrantes e/ ou de etnia cigana, que se encontrassem numa ou mais das seguintes situações: em absentismo escolar, com insucesso escolar, em abandono escolar precoce, em desocupação, com comportamentos desviantes, sujeitos a medidas tutelares educativas ou a medidas de promoção e proteção. Como participantes indiretos do Programa definiram-se as crianças e jovens que não se enquadrem nas características atrás definidas, ou cuja incidência de risco seja considerada menor do que nos participantes diretos. Além dos familiares das crianças e jovens previamente já considerados, alargou-se a adesão a outros públicos, tais como professores e auxiliares das escolas que serviam os territórios, técnicos de ação social das autarquias, e as empresas que aderissem.

Estabeleceram-se requisitos de admissão para os dinamizadores comunitários, que incluíam a faixa etária (19 a 35 anos), uma escolaridade mínima (9.ºano) e máxima (12.ºano), e um horário parcial mínimo de 25 horas semanais, com um salário suportado por orçamento próprio. Os dinamizadores comunitários da anterior Geração apenas podiam transitar para este novo quadro regulamentar caso a sua avaliação de desempenho tivesse sido excecional.

Na premissa de que seria possível fazer mais e melhor com menos recursos, esta fase do Programa enfrentou algumas limitações orçamentais – a redução do financiamento nacional foi, porém, compensada por fundos comunitários. Nesta geração, foram aprovados 110 projetos, com uma duração de um ano, podendo ser renovados anualmente até um máximo de três, mediante o mesmo processo de autorização superior. Adicionalmente, a Coordenação Nacional do Programa aprovou ainda 31 micro projetos na área do empreendedorismo, com um carácter experimental e inovador e com uma duração não superior a um ano.

A 6.ª Geração do Programa Escolhas decorreu no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018 (3 anos) e foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro⁸. O Programa manteve as cinco áreas estratégicas de intervenção: educação e formação; empregabilidade e emprego; participação, direitos e deveres cívicos e comunitários; inclusão digital e capacitação e empreendedorismo.

Esta geração destacou-se pelo alargamento do âmbito de intervenção à escala internacional, reconhecendo a importância de apoiar jovens das comunidades portuguesas no estrangeiro, bem como de apoiar o regresso de emigrantes e respetivos descendentes que se encontrassem numa situação de vulnerabilidade. Outra inovação desta geração foi o alargamento da faixa etária dos participantes

diretos, passando a abranger crianças e jovens entre os 6 e os 30 anos. Estabeleceu-se, ainda, a impossibilidade de os dinamizadores comunitários das 4.^a e 5.^a Gerações do Programa Escolhas transitarem para esta nova geração.

O Programa financiou 112 projetos, 110 implementados em contexto nacional e 2 projetos-piloto implementados a título experimental no estrangeiro (Luxemburgo e Reino Unido). Os projetos implementados em Portugal tiveram a duração de um ano, com possibilidade de renovação anual via parecer positivo do Alto-Comissariado para as Migrações.

A 7.^a Geração do Programa Escolhas decorreu no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020 (2 anos) e foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018, de 22 de novembro⁹. O Programa retomou o âmbito territorial de implementação exclusivamente nacional e estruturou-se em três áreas estratégicas de intervenção: educação, formação e qualificação; emprego e empreendedorismo; e dinamização comunitária, participação e cidadania. Nesta Geração estabeleceu-se que os projetos deveriam contribuir para a prevenção e combate à violência doméstica e a todas as formas de violência contra raparigas e mulheres, bem como para o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e/ ou étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, deficiência, incluindo formas de discriminação interseccional.

O limite etário dos participantes diretos dos projetos foi reduzido para os 6-25 anos, tendo sido adicionadas outras problemáticas além das anteriores, que justificariam a intervenção prioritária, designadamente a situação de crianças e jovens reclusos em estabelecimentos prisionais e vítimas de violência doméstica e de violência baseada no género, nomeadamente contra mulheres e raparigas, incluindo práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina e os casamentos forçados, precoces ou infantis.

Os projetos continuam a poder contratar dinamizadores comunitários a tempo parcial, com um horário máximo de 20 horas semanais.

A 7.^a Geração aprovou 103 projetos, com a duração de um ano, com a possibilidade de renovação, sob parecer positivo do ACM.

A 8.^a Geração do Programa Escolhas decorreu entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022 (2 anos) e foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro¹⁰.

A coordenação e tutela desta geração do Programa continuou a ser das mesmas entidades, bem como se mantiveram as três áreas estratégicas de intervenção:

educação, formação e qualificação; emprego e empreendedorismo; e dinamização comunitária, participação e cidadania.

Entre os participantes diretos mantinham-se as crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis, que se encontrassem em situação de absentismo, insucesso ou abandono escolar precoce; desocupação, desemprego ou trabalho precário; comportamentos desviantes; sujeição a medidas tutelares educativas ou de promoção e proteção; reclusão; ou ainda vítimas de qualquer forma de violência ou discriminação. Os participantes indiretos abrangiam crianças e jovens da mesma faixa etária cuja situação de risco era menos acentuada ou que não se enquadravam nas problemáticas anteriormente referidas.

A 8.^a Geração introduziu a possibilidade de se contratarem dinamizadores comunitários com nível de qualificação 2, permitindo ainda a continuidade dos dinamizadores da geração anterior. Aquela foi prorrogada até junho de 2023 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2022, de 28 de dezembro, de forma a acompanhar o calendário escolar das crianças e jovens participantes do Programa. Posteriormente, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2023, de 14 de julho, foi novamente prorrogada até setembro de 2023.

A 9.^a Geração foi aprovada nesse mesmo ano¹¹, prescrevendo-se a sua execução entre outubro de 2023 a setembro de 2026. O Programa Escolhas passou a estar integrado no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), sob tutela do Ministério da Juventude e Modernização. Tem como missão normativa: a promoção da inclusão e integração social; a igualdade de oportunidades na educação e no emprego; o desenvolvimento de competências, o estímulo ao pensamento crítico e criativo; a valorização do poder educativo das artes e do desporto; o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social.

Nesta última e presente Geração, optou-se por uma maior simplificação nas áreas estratégicas de intervenção, passando o Programa a estruturar-se em apenas duas áreas: 1) Educação, Formação e Emprego – visando contribuir para o sucesso escolar, para a redução do absentismo e abandono escolar, para a qualificação e formação profissional e para a promoção do emprego, empregabilidade e empreendedorismo, num contexto de transição digital; 2) Dinamização Comunitária e Cidadania – contribuindo para uma maior consciencialização sobre os direitos e os deveres cívicos e comunitários, e para a promoção das artes, do desporto, da cultura, da saúde, da educação não formal e da participação cidadã, formal e informal, com impacto no relacionamento interpessoal e intercultural, no bem-estar e na gestão do talento, assim como, para o estímulo do pensamento crítico e criativo.

O Programa manteve os participantes diretos da Geração anterior, abrangendo crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos, provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, com os mesmos critérios estabelecidos nas gerações anteriores para a distinção entre participantes diretos e indiretos. Os projetos mantêm a possibilidade de poder contratar dinamizadores comunitários em condições semelhantes previstas na Geração anterior.

Ainda no âmbito da 9.^a Geração, prevê-se a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) do Programa Escolhas que se paute por um modelo de governação mais integrado, à semelhança do que tem sido feito em outras Estratégias e/ ou Programas (e.g. ENCP, ENIPSSA). Esta CTA será constituída por representantes de membros do governo responsáveis por diferentes áreas da tutela, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P. e de dinamizar uma ação coordenada e concertada entre as áreas governativas responsáveis pela concretização da missão e objetivos do Programa.

Na geração em curso, foram aprovados 118 projetos, com maior duração prevista de início – um ano e meio, com possibilidade de renovação. Foi definida, pela primeira vez, a realização de uma avaliação externa global de todo o Programa, desde o seu início em Relativamente às 2001 até ao momento presente.

Ao nível do financiamento, o Programa Escolhas tem apresentado diversas alterações nas fontes e recursos mobilizados, do Programa Escolhas verificam-se alterações ao longo das suas nove gerações, refletindo mudanças de enquadramento político, prioridades estratégicas e ciclos de financiamento europeu. Tem vindo a ser financiado por verbas do Orçamento do Estado, com um forte envolvimento da Segurança Social e, em algumas gerações, da Educação, bem como de fundos europeus – apenas na 2.^a Geração ocorreu ter sido estritamente por via do Orçamento de Estado, nomeadamente, através de: Programas Operacionais Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e Educação (1.^a geração); Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (3.^a geração); Programa Operacional do Potencial Humano (4.^a e 5.^a geração); ou ainda do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (6.^o e 7.^a e 8.^a geração); e Pessoas 2030 (9.^a geração).

Importa destacar que a partir da 7.^a geração (2019) tem-se registado uma redução do financiamento público direto, passando o cofinanciamento dos projetos a ter um limite máximo de 85%, o que obriga as entidades parceiras a assegurar os 15% restantes. Este modelo mantém-se nas gerações seguintes, mesmo com a entrada em vigor do novo ciclo de fundos europeus (Portugal 2030), incluindo os programas Pessoas 2030 e Algarve 2030, na 9.^a geração.

Importa referir que a esta redução acresce uma redução do valor máximo de financiamento entre a 6ª e a 8ª geração, parcialmente recuperado na atual geração, ainda que se mantenha abaixo do valor máximo alguma vez atribuído (2ª geração - 98.000 €), mesmo quando somado o cofinanciamento de 15% dos promotores e parceiros do consórcio.

Ora, a evolução do financiamento do Programa Escolhas revela um percurso de crescente complexidade financeira. Se, por um lado, a integração de fundos europeus permitiu alargar o impacto e alinhar o Programa com agendas estratégicas nacionais e europeias, por outro, a redução da participação pública integral coloca desafios operacionais e de sustentabilidade às entidades no terreno, o que, por sua vez, coloca em causa o acesso equitativo ao cofinanciamento, especialmente em contextos institucional e financeiramente mais frágeis, como é o caso de uma parte substantiva das organizações do setor não-lucrativo, ou da Economia Social e Solidária.

ANEXO II

Análise do processo de aprovação das candidaturas – Programa Escolhas (E4G-E9G)

O Programa Escolhas, criado em 2001, tem sido renovado sucessivamente por Resoluções de Conselho de Ministros, concretizando-se em 9 gerações. O Programa operacionaliza-se pela implementação de projetos apresentados por consórcios locais, que são submetidos a apreciação de um júri, indicado para o efeito pela entidade responsável pelo programa (designadamente desde 2001, ACIME, ACIDI, ACM e atualmente IPDJ) e que se pronuncia sobre as candidaturas à luz da regulamentação existente. Segue-se uma breve análise dos despachos do júri.

Evolução da composição do júri e foco de apreciação

Nas gerações iniciais (4ª e 5ª geração), o júri integra representantes da Administração Pública nas áreas da educação, segurança social, emprego e coordenação do próprio Programa Escolhas. O foco principal incide na verificação do cumprimento regulamentar, na classificação das candidaturas e na garantia de uma distribuição territorial equilibrada.

A partir da 6ª geração o júri assume uma configuração mais estratégica e multidisciplinar, reforçando a presença de entidades ligadas à cidadania, igualdade de género, direitos das crianças e jovens, migrações e observatórios temáticos (observatório das migrações e observatório das comunidades ciganas). Paralelamente, o seu papel evolui de avaliador técnico para tecer orientações da política pública, passando a formular recomendações explícitas sobre o desenho e a implementação dos projetos.

Nas gerações mais recentes (8ª e 9ª geração), o júri consolida-se como um órgão estratégico e reflexivo, com capacidade de análise prospetiva, assumindo claramente uma função de aprendizagem institucional, ao produzir apreciações que ultrapassam o ciclo de financiamento e influenciam o próprio modelo do Programa.

Composição dos Júris - E4G – E9G

Geração	Composição do Júri
4G	Rosário Farmhouse, Coordenadora Nacional do Programa Escolhas; Sérgio Moleiro, representante do IEF; Susana Carmona e Cristina Rodrigues, representante do ISS; Paulo Fonseca, representante do Ministério da Educação; Lucinda Fonseca, presidente do Júri.
5G	José Amaro, representante do ISS; Isabel Oliveira, representação da DGE; Teresa Espírito Santo, em representação da CNPDPCJ; Paula Moura, representante do ACIDI; Margarida Gaspar de Matos, prof. Da faculdade Motricidade Humana – Univ. Técnica de Lisboa, Presidente do Júri.
6G	Cristina Rodrigues, representante do ISS; Teresa Espírito Santo, em representação da CNPDPCJ; Paulo André, representação da DGE; Luísa

	Bastos, representante do IEPF; Beatriz Padilla, professora do Departamento de sociologia, Univ. Minho, Presidente do Júri.
7G	Elisa Luís, em representação do observatório das Migrações; Maria José Casa-Nova, em representação do observatório das Comunidades Ciganas; Nazaré Barros, em representação da DGE; Vitor Almeida, em representação da CCIG; Cristina Rodrigues, representante do ISS; Ana Cristina Ribeiro, representante do IEPF; Rosário Farmhouse, em representação da CNPDPCJ, presidente do Júri.
8G	Catarina Reis Oliveira, em representação do observatório das Migrações; Maria José Casa-Nova, em representação do observatório das Comunidades Ciganas; Cristina Rodrigues, representante do ISS; Vitor Almeida, em representação da CCIG; Rosário Farmhouse, em representação da CNPDPCJ; Ana Cristina Ribeiro, representante do IEPF; José Vitor Pedroso, representante da DGE, presidente do Júri.
9G	José Carlos Sousa, representante de DGE; Maria João Fernandes, em representação da CNPDPCJ; Ana Cristina Ribeiro, representante do IEPF; Selene Martilho, representação do IPDJ; Sónia Almeida, representante Garantia para a Infância; Maria Inês Amaro, representante do ISS, presidente do Júri.

Evolução dos critérios de apreciação dos projetos em sede de candidatura e do número de projetos aprovados

Ao longo das diferentes gerações do Programa Escolhas as Resoluções de Conselho de Ministros que foram renovando o programa deram igualmente lugar a regulamentos que definiram as condições da sua implementação, nomeadamente o processo de seleção e implementação dos projetos a financiar.

Antes de avançarmos na análise dos despachos do júri, importa sumariamente, dar conta dos critérios de apreciação das candidaturas previstos em regulamentação ao longo das diferentes gerações¹.

Deste modo, é possível identificar um núcleo de critérios que se mantém estável entre a 4.^a e a 9.^a geração. Em todas as edições, surgem de forma consistente requisitos associados à qualidade do diagnóstico, à intervenção em territórios vulneráveis, à coerência interna entre diagnóstico, objetivos, ações e recursos, à definição clara de resultados mensuráveis, à adequação e inovação das respostas, à participação de crianças e jovens nos processos de conceção, decisão e implementação, à qualificação da equipa técnica, à composição adequada do consórcio e, finalmente, à garantia de sustentabilidade após o término do financiamento.

¹ Pelo facto de a equipa de avaliação apenas ter tido acesso aos despachos do júri a partir da 4.^a geração, apenas são aqui apreciados os critérios de avaliação das candidaturas referentes aquelas gerações – Despacho normativo n.º 27/2009 (E4G); Despacho normativo n.º 17/2012 (E5G); Despacho normativo n.º 19-A/2015 (E6G); Regulamento do programa escolhas – E7G, Despacho de 17 de dezembro 2018 – ACM; Regulamento do programa escolhas – E8G, Despacho de 18 de dezembro 2020 – ACM; Regulamento do programa escolhas – E9G, Despacho de 30 de junho 2023 – ACM.

A estes critérios estruturais foram-se somando novas dimensões à medida que o Programa evoluiu. A partir da 5.^a geração, destaca-se a introdução de critérios ligados aos fatores de risco dos participantes e à ambição e capacidade transformadora dos projetos. Na 7.^a geração observa-se um reforço significativo dos princípios de inclusão e representatividade, traduzido na valorização da presença de associações representativas dos grupos vulneráveis, na diversidade das equipas técnicas e no equilíbrio de género, bem como na contratação de pessoas oriundas de contextos vulneráveis.

Por outro lado, alguns critérios deixam de estar presentes explicitamente. Após a 4.^a geração desaparece a obrigatoriedade de integrar no consórcio determinadas entidades públicas (como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS), Instituto Português da Juventude (IPJ) e centros Novas Oportunidades (CNO); e a valorização da continuidade de projetos da fase anterior. Mais tarde, já na transição para a 9.^a geração, deixam de figurar requisitos específicos ligados à representatividade de género e à composição étnica e social das equipas e parceiros, sendo substituídos por uma formulação mais sintética e estratégica que enfoque na necessidade da estrutura das equipas ser adequada a reposta planificada.

O número total de projetos aprovados oscila ao longo das gerações, refletindo quer a disponibilidade orçamental, quer ajustamentos estratégicos do Programa. Na 4G são aprovados 130 projetos, número que diminui na 5G (110) e atinge um mínimo na 6G (88). A partir da 7G verifica-se uma recuperação gradual, com 103 projetos aprovados, 105 na 8G e 118 na 9G, sempre distribuídos em sede de regulamento pelas NUTS II, em Portugal continental e regiões autónomas, ao longo das diferentes gerações, considerando “o seu contributo para a coesão social e territorial e a sua distribuição pelo território nacional”, não sendo claro os argumentos que sustentam essa distribuição territorial.

Trajetória de apreciação do júri nas últimas seis gerações do Programa Escolhas (4G-9G)

Apesar de se verificar uma tendencial continuidade no uso de critérios formais de seleção, a leitura dos despachos das seis últimas gerações do Programa Escolhas revela um reforço progressivo de exigências associadas à análise de conteúdo e qualidade dos projetos.

Na 4.^a geração os elementos valorizados centram-se sobretudo no cumprimento das regras regulamentares e na aplicação da grelha de avaliação, com atenção explícita à distribuição territorial por NUTS II e às restrições orçamentais identificadas no

despacho. As decisões refletem uma seleção alinhada com a classificação atribuída e com o enquadramento do programa, sem outros elementos qualitativos.

Na E5G mantém-se a centralidade dos critérios formais, mas surge com menções a projetos suplentes, aprovações condicionadas, termos de aceitação e possíveis ajustes financeiros. O despacho regista também a importância reconhecida da articulação com redes locais.

Na E6G surge a valorização da coerência das propostas, a adequação entre diagnóstico e atividades e a elaboração de diagnósticos mais sólidos. Nesta geração aparece de forma explícita a exclusão de candidaturas por duplicação territorial, reforçando a necessidade de fomentar a complementaridade com outras respostas existentes nos territórios.

Na 7ª e 8ª geração mantém-se a preocupação clara em garantir que há articulação dos projetos com outras políticas públicas locais, nomeadamente CLDS.

Acresce na 8ª geração uma chamada de atenção para a necessidade serem pensadas estratégias para intervir junto de territórios vulneráveis e menos intervencionados e por outro lado soluções mais estáveis e estruturadas para projetos de continuidade, apontando para uma avaliação mais atenta à eficácia e à abrangência do apoio prestado.

Na seleção dos projetos para a 9ª geração, mantem-se as preocupações com os territórios não intervencionados, a título de exemplo pode referir-se que o contingente para as regiões autónomas não chegou, nesta geração, a ser preenchido; e acrescem dois tipos de apreciações, por um lado, sugestões para futuras candidaturas, como a necessidade de alguns projetos aprovados precisarem de em futuras candidaturas robustecerem os diagnósticos; por outro orientações clara de reformulações ao nível da planificação e implementação de projetos aprovados.

Uma preocupação, mais ou menos vincada ao longo das gerações é a impossibilidade de eleger para financiamento projetos com classificação positiva por indisponibilidade orçamental.

Recomendações do júri

Nas 4ª e 5ª geração as recomendações do júri são sobretudo operacionais, centradas na necessidade de melhorar a articulação local, evitar sobreposições de financiamento e ajustar planos de atividades.

Com a maturação do Programa as recomendações tornam-se mais qualitativas, enfatizando a importância de diagnósticos sólidos, coerência entre problemas

identificados, objetivos e atividades, a articulação dos projetos nos territórios com outras políticas públicas locais, nomeadamente os CLDS e escolas, e a integração de temas transversais como igualdade de género e prevenção da violência, com sugestões claras de inclusão nos planos de atividades dos projetos de “ações que visem promover a igualdade de género e combater quaisquer formas de violência”.

Algumas das recomendações assumem até um carácter claramente estratégico do Programa, incidindo sobre a redefinição de critérios de seleção, a valorização de territórios menos intervencionados, a diferenciação entre projetos novos e de continuidade, a incorporação de indicadores estruturais (como a pobreza infantil), a necessidade de promover impacto e sustentabilidade a médio e longo prazo e a criação de redes de projetos de modo a promover uma maior partilha das práticas e experiências de intervenção.

Vale a pena referir que na 8ª geração, o júri questiona se nos territórios com projetos há mais de 15, estes não necessitariam de uma política pública protagonizada por um consórcio local que procurasse responder às necessidades locais de forma mais estrutural e reforçam a necessidade uma articulação mais estreita com as escolas.

Finalmente, na 9ª geração é recomendação do júri que as candidaturas sejam avaliadas à luz do índice de prevalência de pobreza infantil.

Em síntese, a análise das atas de avaliação ao longo das várias gerações revelam um pronunciamento do júri evolutivo:

- nas primeiras gerações a seleção está mais focada em critérios formais, administrativos e territoriais;
- a partir da 6ª geração, surgem referências escritas à coerência, diagnóstico e articulação local. Além desses aspetos, são explicitamente valorizados e acompanhados por recomendações as dimensões de impacto, adequação ao público-alvo e aos territórios bem como proposta de reconcepção do programa.

ANEXO III

Síntese de análise de necessidades e contexto

No âmbito da proposta inicial apresentada, destacou-se que o forte enraizamento territorial do Programa Escolhas exige que os processos de monitorização e avaliação sejam articulados não apenas com a informação proveniente dos projetos e dos respetivos participantes, mas também com um conjunto estruturado de indicadores quantitativos de contexto. Estes indicadores devem ser incorporados num referencial estratégico de acompanhamento, concebido para captar a evolução dos territórios e, simultaneamente, para constituir um instrumento de apoio à decisão política e operacional, melhorando instrumentos já existentes, assegurando maior robustez analítica e relevância prática à avaliação do Programa.

O exercício que se apresenta de seguida visa analisar um conjunto de indicadores distribuídos por múltiplas dimensões, interligadas com as áreas de intervenção do Programa Escolhas, designadamente: Demografia; Educação; Emprego e Desemprego; Rendimento, Condições de Vida e Vulnerabilidades; Proteção Social; Habitação; Saúde e Bem-Estar; Justiça e Condutas de Risco; Cultura; Mobilidade e Participação Cívica.

Sempre que a informação estatística disponível o permita a análise será realizada de forma longitudinal, abrangendo o período que decorre desde a criação do Programa Escolhas, em 2001, até ao presente (2024). Em termos territoriais, será privilegiada, sempre que possível, uma abordagem multinível — nacional, regional e local (município ou freguesia) — que permita uma interpretação mais rigorosa dos desafios e vulnerabilidades que afetam as comunidades abrangidas. Idealmente, essa análise deveria alcançar uma escala mais fina (e.g. subseção estatística), tanto em termos territoriais como no acesso a indicadores não oficiais identificados localmente, aproximando-se dos bairros e lugares concretos onde os projetos se desenvolvem. Neste momento, a análise a esse nível mais micro ainda não é possível de realizar.

A este respeito referir que a unidade territorial utilizada pelo Programa Escolhas para a distribuição de projetos em cada Geração, ao nível NUTS II, sofreu várias revisões formais ao longo da sua vigência (2001-presente). Considerando as alterações introduzidas² irá adotar-se como referência as versões de 2002 e 2013, de modo a

² A alteração de 2013 foi sobretudo nominal, com a região de Lisboa a passar a designar-se Área Metropolitana de Lisboa (AML), mantendo, contudo, os mesmos 18 municípios (9 de Lisboa e 9 da Península de Setúbal). Já a revisão mais recente, em vigor desde 1 de janeiro de 2024, introduziu uma mudança estrutural mais significativa, criando três novas regiões ao nível NUTS II: Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo. Enquanto Grande Lisboa e Península de Setúbal correspondem territorialmente à anterior AML (18 municípios), a nova NUTS II Oeste e Vale do Tejo não tem correspondência direta com nenhuma das regiões da versão 2013, agregando territórios anteriormente pertencentes ao Centro e ao Alentejo.

assegurar maior estabilidade territorial e melhor comparabilidade temporal dos dados.

Sempre que a informação disponível o permitir, a análise dos indicadores será igualmente realizada à escala municipal ou de freguesia³, ultrapassando assim as limitações de uma leitura exclusivamente regional e permitindo uma caracterização territorial mais precisa e ajustada às realidades locais.

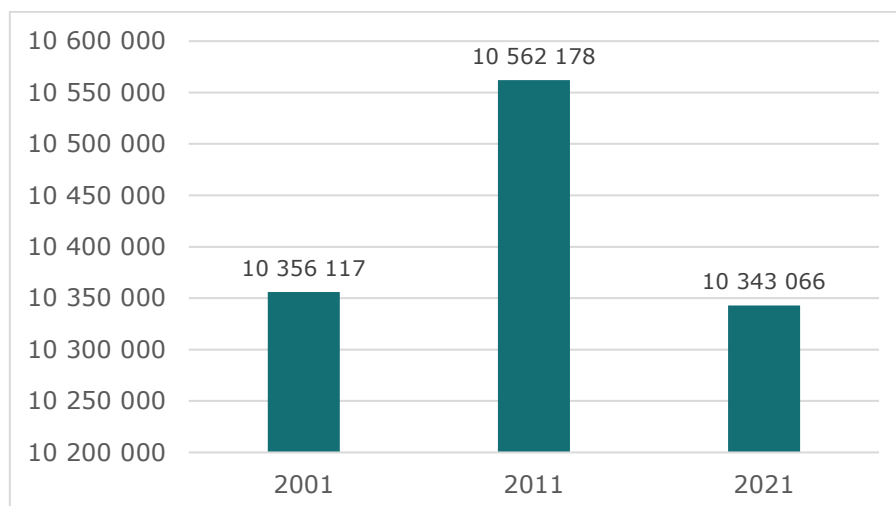
O exercício apresentado neste documento é uma primeira iteração, prevendo-se no futuro maior aprofundamento de alguns temas e indicadores.

Demografia

Na dimensão Demografia, os indicadores selecionados permitem caracterizar as dinâmicas da população residente nos territórios, com destaque para a evolução da distribuição etária, os rácios de dependência juvenil e a presença de população migrante.

A análise da variação da população residente nos anos de vigência do Programa Escolhas, realizada com base nos dados censitários, evidencia duas fases distintas: um crescimento moderado de +2,0% entre 2001 e 2011, seguido de uma quebra de -2,1% entre 2011 e 2021. No conjunto das duas décadas, o saldo é praticamente nulo (+0,1%), com 10 343 066 de residentes, em 2021, revelando uma tendência de estagnação demográfica estrutural.

Figura 1: População residente, 2001-2021



³ A Reforma Administrativa das Freguesias ocorreu em 2013, através da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Esta lei procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, reduzindo o número de freguesias de 4 259 para 3 092.

Fonte: INE, Censos

Com exceção do Algarve (+18,2%), da Área Metropolitana de Lisboa (+7,8%) e da Região Autónoma da Madeira (+2,3%), que ao longo de vinte anos registaram crescimento populacional, as restantes quatro regiões apresentaram uma redução superior à média nacional, com destaque para o Alentejo (-9,3%). Importa, contudo, sublinhar que os ganhos populacionais observados na Região Autónoma da Madeira não resultam do aumento da população jovem, mas sim do crescimento dos grupos etários acima dos 40 anos.

Tabela 1: População residente - Variação % 2001-2021

Território	População residente - Variação % 2001-2021						
	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos
Portugal	-0,1%	-24,4%	-19,5%	-15,3%	-23,3%	-29,2%	-33,5%
Norte	-2,7%	-35,3%	-32,9%	-27,4%	-30,9%	-30,8%	-36,4%
Centro	-5,2%	-29,4%	-24,5%	-22,2%	-29,8%	-33,1%	-38,2%
Lisboa/AML	7,8%	-5,9%	5,3%	12,2%	-4,1%	-23,9%	-26,6%
Alentejo	-9,3%	-22,6%	-16,0%	-16,5%	-27,8%	-34,9%	-39,1%
Algarve	18,2%	5,0%	10,3%	10,8%	-4,6%	-17,9%	-21,9%
RA Açores	-2,2%	-35,4%	-33,4%	-31,3%	-32,0%	-30,5%	-26,6%
RA Madeira	2,3%	-34,5%	-33,6%	-28,3%	-27,5%	-27,4%	-36,1%

Fonte: INE, Cálculos próprios

Em relação às regiões com variação negativa no crescimento populacional, a perda registou-se sobretudo entre os grupos etários mais jovens, em particular nas crianças e jovens (0-24 anos) — o público-alvo dos projetos Escolhas —, sendo igualmente significativa na faixa dos 25-29 anos. Tal como na Região Autónoma da Madeira, também nas restantes regiões o crescimento populacional ocorreu essencialmente nos grupos etários acima dos 40 anos.

A informação dos Anuários Estatísticos para o período 2001-2021 confirma a mesma tendência de declínio demográfico, o que permite inferir que, também entre 2022 e 2024 — completando a série cronológica da vigência do Programa Escolhas —, a população residente em Portugal terá continuado a reduzir-se, tanto no conjunto do país como nas suas regiões, incluindo as novas NUTS II. Entre estas, destaca-se a região Oeste e Vale do Tejo, com a maior redução populacional (-3,3%), seguida pela Península de Setúbal, pelo Algarve (-2,9%) e pela Grande Lisboa (-2,7%), todas com quebras superiores ao valor nacional.

A análise desagregada por município confirma que a perda de população jovem foi transversal a quase todo o território. No Norte, todos os municípios registaram

quebras na população entre os 0 e 24 anos, sendo que a maioria perdeu mais do que a média regional (-31,3%). No Centro, o cenário é semelhante, com Manteigas a registar a maior quebra (-60,8%), enquanto apenas três municípios contrariaram a tendência, com destaque para Arruda dos Vinhos (+39,4%). Na Área Metropolitana de Lisboa, observa-se uma realidade mista: embora 12 municípios tenham perdido jovens, seis registaram crescimento significativo, sobretudo em zonas suburbanas em expansão como Mafra (+50,2%) e Alcochete (+45,5%). No Alentejo, 57 dos 58 municípios perderam população jovem, com exceção de Benavente (+12,8%), enquanto no Algarve, apesar da quebra global (-1,0%), alguns municípios como Portimão (+15,8%) e Albufeira (+12,2%) registaram aumentos. Nos Açores e na Madeira, a tendência foi também de perda generalizada, com municípios como Santa Cruz das Flores (-42,7%) e Santana a registarem as maiores quebras.

Esta evolução reflete-se também no índice de dependência de jovens, que em 2021 se situava em 20,21, significando que existiam apenas 20 jovens por cada 100 adultos em idade ativa — menos 3,39 do que em 2001. A redução foi particularmente acentuada nos Açores (-11,37), Madeira (-9,57), Norte (-6,66) e Centro (-3,46), revelando o estreitamento da base etária e o envelhecimento estrutural da população. Apenas a Área Metropolitana de Lisboa apresentou uma variação positiva (+1,07), reforçando o papel de polo de atração e fixação de jovens.

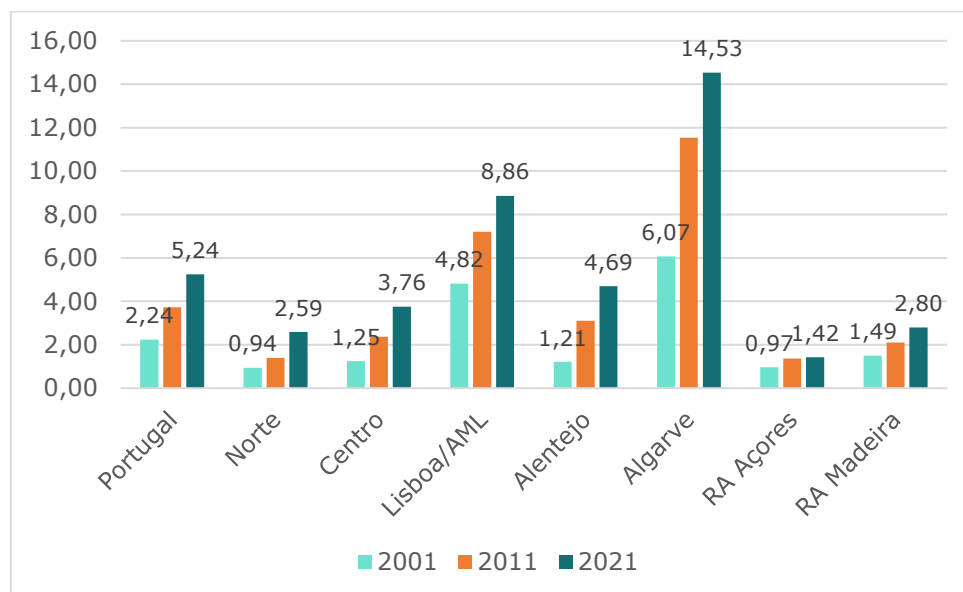
Tabela 2: Índice de dependência de jovens

Território	2001	2011	2021
Portugal	23,6	22,5	20,21
Norte	25,5	22,3	18,84
Centro	22,8	21,5	19,34
Lisboa	21,3	23,4	22,37
Alentejo	21,4	21,8	20,41
Algarve	21,8	22,6	21,38
RA Açores	32,6	26	21,23
RA Madeira	28,5	23,9	18,93

Fonte: INE, Censos

Um último elemento relevante é a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, que aumentou em todas as regiões no período 2001-2021, mitigando parcialmente o impacto da perda populacional. O crescimento foi mais expressivo no Algarve (+8,46 p.p.), seguido da Área Metropolitana de Lisboa (+4,04 p.p.) e do Alentejo (+3,48 p.p.), onde o município de Odemira registou um aumento particularmente elevado (+25,33 p.p.), associado à imigração laboral no setor agrícola. Apenas sete municípios registaram uma diminuição da população estrangeira residente, sendo Mourão o caso mais notório (-5,45 p.p.).

Figura 2: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, 2001-2021



Fonte: INE, Censos

Síntese:

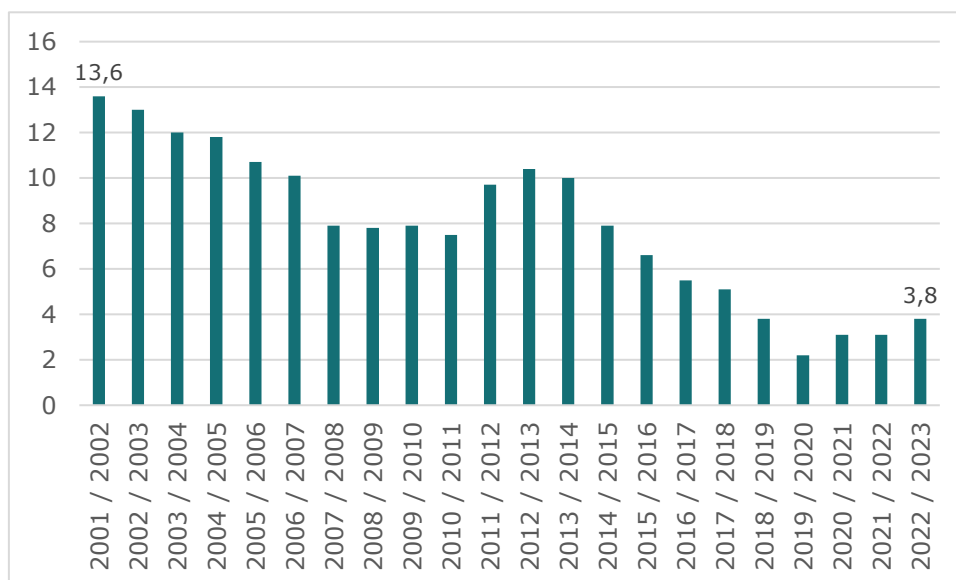
- A **evolução demográfica** em Portugal entre 2001 e 2021 revela uma estagnação estrutural, marcada pelo envelhecimento e pelo estreitamento da base etária. Apenas três regiões registaram crescimento populacional — Algarve (+18,2%), Área Metropolitana de Lisboa (+7,8%) e Madeira (+2,3%) — enquanto o restante território apresentou quebras superiores à média nacional, com destaque para o Alentejo (−9,3%). Em várias regiões, o crescimento resultou sobretudo do aumento da população acima dos 40 anos.
- A perda de **população jovem** (0-24 anos) foi generalizada, sobretudo no Norte, Centro, Açores e Madeira, e verificou-se mesmo em regiões com saldo positivo, como Lisboa e Algarve. Algumas exceções locais — Mafra, Alcochete, Benavente, Portimão e Albufeira — registaram aumentos significativos.
- O **índice de dependência de jovens** diminuiu em quase todo o país, acentuando o envelhecimento, exceto na Área Metropolitana de Lisboa, que reforçou o seu papel como polo de atração de jovens. Já a população estrangeira aumentou em todas as regiões, funcionando como fator de compensação, com maior expressão no Algarve (+8,46 p.p.), na AML (+4,04 p.p.) e no Alentejo (+3,48 p.p.), destacando-se Odemira (+25,33 p.p.).

Educação

Os indicadores associados ao tema da Educação — uma das áreas centrais de intervenção do Programa Escolhas — permitem analisar dimensões como o (in)sucesso escolar por ciclo de ensino, a taxa de abandono precoce de educação e formação e a proporção da população residente com ensino superior completo. Complementarmente, incluem-se indicadores sobre os recursos disponíveis (como o rácio de alunos por computador com acesso à Internet) e sobre o percurso escolar dos alunos (percentagem que conclui o ciclo no tempo esperado), possibilitando ainda a comparação entre escolas TEIP e não TEIP.

Entre 2001 e 2023, a taxa de retenção e desistência no ensino básico em Portugal registou uma redução próxima de 10 pontos percentuais, fixando-se em 3,8% no ano letivo de 2022/2023. Esta evolução permitiu que o país atingisse as metas definidas pela União Europeia no domínio da educação.

Figura 3: Taxa de retenção e desistência no ensino básico, 2001-2023(%)



Fonte: DataLABOR

A diminuição verificou-se em todas as regiões do país, destacando-se o Norte, com a descida mais expressiva, de 11 pontos percentuais, evidenciando uma melhoria consistente no sucesso escolar.

Tabela 3: Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Território	2022/2023	2001 / 2002
Portugal	3,8	13,6
Norte	2,1	13,2
Centro	3,4	11,8
AML	5,1	13,9
Alentejo	5,1	14,7
Algarve	5,8	14,9
RA Açores	6	-
RA Madeira	3	-

Fonte: DataLABOR

Em 53,7% dos municípios (entre os 268 com informação disponível para todo o período), os alunos do 1.º ciclo alcançaram uma redução da taxa de retenção e desistência igual ou superior à média nacional. Este resultado revela que mais de metade dos territórios acompanharam ou superaram a tendência global de melhoria, evidenciando que o progresso registado se disseminou de forma significativa pelo país.

O município de Vila Pouca de Aguiar registou a maior redução da taxa de retenção e desistência no ensino básico nas últimas duas décadas, com uma descida de 26,5 pontos percentuais, tendo ficado no ano letivo 2022/2023, 1,3% de alunos do ensino básico retidos.

Constituindo exceções à tendência nacional, os municípios de Vidigueira e Cuba, foram os únicos municípios para o qual existe informação que registaram um ligeiro aumento da taxa de retenção no período em análise. A observação da evolução anual revela, contudo, um comportamento instável, marcado por oscilações sucessivas entre reduções e aumentos, o que contrasta com a trajetória de descida consistente verificada na maioria dos territórios.

Aliás, no ano letivo 2022/2023, o município de Cuba integrou o grupo dos nove municípios com taxas de retenção e desistência (TRD) iguais ou superiores a 10%, fazendo parte dos 44% de municípios com valores acima da média nacional. Este resultado mostra que, apesar dos progressos alcançados ao longo das últimas duas décadas, o município continua a apresentar um nível de insucesso escolar significativamente superior ao padrão nacional.

Tabela 4: Taxas de retenção e desistência, ensino básico, 2022/2023

Município	Percentagem
Idanha-a-Nova	15,2
Figueira de Castelo Rodrigo	14,8
Mourão	13,4
Serpa	12,3
Corvo	11,1
Sobral de Monte Agraço	10,3
Vila Velha de Ródão	10,1
Silves	9,9
Cuba	9,5

Fonte: DataLABOR

Ao nível do ensino secundário, a taxa de retenção e desistência registou igualmente uma redução muito significativa, em Portugal, ao longo de mais de duas décadas (2001/02–2022/23). No ano letivo 2022/2023, este indicador fixou-se em 9,8%, traduzindo uma descida acumulada de 27,6 pontos percentuais face ao início do período, o que representa um progresso expressivo na redução do número de alunos retidos ou que abandonaram o sistema educativo neste ciclo de ensino.

A análise à escala municipal mostra, contudo, que em 2022/2023 persistiam 94 municípios com valores acima da média nacional. Entre estes, destacam-se Vila de Rei (23,4%), Lagoa (21,5%), Vila do Porto (20,7%) e Horta (20,5%), todos com taxas superiores a 20%, evidenciando focos territoriais onde o insucesso escolar permanece particularmente elevado.

Outro indicador que evidencia os progressos assinaláveis de Portugal na área da educação é a taxa de abandono precoce de educação e formação. Em pouco mais de duas décadas, este indicador registou uma descida muito expressiva de 37,7 pontos percentuais, passando de 44,3% em 2001 para 6,6% em 2024.

A redução verificou-se em todas as regiões do país, destacando-se o Norte, onde a queda foi particularmente acentuada (-46,2 p.p.). Ainda assim, em 2024, a Região Autónoma dos Açores (19,8%) e o Algarve (11,6%) apresentavam valores superiores

à média nacional, revelando a persistência de desigualdades regionais no acesso e permanência no sistema educativo.

Tabela 5: Taxa de abandono precoce de educação e formação

Município	2024	2001
Portugal	6,6	44,3
Norte	5,2	51,4
Centro		41,1
AML	6,3	35,9
Alentejo		43,1
Algarve	11,6	43,3
RA Açores	19,8	54
RA Madeira		45,5

Fonte: DataLABOR

A proporção da população residente com ensino superior completo registou uma evolução notável nas últimas duas décadas. Em Portugal, a percentagem passou de 8% em 2001 para 21% em 2021, o que representa um aumento de 12,6 pontos percentuais.

Esta melhoria das qualificações foi visível em todo o território, com maior expressão na Área Metropolitana de Lisboa que, em 2021, apresentava 28,7% da população residente com ensino superior, valor claramente acima da média nacional e revelador da concentração territorial de níveis mais elevados de escolarização. Dos 12% de municípios com valores superiores aos de Portugal, onze dos trinta e três situam-se na AML.

Os municípios de Lisboa e Oeiras destacaram-se duplamente ao registarem o maior crescimento (+23 p.p. e +18 p.p., respetivamente) e apresentarem, em 2021, a mais elevada proporção de residentes com ensino superior (44% e 41%, respetivamente).

Em contraste, as Regiões Autónomas dos Açores e o Algarve continuavam, em 2021, a apresentar uma proporção de residentes com ensino superior inferior à média nacional. No total, 85,4% dos municípios tinham valores abaixo do nacional, evidenciando a persistência de desigualdades regionais no acesso e conclusão do ensino superior.

Uma das áreas em que o Programa Escolhas tem colocado especial ênfase é a inclusão digital de crianças e jovens, procurando garantir melhores condições de acesso às tecnologias digitais no contexto escolar.

Nos últimos dez anos, registou-se em Portugal continental uma melhoria muito significativa no rácio alunos/computador com internet. No ano letivo de 2013/2014, existia apenas um computador com acesso à Internet para cada 3,5 alunos; em 2022/2023, esse rácio aproximava-se já de 1 aluno por computador (1,2), revelando um claro reforço da disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas.

Esta evolução positiva verificou-se em todas as regiões e em todos os ciclos de ensino, sendo particularmente expressiva no 1.º ciclo do ensino básico, onde cada computador passou a ser partilhado por um número substancialmente menor de alunos. Um exemplo é a região de Setúbal, onde o rácio do n.º médio de alunos por computador com Internet no 1.º ciclo registou uma descida de 6,2 pontos, evidenciando uma melhoria significativa no acesso digital.

Em 2023, foram acompanhadas 27.819 crianças no âmbito da Intervenção Precoce na Infância (IPI) em Portugal continental, o que representa um aumento de 21% face a 2019. A Área Metropolitana de Lisboa concentrou a maior proporção de casos (41,5%), seguida da região Norte (27,1%). As regiões do Algarve e do Alentejo registaram menos crianças acompanhadas (7% cada, do total nacional), embora tenha sido no Algarve que se verificou o crescimento mais expressivo no período de quatro anos.

No que respeita à educação inclusiva, os dados mais recentes disponíveis (ano letivo 2017/2018) indicavam a existência de 88.023 crianças e alunos com necessidades educativas especiais (NEE) inscritos em escolas do ensino regular em Portugal continental, um aumento de 87% face a 2010/2011. Também neste domínio, a Área Metropolitana de Lisboa liderava em número absoluto, com cerca de 29.144 alunos (31%), seguida das regiões Norte (26,8%) e Centro (26,1%). Apesar de apresentarem os valores absolutos mais baixos, o Algarve e o Alentejo destacaram-se pelo crescimento relativo mais acentuado ao longo de seis anos, com aumentos de 147% e 78%, respetivamente.

Estes dados revelam que há diferenças territoriais na distribuição das crianças acompanhadas. Para efetuar uma análise mais aprofundada e rigorosa será necessário ter acesso a informação sobre o número de respostas existentes, a capacidade e a lista de espera ou crianças sinalizadas sem acompanhamento.

Outro indicador complementar que identificámos como pertinente analisar, diz respeito à taxa de conclusão dos diferentes ciclos de ensino no tempo previsto, por escola TEIP (Territórios Escolares de Intervenção Prioritária) ou escola não TEIP.

A percentagem de alunos que concluíram o ciclo de ensino no tempo esperado evidencia diferenças entre escolas TEIP e não TEIP em todos os ciclos de ensino. No ano letivo de 2022/2023, último com informação disponível, essas diferenças correspondiam a 5 p.p. percentuais no 1.º ciclo do ensino básico, 4 p.p. no 2.º ciclo, 8 p.p. no 3.º ciclo e 6 p.p. no ensino secundário, revelando a persistência de um fosso nos percursos escolares entre os dois contextos educativos.

Tabela 6 taxa de conclusão dos diferentes ciclos de ensino no tempo previsto, por escola TEIP ou escola não TEIP

Território	TEIP			Não TEIP		
	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Alunos que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	86,2%	88,0%	87,0%	92,0%	93,0%	92,0%
Alunos que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos	92,3%	92,6%	92,8%	95,8%	96,0%	96,4%
Alunos da região que concluíram o 3.º ciclo em 3 anos	84,1%	84,9%	80,9%	90,6%	91,6%	88,5%
Alunos que concluem os cursos científico-humanísticos em 3 anos	72,9%	79,4%	71,0%	76,9%	80,2%	77,3%

Fonte: DGECC

Contudo, estas disparidades tornam-se mais evidentes nos ciclos finais de escolaridade — 3.º ciclo e ensino secundário —, podendo refletir fatores de natureza socioeconómica, curricular e outros, que importa aprofundar, e que dificultam a mitigação das desigualdades.

Síntese:

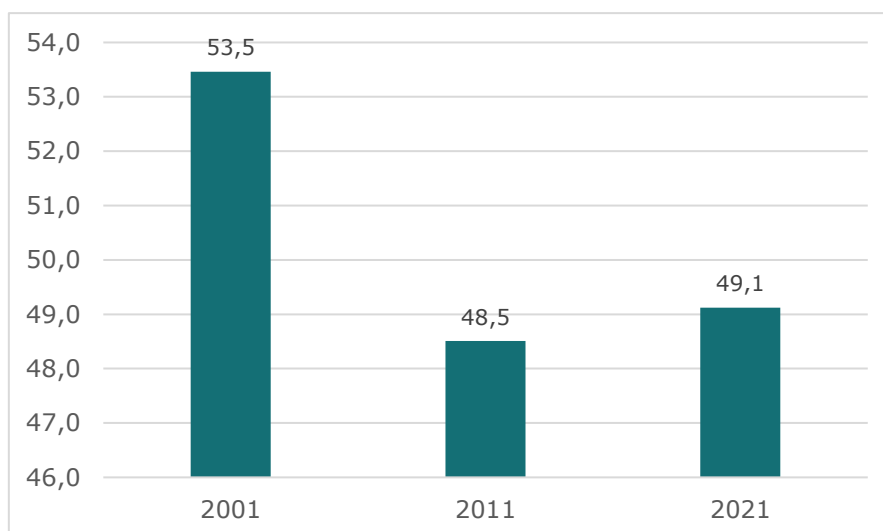
- Entre 2001 e 2023, Portugal registou progressos significativos na educação. A **taxa de retenção e desistência no ensino básico** caiu quase 10 pontos percentuais, atingindo 3,8% em 2022/2023, e no **ensino secundário** desceu para 9,8%, apesar de persistirem focos de insucesso em alguns municípios. A taxa de abandono precoce teve a evolução mais expressiva, passando de 44,3% em 2001 para 6,6% em 2024, embora os Açores e o Algarve continuem a apresentar valores muito acima da média nacional.
- No **ensino superior**, a proporção da população com grau completo quase triplicou em duas décadas, chegando a 21% em 2021, com forte concentração na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar desta evolução, a maioria dos municípios manteve níveis abaixo da média nacional, evidenciando desigualdades territoriais persistentes no acesso e conclusão de qualificações mais elevadas.
- Também se verificaram melhorias noutros indicadores, como o **rácio de alunos por computador com Internet**, que se aproximou da universalização, e o aumento do número de crianças acompanhadas por programas de intervenção precoce e de alunos com necessidades educativas especiais integrados em escolas regulares. Ainda assim, as **escolas TEIP** continuam a registar **taxas de conclusão no tempo esperado inferiores às não TEIP**, sobretudo no 3.º ciclo e no ensino secundário, refletindo desigualdades socioeconómicas e estruturais que permanecem no sistema educativo.

Emprego/Desemprego

No que respeita à dimensão Emprego, os indicadores de contexto permitem avaliar o grau de integração dos jovens no mercado de trabalho. A análise da situação de desemprego é feita a partir da taxa de desemprego regional e do número de jovens com menos de 25 anos inscritos nos centros de emprego. Paralelamente, o indicador relativo aos jovens que não estudam, não trabalham nem frequentam formação (NEET) constitui uma ferramenta essencial para identificar situações de maior vulnerabilidade social entre a população jovem da região.

Os dados dos Censos revelam que, entre 2001 e 2021, a taxa de emprego em Portugal reduziu cerca de 4 p.p, atingindo, em 2021, um total de 4 426 461 mil pessoas empregadas.

Figura 4: Taxa de emprego, 2001-2021 (%)



Fonte: DataLABOR, Censos

Nesse ano, a maioria dos municípios (70,5%) apresentava uma taxa de emprego inferior à média nacional. Na região Norte, destacavam-se Valpaços e Vinhais como os municípios com menor proporção de população empregada, com valores de 29,9% e 30,9%, respetivamente.

Tabela 7: Taxa de emprego, municípios com menor proporção de população empregada, 2021 (%)

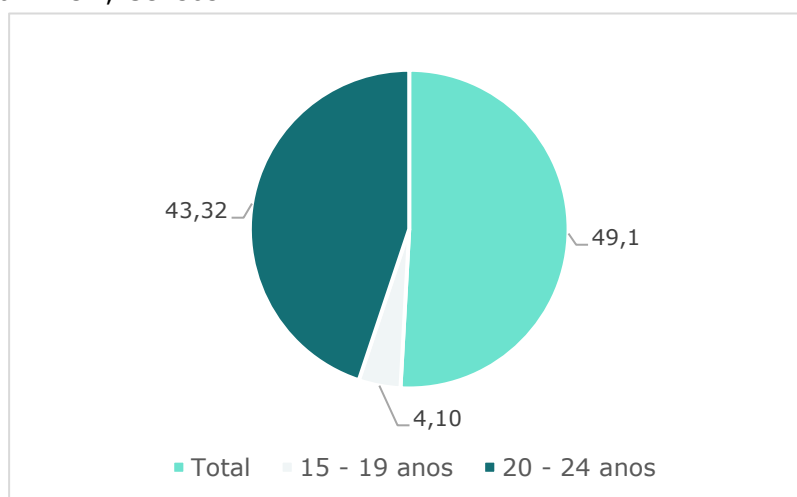
Municípios	Percentagem	Municípios	Percentagem
Valpaços	29,9	Vila Velha de Ródão	32,8
Vinhais	30,9	Sabugal	33,2
Idanha-a-Nova	31,4	Vimioso	33,7
Penamacor	31,7	Melgaço	33,8
Pampilhosa da Serra	32,0	Almeida	33,9

Fonte: DataLABOR, Censos

A análise por grupos etários mostra que as faixas dos 15-19 e 20-24 anos apresentam as taxas de emprego mais baixas, o que é consistente com o facto de muitos jovens se encontrarem ainda em fase de conclusão do seu percurso escolar.

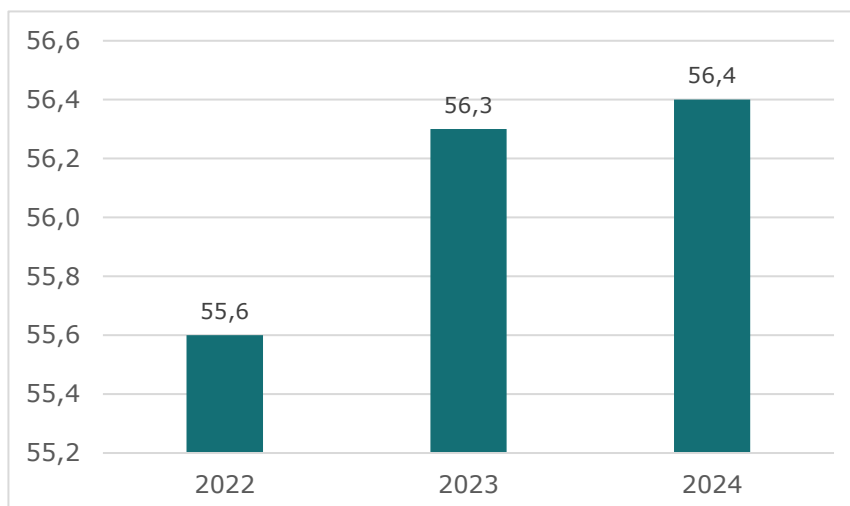
Figura 5: Taxa de emprego, por grupo etário (15-24 anos), 2021

Fonte: DataLABOR, Censos



Os dados do inquérito ao emprego revelam que entre 2022 e 2024, a taxa de emprego em Portugal aumentou cerca de 1 p.p., situando-se nos 56,4.

Figura 6: Taxa de emprego, 2022-2024

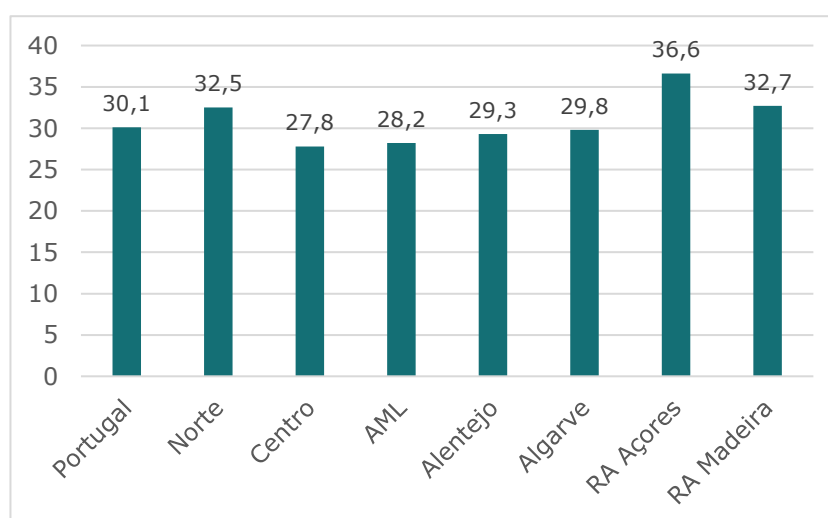


Fonte: DataLABOR, Inquérito ao emprego

Uma análise regional, permite constatar que, em 2024, todas as regiões apresentam uma taxa de emprego acima dos 50%, destacando-se valores superiores à média nacional em quatro regiões: AML (58,9%); RA Açores (58,2%); Algarve (58,9%) e RA Madeira (57,1%).

Contudo o grupo etário dos 16-24 anos, em 4 regiões, apresenta níveis de emprego inferiores ao valor nacional.

Figura 7: Taxa de emprego, NUTS II 2013, 2024



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

A evolução dos dados da taxa de desemprego entre 2001 e 2024 em Portugal permite constatar que se evoluiu para uma situação próxima de pleno emprego (4%) para um cenário de desemprego moderado (6,4%).

Figura 8: Taxa de desemprego, Portugal, 2001-2024



Fonte: DataLABOR, Inquérito ao emprego

A análise por grupos etários evidencia, contudo, fortes disparidades geracionais. Em ambos os anos, a taxa de desemprego jovem revelou-se significativamente mais elevada do que nos restantes grupos, tendência que se acentuou em 2024. Nesse ano, a taxa de desemprego dos 16-24 anos atingiu 21,6%, quase três vezes superior à média nacional, e mais 12 pontos percentuais do que em 2001, refletindo as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho entre os mais jovens.

Nos restantes grupos etários também se registaram aumentos, embora de menor intensidade: 7,3% (25-34 anos), 5,0% (35-44 anos) e 4,7% (45 ou mais anos).

Ao nível das regiões, todas as regiões de Portugal continental registaram um aumento da taxa de desemprego em 20 anos. A taxa de incidência é superior na faixa etária dos 16-24 anos com valores superiores ao valor nacional na região Centro (23%), AML (24,6%), Alentejo (24,4%) e Algarve (22,3%). A região Centro destaca-se com um aumento de 14,2 p.p. no grupo etário 16-24 anos e 3,7 p.p. no 25-24 anos.

Tabela 8: Taxa de desemprego, NUTS II, 2001-2024 (%)

Território	2001					2024				
	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 e mais anos	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 e mais anos
Portugal	4,0	9,4	4,1	3,2	2,6	6,4	21,6	7,3	5,0	4,7
Norte	3,7	6,8	4,0	3,2	2,5	6,5	18,6	7,5	4,8	5,2
Centro	2,4	8,8	3,1	2,6		6,0	23,0	6,8	5,4	3,8
LVT/AML	5,2	12,9	4,4	3,8	4,2	6,9	24,6	7,2	5,0	5,3
Alentejo	5,9	-	-	-	-	6,2	24,4	7,8	-	4,3
Algarve	3,8	-	-	-	-	5,7	22,3	7,1	-	3,5

Fonte: DataLABOR, Inquérito ao emprego

Em 2024, 184 dos 278 dos municípios do Continente (66,2%), tinham uma percentagem mais elevada de desemprego registado no grupo etário menos de 25 anos face ao valor de Portugal continental (11,16%).

Entre estes, os 10 municípios que possuíam uma percentagem mais elevada em relação ao valor nacional pertenciam às regiões do Alentejo, Centro e Norte.

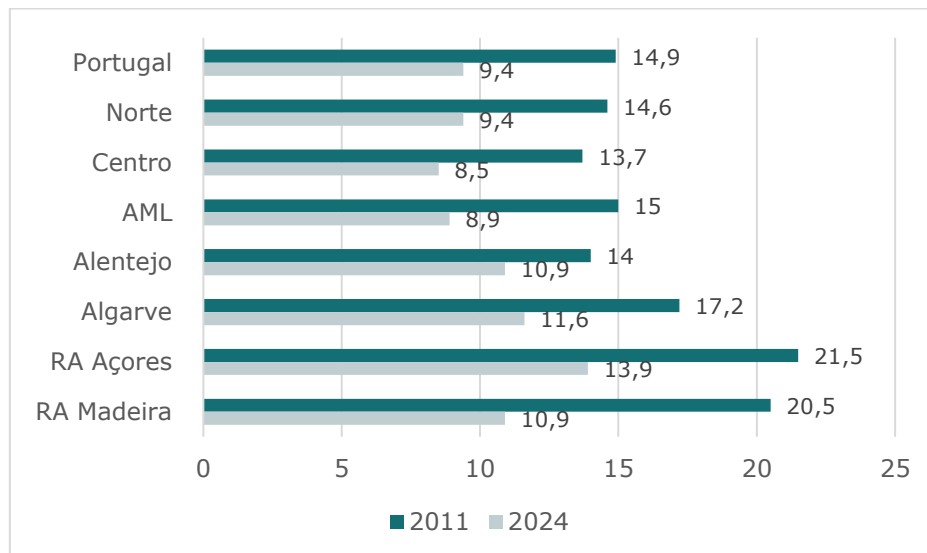
Tabela 9: Desemprego registado: dez municípios com percentagem mais elevada em relação ao valor nacional, 2024 (%)

Municípios	Percentagem (%)
Trancoso	24,75
Bragança	23,79
Monforte	23,66
Mourão	22,56
Viana do Alentejo	21,83
Vila de Rei	21,67
Moura	21,46
Vendas Novas	20,76
Castanheira de Pêra	20
Pinhel	19,81

Fonte: DataLABOR

Em 2024, em Portugal, os jovens NEET totalizavam 201 mil (9,4%), menos 164 mil do que em 2011, correspondendo a uma redução de 5,5 p.p. Em termos percentuais, a incidência desta realidade foi mais elevada nos Açores (13,9%), no Algarve (11,6%) e no Alentejo e Madeira (10,9%), todos com valores acima da média nacional.

Figura 9: Jovens NETT, 2024



Fonte: INE

Síntese:

- Entre 2001 e 2021, a **taxa de emprego** em Portugal diminuiu cerca de 4 p.p., com a maioria dos municípios (70,5%) a registar valores inferiores à média nacional. Em 2021, casos como Valpaços (29,9%) e Vinhais (30,9%) evidenciam fragilidades territoriais significativas. Nos grupos etários mais jovens, sobretudo entre os 15 e 24 anos, as taxas de emprego foram consistentemente mais baixas, refletindo a permanência no sistema educativo. Entre 2022 e 2024 verificou-se, contudo, uma ligeira recuperação, situando a taxa nacional em 56,4%, com todas as regiões acima dos 50%.
- No mesmo período, a **taxa de desemprego** evoluiu de um cenário próximo de pleno emprego (4% em 2001) para uma situação de desemprego moderado (6,4% em 2024). As disparidades geracionais são marcantes: em 2024, o desemprego jovem (16–24 anos) atingiu 21,6%, quase três vezes a média nacional, refletindo as maiores dificuldades de inserção laboral deste grupo. O fenómeno é transversal ao território, mas com maior incidência no Alentejo, Centro e Norte, onde vários municípios apresentaram valores muito superiores à média nacional.
- Paralelamente, a **percentagem de jovens NEET** reduziu-se para 9,4% em 2024, menos 5,5 p.p. do que em 2011, ainda que se mantenham níveis elevados no Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas. Nos Açores, apesar de ser a região com maior proporção de jovens NEET, observou-se uma descida expressiva ao longo da última década, sobretudo no grupo dos 16–24 anos.

Rendimento e condições de vida

O tema Rendimento, condições de vida e vulnerabilidades reúne um conjunto de indicadores que permitem caracterizar as desigualdades socioeconómicas e os níveis de bem-estar da população. A análise inclui dimensões como o ganho médio mensal e os principais indicadores de desigualdade — Coeficiente de Gini e rácio P80/P20 —, bem como medidas associadas ao risco de pobreza após transferências sociais e à privação material e social severa. São igualmente considerados indicadores que evidenciam situações de maior fragilidade, como a taxa de risco de pobreza em agregados com crianças dependentes e a incidência de crianças e jovens acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), oferecendo uma leitura integrada das condições de vida e das vulnerabilidades sociais no país.

Entre 2015 e 2022, o ganho médio mensal dos trabalhadores em Portugal aumentou 24,5%, fixando-se em 1 362,37€, em 2022. O crescimento verificou-se em todas as regiões, destacando-se o Norte (+28,6%) e o Centro (+26%), onde os aumentos relativos foram mais expressivos. Apesar disso, a Área Metropolitana de Lisboa mantém-se como a região com os ganhos médios mais elevados (1 655,56€), reunindo sete municípios acima da média nacional. Em contraste, o Algarve apresenta os valores mais baixos (1 150,81€), verificando-se este padrão em todos os seus municípios.

Tabela 10: Ganho médio mensal, 2015-2022 (€)

Território	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var 2015-2022	Var % 2015-2022
Portugal	1094,13	1105,57	1130,79	1166,88	1206,34	1247,21	1289,5	1362,37	268,24	24,5%
Norte	975,01	986,93	1015,58	1056,6	1100,44	1145,23	1187,19	1253,46	278,45	28,6%
Centro	950,55	966,29	995,19	1032,83	1070,66	1104,06	1147,11	1204,23	253,68	26,7%
AML	1380,08	1388,49	1410,52	1440,11	1477,39	1516,42	1562,69	1655,56	275,48	20,0%
Alentejo	994,42	997,77	1016,4	1051,09	1067,82	1107,85	1154,01	1209,19	214,77	21,6%
Algarve	926,13	942,73	968,19	999,05	1029,01	1070,96	1106,32	1150,81	224,68	24,3%
RA Açores	986,03	1023,95	1049,12	1065,39	1100,47	1131,35	1126,12	1191,11	205,08	20,8%
RA Madeira	1058,26	1063,46	1078,66	1096,41	1130,18	1171,42	1212,39	1244,07	185,81	17,6%

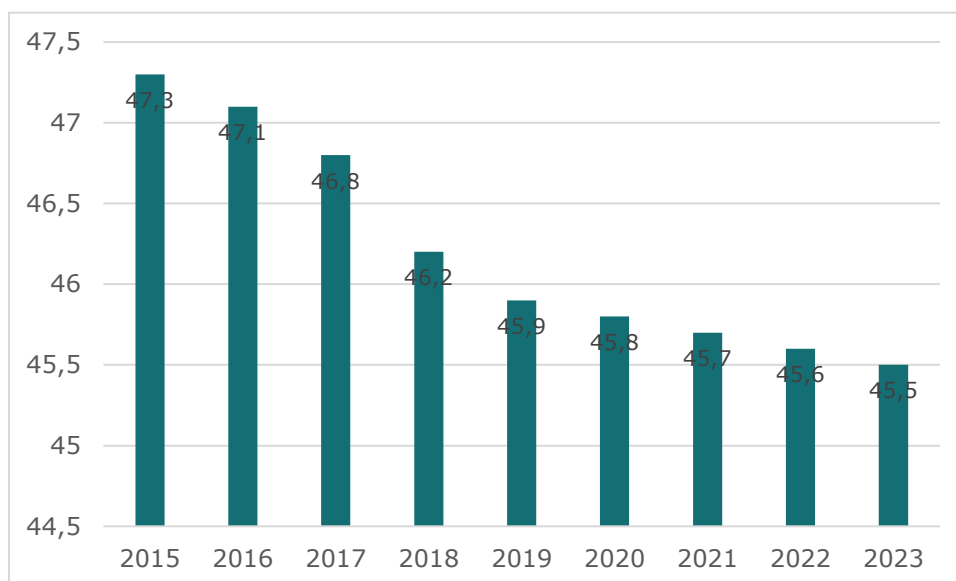
Fonte: DataLABOR

Em 19 municípios (6%), o ganho médio mensal superava os 2 000€, o valor mais elevado registado em Portugal. com destaque para Castro Verde (Alentejo), Alcochete (Área Metropolitana de Lisboa), Vila do Porto (Região Autónoma dos Açores) e Oeiras (Área Metropolitana de Lisboa). Entre estes destacam-se Castro Verde (Alentejo), Alcochete (Área Metropolitana de Lisboa), Vila do Porto (Região Autónoma dos Açores) e Oeiras (Área Metropolitana de Lisboa), evidenciando que os ganhos mais elevados podem estar relacionados com dinâmicas económicas específicas, como o peso de determinados setores ou a estrutura produtiva local.

Em contrapartida, em 93,8% dos municípios o ganho médio mensal manteve-se abaixo da média nacional

No que respeita à distribuição do rendimento antes da ação redistributiva do Estado, Portugal apresenta um nível elevado de desigualdade. Ainda assim, entre 2015 e 2023, registou-se uma redução de 2 pontos percentuais no Coeficiente de Gini, sinalizando uma ligeira melhoria na equidade ao longo do período.

Figura 10: Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal, 2015-2023



Fonte: DataLABOR

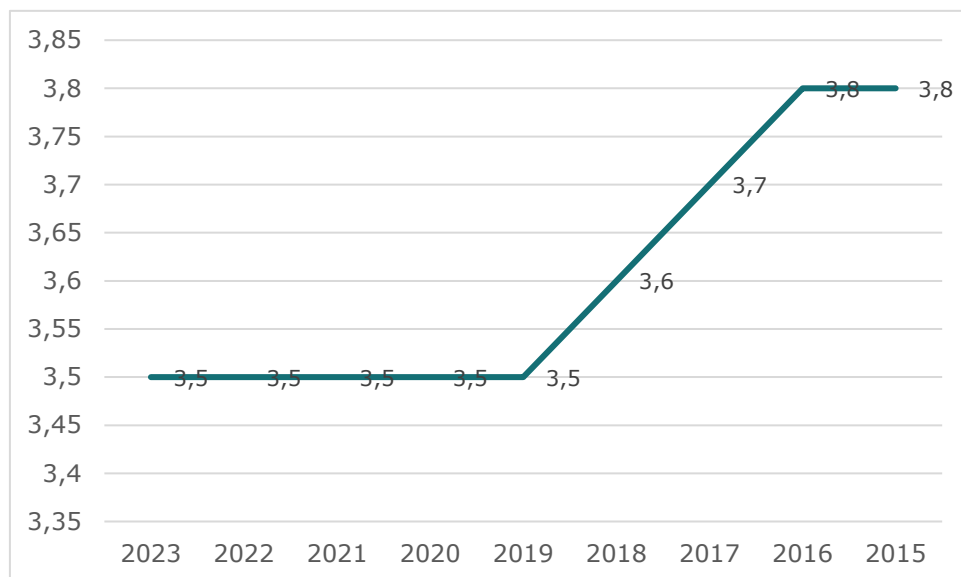
Em 2023, 23 municípios (7,7%)⁴ registavam níveis de desigualdade superiores ao valor nacional. Destes, quatro municípios apresentavam um Coeficiente de Gini acima de 50%, evidenciando situações de desigualdade particularmente acentuada. O caso mais expressivo foi o do município de Lisboa (54,3%), seguido do Porto (53,7%), Cascais (51,8%) e Vila do Porto (51,6%).

Entre estes territórios, destacam-se os municípios de Cascais (4,5) e do Porto (3,6), que registaram as maiores disparidades no indicador P80/P20, revelando que o rendimento dos 20% mais ricos é, respetivamente, mais de quatro e mais de três vezes superior ao dos 20% mais pobres. Já as maiores desigualdades relativas ocorreram em municípios como Loulé (5,1), Porto de Mós (4,8) e Oleiros (4,7), que integram o grupo de 47 municípios (15,8%) com valores acima da média nacional (3,5). Este valor, que se manteve estável desde 2019, corresponde ao nível mais baixo desde 2015, sinalizando uma tendência de redução da desigualdade no conjunto do país.

⁴ Informação disponível para 298 municípios.

A maioria dos territórios (77,9%) apresenta valores inferiores à média nacional, o que sugere que os níveis mais elevados de desigualdade estão circunscritos a contextos específicos e não representam a realidade predominante do país.

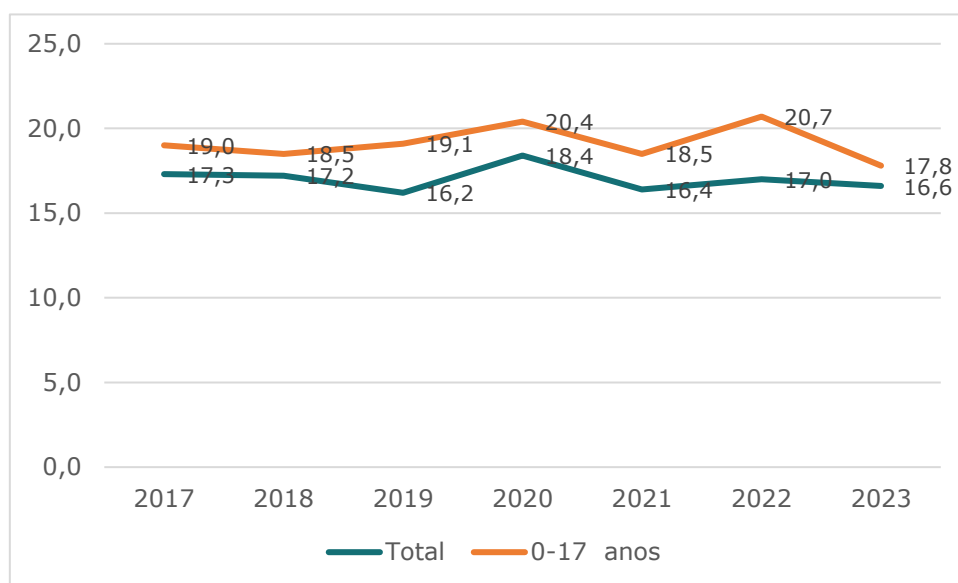
Figura 11: Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos agregados fiscais (P80/P20)



Fonte: INE

A análise destes indicadores, complementada com a informação sobre os níveis de pobreza, mostra que, a nível nacional, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais registou uma ligeira redução nos últimos seis anos. Entre 2017 e 2023, esta taxa diminuiu cerca de 1 ponto percentual (-0,7 p.p.), fixando-se em 16,6% em 2023, o que traduz um progresso moderado na mitigação do risco de pobreza.

Figura 12: Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, 2017-2023



Fonte: DataLABOR

O valor é superior ao valor do país, nas regiões autónomas - RA Açores (24,2%) e RA Madeira (19,1%) - no Norte (18%) e Península de Setúbal (18,7%), integrada na anterior região da AML.

Uma análise cronológica das regiões que se mantiveram estáveis na delimitação das NUTS 2013 e 2024 mostra que, embora apresentem os valores mais elevados de risco de pobreza, foram precisamente as Regiões Autónomas aquelas onde se verificou a maior redução da taxa de pobreza após transferências sociais no período de seis anos.

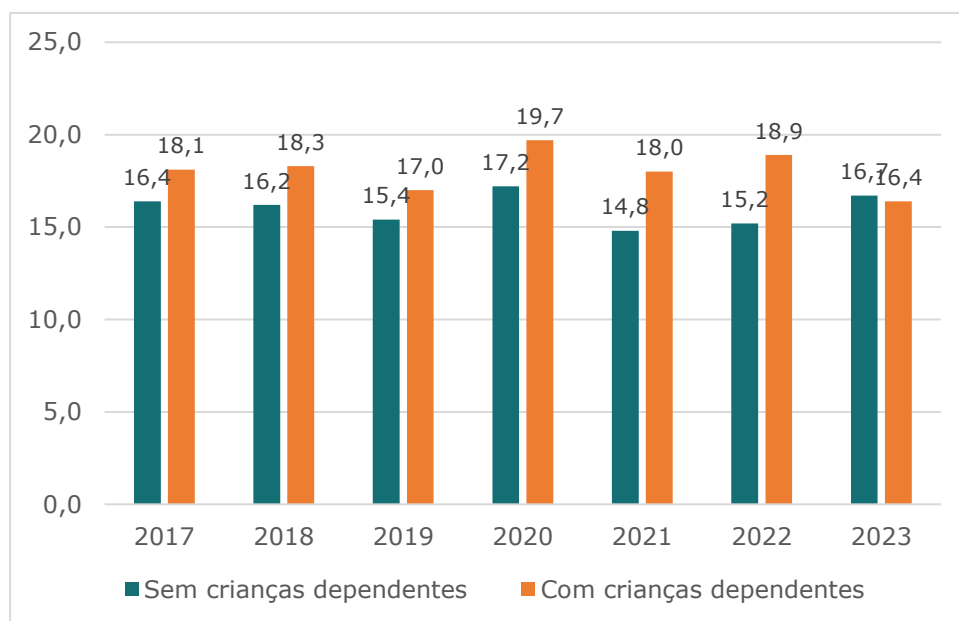
Em 2024, a privação material e social severa, medida pela incapacidade dos agregados em responder a necessidades básicas de consumo - a carência de 7 dos 13 itens -, atinge nestes territórios valores de 8,2% e 5,4%, superiores à média nacional (4,3%), evidenciando desigualdades face ao restante país.

Os dados evidenciam também que a pobreza incide de forma particularmente elevada sobre crianças e jovens (0-17 anos), grupo etário onde a taxa de risco de pobreza assume maior expressão, revelando uma maior vulnerabilidade económica das famílias com menores dependentes.

Esta realidade é confirmada pela análise da taxa de risco de pobreza após transferências sociais por composição do agregado familiar, que mostrava uma tendência persistente de as famílias com crianças dependentes apresentarem níveis de pobreza superiores aos registados em agregados sem filhos. Essa tendência foi apenas interrompida no último ano, quando se verificou um aumento da taxa de

pobreza nas famílias sem crianças dependentes e, em sentido inverso, uma diminuição nas famílias com crianças, que pela primeira vez passaram a registar valores inferiores aos dos agregados sem filhos.

Figura 13: Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por composição do agregado familiar, 2017-2023

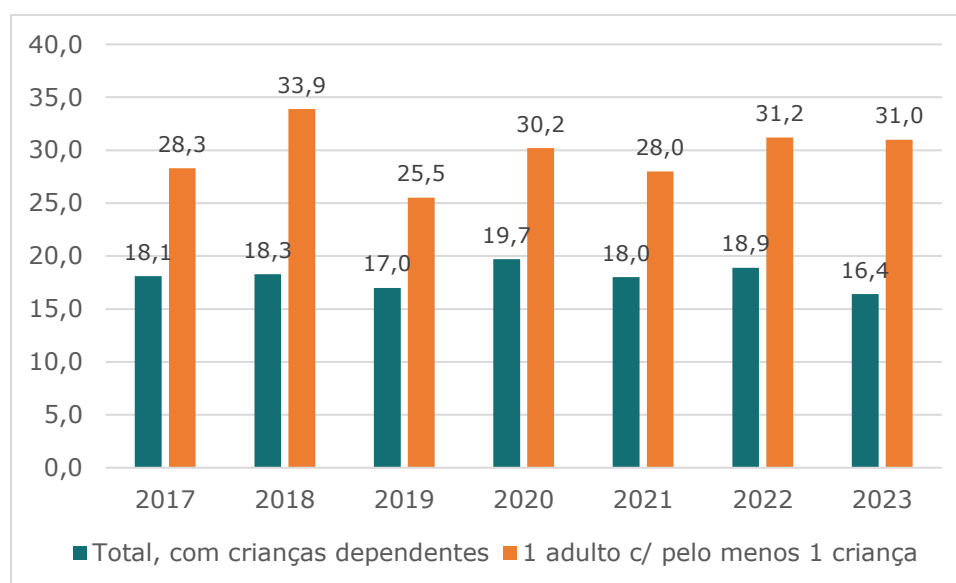


Fonte: INE, ICOR

Esta inversão pode estar associada ao reforço recente das políticas de apoio dirigidas à infância, como o alargamento do abono de família e as majorações fiscais para famílias com dependentes, que contribuíram para reduzir o risco de pobreza nas famílias com crianças. Em contrapartida, a menor atualização dos rendimentos nos agregados sem dependentes pode ter contribuído para o agravamento relativo deste grupo, revelando novas vulnerabilidades que importa acompanhar.

No entanto, a situação não melhorou nas famílias monoparentais. Em comparação com 2017, a taxa de risco de pobreza neste grupo aumentou 2,7 pontos percentuais, atingindo em 2023 cerca de um terço (31%) dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança. Este valor representa uma diferença de +14,6 pontos percentuais face ao total das famílias com filhos, evidenciando uma vulnerabilidade económica particularmente acentuada.

Figura 14: Taxa de risco de pobreza agregados com crianças dependentes, 2017-2023



Fonte: INE, ICOR

Apesar de, ao longo dos últimos nove anos, a taxa de privação material e social — indicador baseado na ausência de 7 ou mais dos 13 itens considerados essenciais para uma vida digna — no grupo dos 0-17 anos ter vindo a convergir e até a situar-se abaixo da média da população, em 2024, com o valor fixado em 11,1%, voltou a ultrapassá-la ligeiramente, interrompendo uma tendência de redução que se mantinha há seis anos.

Outro indicador relevante para a análise da vulnerabilidade das crianças e jovens é a taxa de incidência de crianças e jovens acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Este indicador corresponde ao número de menores relativamente aos quais foi comunicada pelo menos uma situação de perigo às CPCJ, no ano em análise, por cada 100 crianças e jovens residentes na área geográfica de intervenção de cada Comissão.

A análise de 2024 evidencia que as Equipas Técnicas Regionais (ETR) do Alentejo, do Algarve e da Região Autónoma dos Açores (RAA) registaram taxas de incidência superiores à média nacional, cujo valor foi de 5,1%, significando que, em cada 100 crianças e jovens residentes, mais de cinco foram alvo de pelo menos uma comunicação de situação de perigo às CPCJ ao longo do ano.

Na região do Alentejo destacam-se os municípios de Avis (15,3%), Mourão (10,4%), Fronteira (8,4%), Alvito (7,7%) e Ponte de Sor (7,6%); no Algarve os valores mais elevados foram registados em Castro Marim (9,4%), Vila Real de Santo António (7,93%), Albufeira (7,82%) e Monchique (7,25%) e nos Açores, sobressaem os

concelhos da Povoação (11,28%), Lagoa (8,94%) e Ribeira Grande (8,11%), na ilha de São Miguel, e de Angra do Heroísmo (7,93%), na ilha Terceira.

Síntese:

- Entre 2015 e 2023, Portugal registou uma melhoria no **ganho médio mensal dos trabalhadores** e uma ligeira redução das **desigualdades**, mas persistem disparidades territoriais significativas, com a Área Metropolitana de Lisboa a concentrar os salários mais elevados e o Algarve os mais baixos.
- Apesar da descida moderada da **taxa de risco de pobreza** para 16,6%, valores mais elevados continuam a verificar-se nas regiões autónomas, no Norte e na Península de Setúbal, enquanto famílias monoparentais e com crianças dependentes permanecem em situação de maior vulnerabilidade, apesar de algum alívio trazido por políticas de apoio à infância.
- A pobreza incide de forma particularmente intensa sobre crianças e jovens, refletida não só na **taxa de privação material e social**, que voltou a ultrapassar a média nacional em 2024, como também na elevada incidência de casos acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em regiões como o Alentejo, Algarve e Açores.

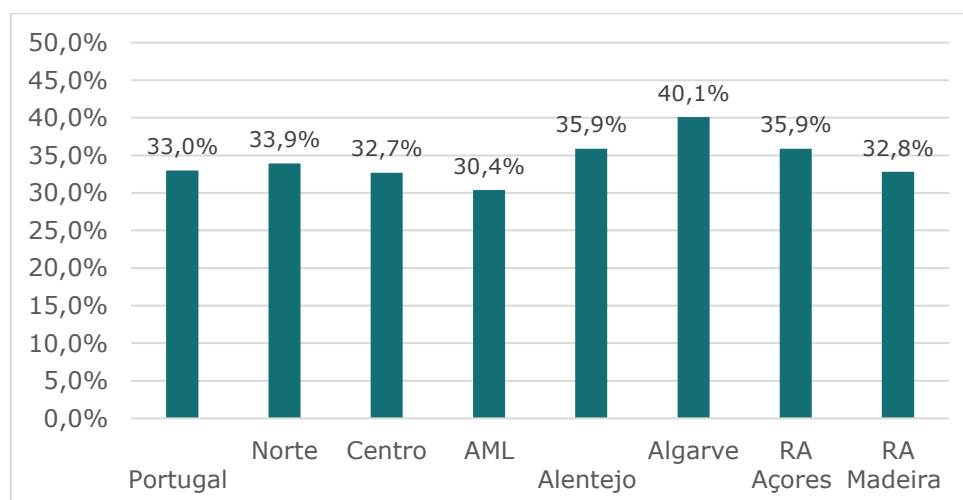
Proteção social

Os indicadores de proteção social selecionados – beneficiários de abono de família, de rendimento social de inserção, prestação social única - permitem identificar fragilidades socioeconómicas da população com menos de 24 anos, ao nível do município.

Em 2021, contabilizaram-se 799 535 crianças e jovens beneficiários/as do abono de família. Relacionando este valor com a população residente até aos 24 anos, de acordo com os Censos 2021, conclui-se que cerca de um terço (33%) dos/as jovens em Portugal auferia esta prestação social. Em 2024, o número absoluto de beneficiários/as aumentou para 811 458, mas a taxa de cobertura manteve-se praticamente estável (33,5%).

A nível regional, entre as cinco regiões com valores mais elevados, o Algarve destaca-se com o rácio mais alto, atingindo 40,1%, significativamente acima da média nacional.

Figura 15: Proporção da população residente até aos 24 anos beneficiários/as do abono de família, 2021(%)



Fonte: INE

A análise à escala municipal evidencia também uma tendência de alargamento da cobertura territorial. Em 2021, 228 municípios (74%) registavam beneficiários/as de abono de família, número que subiu para 235 municípios (76,3%) em 2024.

Entre 2021 e 2024, apenas dois municípios — Albufeira e Mirandela — se mantiveram de forma consistente no grupo dos dez primeiros com rácios mais elevados de beneficiários/as face à população residente jovem.

Tabela 11: Beneficiários/as de abono de família, municípios, 2001-2024

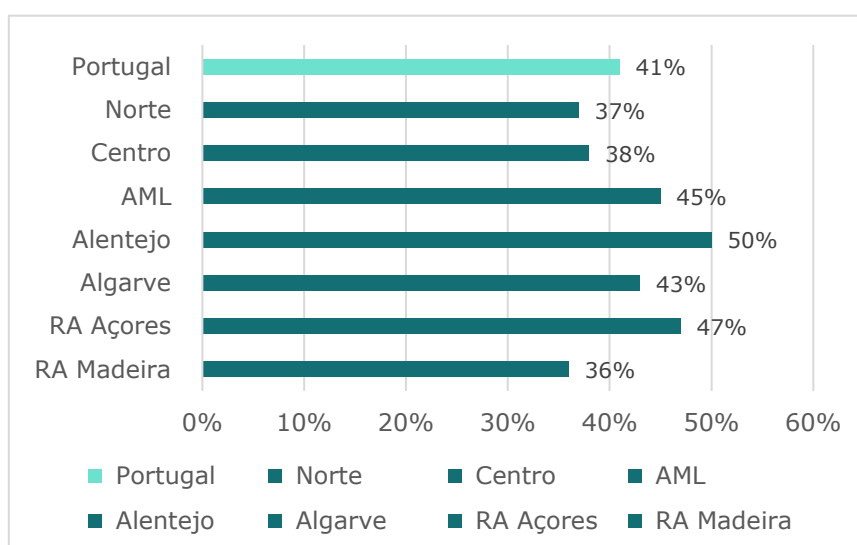
2021		2024	
Municípios	Percentagem (%)	Municípios	Percentagem (%)
Vila Flor	45,6%	Pedrógão Grande	52,7%
Alfândega da Fé	45,4%	Albufeira	47,5%
Resende	45,1%	Crato	46,4%
Vinhais	44,6%	Alter do Chão	46,1%
Murça	44,3%	Silves	45,9%
Albufeira	44,1%	Bragança	45,9%
Cinfães	43,9%	Vila Velha de Ródão	45,8%
Mogadouro	43,9%	Vila de Rei	45,3%
Valpaços	43,6%	Portimão	45,0%
Mirandela	43,4%	Mirandela	44,2%

Fonte: INE

Em 2021, existiam em Portugal 108 156 beneficiários/as do RSI com menos de 25 anos, representando 41% do total da população abrangida por esta prestação social.

A análise regional evidencia disparidades relevantes: nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo, Algarve e Açores, o peso relativo dos/as jovens beneficiários/as é superior à média nacional. No Alentejo, metade dos

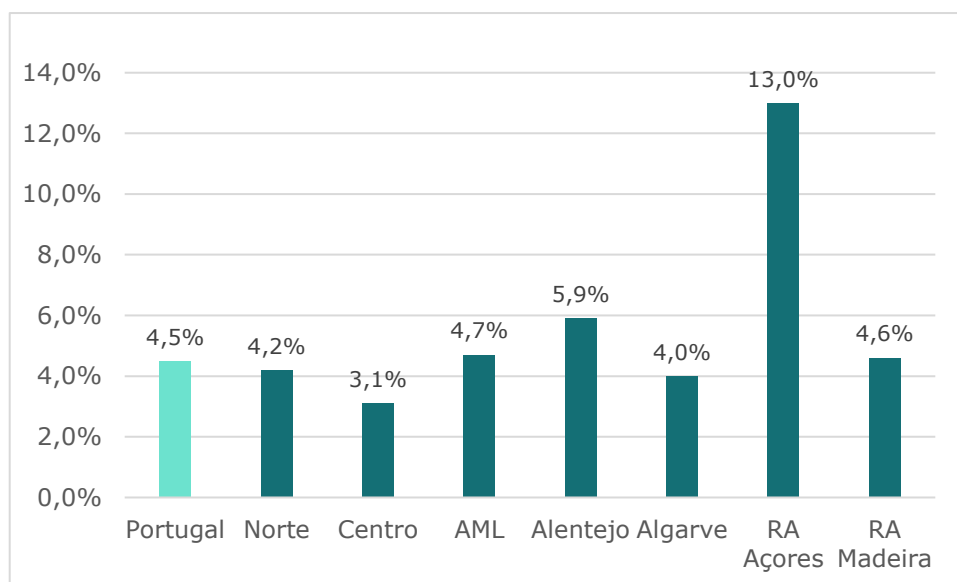
Figura 16: Beneficiários/as do RSI com menos de 25 anos, 2021 (%)
beneficiários/as de RSI pertence a esta faixa etária.



Fonte: DataLABOR, cálculos próprios

Quando se relaciona o número de beneficiários/as de RSI com a população residente entre os 0 e os 24 anos, verifica-se que, em 2021, o valor nacional era de 4,5%, enquanto os Açores registavam 13%, o rácio mais elevado do país.

Figura 17: Proporção de beneficiários/as de RSI na população residente entre os 0 e os 24 anos (%)



Fonte: Cálculos próprios

À escala municipal, em 117 municípios (38%) o rácio de beneficiários/as de RSI jovens ultrapassava a média nacional. Os valores mais elevados foram observados nos municípios de Mourão, Monforte e Moura (Alentejo), seguidos de três municípios dos Açores - Ribeira Grande, Nordeste e Povoação.

Tabela 12: Proporção de beneficiários/as de RSI na população residente entre os 0 e os 24 anos, municípios, 2021 (%)

2021	
Território	Percentagem (%)
Portugal	4,5%
Mourão	33,1%
Monforte	27,1%
Moura	26,6%
Ribeira Grande	24,1%
Nordeste	15,8%
Povoação	15,7%
Figueira de Castelo Rodrigo	15,6%
Lagoa	15,0%
Vidigueira	14,8%
Avis	14,6%

Fonte: Cálculos próprios

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) foi criada em 2017, através do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, com o objetivo de apoiar pessoas com deficiência ou incapacidade, substituindo e integrando diversos apoios existentes, como o subsídio mensal vitalício e a pensão social de invalidez.

Em 2021, registaram-se em Portugal 124 015 beneficiários/as da PSI, com maior concentração nas regiões do Norte (38%), Área Metropolitana de Lisboa (23,4%) e Centro (21,1%), que em conjunto abrangiam mais de quatro quintos do total nacional.

Tabela 13: Beneficiários/as da PSI, NUTS II, 2021 (%)

2021	
Território	Percentagem (%)
Norte	38,0%
Centro	21,1%
AML	23,4%
Alentejo	7,4%
Algarve	3,8%
RA Açores	2,9%
RA Madeira	3,1%

Fonte: DataLABOR, cálculos próprios

Passados três anos, em 2024, o número de beneficiários/as aumentou. Destaca-se, em particular, a evolução do grupo com menos de 25 anos, que passou de 9% para 11,7% do total de beneficiários/as, um acréscimo de 2,7 pontos percentuais.

Considerando este grupo etário, as regiões do Norte, AML (Grande Lisboa – NUTS 2024) e Centro concentram a maior proporção de jovens abrangidos/as pela PSI.

Tabela 14: Proporção de jovens abrangidos/as pela PSI, NUTS II 2013 e 2024 (%)

2021		2024	
Municípios	Percentagem (%)	Municípios	Percentagem (%)
Norte	35,4%	Norte	34,3%
Centro	20,0%	Centro	13,7%
AML	26,5%	Oeste e Vale do Tejo	9,7%
Alentejo	8,1%	Grande Lisboa	18,0%
Algarve	4,4%	Península de Setúba	8,9%
RA Açores	2,7%	Alentejo	4,8%
RA Madeira	2,7%	Algarve	4,8%
		RA Açores	2,7%
		RA Madeira	3,0%

Fonte: DataLABOR, cálculos próprios

À escala municipal, em 2021, o município de Monforte apresentava o maior rácio de beneficiários/as de PSI com menos de 25 anos em relação à população jovem residente (0-24 anos), atingindo 2,3%. Em 2024, a posição de destaque passou para Castanheira de Pêra, onde os beneficiários/as jovens de PSI representavam 2,4% da população residente até aos 24 anos.

Tabela 15: Proporção de jovens abrangidos/as pela PSI, municípios 2013 e 2024 (%)

2021		2024	
Municípios	Percentagem (%)	Municípios	Percentagem (%)
Monforte	2,3%	Castanheira de Pêra	2,4%
Alfândega da Fé	1,5%	Arronches	2,2%
Borba	1,4%	Borba	1,8%
Chamusca	1,3%	Miranda do Corvo	1,8%
Castanheira de Pêra	1,2%	Alfândega da Fé	1,8%
Pinhel	1,1%	Chamusca	1,7%
Salvaterra de Magos	0,9%	Salvaterra de Magos	1,6%
Valpaços	0,9%	Monforte	1,6%
Mourão	0,9%	Almeirim	1,6%
Lousã	0,9%	Valpaços	1,6%

Síntese:

1. Entre 2021 e 2024, o **Abono de Família** abrangeu cerca de um terço da população residente até aos 24 anos, mantendo-se estável em torno dos 33%. O número absoluto de beneficiários aumentou ligeiramente (de 799 mil para 811 mil), e a cobertura territorial alargou-se de 228 para 235 municípios. O Algarve destacou-se como a região com maior rácio de beneficiários (40,1%), muito acima da média nacional.
2. No caso do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, existiam em 2021 mais de 108 mil beneficiários com menos de 25 anos, representando 41% do total. O peso relativo dos jovens era superior à média nacional em regiões como a AML, Alentejo, Algarve e Açores. Relacionando com a população residente, o rácio nacional foi de 4,5%, mas os Açores atingiram 13%, o valor mais elevado do país. À escala municipal, 117 concelhos (38%) superavam a média nacional, com destaque para Mourão, Monforte e Moura no Alentejo e três municípios açorianos.
3. A **Prestação Social para a Inclusão (PSI)** registou um aumento significativo de beneficiários entre 2021 e 2024, em particular no grupo com menos de 25 anos, que passou de 9% para 11,7% do total (+2,7 p.p.). As regiões do Norte, AML e Centro concentravam a maior proporção de jovens abrangidos, enquanto a nível municipal se destacavam Monforte (2021) e Castanheira de Pêra (2024), com os rácios mais elevados face à população jovem residente.

Habitação:

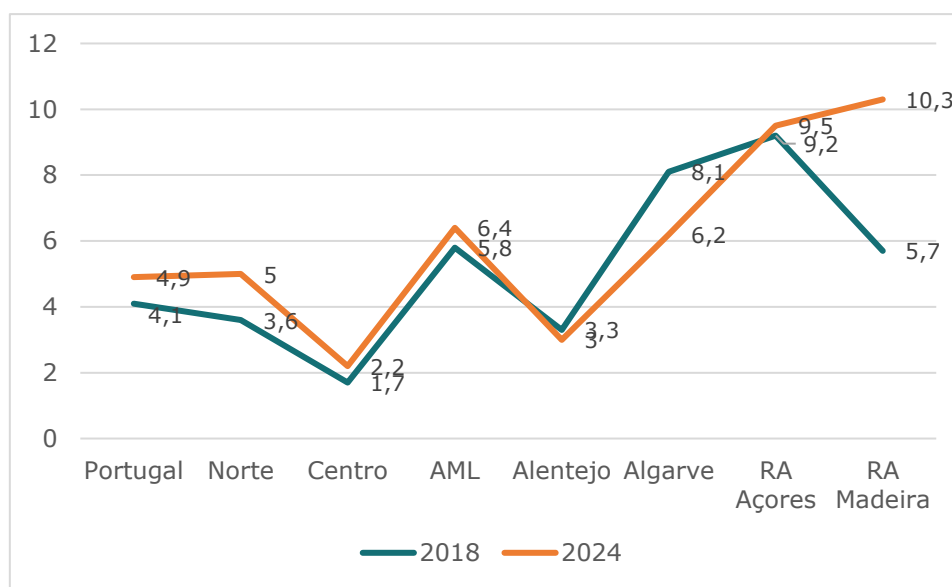
Na dimensão Habitação, os indicadores selecionados permitem caracterizar as condições de acesso, qualidade e esforço financeiro associado à habitação, bem como uma perspetiva sobre a evolução dos preços de venda e arrendamento.

A análise estatística efetuada incide sobre diversos indicadores que caracterizam a nível nacional, de regiões e local o acesso e as condições de habitação.

De 2018 a 2024, período para o qual existe informação disponível para regiões, a taxa de privação severa das condições da habitação aumentou de 4,1% para 4,9% a nível nacional. Ao nível das regiões, a privação habitacional que se manifesta em sobrelotação e falta de condições físicas da habitação e de salubridade, cinco apresentaram, em 2024, valores superiores ao valor nacional, manifestando carências habitacionais piores.

Das cinco regiões - Norte, AML; Algarve, Regiões autónomas – a Madeira e os Açores são as zonas do país que mais se distanciam do valor nacional, com valores de taxa severa das condições de habitação de 10,3% e 9,5%, respetivamente. A AML e o Algarve também se destacam do valor nacional, encontrando-se em pior situação, tendo a região da AML visto aumentar em um ponto percentual as condições de habitação dos seus residentes nos últimos seis anos.

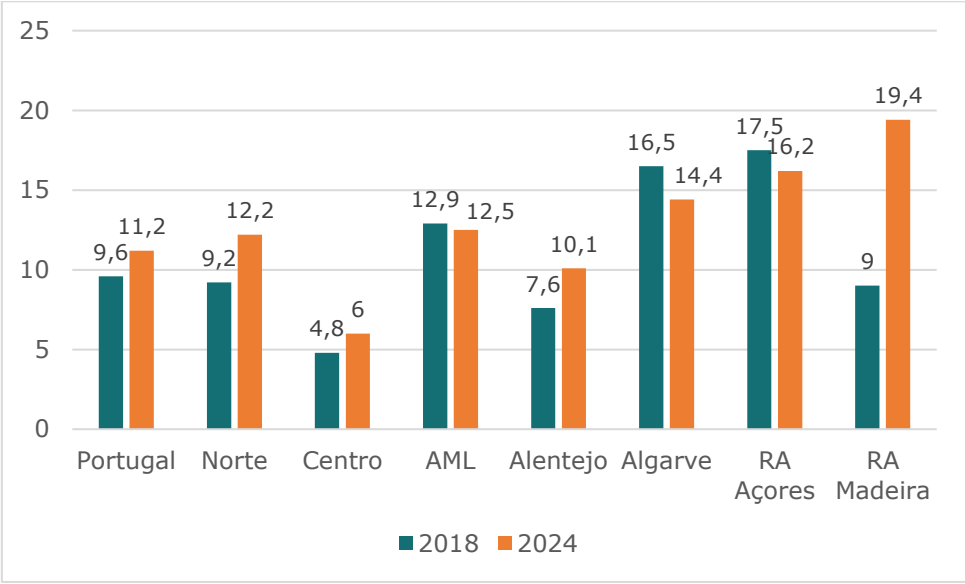
Figura 18: Taxa severa das condições de habitação, 2018-2024 (%)



Fonte: INE, ICOR

No que respeita à sobrelotação habitacional, 11% da população em Portugal vivia, em 2024, em casas com dimensão insuficiente face à composição do agregado familiar, valor que traduz um agravamento face a 2018, quando a taxa se situava em 9,6%. Entre as cinco regiões em que este indicador superava a média nacional, quatro registaram uma deterioração relativamente a 2018, destacando-se a Região Autónoma da Madeira, onde a taxa de sobrelotação aumentou de forma expressiva, mais dez pontos percentuais, atingindo 19,4% da população.

Figura 19: Taxa de sobrelotação habitacional, 2018-2024 (%)



Fonte: INE, ICOR

Em 2024, 6,9% da população em Portugal vivia em agregados familiares onde as despesas com a habitação representavam mais de 40% do rendimento disponível equivalente, o que traduz um aumento de dois pontos percentuais face a 2014 e também em relação a 2023, confirmando a tendência de agravamento da pressão dos custos habitacionais sobre os orçamentos familiares.

Entre 2023 e 2024, o peso dos encargos com este tipo de despesa aumentou em todas as regiões do país, tendo no último ano um peso mais significativo nas famílias residentes na AML (9,6%), Algarve (8,3%) e no Norte (6,2%) do país indicando que estão numa situação de maior vulnerabilidade e em esforço excessivo pois ultrapassam o limiar considerado crítico.

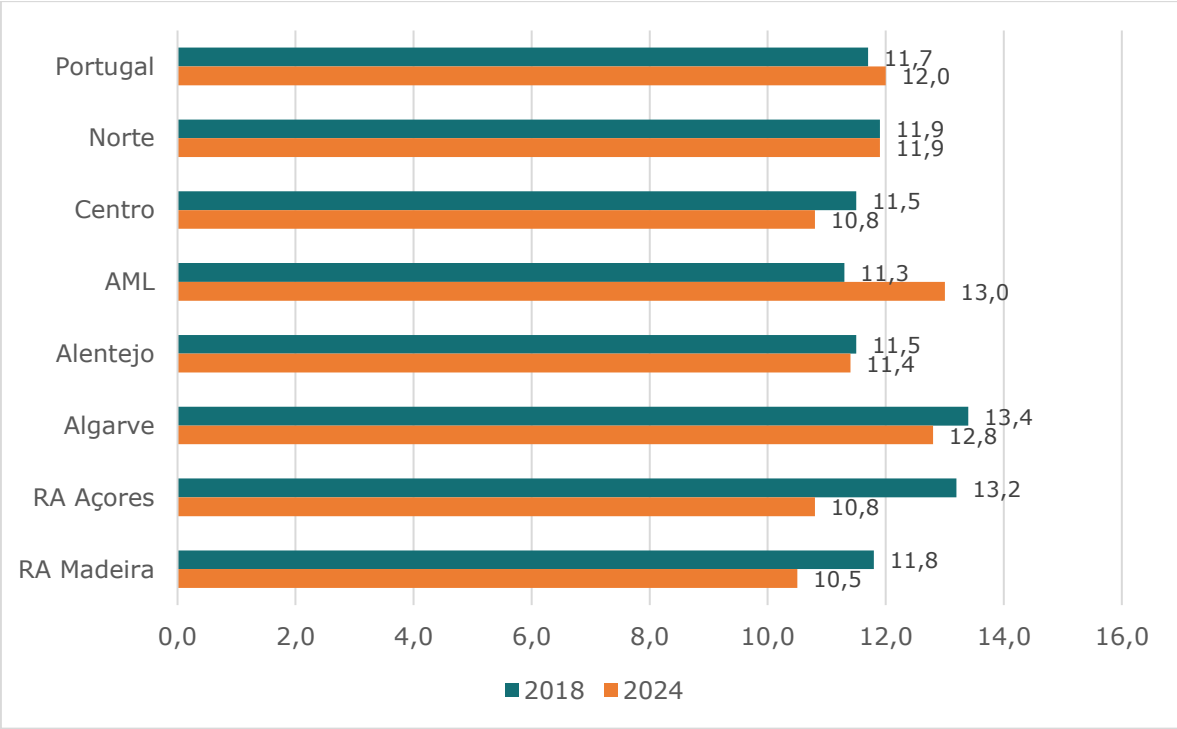
Tabela 16: Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, 2023-2024 (%)

Território	2023	2024
Portugal	4,9	6,9
Norte	4,7	6,2
Centro	3,4	5,4
AML	6,4	9,6
Alentejo	3,6	4,0
Algarve	7,9	8,3
RA Açores	2,8	4,6
RA Madeira	3,8	5,2

Fonte: INE, ICOR

A carga mediana das despesas em habitação, em 2024, indicador que traduz o rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzindo as transferências sociais relativas à habitação, revela que as regiões da AML (13%) e do Algarve (12,8%), com valores superiores a Portugal (12%), são as zonas mais críticas do país.

Tabela 17: Carga mediana das despesas em habitação



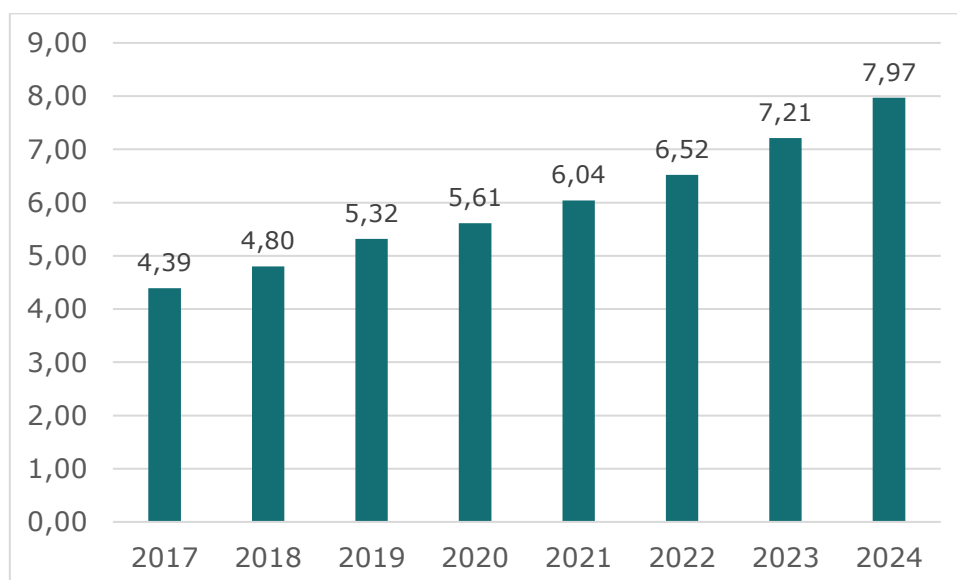
Fonte: INE, ICOR

Entre 2018 e 2024, a AML destacou-se como a única região onde as famílias registaram um agravamento da carga mediana das despesas (+1,7 p.p.), tendência que se acentuou entre 2023 e 2024, com uma subida adicional de 2,7 p.p.. No entanto, neste último período, todas as regiões do país registaram aumentos, evidenciando um reforço generalizado da pressão das despesas com habitação sobre os orçamentos familiares.

Em termos analíticos, a conjugação destes dados sugere que a habitação está a absorver uma parcela crescente do rendimento das famílias, reduzindo margens para outras despesas essenciais e ampliando desigualdades regionais. O caso da AML confirma uma pressão estrutural e persistente, enquanto o agravamento recente no resto do país aponta para uma tendência de disseminação do problema, que poderá ter impactos de longo prazo na coesão social e territorial.

Em relação ao valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, entre 2017 e 2024, Portugal registou um crescimento anual contínuo, passando de 4,39 €/m² em 2017 para 7,97 €/m² em 2024 — um acréscimo de 81,5% em apenas sete anos.

Figura 20: Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 2017-2024 (€)



Fonte: INE

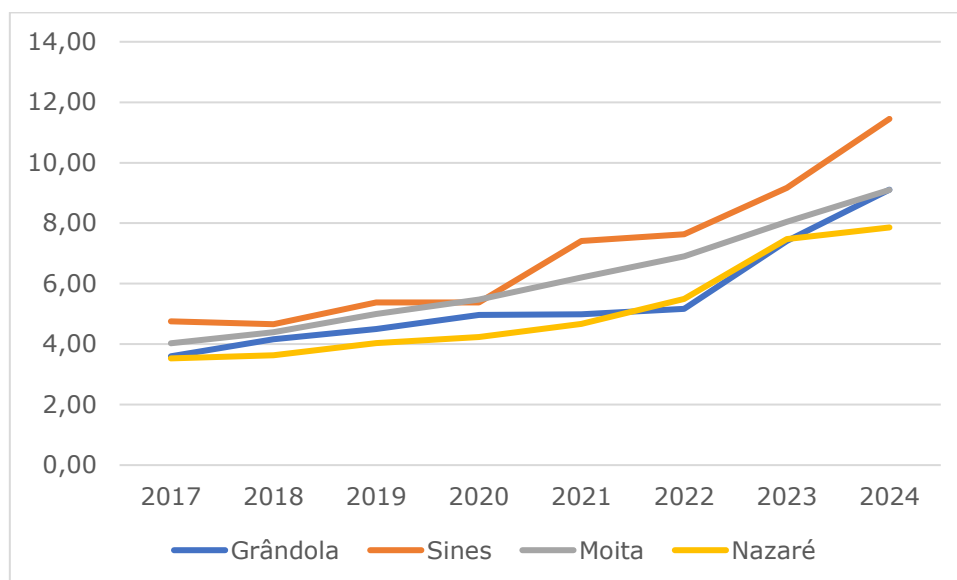
Todas as regiões do país acompanharam esta tendência, com aumentos muito expressivos no período em análise, evidenciando a generalização da pressão sobre o mercado de arrendamento. Em 2024, 44 municípios (21% do total de 212 municípios que possuem dados) apresentavam valores nominais superiores à média nacional, mais seis do que em 2017, o que demonstra uma expansão territorial da pressão sobre as rendas.

Destacam-se os municípios de Lisboa (15,93 €/m²), Cascais (15,31 €/m²), Oeiras (13,80 €/m²) e Porto (12,58 €/m²), que mantêm desde 2017 a liderança como os territórios com as rendas mais elevadas do país, consolidando-se como territórios persistentes de maior inacessibilidade habitacional.

A análise percentual (variação) confirma que, entre os 196 municípios com informação disponível para o período 2017-2024, todos registaram aumentos no preço das rendas. Contudo, em mais de um terço (72 municípios), o crescimento foi superior à média nacional, revelando que a pressão sobre o arrendamento não só se generalizou, como em muitos casos se intensificou. Em vinte e três municípios os preços das casas para arrendar duplicaram ou mais do que duplicaram em sete anos. Entre os casos mais expressivos encontram-se Grândola (+153,1%), Sines

(+140,5%), Moita (+125,8%), Nazaré (122,7%) e Entroncamento (121,9%), onde o aumento ultrapassou largamente o padrão nacional.

Figura 21: Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 2017-2024, municípios com maior aumento (€)

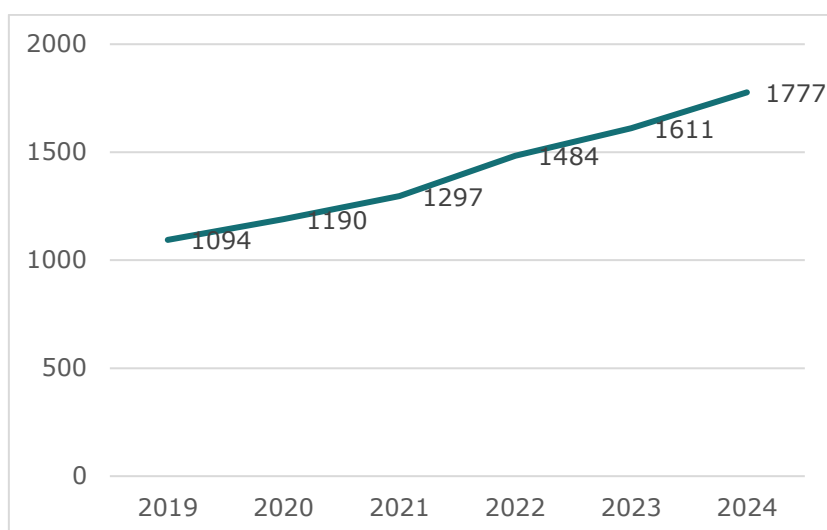


Fonte: INE

Por freguesia, constata-se que a maior parte das freguesias do concelho de Lisboa integra o grupo das 141 freguesias com valores de arrendamento superiores à média nacional, posicionando-se no topo da lista dos preços mais elevados. A única exceção é a freguesia de Santa Clara, que se destaca por apresentar valores abaixo desse patamar.

No que respeita ao valor das vendas de alojamentos familiares, o cenário é semelhante ao do arrendamento: em todo o território nacional verificaram-se aumentos significativos. Entre 2019 e 2024, Portugal registou uma valorização acumulada de 62,4%, refletindo a tendência generalizada de subida dos preços da habitação.

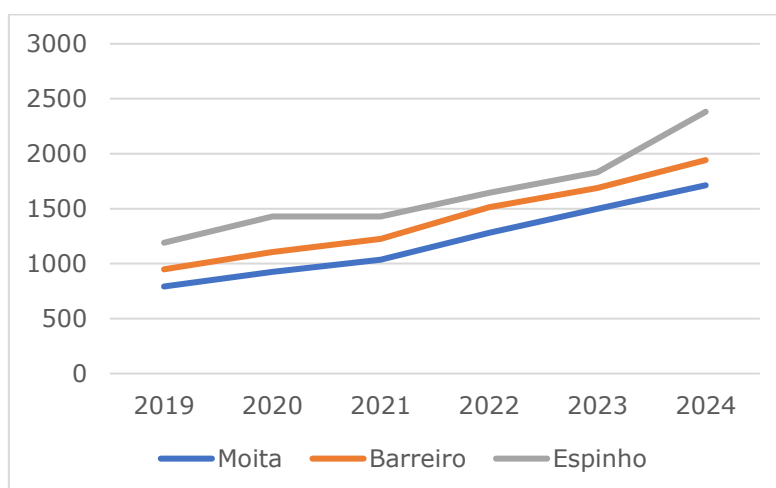
Figura 22: Valor mediano das vendas de alojamentos familiares, 2019-2024 (€)



Fonte: INE

Em 2024, entre os 34 municípios com os valores nominais mais elevados do país, Lisboa, Cascais e Oeiras destacam-se no mercado habitacional. No entanto, os maiores crescimentos relativos no período em análise ocorreram em territórios fora das geografias tradicionais: Moita (116,3%) e Barreiro (104,9%), na margem sul do Tejo, e Espinho (100,2%), no Norte, destacaram-se com variações muito acima da média nacional, evidenciando o alargamento geográfico da pressão sobre os preços.

Figura 23: Valor mediano das vendas de alojamentos familiares, municípios com maior aumento, 2019-2024, (€)



Fonte: INE

Em 2024, em termos nominais, a maioria das freguesias do concelho de Lisboa figurava entre os territórios mais caros do país para aquisição de habitação. Em sete

delas — Santo António, Marvila, Estrela, Misericórdia, Campo de Ourique, Santa Maria Maior e Parque das Nações — o preço mediano de venda ultrapassou os 5.000 €/m².

Particular destaque vai para a freguesia de Marvila, onde, em apenas cinco anos (2019-2024), os valores duplicaram, atingindo os 5.623 €/m² em 2024. Este enorme incremento ocorreu em catorze freguesias, sobretudo concentradas na Área Metropolitana de Lisboa (Mafra, Lisboa, Moita, Barreiro, Palmela), Área Metropolitana do Porto (Gaia e Porto), além de casos no Algarve (Portimão) e Madeira (Funchal).

Síntese:

- Entre 2018 e 2024, registou-se um agravamento das **condições habitacionais** em Portugal. A taxa de privação severa aumentou de 4,1% para 4,9%, com valores muito superiores na Madeira (10,3%) e nos Açores (9,5%). Também a sobrelotação habitacional cresceu, atingindo 11% da população, com destaque para a Madeira, onde o valor subiu dez pontos percentuais em seis anos.
- O **esforço financeiro das famílias** com a habitação também se intensificou. Em 2024, 6,9% da população vivia em agregados onde a despesa com a casa ultrapassava 40% do rendimento, percentagem mais elevada na AML (9,6%) e no Algarve (8,3%). A carga mediana das despesas atingiu 13% na AML e 12,8% no Algarve, valores acima da média nacional (12%), confirmando a pressão estrutural nestas regiões e uma tendência de agravamento generalizado em todo o país.
- No mercado, tanto o **arrendamento como a compra de casa** registaram fortes subidas. Entre 2017 e 2024, as rendas aumentaram 81,5%, com Lisboa, Cascais, Oeiras e Porto a liderarem nos preços, e em 23 municípios as rendas duplicaram ou mais. Entre 2019 e 2024, os preços de venda subiram 62,4% a nível nacional, com Lisboa, Cascais e Oeiras a manterem valores mais elevados, mas com crescimentos muito acima da média em municípios como Moita, Barreiro e Espinho, revelando a expansão territorial da pressão habitacional.

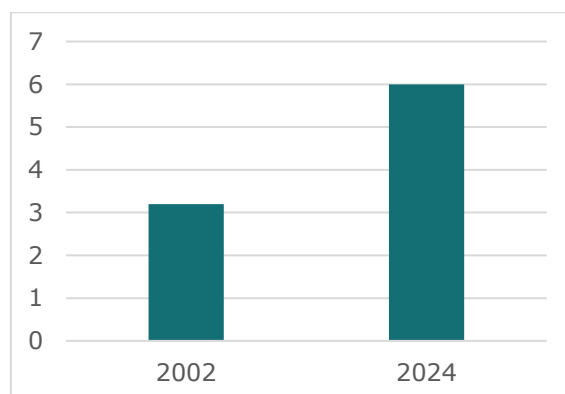
Saúde e bem-estar

A dimensão Saúde integra indicadores que permitem avaliar a evolução da capacidade do sistema e alguns comportamentos de risco entre a população. Inclui a densidade médica em Portugal, medida pelo número de médicos por mil habitantes, bem como a proporção de utentes inscritos nos cuidados de saúde primários com e sem médico de família atribuído, refletindo o acesso aos serviços básicos de saúde. Complementarmente, analisa-se a prevalência do consumo de drogas ao longo da vida entre alunos dos 13 aos 18 anos, indicador relevante para compreender padrões de risco e vulnerabilidade em idade escolar.

A saúde constitui um dos pilares centrais do bem-estar e da coesão social, sendo determinante não apenas para a qualidade de vida individual, mas também para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade das comunidades. O acesso a cuidados de saúde de qualidade, próximos e equitativos traduz-se em maior longevidade, melhor qualidade de vida e menores desigualdades sociais.

A evolução da densidade médica em Portugal nas últimas duas décadas ilustra bem o esforço de reforço da capacidade do sistema. Entre 2002 e 2024, o número de médicas/os por 1 000 habitantes passou de 3,2 para 6, sinalizando um aumento significativo na disponibilidade de profissionais de saúde.

Figura 24: Médicas/os por 1000 habitantes (N.º), 2002-2024



Fonte: INE

Esta tendência verifica-se também a nível local. Em Coimbra, o rácio cresceu de 19,9 médicas/os por 1 000 habitantes em 2002, para 34,7 em 2024, evidenciando a forte presença da academia e das unidades hospitalares. O Porto passou de 15,2 para 22, Lisboa de 12,7 para 17,7, e Oeiras de 8,2 para 11,1. Estes dados revelam não apenas a expansão da cobertura, mas também as diferenças territoriais na concentração de profissionais de saúde, que refletem dinâmicas urbanas, académicas e hospitalares distintas.

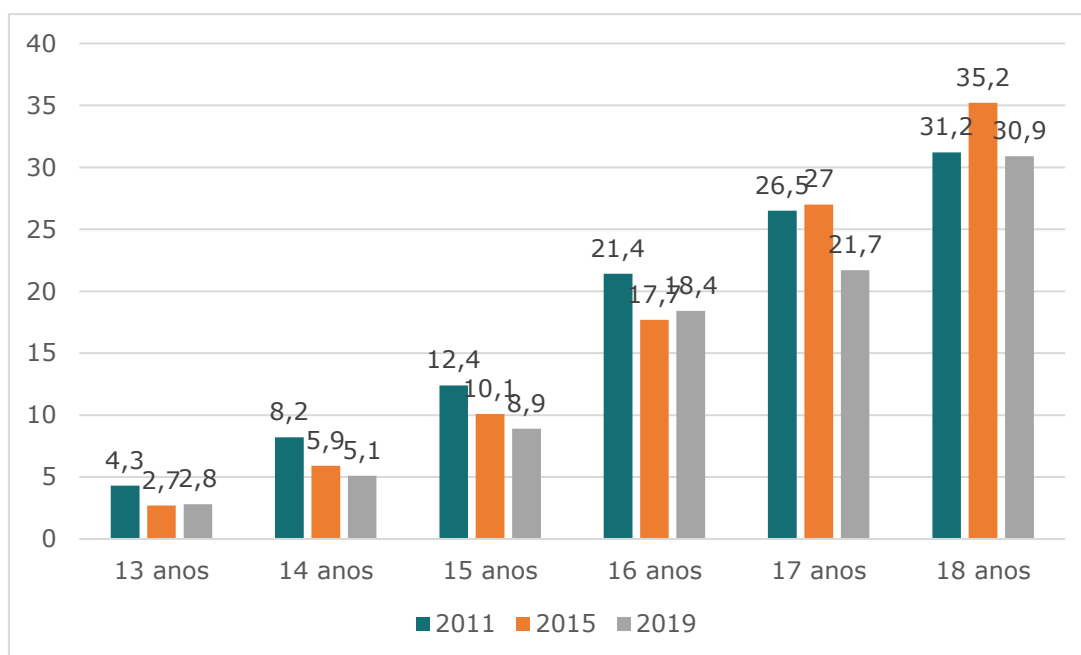
No entanto, na larga maioria do território - 90,6% municípios, o número de médicas/os por 1 000 habitantes é inferior ao valor nacional, revelando uma acentuada concentração de profissionais em poucos territórios e, em contrapartida, uma escassez generalizada na maioria dos concelhos do país. Esta assimetria evidencia as desigualdades territoriais no acesso a cuidados de saúde.

Em relação ao total de utentes inscritos nos cuidados de saúde primários com médico de família atribuído, a região Norte apresentava a melhor situação, com 97,3% das pessoas inscritas com médico de família. Em contraste, a ARS Lisboa e Vale do Tejo registava a cobertura mais baixa, com apenas 71,5% dos utentes nesta condição.

No período de oito anos, todas as ARS registaram uma redução média de 8 pontos percentuais na cobertura de médicos de família. A única exceção foi a ARS Algarve, que apresentou um aumento de 1,5 pontos percentuais.

A prevalência de consumo de qualquer droga ao longo da vida, Portugal Continental, entre os alunos 13-18 anos, teve uma redução entre 2011 e 2019, sobretudo no grupo dos 17 anos.

Figura 25: Prevalência de consumo de qualquer droga ao longo da vida, alunos 13-18 anos, Portugal Continental, 2011-2019



Fonte: Relatório Anual • 2023 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I. P.

Síntese

- Nas últimas duas décadas, Portugal registou um reforço significativo da capacidade do sistema, com a densidade médica a duplicar de 3,2 para 6 **médicas/os por mil habitantes** entre 2002 e 2024. Contudo, persistem fortes assimetrias territoriais, já que mais de 90% dos municípios apresentam valores inferiores à média nacional, concentrando-se os profissionais sobretudo em territórios urbanos e académicos como Coimbra, Porto e Lisboa.
- No acesso aos cuidados de saúde primários, verificam-se igualmente disparidades regionais. Enquanto o Norte assegurava em 2024 uma cobertura de 97,3% da **população inscrita com médico de família**, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava apenas 71,5%, a taxa mais baixa do país. No conjunto das regiões de saúde, observou-se ainda uma redução média de oito pontos percentuais na cobertura ao longo da última década, com exceção do Algarve, onde se registou uma ligeira melhoria.
- Quanto aos comportamentos de risco, os dados mais recentes sobre a **prevalência de consumo de drogas entre alunos dos 13 aos 18 anos** indicam uma evolução positiva. Entre 2011 e 2019, verificou-se uma redução significativa, sobretudo no grupo dos 17 anos, revelando sinais de maior eficácia das políticas de prevenção e da intervenção escolar e comunitária na área das dependências.

Justiça e condutas de risco

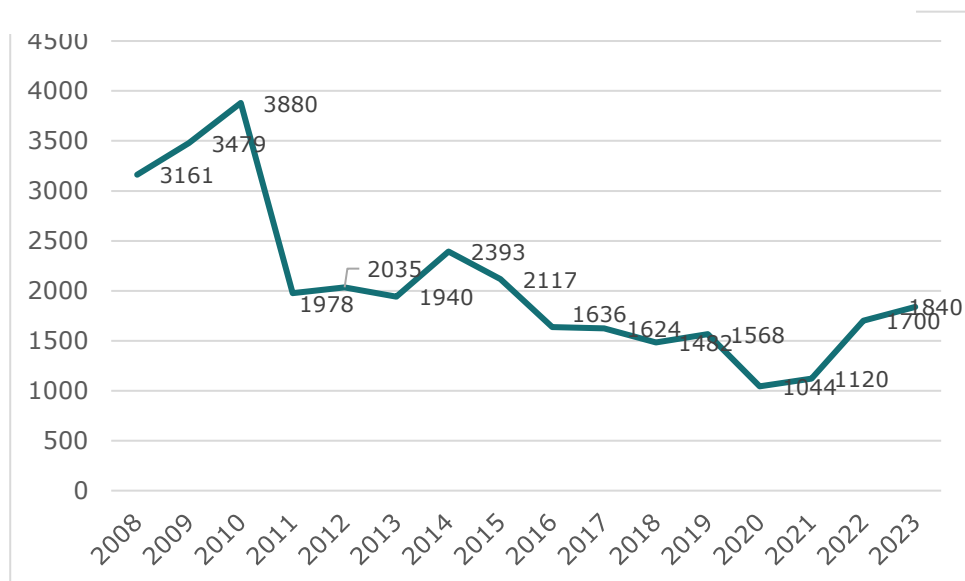
A dimensão Justiça e Condutas de Risco reúne indicadores que permitem avaliar a exposição da população, em particular dos jovens, a contextos de violência, criminalidade e delinquência. Inclui informação sobre a criminalidade participada, os crimes praticados por menores entre os 12 e os 16 anos, a criminalidade grupal e os inquéritos tutelares educativos, oferecendo uma visão das dinâmicas de risco e da resposta do sistema de justiça juvenil.

A criminalidade participada registou, no último decénio, uma ligeira redução de -0,3%, fixando-se em 354 878 participações a nível nacional em 2024. Em termos territoriais, destacaram-se os distritos de Lisboa (35,6%) e Porto (16,0%), que, em conjunto, concentraram mais de metade das ocorrências registadas. Contudo, as tendências recentes foram distintas: Lisboa apresentou uma redução de -1,8% entre 2023 e 2024, enquanto o Porto registou um aumento de 4,8%, revelando um aumento relativo da pressão criminal na Área Metropolitana do Porto.

A criminalidade violenta e grave apresentou uma descida mais acentuada no mesmo período (2015-2024), com uma redução global de 24,1%. Esta tendência verificou-se na maioria dos distritos, à exceção de Coimbra e Évora, que registaram ligeiros aumentos de 0,2% e 0,1%, respetivamente. Já os distritos de Lisboa e Beja evidenciaram as maiores quebras de criminalidade violenta e grave (7,6% e 7,3%, respetivamente).

De acordo com dados da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, em quinze anos (2008-2023), assistiu-se a um decréscimo de 41,8% de crimes praticados por indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. No entanto, desde o ano 2020, assistiu-se a um aumento da delinquência juvenil em 76%, correspondendo a 1 840 casos sinalizados pelas Forças de Segurança no ano de 2023.

Figura 26: Crimes praticados por indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, 2008-2023



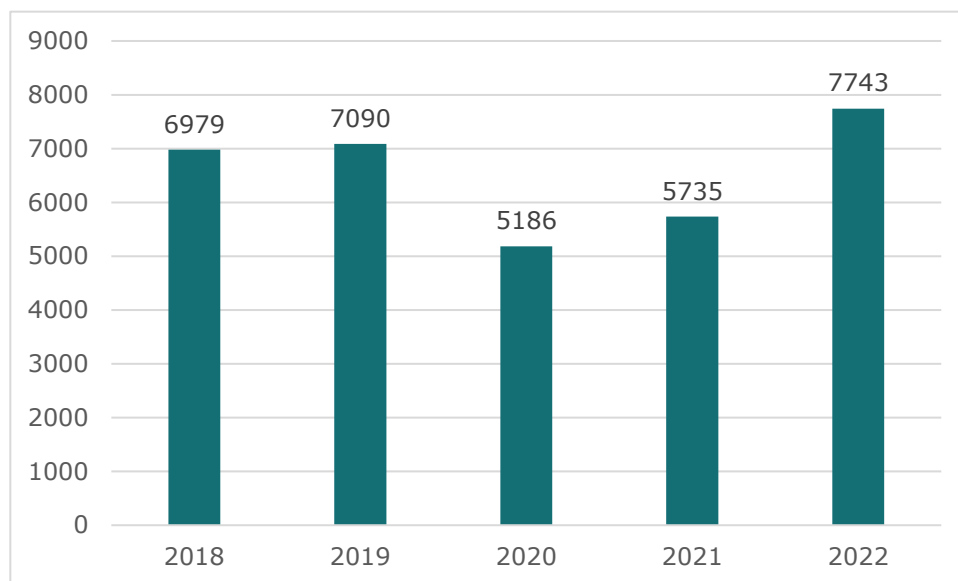
Fonte: Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta

Em 2022, foram registadas pelas forças de segurança 1 509 ocorrências de Criminalidade Grupal (CG) que envolveram crianças e jovens enquanto autores ou coautores. Em comparação com 2019, observa-se um aumento de 7,5%.

No mesmo ano, foram instaurados 7 743 inquéritos tutelares educativos (ITE), instrumento judicial dirigido a menores de 12 a 16 anos que praticaram factos qualificados como crime, representando um acréscimo de 10,9% relativamente a 2018. A imposição de obrigações e acompanhamento educativo foram as medidas mais adotadas.

Em 2022, mais de metade dos ITE (53%) concentrou-se em quatro comarcas: Lisboa, Porto, Lisboa Oeste e Lisboa Norte.

Figura 27: Inquéritos tutelares educativos, 2018-2022



Fonte: Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta

Tabela 18: Inquéritos tutelares educativos, Comarcas, 2022

Comarca	Percentagem
Lisboa	0,169
Porto	0,144
Lisboa Oeste	0,135
Lisboa Norte	0,074

Fonte: Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta

Síntese

- Nos últimos dez anos, a **criminalidade participada** em Portugal registou uma ligeira redução global (–0,3%), fixando-se em 354 878 participações em 2024, embora Lisboa e Porto concentrem mais de metade das ocorrências, com dinâmicas distintas: decréscimo em Lisboa (–1,8%) e aumento no Porto (+4,8%). A **criminalidade violenta e grave** apresentou uma descida mais expressiva (–24,1% entre 2015 e 2024), com reduções relevantes em Lisboa e Beja, mas ligeiros aumentos em Coimbra e Évora.
- No plano da **delinquência juvenil**, os crimes praticados por jovens entre os 12 e os 16 anos diminuíram 41,8% entre 2008 e 2023, embora desde 2020 se observe uma inversão preocupante, com um aumento de 76%, atingindo 1 840 casos em 2023. Em paralelo, a **criminalidade grupal** envolvendo crianças e jovens cresceu 7,5% entre 2019 e 2022, refletindo novas formas de risco associadas a dinâmicas coletivas.
- Quanto à resposta judicial, os **inquéritos tutelares educativos (ITE)** dirigidos a menores de 12 a 16 anos aumentaram 10,9% entre 2018 e 2022, atingindo 7 743 processos. Mais de metade destes concentraram-se nas comarcas de Lisboa, Porto, Lisboa Oeste e Lisboa Norte, confirmando o peso destas áreas urbanas na delinquência juvenil e a necessidade de medidas educativas e de acompanhamento mais robustas.

Cultura

Os indicadores selecionados na área da Cultura permitem analisar, à escala municipal, a evolução do investimento efetuado por habitante. Paralelamente, variáveis como a proporção de visitantes escolares em museus e visitantes inseridos em grupos escolares de jardins zoológicos, botânicos e aquários constituem medidas indiretas do grau de articulação entre as políticas culturais e educativas locais, contribuindo para identificar territórios com maior vulnerabilidade cultural.

O aumento da despesa em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante aumentou significativamente em Portugal e em todas as suas regiões de Portugal, entre 2014 e 2023.

A nível nacional o incremento foi de 90%, passando de 34 euros para 64,7 euros por município.

Em termos nominais, a região do Algarve foi a região que, em nove anos, teve um maior aumento de despesa por habitante, equivalendo a um aumento percentual de 162%.

A análise municipal permite constatar que 278 municípios aumentaram a despesa. Os dez municípios que aumentaram substancialmente foram Armamar, Mourão, Santa Cruz, Mesão Frio, Santa Cruz das Flores, Penamacor, Valpaços, Ribeira Brava, Ponte da Barca, Nazaré.

Tabela 19: Tabela 10: Despesa em atividades culturais e criativas, municípios que aumentaram despesa, 2014-2023 (€)

Municípios	2014	2023
Armamar	3,2	97,3
Mourão	17,3	476,5
Santa Cruz	1,1	25,4
Mesão Frio	14,4	179,7
Santa Cruz das Flores	6,8	82,8
Penamacor	36,3	439,6
Valpaços	5,9	68
Ribeira Brava	5,6	63,8
Ponte da Barca	7,6	78,9
Nazaré	12,7	125,7

Fonte: INE

Contrariando a tendência da maioria dos municípios, 31 assistiram a uma redução da despesa em atividades culturais e recreativas. Os dez que registaram uma maior redução foram: Vila da Praia da Vitória; São João da Madeira; Óbidos; Oliveira do Bairro; Porto Moniz; Tabuaço; Almodôvar; São João da Pesqueira; Gondomar; Fundão.

Tabela 20: Despesa em atividades culturais e criativas, dez municípios que diminuíram despesa, 2014-2023 (€)

Municípios	2014	2023
Vila da Praia da Vitória	85,7	18,3
São João da Madeira	188,9	46,4
Óbidos	53,5	13,8
Oliveira do Bairro	121	37,8
Porto Moniz	118,9	39,4
Tabuaço	181,3	62,3
Almodôvar	144,2	53,5
São João da Pesqueira	299,8	120
Gondomar	35	15,4
Fundão	66	31,5

Fonte: INE

Seguindo uma tendência contrária, a proporção de visitantes de museus inseridos em grupos escolares registou, neste período, uma redução significativa em Portugal e nas respetivas regiões, com maior incidência no Alentejo e no Norte do país. Importa sublinhar que o indicador *Proporção de visitantes inseridos em grupos escolares de museus* exprime apenas o peso relativo do público escolar, organizado em grupos, no total de visitantes, não devendo, por isso, ser interpretado como uma medida da frequência escolar global, dado que os museus permanecem igualmente abertos ao público em geral. Ainda assim, constitui uma aproximação útil para aferir a participação dos alunos em atividades culturais de natureza museológica.

Neste contexto, a Região Centro e a Região Autónoma da Madeira destacaram-se por terem estabilizado, ao longo de nove anos, o afluxo de visitantes provenientes de estabelecimentos de ensino. Em 2023, foram mesmo as regiões com maior peso relativo da visita escolar aos museus locais, com 19,8% e 10,6% do total de visitantes, respetivamente.

Tabela 21: Proporção de visitantes de museus inseridos em grupos escolares, 2014-2023 (%)

Território	2014	2023
Portugal	13	8,7
Norte	13,2	6,8
Centro	21,2	19,8
AML	11,2	7,1
Alentejo	13,5	6,7
Algarve	8,1	5,6
RA Açores	13,3	8,1
RA Madeira	11,4	10,6

Fonte: INE

Verifica-se que, em alguns municípios, a totalidade ou a maioria dos visitantes de museus corresponde a grupos escolares, como em Vale de Cambra (100%) e Almeirim (96,1%), evidenciando, entre outros aspetos, um forte envolvimento do público escolar nas atividades museológicas. Em contrapartida, noutros casos, a inexistente ou reduzida proporção de visitantes escolares, como em Vila de Rei, Tomar e Alijó, poderá indicar fragilidades na promoção da participação cultural nos espaços locais por parte das escolas.

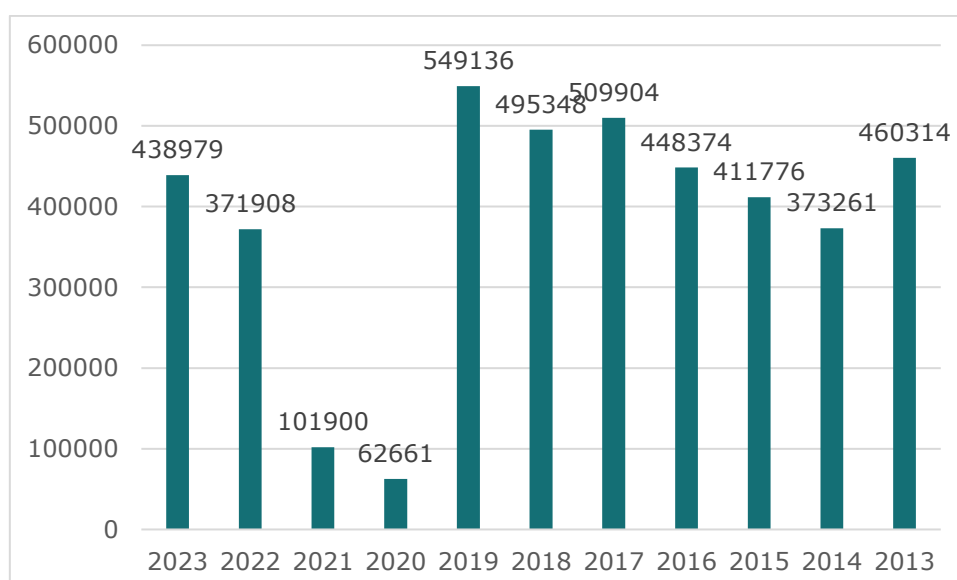
Tendo em conta que, em muitas famílias, a participação em atividades culturais ocorre sobretudo através da escola, a ausência de grupos escolares nos museus locais pode revelar uma fraca articulação entre estas instituições e o sistema

educativo, traduzindo-se numa lacuna de fruição cultural por parte dos alunos e nas implicações que tal ausência poderá acarretar.

Tal reflete-se também em outros espaços de lazer e culturais, fontes de divulgação de conhecimentos como jardins zoológicos, botânicos e aquários.

Entre 2013 e 2021, período para o qual há dados para todas as regiões de Portugal, os visitantes integrados em grupos escolares nestes locais diminuiu fortemente. A Área metropolitana de Lisboa teve uma redução de cerca 80%. Esta redução drástica terá uma relação muito direta com o facto de ter sido um dos anos mais afetados pela pandemia COVID-19 tendo limitado grandemente a circulação e a frequência de espaços públicos.

Figura 28: Visitantes inseridos em grupos escolares de jardins zoológicos, botânicos e aquários (Variação N.º e %)



Fonte, INE

Tal confirma-se pelo aumento verificado em 2022 e 2023, embora os valores ainda não tenham recuperado os níveis anteriores ao início da pandemia, com exceção das regiões do Alentejo e do Algarve, onde a participação de grupos escolares em espaços como jardins zoológicos, botânicos e aquários já superou, em 2023, os valores observados em 2019.

Síntese:

- Entre 2014 e 2023, a **despesa municipal em atividades culturais e criativas** por habitante aumentou 90% a nível nacional, passando de 34 para 64,7 euros. No total, 278 municípios reforçaram o investimento, com destaque para Armamar, Mourão e Santa Cruz. Em contrapartida, 31 municípios reduziram a despesa, entre os quais Praia da Vitória, São João da Madeira e Óbidos.
- No mesmo período, verificou-se uma redução acentuada da **participação de grupos escolares em museus**, sobretudo no Alentejo e no Norte. Ainda assim, algumas regiões conseguiram manter níveis estáveis, como o Centro (19,8% em 2023) e a Madeira (10,6%), que lideraram em termos relativos. A nível municipal, casos como Vale de Cambra (100%) e Almeirim (96,1%) evidenciam um forte envolvimento escolar, contrastando com Vila de Rei, Tomar e Alijó, onde a participação é quase inexistente.
- Uma tendência semelhante ocorreu em **jardins zoológicos, botânicos e aquários**, onde os visitantes escolares diminuíram drasticamente entre 2013 e 2021, em particular na Área Metropolitana de Lisboa (–80%), possivelmente devido à pandemia de COVID-19. Apesar da recuperação observada em 2022 e 2023, os valores permanecem abaixo dos níveis pré-pandemia, com exceção do Alentejo e do Algarve, onde a participação escolar já superou os registos de 2019.

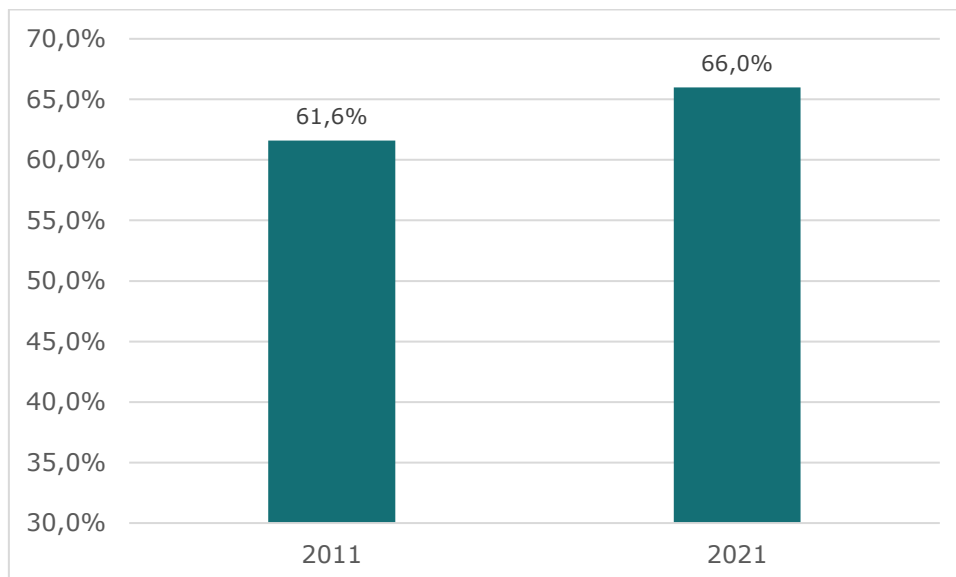
Mobilidade

A mobilidade é um fator determinante para o acesso da população a bens e serviços essenciais, influenciando diretamente a educação, o emprego, a habitação, a saúde e a cultura. A análise deste domínio inclui indicadores como a proporção da população que utiliza o automóvel como principal meio de transporte para o trabalho ou estudo, bem como a duração média dos movimentos pendulares realizados em transporte individual e em transporte coletivo, permitindo avaliar não só os padrões de deslocação, mas também os níveis de acessibilidade e qualidade de vida das comunidades.

A utilização do automóvel como meio de transporte principal nas deslocações para o trabalho ou para a escola manteve-se claramente dominante ao longo da última década. Em 2021, 66% da população residente utilizava o automóvel como principal

meio de transporte entre o local de trabalho ou estudo, mais 4,4 pontos percentuais em dez anos.

Figura 29: Proporção da população residente que utiliza o automóvel como principal meio de transporte entre o local de trabalho ou estudo



Fonte: INE, cálculos próprios

Com exceção da deslocação a pé, que apresentou um ligeiro crescimento de cerca de 1 ponto percentual, todas as restantes alternativas registaram quebras no seu peso relativo.

Em 2021, na maioria dos municípios (57,1%, ou seja, 176 concelhos), a percentagem de utilização do automóvel como meio de transporte principal é superior à média nacional. Destacam-se seis municípios – Batalha, Condeixa-a-Nova, Águeda, Vale de Cambra, Oliveira do Bairro e Leiria – onde esse valor ultrapassa os 80%.

Tabela 22: Proporção da população residente que utiliza o automóvel como principal meio de transporte entre o local de trabalho ou estudo, municípios com percentagem superior

Território	Percentagem (%)
Batalha	84,4%
Condeixa-a-Nova	82,9%
Águeda	80,7%
Vale de Cambra	80,3%
Oliveira do Bairro	80,2%
Leiria	80,2%

Fonte: INE, cálculos próprios

Este cenário reflete a existência de uma rede de transportes públicos limitada, que condiciona os padrões de mobilidade quotidiana e contribui para a consolidação do automóvel como a opção dominante nas deslocações.

No conjunto da população residente, o município de Lisboa destaca-se como aquele onde o uso do automóvel como principal meio de transporte para deslocações entre casa e trabalho/estudo assume maior peso relativo: 3,8% da população residente. Seguem-se Sintra (3,5%) e Vila Nova de Gaia (3,1%).

Estes resultados refletem tanto a forte centralidade urbana e económica de Lisboa, que gera fluxos pendulares intensos, como a dependência estrutural do automóvel em áreas metropolitanas densamente povoadas, onde as alternativas de transporte público, embora relevantes, continuam insuficientes para inverter esta tendência. No caso de Sintra e Vila Nova de Gaia, o peso do automóvel está associado não só à elevada população residente, mas também à sua condição de territórios periféricos com fortes ligações pendulares aos principais centros urbanos (Lisboa e Porto, respetivamente).

No mesmo ano, em 32,1% dos municípios, a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte individual é superior a 20 minutos, acima do valor nacional de 18 minutos. Isto significa que, nestes territórios, as pessoas despendem mais tempo nas deslocações diárias para o trabalho ou para a escola, o que pode traduzir maiores custos pessoais e sociais associados à mobilidade.

Tabela 23: Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual

Território	Duração média transporte individual
Portugal	17,81
Baião	24,61
Cinfães	23,91
Salvaterra de Magos	23,47
Terras de Bouro	23,20
Sesimbra	23,12
Almada	22,83

Fonte: INE; cálculos próprios

Os dois municípios com maior duração média nas deslocações pendulares — Baião e Cinfães, ambos localizados na região Norte — registam cerca de 24 minutos por trajeto, evidenciando a sua maior distância em relação aos principais centros de emprego e ensino.

Em 2021, a duração média das deslocações realizadas em transporte coletivo foi de 38 minutos em Portugal. Contudo, em alguns municípios o tempo médio ultrapassou os 50 minutos, como é o caso de Barrancos (59 minutos), Barreiro (58 minutos), Entroncamento (57 minutos), Moita (56 minutos), Sesimbra (53 minutos) e Vila Nova da Barquinha (51 minutos).

Estes valores revelam a maior morosidade associada ao transporte coletivo, muitas vezes condicionada por percursos mais longos, menor frequência de horários ou necessidade de transbordos, o que pode contribuir para a preferência pelo transporte individual em vários territórios.

Síntese

- Clara predominância do automóvel como **principal meio de transporte para deslocações entre casa e trabalho ou escola**. Em 2021, 66% da população residente utilizava o carro, mais 4,4 pontos percentuais do que há uma década.
- Em mais de metade dos municípios (57,1%), a utilização do automóvel supera a média nacional, com valores acima dos 80% em concelhos como Batalha, Condeixa-a-Nova e Leiria. A cidade de Lisboa destaca-se pelo maior peso relativo do automóvel no total das deslocações, seguida por Sintra e Vila Nova de Gaia.
- Em cerca de um terço dos municípios (32,1%) a população que recorre ao automóvel demora mais de 20 minutos por trajeto, acima da média nacional (18 minutos). Os maiores valores registam-se em Baião e Cinfães (24 minutos), evidenciando a distância face aos centros de emprego e ensino.
- No transporte coletivo, a duração média é significativamente mais elevada: 38 minutos a nível nacional, ultrapassando os 50 minutos em municípios com 70 Barrancos, Barreiro e Sesimbra.

Participação cívica

Na dimensão Participação Cívica foram considerados os dados de abstenção em diferentes atos eleitorais — eleições autárquicas (Câmaras Municipais), legislativas (Assembleia da República) e presidenciais — de modo a refletir os vários níveis de participação e confiança dos eleitores nas instituições democráticas.

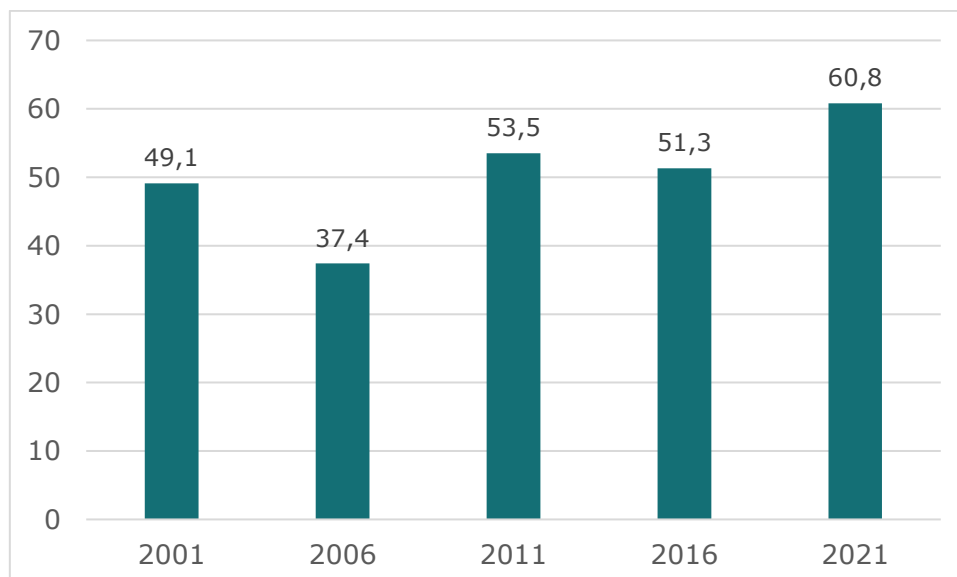
Num Estado democrático, a participação cívica pode ser aferida, entre outros aspetos, pelo grau de envolvimento da população nos diferentes atos eleitorais realizados a nível europeu, nacional e local.

Em Portugal, no período de vinte e quatro anos, realizaram-se 19 eleições nacionais, repartidas entre eleições presidenciais, legislativas e autárquicas.

Os dados relativos à taxa de abstenção evidenciam uma tendência consistente de diminuição da participação eleitoral para os diferentes órgãos de soberania, nos diferentes atos eleitorais.

Nos últimos atos eleitorais do milénio, as eleições presidenciais registaram, de forma consistente, as taxas de abstenção mais elevadas face às eleições legislativas e autárquicas.

Figura 30: Taxas de abstenção, eleições presidenciais, 2001-2021 (%)

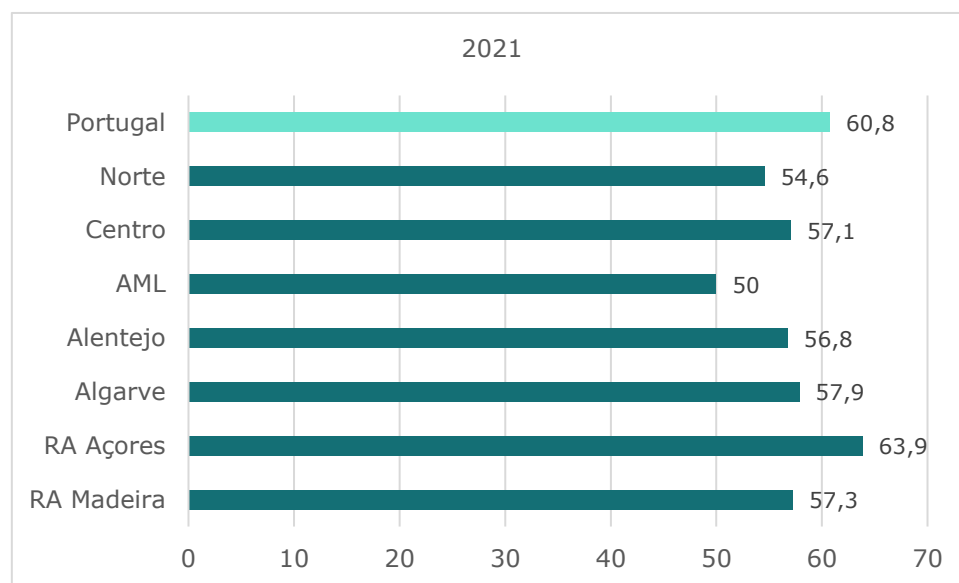


Fonte: INE

Em 2021, a abstenção atingiu 60,8% em Portugal, valor que representa um acréscimo de cerca de doze pontos percentuais relativamente a 2001, sendo que todas as regiões do país ultrapassaram a barreira dos 50% de eleitores que não

exerceram o direito ao voto. Neste período, a região Centro destacou-se pelo maior aumento da abstenção (+8 p.p.), fixando-se em 57,1%, enquanto a Região Autónoma dos Açores manteve o valor mais elevado de não participação (63,9% em 2021), em linha com padrões já observados em eleições anteriores.

Figura 31: Taxas de abstenção, eleições presidenciais, NUTS II, 2021



Fonte: INE

No que respeita ao comportamento dos municípios em relação às eleições presidenciais de 2021, apenas 20 registaram taxas de abstenção inferiores a 50%. Entre estes, Vila de Rei destacou-se por apresentar a abstenção mais baixa do país (40,8%), mantendo o cenário idêntico verificado em 2001 (35,8%). Pelo contrário, Melgaço, juntamente com outros onze municípios registou nessas eleições uma abstenção superior a 70%, traduzindo um aumento muito expressivo face aos valores registados em 2001.

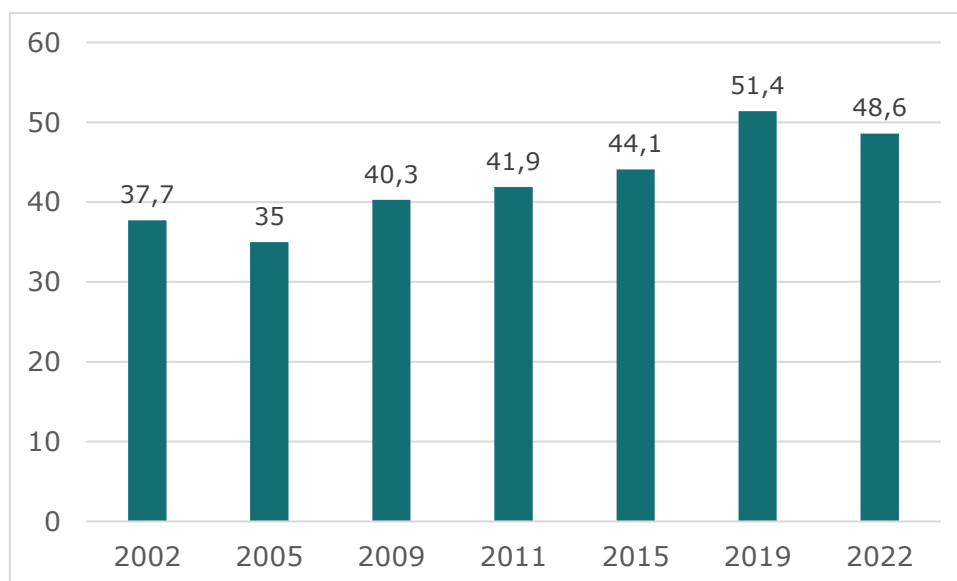
Tabela 24: Taxa de abstenção eleições presidenciais, municípios com abstenção mais elevada, 2021 (%)

Eleições Presidenciais 2021	
Municípios	Percentagem (%)
Melgaço	78,2
Ribeira de Pena	75,4
Vinhais	72,5
Ribeira Grande	72,4
Vimioso	72
Montalegre	71,5
Aguiar da Beira	71,2
Vila Franca do Campo	71
Arcos de Valdevez	70,7
Valpaços	70,4
Vila Nova de Paiva	70,3
Vila Nova de Foz Côa	70,2

Fonte: INE

No caso das eleições legislativas, a abstenção cresceu 10,9 pontos percentuais entre 2002 e 2022, passando de 37,7% para 48,6%. Além das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com 63% e 50% respetivamente, também o Algarve apresentou uma forte redução da participação, com a taxa de abstenção a aumentar sete pontos percentuais em apenas uma década, atingindo os 48,7% em 2022.

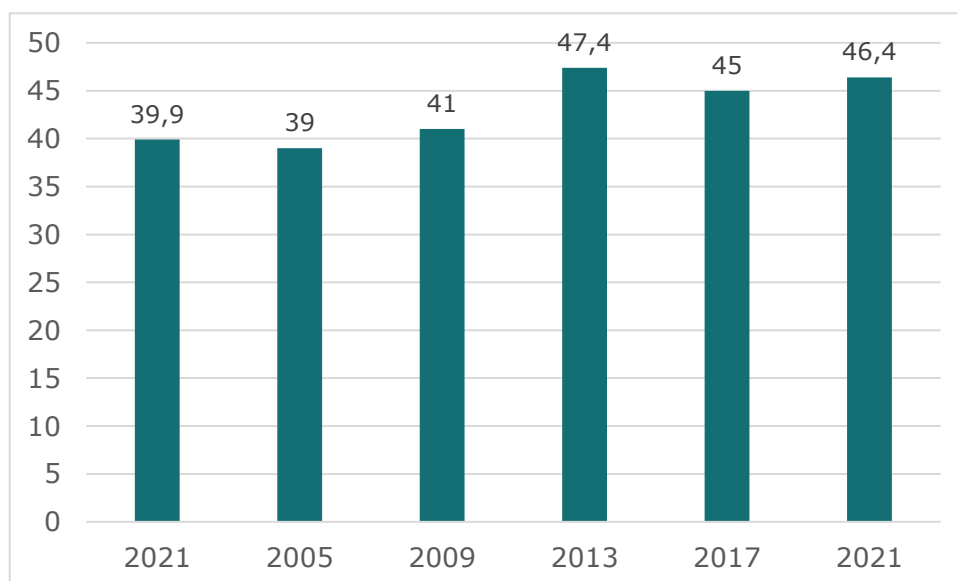
Figura 32: Taxa de abstenção, eleições legislativas, 2002-2022 (%)



Fonte: INE

Já as eleições autárquicas foram aquelas em que se verificou o menor declínio da participação. Entre 2001 e 2021, a taxa de abstenção em Portugal aumentou 6,5 pontos percentuais, fixando-se em 46,4% em 2021. Ainda assim, o Algarve destacou-se por apresentar o maior crescimento da abstenção a nível nacional (+12 p.p.), ultrapassando, em 2021, a barreira dos 50% e fixando-se nos 54,2%.

Figura 33: Taxa de abstenção, eleições autárquicas, 2001-2021 (%)



Fonte: INE

Em relação ao comportamento a nível municipal, os dados apontam para um maior interesse e envolvimento da população nas eleições para o poder central e poder autárquico. Em 2022, nas legislativas, e em 2021, nas autárquicas, a maioria dos municípios registou taxas de abstenção inferiores a 50% (80,8% e 86,4%, respetivamente).

A contrariar esta tendência, nas eleições legislativas registaram-se seis municípios da Região Autónoma dos Açores com taxas de abstenção situadas entre os 60% e os 70%. Já nas eleições autárquicas, destacaram-se municípios como Sintra, Loulé, Melgaço e Lagos, onde a abstenção rondou os 60%, traduzindo um aumento muito expressivo da desistência eleitoral em comparação com uma década antes.

Figura 34: Taxa de abstenção eleições legislativas, municípios com valores mais elevados, 2022 (%)

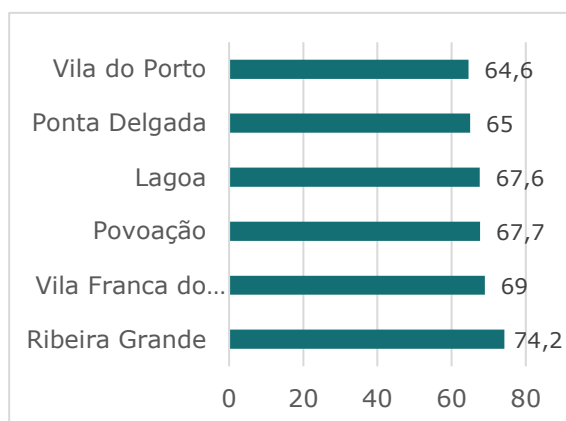
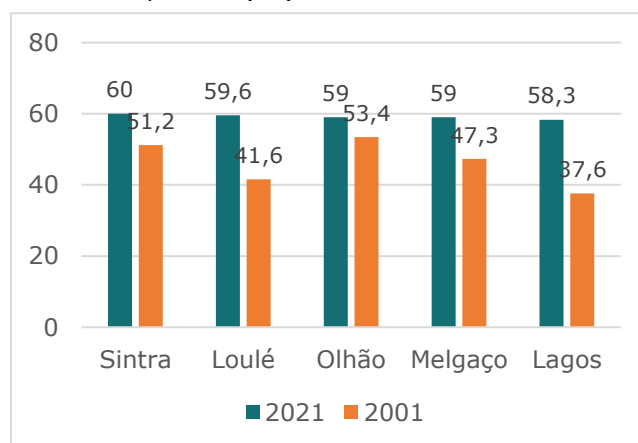


Figura 35: Taxa de abstenção eleições autárquicas, municípios com valores mais elevados, 2021 (%)



Ainda assim, a comparação temporal revela uma tendência de retração da participação: face a 2001, a taxa de abstenção aumentou em 88% dos municípios, enquanto nas legislativas de 2022, comparando com 2002, esse aumento foi observado em 92,9% dos municípios.

Muitos outros indicadores são igualmente relevantes para avaliar a participação cívica, nomeadamente o envolvimento em associações de carácter cívico, cultural, desportivo ou juvenil, bem como a criação de novas estruturas associativas deste tipo.

Síntese:

- Entre 2001 e 2021, a taxa de abstenção aumentou de forma generalizada em eleições presidenciais, legislativas e autárquicas, ainda que com ritmos diferentes. Nas **eleições presidenciais**, tradicionalmente marcadas pelos níveis mais elevados de abstenção, o valor atingiu 60,8% em 2021, mais 12 pontos percentuais face a 2001, com todas as regiões acima dos 50%. A Região Autónoma dos Açores manteve-se como o território mais crítico (63,9%), enquanto apenas 20 municípios registaram taxas inferiores a 50%, em contraste com concelhos como Melgaço, onde a abstenção ultrapassou os 78%.
- Nas **eleições legislativas**, a abstenção aumentou 10,9 pontos percentuais entre 2002 e 2022, situando-se em 48,6%. Apesar de a maioria dos municípios ainda registar taxas inferiores a 50%, destacaram-se negativamente as Regiões Autónomas — com 63% nos Açores e 50% na Madeira — e o Algarve, que em apenas uma década viu a abstenção subir sete pontos percentuais, atingindo 48,7%.
- As **eleições autárquicas** registaram o menor declínio na participação, mas também aqui a tendência é de afastamento do eleitorado: entre 2001 e 2021, a abstenção aumentou 6,5 pontos percentuais, atingindo 46,4% a nível nacional. Embora 86,4% dos municípios tenham ficado abaixo dos 50%, regiões como o Algarve destacaram-se pelo maior crescimento da abstenção (+12 p.p.), e municípios como Sintra, Loulé, Melgaço e Lagos atingiram valores próximos de 60%.

Na próxima fase, proceder-se-á à análise comparativa entre os municípios que desenvolveram Projetos Escolhas e aqueles onde os projetos não tiveram incidência, a fim de verificar em que medida os indicadores em causa convergem ou divergem face à média nacional. Este exercício permitirá não apenas reforçar a função de monitorização, mas também atualizar o instrumento IREJ 2015.

ANEXO IV

Meta-análise avaliações externas 1G-8G

Relevância

1. Em que medida o PE responde de forma adequada e pertinente às necessidades e desafios sociais dos seus públicos-alvo?

1.1. Quais são as principais necessidades dos públicos-alvo identificadas nos territórios de intervenção?

Ao longo das oito gerações, as avaliações convergem na identificação de necessidades estruturais persistentes nos territórios de intervenção, associadas a contextos de vulnerabilidade socioeconómica e exclusão social. De forma recorrente, são assinalados riscos elevados de insucesso e abandono escolar, fragilidade das redes familiares, desemprego e desocupação jovem, baixas qualificações e dificuldades de transição para a vida ativa e a prática de comportamentos de risco. Ao nível comunitário, são apontadas a baixa mobilização comunitária e participação cívica e a escassez de recursos (formativos, materiais e humanos), com uma ausência de respostas locais para crianças e jovens, territórios isolados e/ou estigmatizados. Estas necessidades afetam sobretudo crianças e jovens residentes em territórios urbanos desfavorecidos, frequentemente expostos a múltiplas formas de desigualdade.

Embora o núcleo das necessidades se mantenha relativamente estável ao longo do tempo, as avaliações evidenciam uma progressiva complexificação dos problemas identificados. Nas gerações intermédias, torna-se evidente a necessidade de reforçar competências pessoais e sociais, apoiar a autonomia dos jovens e intensificar a mediação com a escola e com as famílias, nomeadamente através de uma maior aproximação destas ao percurso educativo, formativo e comunitário dos participantes. Mantem-se e reforça-se a necessidade de prevenir comportamentos de risco, o que traduz a relação continuada com jovens mais velhos e com percursos de vulnerabilidade acumulada. Nas gerações mais recentes, ganham maior destaque necessidades emergentes relacionadas com a diversidade cultural e os fluxos migratórios, a saúde mental, o isolamento social, o impacto da pandemia de COVID-19 e a exclusão digital. Apesar desta evolução, várias avaliações apontam como fragilidade a insuficiente diferenciação dos diagnósticos territoriais, que tendem a ser genéricos e pouco segmentados por perfis de públicos-alvo, limitando a capacidade de priorização e de resposta ajustada às necessidades específicas.

1.2. Em que medida os objetivos e ações do Programa estão alinhados com essas necessidades?

De forma transversal, as avaliações concluem que os objetivos estratégicos e as ações do Programa se encontram globalmente alinhados com as necessidades identificadas nos territórios. O Programa é amplamente reconhecido como pertinente, coerente e legitimado localmente, destacando-se a sua abordagem integrada e a articulação entre dimensões educativas, sociais e comunitárias. Em todas as gerações, é valorizada a capacidade do Programa para responder a problemas estruturais e persistentes, mantendo uma orientação clara para a prevenção da exclusão social de crianças e jovens.

Contudo, este alinhamento não é isento de fragilidades. As avaliações assinalam variações significativas na adequação entre objetivos, ações e necessidades concretas, consoante os territórios e os projetos. Em alguns casos, observam-se ações padronizadas que nem sempre refletem as especificidades locais ou os perfis dos participantes. A partir da 5G, apesar da pertinência da aposta na empregabilidade e nas transições para a vida ativa, são identificadas tensões entre os objetivos definidos e a capacidade efetiva de resposta às situações de maior vulnerabilidade, nomeadamente no caso de jovens com baixas qualificações ou trajetórias mais complexas.

1.3. O Programa foi ajustado face a mudanças contextuais (ex. pandemia, fluxos migratórios, digitalização)?

As avaliações reconhecem que o Programa demonstra uma capacidade relevante de adaptação a mudanças contextuais ao longo das gerações. Esta capacidade torna-se mais evidente nas gerações mais recentes, em particular na 6G, 7G e 8G, em que são explicitamente considerados fenómenos como os fluxos migratórios, o impacto da pandemia de COVID-19 e os desafios associados à digitalização. Nestes contextos, o Programa é avaliado como oportuno e pertinente, conseguindo ajustar objetivos e modalidades de intervenção para responder a novas necessidades emergentes.

Ainda assim, as avaliações apontam que estes ajustamentos tendem a ocorrer de forma predominantemente reativa e pouco sistematizada. A ausência de mecanismos estruturados de antecipação e monitorização das mudanças contextuais limita a capacidade do Programa para responder de forma consistente e equitativa a novos desafios. Em particular, são identificadas fragilidades na resposta às necessidades de saúde mental, na superação da exclusão digital e na adaptação das ações a públicos migrantes, cujas especificidades linguísticas e culturais nem sempre são plenamente integradas.

1.4. Os participantes percebem o Programa como adequado às suas realidades?

De um modo geral, os participantes percebem o Programa como adequado às suas realidades, reconhecendo a sua proximidade, acessibilidade e relevância no contexto dos territórios de intervenção. As avaliações sublinham a importância do trabalho de proximidade das equipas técnicas, do conhecimento aprofundado dos contextos locais e da capacidade de estabelecer relações de confiança com os públicos-alvo. Esta percepção positiva contribui para a legitimação do Programa e reforça a sua relevância social ao longo das diferentes gerações.

No entanto, a percepção da adequação não é homogênea entre todos os participantes nem entre todos os contextos territoriais. Algumas avaliações referem dificuldades na adaptação das ações a diferentes faixas etárias, perfis de jovens e níveis de vulnerabilidade, bem como limitações na resposta a situações de maior complexidade social. Estas fragilidades podem comprometer a relevância efetiva de determinadas intervenções, sobretudo em contextos marcados por necessidades múltiplas e interligadas, reforçando a importância de uma maior diferenciação e personalização das respostas.

Em síntese, as avaliações externas atribuem uma elevada relevância ao Programa face às necessidades dos públicos-alvo e aos territórios de intervenção. Esta relevância assenta na coerência entre objetivos e necessidades, na capacidade de adaptação a contextos em mudança e na percepção globalmente positiva dos participantes. Todavia, destacam-se algumas fragilidades, nomeadamente ao nível do diagnóstico diferenciado, da sistematização dos ajustamentos contextuais e da adequação efetiva das respostas a públicos diversificados.

Coerência externa

QA 2. A operacionalização do Programa Escolhas é coerente com os princípios e objetivos previstos?

A análise longitudinal da coerência interna das oito gerações do Programa Escolhas permite concluir que a operacionalização do Programa se apresenta, de forma global, coerente com os seus princípios e objetivos estratégicos, mantendo uma linha orientadora consistente centrada na promoção da inclusão social de crianças e jovens em territórios vulneráveis.

A coerência interna do Programa Escolhas evolui de forma progressiva ao longo das suas oito gerações, acompanhando a maturação do próprio Programa e a crescente sistematização do seu modelo de intervenção. Nas duas primeiras gerações, embora

os objetivos orientadores estejam claramente definidos — centrados na prevenção da exclusão social e no apoio a crianças e jovens em territórios vulneráveis — a operacionalização revela-se mais dependente da interpretação das equipas locais. Nesta fase inicial, parece existir alinhamento entre o pretendido e a intervenção, mas com lacunas na formalização de objetivos e instrumentos, nomeadamente a fragilidade dos diagnósticos e metodologias que assegurassem uma expressão homogénea desse alinhamento nos territórios.

A partir da terceira e quarta gerações, observa-se uma transição significativa para uma intervenção mais estruturada. As avaliações destacam uma clarificação dos objetivos do Programa, acompanhada da definição mais rigorosa das áreas de intervenção e de tipologias de projeto. Esta consolidação traduz-se numa maior convergência entre princípios, objetivos e práticas, com a introdução de orientações mais sistemáticas, mecanismos de acompanhamento e maior exigência no planeamento local. A coerência deixa de assentar sobretudo na interpretação técnica local e passa a ser sustentada por um enquadramento mais explícito, ainda que mantendo margem para a adaptação às especificidades territoriais, para o qual contribui a crescente maturidade e aprendizagem das organizações promotoras, bem como os instrumentos de planificação em sede de candidatura, cuja requisitos promove essa coerência.

Nas gerações mais recentes, a coerência interna atinge o seu maior nível de consolidação. As avaliações assinalam que o Programa dispõe, neste período, de um modelo lógico mais robusto e de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação mais definidos, que contribuem para reforçar o alinhamento entre princípios, objetivos e operacionalização, garantindo que o Programa mantém uma identidade estratégica, preservando a coerência estrutural do seu propósito ao longo das gerações.

No entanto, as avaliações alertam que a coerência nas gerações mais recentes é acompanhada por novos desafios. A ampliação das áreas de atuação e a incorporação de temas emergentes tornam mais exigente a articulação entre objetivos nacionais e respostas locais, aumentando o risco de dispersão ou sobreposição de ações em alguns contextos. Ainda assim, a consistência da linha orientadora do Programa ao longo do tempo tende a evidenciar a sua capacidade de integrar inovação (um dos seus princípios) sem perder de vista os seus objetivos.

Coerência externa

QA3. Em que medida a intervenção no âmbito do PE se articula com outras medidas de política pública?

A análise longitudinal das oito gerações do Programa Escolhas permite concluir que a intervenção se articula, de forma globalmente consistente, mas não uniforme, com outras medidas de política pública relevantes para o seu público-alvo.

Nas primeiras gerações, essa articulação assume um carácter predominantemente local e prático: o Programa estabelece relações operacionais com escolas, municípios, juntas de freguesia, CPCJ e organizações da sociedade civil, essenciais à implementação das atividades, mas nem sempre estruturadas ou integradas num quadro formal de políticas setoriais. Nesta fase, a ligação a políticas nacionais é difusa e depende sobretudo das redes existentes em cada território.

A partir da terceira e quarta gerações, torna-se visível um reforço na construção de redes e complementaridades territoriais. As avaliações sublinham uma articulação mais sistemática com respostas do sistema educativo, em especial com medidas de combate ao abandono escolar, iniciativas educativas diferenciadas e instrumentos municipais de juventude. Esta evolução traduz um passo importante: o Programa deixa de atuar apenas ao lado das políticas públicas e passa progressivamente a assumir um papel complementar, contribuindo para o reforço de respostas já existentes. Em grande medida fruto da crescente maturidade do trabalho em parceria dos consórcios, mas também das relações de confiança progressivamente estabelecidas.

Nas gerações mais recentes, entre a quinta e a oitava, a articulação com políticas públicas assume maior intencionalidade e solidez. O Programa começa a ser reconhecido como parte integrante do ecossistema nacional de políticas de juventude e inclusão social, e articula-se com políticas de empregabilidade, entidades do sistema público de formação profissional, programas de transição para o mercado de trabalho e instrumentos de apoio a pessoas migrantes. Neste período, as avaliações identificam o Programa Escolhas como mecanismo de mediação que aproxima jovens e famílias de serviços públicos, reduzindo barreiras de acesso e preenchendo lacunas de cobertura territorial. Em muitos contextos, o Programa funciona como porta de entrada ou elo de ligação entre comunidades vulneráveis e políticas públicas de natureza mais universal e esta é a uma função que os projetos assumem em muitos territórios.

Contudo, análise evidencia fragilidades que persistem ao longo das sucessivas gerações. A articulação com políticas públicas é descrita como fortemente

assimétrica, variando significativamente entre territórios e dependendo, em grande medida, da iniciativa, capacidade técnica e redes institucionais das equipas de cada projeto local. A ausência de mecanismos formais de coordenação a um nível central faz com que a articulação seja mais forte de baixo para cima — construída nos territórios — do que suportada por orientações nacionais ou enquadramentos estruturados de governação partilhada, sendo em referido nas últimas avaliações a necessidade de reforçar a articulação com entidades estruturais, como a Segurança Social, o IEFP e entidades da área da saúde, sob pena de em contextos mais frágeis, o Programa atuar paralelamente aos serviços, ou até de ser pressionado a substituir respostas públicas insuficientes, facto assinalado nas avaliações como potencial fator de distorção do seu papel complementar e condicionar o alcance dos objetivos previstos.

Ainda que as avaliações foquem maioritariamente a análise da coerência externa do Programa ao longo das oito gerações no seu alinhamento com políticas públicas nacionais, algumas avaliações referem que o Programa Escolhas se mantém também coerente com princípios e orientações internacionais nas áreas da inclusão social, juventude e migrações. Logo no lançamento do programa em 2001, este alinha-se com as políticas da União Europeia para a prevenção da delinquência juvenil, como iniciativas como a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade e o Programa Hipócrates, chegando a ser atribuído o prémio - European Crime Prevention Award a um dos projetos.

É também referido que o programa se mantém alinhado ao longo do tempo com outras políticas de orientação europeia, nomeadamente no âmbito do Plano Nacional da Ação para a Inclusão (PNAI) 2006-2008, com os objetivos comuns adotados no Conselho Europeu da Primavera de 2006, em matéria de proteção social e inclusão social, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5 e ODS 10).

Em síntese, ao longo das oito gerações, a intervenção do Programa Escolhas apresenta uma articulação crescente e reconhecida com várias políticas públicas, reforçando a sua relevância e legitimidade enquanto instrumento de inclusão social e promoção de oportunidades para crianças e jovens de territórios vulneráveis. No entanto, a densidade e consistência dessa articulação variam, evidenciando que o futuro da coerência externa do Programa poderá beneficiar de mecanismos mais formais de alinhamento intersetorial e de estratégias nacionais de integração, que reduzam assimetrias territoriais e consolidem a sua função como complemento estruturante das respostas de política pública existentes.

Eficiência

5. Os recursos afetos ao PE foram/são adequados e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa?

5.1. Concluir sobre a medida em que a combinação de recursos financeiros, humanos e materiais (equipamentos e serviços de apoio) alocados aos projetos condicionam o contributo do PE para as realizações e resultados diretos alcançados, ao longo das várias Gerações.

A leitura longitudinal das avaliações mostra que a questão da eficiência — isto é, a capacidade de transformar recursos humanos, financeiros e materiais em resultados — evolui significativamente ao longo do ciclo do Programa Escolhas. A tendência mais evidente é a passagem de um modelo inicial marcado por fragilidades estruturais nos recursos para um modelo posterior mais profissionalizado e sustentado, ainda que persistentemente condicionado por limites orçamentais e pela variabilidade territorial.

A análise das avaliações feitas, destaca três aspetos:

1. Recursos humanos como fator crítico de impacto, mas sistematicamente subdimensionados.

Em todas as gerações, o impacto positivo dos projetos é fortemente associado à presença de equipas técnicas de proximidade, onde os dinamizadores comunitários têm um papel relevante. Estas equipas são vistas como “figuras de confiança no bairro” e imprescindíveis para os resultados (sobretudo em sucesso escolar, inclusão e participação).

Ao mesmo tempo, são recorrentes as referências a equipas reduzidas, face ao número e à complexidade dos casos; contratos precários e instabilidade das equipas; dificuldades em garantir salários justos e condições de trabalho adequadas, o que afeta a retenção de técnicos qualificados; rotatividade elevada, que quebra relações de confiança e continuidade das intervenções.

2. Recursos materiais (equipamentos e serviços de apoio) vistos como muito adequados e com forte efeito potenciador, contribuindo claramente para as realizações e resultados.

As avaliações destacam que os recursos materiais (equipamentos informáticos, acesso à internet, espaços, transportes, serviços de apoio) foram essenciais para suprir carências de escolas e instituições locais; permitir atividades de inclusão digital, estudo acompanhado, atividades lúdicas e formativas; tornar os projetos mais atrativos e funcionais para os jovens.

3. Recursos financeiros: adequados para “fazer existir” o Programa, garante a execução mínima, mas condiciona a escala, a intensidade e a continuidade das intervenções, logo condiciona os resultados.

Em várias gerações é referido que os recursos financeiros permitem manter um número significativo de projetos e garantir continuidade geracional, mas são “parcos” para a intensidade de trabalho exigida, para o número de destinatários e para o grau de vulnerabilidade dos contextos.

São vastas vezes referidos atrasos e dificuldades na disponibilização atempada de verbas, comprometendo por vezes, a execução de atividades ou mesmo de salários; necessidade de as equipas “fazerem mais com menos” e, em alguns casos, suportarem ou anteciparem custos do próprio bolso; fragilidades na supervisão, monitorização e formação contínua, também relacionadas com limites orçamentais.

No conjunto, a meta-análise permite concluir que não é a ausência de certos tipos de recursos que limita o Programa, mas sim o seu volume, estabilidade e previsibilidade, em especial no eixo financeiro e humano.

Os recursos materiais, por sua vez, aparecem como um ponto forte claro na combinação, fruto do importante papel desempenhado pelos consórcios.

O modelo intervenção assente num consórcio local surge como uma das principais formas de compensar limitações de recursos próprios. Neste sentido as avaliações destacam que consórcios envolvidos colaborantes aumentam a eficiência porque: ativam recursos financeiros adicionais (projetos e iniciativas complementares; verbas municipais); libertam recursos humanos (voluntários, técnicos de parceiros, serviços especializados); permitem o acesso a equipamentos, instalações e transportes; e facilitam encaminhamentos para serviços. Por oposição, consórcios frágeis reduzem a eficiência da intervenção, levando a: sobrecarga das equipas do projeto; isolamento institucional; e duplicação de esforços onde deveria haver articulação.

Assim, a disponibilização de recursos à intervenção só se traduz em eficiência plena quando o consórcio funciona com corresponsabilização e partilha.

Ora, as avaliações tendem a apontar para que não é a ausência de certos tipos de recursos que limita o Programa, mas sim o seu volume, estabilidade e previsibilidade, no que diz respeito ao eixo financeiro e humano. Os recursos materiais, por sua vez, aparecem como um ponto forte claro na combinação, mas muito dependente das dinâmicas institucionais locais, traduzindo-se numa grande diversidade territorial.

5.2. Concluir sobre a adequação da distribuição de recursos do PE face às necessidades nacionais e regionais, ao longo das várias Gerações.

Quanto à distribuição dos recursos, as avaliações desenham um quadro com sinais positivos, mas também assimetrias territoriais.

A leitura transversal das avaliações mostra que o Programa Escolhas foi, ao longo das suas oito gerações, direcionado para territórios reconhecidos como prioritários do ponto de vista da vulnerabilidade social. Contudo, a adequação da distribuição de recursos às necessidades existentes apresenta limitações que se repetem ao longo das gerações.

Nas primeiras gerações embora o Programa se tenha implantado em áreas onde se verificavam problemas sociais significativos, as avaliações apontam de forma recorrente para a escassez dos recursos disponibilizados. As equipas referem que os meios financeiros e humanos eram insuficientes para dar resposta à dimensão das necessidades e que, muitas vezes, foi necessária a mobilização de apoios externos para garantir a execução das atividades.

Nas gerações intermédias, 3G e 4G, a presença do Programa torna-se mais alinhada com zonas de maior vulnerabilidade social e educativa, mas as avaliações mantêm a referência a recursos insuficientes. Verifica-se ampliação da cobertura territorial, mas sem que esta seja acompanhada por um reforço proporcional de dotações, surgindo observações sobre diferenças entre territórios que não são refletidas na distribuição dos recursos atribuídos.

A 5G confirma este padrão, embora o Programa continue a assegurar intervenção nos territórios mais carenciados, as avaliações referem explicitamente que os recursos disponibilizados não acompanham o aumento das exigências colocadas ao programa. A redução da dotação orçamental relativamente à geração anterior criou pressões significativas: dificuldade em assegurar estabilidade contratual, remunerações reduzidas e atrasos no processamento de verbas, afetando o planeamento e a execução das atividades.

Nas últimas três gerações (6G, 7G e 8G), esta insuficiência torna-se particularmente evidente. Surge mencionado com regularidade que a complexificação das problemáticas (como a diversidade cultural, pressão migratória, aumento de vulnerabilidade escolar e familiar) não é acompanhada pelo reforço dos recursos. São assinaladas necessidades crescentes nos territórios, coexistindo com:

- Referencia a territórios vulneráveis sem intervenção;

- Pressão sobre equipas técnicas com reduzida capacidade para alargar intervenção,
- Impossibilidade de responder a todos os públicos-alvo identificados.

Apesar das escolhas territoriais do programa estarem alinhadas maioritariamente com zonas de maior vulnerabilidade, são identificadas assimetrias na distribuição da capacidade instalada, primeiramente porque o financiamento é atribuído sem distinguir realidades e necessidades diversificadas e por outro existe uma capacidade diferenciada dos consórcios ao longo das gerações, beneficiando projetos onde existem parceiros locais com estrutura institucional forte, com capacidade de captar cofinanciamento ou serviços e com redes prévias de articulação que potenciam a intervenção, facilitando o acesso a respostas e recursos.

Em síntese, conclui-se que o programa está, de forma consistente, instalado em territórios de maior vulnerabilidade, isso não invalida que persistam lacunas de cobertura territorial, existindo territórios vulneráveis que não foram abrangidos; a intensidade das necessidades excede sistematicamente a capacidade dos recursos atribuídos; a distribuição não acompanha diferenças entre contextos; e o desfasamento entre necessidades e recursos torna-se mais premente com o avançar do Programa.

5.3. Concluir sobre os pontos fortes e fracos da operacionalização do PE.

A partir da análise das avaliações das oito gerações, é possível identificar um conjunto consistente de pontos fortes e fracos da operacionalização do Programa:

No que respeita aos pontos fortes, destacam-se:

- A capacidade técnica e empenho das equipas: materializada na proximidade, conhecimento do território, dedicação, flexibilidade e disponibilidade.
- A inovação metodológica, com recurso a trabalho de rua, mediação de pares, com o envolvimento de dinamizadores comunitários, participação juvenil (assembleias de jovens).
- Os recursos materiais e tecnológicos: fortemente reconhecidos como úteis, adequados e inovadores, colmatando frequentemente falhas de outras instituições, nomeadamente a escola pública.
- A flexibilidade na construção de consórcios locais e adaptação das ações às necessidades dos territórios.

- O trabalho em rede e articulação com parceiros locais, disponibilizando e potenciando respostas e recursos já existentes no território.

No que respeita aos pontos fracos, são apontados:

- A insuficiência de recursos financeiros e humanos, com equipas pequenas, dificuldade em garantir estabilidade e continuidade; salários e condições de trabalho pouco competitivos; impacto da rotatividade na qualidade e continuidade da intervenção.
- A carga burocrática e exigências administrativas elevadas, que consomem tempo de técnicos e coordenadores e reduzem o tempo disponível para intervenção direta.
- Projetos de curta duração, com pressão para obter resultados rápidos e dificuldades em consolidar mudanças estruturais e sem garantia de continuidade, o que acarreta fortes tensões nas equipas e insegurança nas relações com os participantes.
- A desigual capacidade de resposta entre territórios, resultante da combinação de recursos via financiamento do programa combinada com a robustez institucional dos parceiros. e
- Fragilidades na sistematização de conhecimento que permitia capitalizar a experiência acumulada das equipas e programa. Esta fragilidade decorre das perdas de aprendizagem quando mudam equipas ou coordenação; projetos temporariamente interrompidos entre gerações; frágeis instrumentos de recolha de dados; dificuldade em capitalizar experiências bem-sucedidas, apesar de algumas tentativas, como as promovidas na 4G, designadamente o Handbook “Fazer Escola com Escolhas” e os Recursos Escolhas, que sistematizavam metodologias de intervenção. Esta dificuldade, leva a, entre outras consequências, à repetição de problemas semelhantes em ciclos consecutivos.

Eficácia

2. As intervenções realizadas alcançaram os objetivos específicos definidos no âmbito das candidaturas ao PE e ao nível dos participantes abrangidos?

A informação reunida nas avaliações mostra que o Programa Escolhas alcançou, de forma generalizada, os objetivos específicos estabelecidos pelos projetos ao longo das oito gerações, embora com algumas variações entre gerações, territórios e áreas de intervenção.

Os objetivos alcançados ao longo de 8 gerações

As primeiras gerações caracterizam-se sobretudo pela criação de oportunidades inexistentes e pelo elevado envolvimento de crianças e jovens em atividades estruturadas. Neste período, o Programa assegura respostas que não existiam nos territórios, promovendo adesão regular dos participantes, estabelecimento de rotinas educativas e ocupacionais e a prevenção de situações de risco através da participação consistente em espaços seguros. As avaliações referem que os projetos cumpriram a generalidade dos objetivos definidos, mesmo que os efeitos estruturais ainda fossem limitados.

Nas terceiras e quartas gerações, os resultados tornam-se mais consistentes e visíveis. Para além da participação, as avaliações assinalam melhorias relevantes no percurso escolar dos jovens abrangidos, incluindo maior assiduidade, nomeadamente de crianças e jovens de comunidades ciganas, melhor envolvimento em atividades letivas e complementares, redução do insucesso e diminuição de comportamentos de risco associados ao abandono ou insucesso escolar. Surgem referências à maior mobilização das famílias, ao aumento da autoconfiança e ao desenvolvimento de competências sociais e relacionais.

A articulação com escolas, CPCJ e outras entidades reforça a capacidade de alcançar os objetivos estabelecidos nas candidaturas, e os resultados deixam de ser circunstanciais para assumirem carácter tendencialmente sistemático.

A partir da quinta geração, verifica-se diversificação e alargamento dos tipos de resultados registados. Mantêm-se ganhos nos domínios educativos e relacionais, mas observa-se igualmente o aparecimento de resultados em novas áreas, nomeadamente nas tecnologias de informação e comunicação e na preparação para a vida ativa. As avaliações referem melhoria de literacia digital, acesso a equipamentos tecnológicos e evolução das capacidades necessárias para procurar ofertas formativas e enquadrar-se em contextos profissionais. Os projetos assinalam progressos em autonomia, responsabilidade e organização pessoal entre jovens com fragilidades identificadas, e o trabalho articulado com parceiros locais começa a traduzir-se em encaminhamentos para oportunidades e respostas adicionais.

Nas gerações seguintes, e com destaque para a sexta geração, os resultados continuam a manifestar-se, mas num contexto mais exigente. O aumento de jovens migrantes e descendentes, bem como a diversidade cultural e linguística, acrescenta complexidade ao trabalho, mas as avaliações apontam ganhos na integração social, na adaptação escolar e no domínio progressivo da língua portuguesa. Persistem melhorias em competências pessoais e sociais e participação ativa nas atividades do

projeto, apesar das maiores necessidades identificadas nos territórios. Em alguns projetos, verificam-se resultados adicionais na preparação para a transição para o mercado de trabalho, dependentes da capacidade das redes locais.

Nas duas últimas gerações (7.^a e 8.^a), marcadas por desafios significativos, incluindo o contexto pandêmico, o Programa mantém a capacidade de alcançar os objetivos definidos nas candidaturas, assegurando continuidade de acompanhamento educativo, ligação à escola e apoio psicológico e emocional em situações excepcionais. As avaliações reportam efeitos positivos na redução do isolamento, manutenção da assiduidade escolar, continuidade de rotinas, desenvolvimento de competências digitais e melhoria do bem-estar e qualidade de vida, associada à introdução de novas dimensões como saúde e apoio psicossocial. Apesar das adversidades e limitações operacionais, os projetos demonstram cumprimento dos objetivos propostos e capacidade para ajustar atividades às necessidades emergentes dos jovens e das comunidades.

A leitura transversal das avaliações indicia que, ao longo das oito gerações, o Programa Escolhas evidenciou uma tendência clara de cumprimento dos objetivos específicos definidos pelos projetos, produzindo melhorias observáveis nas trajetórias dos jovens e nas dinâmicas comunitárias em que se inserem, ainda que a magnitude dos resultados varie conforme o contexto, o território e os recursos disponíveis em cada geração.

Os objetivos mais difíceis de cumprir

Se é inquestionável que o programa e as intervenções locais alcançaram muitos dos objetivos definidos nas candidaturas, é justo enunciar também os resultados que se revelam sistematicamente mais difíceis de alcançar, apesar dos esforços desenvolvidos e dos resultados positivos obtidos no quotidiano dos participantes e apresentados anteriormente.

Um dos domínios em que a concretização dos objetivos é mais desafiante prende-se com a obtenção de melhorias sustentadas no desempenho escolar. Embora se verifiquem progressos em termos de assiduidade, participação e hábitos de estudo, as avaliações evidenciam que a superação de défices educativos acumulados exige um nível de acompanhamento intensivo que os projetos, com equipas reduzidas e tempo limitado, nem sempre consegue assegurar plenamente.

Outro conjunto de objetivos cuja concretização plena se revela difícil diz respeito à redução continuada de comportamentos de risco, muitas vezes dependente de fatores que ultrapassam a intervenção direta. A concretização destes resultados

exige, segundo as avaliações, trabalho articulado com escolas, CPCJ e outros serviços especializados, cuja capacidade nem sempre acompanha a intervenção dos projetos.

O envolvimento ativo das famílias surge igualmente como uma área crítica. Apesar de existirem casos bem-sucedidos, a participação regular e consistente dos agregados é difícil de garantir. As avaliações referem barreiras como horários laborais irregulares, fracos recursos socioeconómicos, baixa literacia escolar e linguística, ou diferenças culturais no que se refere à relação com a escola e serviços. Esta limitação condiciona a ambição dos objetivos, sobretudo quando o progresso dos jovens depende de apoio contínuo no seu contexto familiar.

A inserção profissional dos jovens constitui outra dimensão particularmente desafiadora. As avaliações mostram que o Programa ajuda os jovens a aproximarem-se de formação, estágios ou oportunidades de qualificação, mas a capacidade de traduzir estes passos em emprego efetivo e estável é limitada. Fatores como baixos níveis de escolaridade, trajetórias irregulares e obstáculos administrativos, especialmente entre jovens migrantes, tornam a concretização deste objetivo difícil e dependente de condições estruturais externas ao Programa.

Por fim, as avaliações apontam para a dificuldade em assegurar a continuidade dos resultados para lá do ciclo de financiamento. Quando o Programa termina, muitas atividades cessam, equipas são desmobilizadas e redes enfraquecem, sobretudo nos territórios mais vulneráveis. Assim, a perenidade dos resultados — sejam académicos, comportamentais ou comunitários — é frequentemente limitada por ausência de mecanismos estáveis de continuidade.

Em síntese, os resultados mais difíceis de atingir ao longo das oito gerações são aqueles que implicam transformações estruturais — seja no percurso educativo, na redução de comportamentos de risco, na mobilização familiar, na inserção profissional ou na continuidade da intervenção — e que dependem de condições e atores que extravasam a capacidade direta das equipas dos projetos.

Constrangimentos à concretização dos objetivos

A análise das avaliações evidencia que, apesar dos resultados alcançados, a concretização plena dos objetivos definidos nas candidaturas enfrentou limitações consistentes ao longo das oito gerações. Como já explorado na análise da eficiência, os relatórios apontam de forma recorrente para a insuficiência de recursos humanos e financeiros como um dos principais constrangimentos à eficácia. Equipas reduzidas e sobrecarregadas, rotatividade frequente e vínculos laborais frágeis dificultaram a continuidade de intervenções educativas intensivas e o acompanhamento prolongado

de participantes, especialmente daqueles com maior vulnerabilidade. A sobrecarga das equipas que permaneciam era frequentemente referida, reduzindo a capacidade de aprofundar trabalho com os jovens e de assegurar atividades adicionais.

Ao longo das gerações, observa-se uma diversificação progressiva do perfil dos participantes, incluindo jovens migrantes ou descendentes e adolescentes em fase de transição para a formação ou o trabalho, o que aumenta a complexidade das respostas necessárias. As avaliações referem igualmente que, embora o Programa chegue aos públicos pretendidos, a sua capacidade é inferior ao universo de jovens que poderiam beneficiar das atividades, gerando listas de espera e exigindo priorização.

O contexto envolvente acrescentou restrições adicionais. O facto de os projetos dependerem, em grande parte de articulações com serviços públicos que também se encontravam limitados, como escolas, serviços sociais e estruturas municipais acarreta dificuldades à intervenção. Sempre que estes parceiros não tinham condições para complementar ou colaborar, tornava-se mais difícil cumprir determinados objetivos definidos em candidatura, particularmente os que requeriam acompanhamento especializado. Nas últimas gerações, a pandemia agravou estas limitações, obrigando a adaptações urgentes, provocando interrupções presenciais e impondo a necessidade de garantir continuidade à distância, o que nem sempre foi possível para todos os jovens abrangidos.

No conjunto, os constrangimentos identificados nas avaliações não puseram em causa a lógica global de cumprimento dos objetivos, mas limitaram o seu alcance e profundidade, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Desafios à medição da eficácia

As avaliações assinalam que, embora os projetos alcancem resultados relevantes reconhecidos por jovens, comunidades e equipas, medir esses efeitos com rigor apresenta várias limitações.

Se níveis de sucesso escolar ou integrações em formação, estágios ou emprego são mais fáceis de quantificar e medir, muitos dos progressos observados nos jovens — como motivação escolar, competências pessoais, sociais e relacionais — são de natureza qualitativa e difíceis de traduzir em indicadores objetivos, surgindo vastas vezes fundamentações de resultados qualitativos e dados relativos a atividades e participação em vez de resultados mensuráveis. A estas dificuldades acresce a introdução de novas áreas de intervenção como saúde e bem-estar, que respondendo

a novas necessidades dos territórios, agravam a dificuldade de medir os seus resultados.

Mecanismos que explicam os resultados alcançados

Embora as avaliações não formulem explicitamente teorias de mudança, e, portanto, relações causais entre ação e resultados, o cruzamento da informação permite identificar um conjunto de fatores que indicam constituir mecanismos explicativos da eficácia observada ao longo das oito gerações.

O primeiro destes mecanismos é a relação de proximidade estabelecida entre os técnicos e os participantes. As avaliações descrevem repetidamente o peso da confiança construída nas equipas, que funcionam como figuras de apoio, referência e mediação. Esta relação é apresentada como determinante para promover a adesão às atividades a permanência ao longo do tempo.

O segundo mecanismo prende-se com a estrutura e regularidade da oferta disponibilizada pelos projetos. A existência de um conjunto estável de atividades — como estudo acompanhado, ateliers temáticos, oficinas digitais, desporto, artes ou iniciativas de cidadania — cria rotinas positivas e promove competências que são diretamente associadas ao cumprimento dos objetivos definidos em candidatura. As avaliações indicam que esta continuidade de oportunidades constitui um fator decisivo, em especial para jovens que não têm outros espaços de referência.

O terceiro mecanismo relevante é a articulação com entidades e respostas locais. Em contextos onde esta articulação funciona bem, os projetos conseguem alargar o alcance da sua intervenção, encaminhar jovens para oportunidades educativas ou formativas complementares e aceder a recursos especializados que não possuem internamente. Esta ligação contribui e potencia o cumprimento dos objetivos, particularmente nos casos que exigem respostas multidimensionais. Como já mencionado a propósito da eficiência, situações em que a articulação é frágil ou inexistente, o peso da intervenção recai quase exclusivamente sobre o projeto, limitando os resultados a alcançar.

Impacto

7. Quais são os efeitos dos apoios do Programa Escolhas nas crianças e jovens dos 6 aos 25 anos provenientes de contextos de maior vulnerabilidade?

As avaliações das 8 gerações abordam os impactos tanto ao nível dos jovens como dos territórios, mas todas tendem a considerar que são difíceis de comprovar e

quantificar, permanecendo em grande medida não documentados, apesar de serem reconhecidos por técnicos, parceiros e comunidades.

Vastas vezes são apontados os efeitos positivos dos projetos nas crianças e jovens dos 6 aos 25 anos em contexto de vulnerabilidade, com intensidades e naturezas que variam de território para território e com níveis de aprofundamento que acompanham a evolução das oito gerações.

Nas primeiras edições do Programa, o PE ajudou a reconfigurar a relação entre jovens, famílias e instituições, aproximando os serviços públicos das populações vulneráveis. Promoveu a imagem positiva dos jovens nos bairros, criou referenciais de confiança e contribuiu para pacificar relações sociais locais. Ao nível simbólico e relacional, o impacto foi relevante, reforçando o sentido de pertença e empoderamento comunitário, mesmo em territórios com fraca resposta institucional.

À medida que o Programa se consolida, nomeadamente a partir da terceira e quarta gerações, os efeitos registados tornam-se mais consistentes e abrangem dimensões educativas, sociais, relacionais e comunitárias.

Uma primeira dimensão de resultados situa-se no domínio educativo: os projetos promovem a assiduidade escolar, reduzem o absentismo, nomeadamente entre as crianças e jovens das comunidades ciganas e, reforçam o acompanhamento ao estudo e contribuem para uma maior motivação e persistência no percurso académico. Estes efeitos são particularmente visíveis nos jovens com fracos recursos familiares e/ou histórico de dificuldades escolares, que beneficiam da criação de rotinas, apoio personalizado e espaços seguros de acompanhamento.

Para além dos progressos educativos, as avaliações destacam impactos significativos ao nível comportamental e psicossocial. A participação regular nas atividades induz melhorias na autoconfiança, na capacidade de comunicação e no desenvolvimento de competências socio-emocionais essenciais, como a responsabilidade, a gestão de conflitos ou o trabalho em grupo. Os projetos constituem ainda um espaço protetor que reduz a exposição dos jovens a comportamentos de risco, favorecendo a sua participação em atividades socialmente valorizadas.

As avaliações evidenciam também efeitos relevantes nas competências digitais, é alias uma marca distintiva do programa. O acesso a equipamentos tecnológicos, a aprendizagem de competências TIC e a literacia informática constituem fatores-chave na inclusão educativa e social, especialmente em territórios com maior desigualdade tecnológica. Estes resultados foram determinantes, desde as gerações iniciais como atrativo para a frequência de atividades, como durante o período pandémico, permitindo manter a ligação à escola e às atividades comunitárias.

Por fim, o impacto é igualmente expressivo nos jovens migrantes e descendentes. Os projetos contribuem para a aprendizagem da língua portuguesa, a adaptação progressiva à escola e a construção de redes de pertença locais. Esta intervenção facilita a integração em comunidades onde a barreira linguística e a fragilidade socioeconómica são obstáculos significativos.

Em territórios onde o programa teve continuidade ao longo de várias gerações, observa-se a consolidação de mudanças estruturais, com jovens mais integrados socialmente, mais capacitados para planear projetos de vida, alguns deles com papéis ativos na comunidade e até nos projetos, passando de participantes a técnicos, e comunidades mais coesas. A ideia do programa como uma “alavanca” que muda vidas e trajetórias, vai surgindo ao longo das várias edições do programa.

8. Qual o impacto do PE no contexto socioeconómico dos territórios de implementação?

No plano territorial, os efeitos também evoluem ao longo das gerações. Nas primeiras edições, o impacto sobre os territórios é descrito sobretudo como provisão de respostas de proximidade e correção de lacunas. Progressivamente, o Programa passa a reforçar a capacidade local de oferecer apoio continuado aos jovens, através do estabelecimento de redes de parceiros e da dinamização comunitária. As avaliações de gerações mais recentes sublinham que a intervenção induz melhorias na articulação entre serviços, facilita o encaminhamento para respostas externas e torna mais visíveis necessidades sociais antes dispersas. Em várias gerações, os projetos contribuem para alargar a oferta educativa e socio-relacional disponível, reforçar capital social local e consolidar dinâmicas locais de participação.

Embora existam evidências de melhoria no ambiente comunitário e de reforço das redes locais, as avaliações destacam que transformações profundas e duradouras no tecido social constituem metas que ultrapassam a escala e os recursos do programa e dos projetos. O Programa contribui para ativar respostas, criar parcerias e promover dinâmicas positivas, mas estas tendem a perder força quando o financiamento termina ou quando o consórcio local não tem capacidade para manter iniciativas de forma autónoma.

Sustentabilidade

9. Em que medida os efeitos da intervenção perduram ao longo do tempo.

A análise das avaliações das diferentes gerações do Programa Escolhas no que respeita à sustentabilidade do programa, revela que a durabilidade dos efeitos da

intervenção é parcial e desigual, variando entre territórios, consórcios e tipos de resultados alcançados. As avaliações tendem a pronunciar-se sobre dois domínios de sustentabilidade de modo interligado, a sustentabilidade dos efeitos produzidos pelos projetos junto dos participantes e comunidades e a sustentabilidade da intervenção. Ao longo das oito gerações, as avaliações destacam efeitos que perduram para além do ciclo de financiamento, mas também uma dependência estrutural do Programa que limita a continuidade plena das respostas.

Nas primeiras gerações, as avaliações indicam que muitos dos efeitos positivos observados durante a execução desapareciam com o fim do projeto. A frágil capacidade institucional das entidades promotoras e a ausência de fontes alternativas de financiamento faziam com que atividades e dinâmicas locais cessassem quase imediatamente, o que significa que o impacto se concentrava sobretudo no período de implementação, com pouca continuidade posterior. As relações de confiança construídas com jovens e famílias eram valorizadas, mas perdiam-se na transição entre gerações.

A partir das gerações intermédias, surgem relatos de efeitos que permanecem de forma mais consistente, nomeadamente a manutenção de algumas atividades ou parcerias após o fim do projeto e a aquisição de competências pelos jovens no programa (nomeadamente literacia digital básica, hábitos de estudo, participação juvenil) e a continuidade de redes de articulação local iniciadas durante o projeto.

Contudo, estes efeitos são descritos como localizados, dependendo fortemente da robustez dos parceiros envolvidos, da capacidade instalada e das dinâmicas dos consórcios.

Nas gerações mais recentes, observa-se maior consolidação em termos de legados institucionais, sendo referido que alguns territórios passaram a integrar metodologias do Programa nas práticas de escolas, autarquias e associações; certas atividades se transformam em respostas permanentes ancoradas em outros financiamentos ou estruturas locais, como municípios ou escolas; e há referências a trajetórias pessoais positivas de jovens que são atribuídas à sua participação no projeto.

Ainda assim, estas permanências continuam a ser descritas como parciais e condicionadas, não como efeito sistemático. Em várias avaliações é referido que a ausência de continuidade de financiamento público conduz a perdas de equipas, encerramento de espaços e descontinuação de respostas, com particular incidência nos territórios onde a intervenção esteve mais centrada numa equipa e menos enraizada numa rede.

Valor acrescentado europeu

QA10. Qual o valor adicional resultante da intervenção dos Fundos Europeus no contexto nacional no âmbito do Programa Escolhas?

A análise das avaliações permite concluir que o financiamento europeu desempenhou um papel determinante no desenvolvimento e continuidade do Programa Escolhas, constituindo um valor adicional significativo no contexto nacional. Embora o contributo europeu não seja descrito de forma explícita em todas as gerações avaliadas, a informação presente demonstra que os Fundos Europeus foram decisivos para assegurar a execução, expansão territorial e permanência temporal da intervenção.

10.1. Quais as mais-valias e eventuais dificuldades/constrangimentos decorrentes do financiamento europeu no contexto de intervenção do PE?

No que respeita às mais-valias, elas residem no facto de os fundos europeus potenciarem a implementação do Programa, tornando possível abranger um número significativo de territórios e públicos que, de outra forma, dificilmente beneficiariam de respostas estruturadas, fruto das dificuldades orçamentais nacionais.

Mas essa dependência estrutural do Programa em relação a esta fonte de financiamento é condicionante da ação do programa, o término dos fundos implica o encerramento de atividades, a perda de equipas e a interrupção de dinâmicas comunitárias, sobretudo em territórios onde não existem recursos próprios para dar continuidade ao trabalho realizado. Além disso, a necessidade de renovação periódica de financiamento gera incerteza e fragilidade operacional, afetando a estabilidade das equipas técnicas e a capacidade de planeamento. Em alguns contextos, a capacidade limitada de parceiros locais em captar recursos complementares torna esta dependência ainda mais evidente, como já mencionado a propósito da eficiência do programa.

10.2. Qual a possibilidade de se desenvolver a intervenção do PE sem o apoio dos Fundos Europeus a nível nacional?

No que se refere à possibilidade de o Programa Escolhas se desenvolver sem apoio dos Fundos Europeus, a informação disponível aponta para uma conclusão consistente: as avaliações consideram improvável que o programa tivesse alcançado a sua escala de intervenção, cobertura territorial e duração temporal se dependesse exclusivamente de financiamento nacional. Embora existam casos pontuais de projetos que mantêm algumas atividades após o encerramento da geração, estes são apresentados como exceções e não como modelo replicável. De forma transversal,

as avaliações evidenciam que o Programa, tal como existiu ao longo das oito gerações, teria sido de difícil concretização sem a componente europeia de financiamento.

Em síntese, os Fundos Europeus constituíram um elemento central do Programa Escolhas, amplificando a sua capacidade de atuar e garantindo a continuidade de uma intervenção considerada necessária nos territórios abrangidos. Ao mesmo tempo, esta dependência revela uma vulnerabilidade estrutural: sem apoio europeu, a probabilidade de sustentar a mesma dimensão e qualidade de resposta é limitada, sublinhando a importância de enquadramentos nacionais mais estáveis para assegurar continuidade futura.

ANEXO V

Análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas

Uma das fontes utilizada para suportar a avaliação do Programa Escolhas prende-se com um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas a nove pessoas que ocupam posições institucionais privilegiadas – embora diferenciadas – para analisar de forma integrada e crítica a conceção, execução e evolução deste programa, seja pelo seu envolvimento direto no programa, presente ou passado, seja porque são responsáveis por políticas conexas. A maioria das entrevistas foi individual, apenas os atuais responsáveis pela coordenação do Programa foram entrevistados em simultâneo. A tabela seguinte apresenta as pessoas entrevistadas e a sua pertença institucional/cargo.

Tabela 1. Pessoas entrevistadas e respetiva pertença institucional/cargo

Nome	Pertença institucional/cargo
Ana Catarina Mendes	Antiga Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, XXIII Governo – Tutela anterior do Programa Escolhas
Cristina Palma	DGE - Coordenadora da equipa de acompanhamento do Programa TEIP
Cristina Rodrigues	ISS - Diretora da Unidade de Apoio a Programas do Instituto de Segurança Social, é responsável pelo acompanhamento dos CLDS
Francisco Neves	IPDJ, Diretor do Departamento de Programas de Juventude
José Reis	AIMA, Diretor do Departamento para a igualdade, combater racismo, xenofobia e discriminação
La Salete Lemos	IPDJ, Coordenadora de Programas Sociais nas regiões Norte e Centro.
Maria João Fernandes	ISS - Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
Pedro Calado	Antigo coordenador nacional do Programa Escolhas
Rui Dinis (IPDJ)	IPDJ, Chefe de divisão nos Programas Sociais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Sul e Regiões Autónomas
Sandra Araújo	Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (até dez 2025)
Sónia Almeida	Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância
Teresa Andrade	DGS – Membro da equipa de acompanhamento do programa TEIP

A análise das entrevistas será subdividida de acordo com seis critérios de avaliação, cada um deles densificado de acordo com vários parâmetros.

Relevância

As pessoas entrevistadas convergem na assunção da relevância do PE enquanto resposta estruturada aos problemas sobre os quais se propõe intervir. O relevo do programa é ilustrado a partir de diferentes perspectivas de análise.

Uma primeira questão que importa sublinhar prende-se com o facto de o Escolhas ter sido um programa pioneiro na intervenção em territórios com vulnerabilidades socioeconómicas acentuadas, em alguns casos sem coberturas relevantes do ponto de vista de projetos territorializados. As vulnerabilidades eram, em algumas situações, extremas:

A primeira vez que fui ao bairro, pensei, as necessidades são todas. Começava pela habitação, começava pelas carências alimentares, começava pela roupa. Tivemos de começar por aí, por tentar garantir standards mínimos em várias situações, tínhamos mesmo urgências alimentares, graves crises familiares. Em muitos destes territórios não existia praticamente qualquer outra resposta que se complementasse. Havia territórios onde não havia sequer organizações. Em alguns existiam, noutros o Escolhas era muitas vezes a primeira intervenção direta naquelas comunidades (...) Uma das primeiras coisas que percebi na [nome do território] quando lá chegámos, é que havia uma rede de pedofilia instalada no bairro. Era este nível de vulnerabilidade, uma coisa que já tinha anos, que estava perfeitamente enraizado e que muitas vezes nos obrigou a denunciar, a fazer um papel de denúncia.

Pedro Calado

O facto de a aprovação dos projetos implicar a realização de um diagnóstico do território, mas também o conhecimento acumulado por parte dos promotores e técnicos dos projetos acerca destas realidades, são considerados fatores fundamentais de adequação das intervenções às necessidades das populações.

O apoio ao estudo a crianças provenientes de famílias tipicamente desfavorecidas no plano socioeconómico e o ensinamento de competências fundamentais básicas necessárias para o processo de ensino-aprendizagem são também questões assinaladas pelos entrevistados como configurando elementos de relevância do programa.

Nós partimos do princípio de que aqueles jovens com quem nós estamos a trabalhar já têm determinado tipo de competências pessoais e sociais que na realidade não têm e estamos à espera que eles reajam de uma maneira que na realidade não sabem reagir porque não têm aquelas competências pessoais e sociais trabalhadas. E só o facto de nós conseguirmos trabalhar essas competências pessoais e sociais e permitir que eles fiquem um pouco mais capacitados em algumas áreas, nomeadamente na parte escolar, é muito

importante. Porque isto que vai permitir construam o seu CV, que possam ter uma formação profissional e que se integrem no mercado laboral.

José Reis

A relevância do PE é equacionada no plano relacional. Sublinha-se a este nível o papel desempenhado pelos técnicos dos projetos, que se assumem frequentemente como o adulto de referência para as crianças e jovens e, portanto, exercem uma influência positiva nas suas decisões e nos seus trajetos. Ainda no plano relacional e das sociabilidades, identifica-se também o papel do PE no alargamento experiencial das crianças e jovens que o frequentam, bem como as pontes que se (re)estabelecem entre estas crianças e jovens e determinadas instituições.

Puseram os miúdos a perceber a utilidade das forças de segurança e não a ter medo das forças de segurança. E uma das meninas dizia-me na altura que o programa Escolhas lhe tinha trazido duas experiências boas. Por um lado, ter hoje a polícia como parceiro. E quando a mãe é vítima de violência doméstica, ela já não tem medo de chamar a polícia. E eu acho que isto é notável do trabalho da polícia. Eu nunca tinha visto um polícia chorar. E ali vi vários (...) A minha segunda preocupação foi quando esta miúda me disse, alegremente, e saí pela primeira vez do bairro e eu pensei, saiu das fronteiras de Portugal. Não, foi ao Fundão. E estava felicíssima com isto.

Ana Catarina Mendes

A relevância do PE prende-se igualmente com a complementaridade da intervenção dos seus projetos, a qual é muitas vezes sinérgica em relação à ação da Escola e a outras medidas ou programas públicos do ponto de vista dos apoios que garante, mas também no que diz respeito à sinalização de situações de risco.

O facto de os miúdos estarem já em situação de absentismo ou pré-abandono escolar já é também resultado de outras fragilidades e vulnerabilidades. E, portanto, os projetos Escolhas agarram estes miúdos. Ao trabalhá-los na perspetiva das competências educativas, sociais e de integração, já na perspetiva do flow, também conseguem, ao mesmo tempo, perceber situações de risco ou perigo.

Maria João Fernandes

É também sublinhado o vazio que existira caso os projetos Escolhas não tivessem lugar.

Há uma tónica que é muito interessante ser aqui evidenciada quando vamos a um determinado projeto e sobretudo quando acompanhamos alguém da tutela a visitar os projetos. Os próprios coordenadores dizem-nos "imagina o que eram estas crianças, fora já do seu período escolar, o que é que elas andariam

a fazer na rua, neste bairro, se não estivessem aqui a fazer uma aprendizagem?” Andariam perdidas, a vaguear, porque os pais não estão em casa, porque os pais não valorizam a escola, porque os pais não os incentivam a estudar.

Francisco Neves

Acho que se nós não tivermos o programa Escolhas verdadeiramente, acho que há mais miúdos que vão crescer na solidão e crescem num ambiente de vícios permanentes que leva a uma explosão ainda maior e a nunca saírem do barro.

Ana Catarina Mendes

Do ponto de vista substantivo, o conjunto de intervenções do PE, ao nível dos processos de ensino-aprendizagem e de outras dimensões centrais para o sucesso do percurso formativo e de transição para o mercado de trabalho, é considerado um fator relevante para combater a reprodução intergeracional da pobreza.

O Escolhas é de facto um instrumento muito poderoso de combate à pobreza nos territórios e de combate também à exclusão social. Portanto, há esta dimensão de preocupação e de foco com um dos grupos que estão especialmente vulneráveis, e sabemos que a pobreza em Portugal é muito intergeracional. O programa é uma das ferramentas que procuram fazer essa rotura e quebrar esse ciclo intergeracional de pobreza e criando de facto espaços e oportunidades, dando acesso e intervindo também em áreas que têm a ver com a educação formal e informal e a acessibilidade a um conjunto de recursos para grupos que estão bastante excluídos, grupos de crianças e jovens bastante excluídos na nossa sociedade.

Sandra Araújo

Coerência

Na análise da coerência do programa importa distinguir a sua coerência interna e externa, sendo que esta é bastante mais dissecada pelos entrevistados do que aquela, o que em parte se justifica pelo tipo de entrevistados.

Começando pela coerência interna, são aduzidas duas questões fundamentais. A primeira refere-se ao foco categorial do programa e ao seu alargamento nas últimas gerações. A este nível é referido que o Escolhas era um programa com um grande enfoque nas crianças e jovens de minorias étnico-raciais de territórios vulneráveis, tendo evoluído para um âmbito de intervenção mais abrangente.

Eu associava o Escolhas ao ACM, e para mim o ACM tinha aquela função das minorias étnicas. Retirar o Escolhas do ACM, agora da AIMA, pode ser exatamente... Não sei se para abrir o Escolhas ou se o Escolhas já estava aberto e para o pôr no lugar.

Sónia Almeida

Eu diria que agora há aqui talvez uma dor de crescimento outra vez, que é passando a ser um programa na alçada do IPDJ, este é um programa a quem é que se destina? Aos jovens em Portugal, todos, vamos subir nessa escala e vamos fazer um programa de participação social para os jovens? Porque eu, sinceramente, não percebi agora, tenho alguma dificuldade a perceber esta alteração também, não me compete tomar grandes dores alheias, mas acho que um programa que estava há tantos anos na alçada de um instituto que trabalhava as questões da diversidade, da integração, da inclusão, ao sair dessa esfera, se mantém exatamente igual. Será um bocadinho estranho, até porque o Escolhas era uma extensão muito importante do trabalho do ACM no território, junto, precisamente, desses grupos, mas isso o tempo julgará, não serei eu (...) Eu acho que numa nova fase do programa há uma redefinição clara que é preciso fazer. Este é um programa para toda a população? Pode ser, eu assumo que seja, mas então é outra coisa, é outro programa escolhas. Com o risco, se calhar, de estar a destapar o investimento em determinadas comunidades que para mim, parece-me, mas isto é a minha opinião pessoal, estratégicas.

Pedro Calado

O IPDJ tem outros programas, direcionados para a juventude, das quais o programa escolhas pode ser beneficiado. (...) o Cuida-te, é justamente um programa que é dirigido especificamente para a área da saúde mental.(...) E a divulgação que nós, enquanto IPDJ, queremos fazer também passa muito por divulgar este serviço junto dos projetos Escolhas (...) E é importante que aquilo que existe dentro do IPDJ, que possa beneficiar e potenciar o crescimento, o desenvolvimento, o bem-estar destes jovens e destas crianças, seja divulgado também com de uma outra forma, que passe para que o nosso público, digamos que jovem, possa beneficiar não de um programa isoladamente, mas de um conjunto de programas, dentro do IPDJ, são promovidos e geridos, ao fim e ao cabo. E, além deste programa, temos outros, por exemplo, a questão do voluntariado (...). E sendo nós um Instituto que promove, financia e faz a gestão destes projetos, é natural também que queiramos que eles cheguem a estes jovens. Ainda agora há pouco tempo

também, para se desenhar a Agenda Nacional da Juventude, (...), e eu fazia parte dessa comissão, desse grupo de trabalho, (...)E eu propus que os jovens dos Escolhas fossem ouvidos e de facto fizemos (...) cerca de 50 sessões. (...) E eu acho que isto resultou do facto de nós estarmos dentro do IPDJ porque é dentro do IPDJ que estão estes problemas também e estes projetos que pretendem, de facto, esboçar políticas com a ajuda de todos os jovens (...)

Francisco Neves

A este nível, é referido por Ana Catarina Mendes, responsável pela integração do PE no IPDJ, que, quando assumiu a tutela deste programa, o mesmo estava “sem mãe e sem pai, estava a boiar”, isto é, encontrava-se sem uma tutela ministerial ativa e com foco no seu desenvolvimento e na sua valorização. Esta realocação institucional teve como objetivo articular o PE com outros programas orientados para a juventude.

E pus na juventude por uma razão. Porque eu acho que se nós tivermos o Programa Escolhas no mesmo local onde há tantos outros programas para a juventude, permite uma maior transversalidade e permite uma complementariedade também do próprio projeto do Programa Escolhas. Ou seja, miúdos que são beneficiários do Programa Escolhas têm acesso a mais informação e há possibilidade de fazer outros programas que estão, por exemplo, o ANDA que nós criámos, que é um programa de conhecer o país.

Ana Catarina Mendes

Há um segundo aspeto relacionado com a coerência interna relativa aos objetivos gerais do programa. O Escolhas é um programa orientado para prevenir a exclusão social e os comportamentos de risco ou pretende primordialmente repará-los?

Eu acho que o programa sempre teve esta tensão entre prevenção e remediação. O programa nasceu como uma medida, claramente, de remediação, com os incidentes na CREL, Lídia Franco, os assaltos, os jovens mais velhos, alguns já quase jovens adultos. Nós começámos muito com jovens adolescentes, 15, 16, 17 anos, grupos (...) Eu acho que essa foi claramente a primeira abordagem, trabalhar nessa segunda linha de prevenção, que já era um bocadinho, de certa forma, do ponto de vista da eficácia, mais arriscada, porque perdíamos muitos desses jovens, que facilmente já estavam envolvidos em muitas coisas. Mas isso foi claramente o DNA da primeira geração.

Pedro Calado

Quanto à coerência externa, são identificadas sinergias e complementaridades entre o âmbito de intervenção do Escolhas e outros programas e políticas públicas, mas também sobreposições e disfuncionalidades.

Um primeiro aspeto que é positivamente avaliado prende-se com o facto de o Escolhas ter uma função relevante na sinalização de situações de risco.

Os projetos Escolhas conseguem fazer a comunicação desde logo aos núcleos, aos núcleos de intervenção com crianças em risco, seja normalmente o comunitário, em termos de respostas sociais, uma articulação muito forte com o município, e agora ainda mais por via das transferências de competências, ainda mais, mas a perspetiva também dos núcleos locais, que é importante na perspetiva familiar, e se tivermos a falar de uma situação já de perigo, a articulação direta com a CPCJ.

Maria João Fernandes

É também referida a importância que o programa Escolhas assume na articulação com outras instituições e programas.

Eu acho que isto é um bom fruto de uma política articulada, porque na verdade as escolas hoje também fazem muito mais pelas crianças do que faziam há muitos anos atrás. Hoje em dia há muito mais planos de recuperação, muito mais incentivo ao apoio ao estudo e equipas multidisciplinares que acompanham crianças com mais dificuldades nas escolas. E os projetos escolhas também dão esse contributo, no fundo são parte dessas tais equipas multidisciplinares que têm o seu epicentro nas escolas, mas também vão buscar ao programa escolhas muitos contributos, porque os coordenadores do Escolhas estão em articulação direta com as escolas. O Escolhas não trabalha individualmente a questão do sucesso escolar, mas em articulação com a própria escola.

Francisco Neves

O programa Escolhas é a entidade que responde por algumas atividades do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, em particular a promoção do sucesso educativo, o combate ao abandono escolar, as questões de iniciativas de apoio ao estudo, as mentorias, o acompanhamento individual das crianças e dos jovens, a dimensão da articulação entre as escolas e as famílias onde estas crianças se inserem. Também o desenvolvimento de competências digitais, nomeadamente a inclusão digital, pelos centros de

inclusão digital do programa, temos também as dimensões da participação cívica e comunitária, as questões da transição para a vida ativa, ações de orientação profissional, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, e o apoio também ao prosseguimento dos estudos e à integração no mercado de trabalho. São dimensões que também estão muito presentes. Mas as dimensões da multiculturalidade também, a promoção da igualdade, o combate à discriminação e aqui trabalham naturalmente em contextos multiculturais, com muitas nacionalidades, e têm aqui esta questão da promoção do diálogo intercultural, que é uma marca também do Programa.

Sandra Araújo

Os stakeholders entrevistados apontam alguns aspetos críticos que se colocam à coerência externa do programa.

O primeiro diz respeito à inexistência de coordenação institucional. Este facto é mencionado em relação à articulação entre o PE e o programa TEIP, cujos objetivos na área da educação e formação dialogam fortemente com os perseguidos pelo Escolhas: combate ao abandono escolar precoce de crianças e jovens provenientes de famílias desfavorecidas, promoção da integração social e prolongamento dos trajetos escolares e formativos.

Eu acho que os responsáveis pelo programa Escolhas deveriam-se articular mais connosco ou nós com eles, porque efetivamente muitas vezes estamos a duplicar, ou a repetir, ou até se calhar a tentar fazer a mesma coisa, mas se calhar eles por um lado e nós por outro - ou seja, não há articulação. Isto eu estou a dizer em função daquilo que eu conheço aqui na tutela (...) Se calhar estamos a trabalhar com o mesmo objetivo, mas não nos cruzamos pelo

caminho.

Cristina Palma

O segundo aspeto crítico que se coloca em relação à coerência externa do programa Escolhas prende-se com a sua sobreposição com outras intervenções. Desde a 1.ª Geração que se procurou obviar ou pelo menos mitigar este risco através da imposição de um parecer da Rede Social do território de intervenção de um dado projeto Escolhas. Este mecanismo foi reforçado com a obrigatoriedade de parecer por parte do Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e da participação no júri do programa de representantes de instituições e programas que, pelo seu conhecimento das intervenções em curso ou supervenientes no território, possam também mitigar essa sobreposição.

Apesar destes freios, algumas das pessoas entrevistadas apontam a existência de sobreposição das intervenções, em particular no que concerne ao âmbito de atuação do Escolhas e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

Os CLDS no Eixo 2, que tem o objetivo da pobreza infantil, mas os miúdos do Escolhas não são os miúdos dos CLDS. O que é que diferencia isto? Estamos a falar do quê? Estamos a falar de dois ministérios. É disto que estamos a falar?

Sónia Almeida

Este risco de sobreposição pode decorrer mais de disfunções de planeamento ao nível local do que da estrutura das políticas públicas orientadas para intervir sobre crianças e jovens em risco de exclusão social.

Em termos da sua operacionalização territorial, eles podem ser intervencionados de forma complementar e não coincidente, mas isso depende dos territórios, depende dos parceiros e depende de como é que as dinâmicas locais não se sobrepõem. Podemos ter aqui risco de duplicação, como podemos ter aqui um potencial de complementaridade, diria eu. Porque nós no Eixo 2 dos CLDS, que é o que tem mais intervenção na área das crianças e dos agregados que são idênticos ao público-alvo que temos nos Escolhas (...) Eu diria que a sobreposição só existe por falta de planeamento e entendimento no âmbito da rede local. Então, alguma coisa está a falhar. Porque os instrumentos, como estão concebidos do ponto de vista teórico, permitem não haver duplicação de financiamento, assim os saibam usar os seus territórios e as entidades parceiras. E não vejam só o seu umbigo.

Cristina Rodrigues

A coerência externa do Escolhas com outros programas e políticas depende da compreensão efetiva por parte dos seus técnicos e promotores dos objetivos e das dinâmicas destes outros programas e políticas.

A garantia depende muito do Estado Central nas políticas centrais, depende muito das autarquias nas políticas locais, depende muito das equipas que estão na intervenção, depende muito de quem está diariamente a trabalhar nas creches, nas escolas e nas associações desportivas e em todo o lado onde as crianças estão. E os jovens, não é? Depende de todas as pessoas. Aqueles que diariamente estão a trabalhar de forma mais direcionada, exatamente, no combate, como é o caso dos técnicos do Escolhas. Eu acho que são elementos-chave na concretização da garantia para a infância. Ainda assim, acho que ainda

podemos ter um caminho a fazer do ponto de vista daquilo que, por exemplo, é a apreensão dos próprios, pessoas que fazem parte deste projeto, dos pressupostos da garantia para a infância.

Sónia Almeida

Eficiência

As pessoas entrevistadas suscitam várias questões acerca da suficiência e adequação dos recursos financeiros do programa. Um primeiro aspeto prende-se com as regras subjacentes à cobertura territorial do financiamento europeu do programa, que excluem contextos que são efetivamente vulneráveis.

A maior dificuldade é que aquilo se coloca, tem a ver com as questões do financiamento europeu, que é realmente importante e há uma pergunta que é central para o Escolhas, mas só funciona no Norte, Centro e Alentejo, através do Pessoas 2030. Para o Algarve, Regiões Autónomas e Lisboa, não temos financiamento europeu, não é possível financiamento europeu, pelo menos a partir desta linha que nós recebemos. E isto causa-nos grandes problemas, de facto, porque é preciso um orçamento muito grande para Lisboa, particularmente, não é? E que, às vezes, é difícil. Temos o orçamento de Estado que, às vezes, não é muito fácil captar.

Rui Dinis

Agora, havia sempre algum amargo de boca, sinceramente, mais até em regiões como Lisboa, e sobretudo Lisboa, porque como os fundos comunitários vinham dos programas operacionais regionais, tipicamente o que é que acontecia? Havia muito dinheiro para o Norte, para o Centro e para o Alentejo, Por exemplo, no Alentejo, normalmente, a oferta era muito menor do que a procura, ou melhor, a procura era muito menor do que a oferta. Nós tínhamos, normalmente, uma dotação muito grande para o Alentejo, e depois, por razões que são também estruturais, havia poucas candidaturas com qualidade, até porque há poucas organizações da sociedade civil, há uma dinâmica também do ponto de vista destas redes locais muito mais incipientes. Ao contrário, por exemplo, em Lisboa tínhamos muitas candidaturas, muitas necessidades. Voltamos à questão da média, porque na média da área metropolitana de Lisboa estamos acima da média do país, estamos perto da convergência com a União Europeia (...) Dou sempre o exemplo de Cascais, não é? Cascais a nível nacional e Oeiras, estão sempre acima das médias de tudo, mas depois há o bairro das navegadoras e há o bairro do fim do mundo. E, portanto, aí acabava,

às vezes, por ser frustrante, porque tínhamos boas propostas e os meios eram curtos. Eu cheguei a levar isto a Bruxelas e nunca tive sucesso.

Pedro Calado

Além desta limitação ao nível da elegibilidade dos projetos, coloca-se também a questão da insuficiência dos recursos financeiros por projeto.

Aquilo que eu senti foi que os recursos, na maior parte dos sítios, eram escassos. Porquê? Porque o valor dos projetos não permite também que as equipas possam ter muitos elementos, não permite que possam ter muitos recursos, e depois de acordo com aquilo que são as atividades que são contratualizadas, está sempre tudo muito aquém. E isso coloca também todos os projetos numa situação mais difícil, a não ser aqueles que têm a sorte, e às vezes é só mesmo uma questão de sorte, de naquele contexto em particular, por exemplo, terem uma empresa ou terem uma entidade que decidiu apoiar

José Reis

Outro aspeto que é relevado pelos entrevistados consiste nas dificuldades ao nível das disponibilidades de tesouraria.

Há projetos que não conseguem executar a totalidade da verba que lhes era atribuída. Estamos a falar de uma verba de 220 mil ou 230 mil durante a geração do programa e por vezes a taxa de execução muito abaixo dos 100%. E isto muitas vezes tem a ver com a dificuldade que os projetos têm de conseguirem mobilizar a verba que têm disponível para fazer as edições dos bens e serviços que necessitam, porque eles próprios, como não têm a verba disponível, muitas vezes também não avançam para a contratação do serviço. Pois isto é uma espécie de uma situação que, se uma coisa implica a outra, um ciclo vicioso, não há dinheiro, não se compra, não há dinheiro, não se faz contratação, vem o dinheiro, já passou a oportunidade e no final de contas vamos fazer o balanço final e o projeto ficou com, sei lá, com 60% de taxa de execução em relação ao valor que lhe tinha sido proposto para financiar.

Francisco Neves

Nos projetos com fundos europeus o financiamento não é instantâneo, portanto, não é só começar. O dinheiro não está sempre disponível, há toda uma série de procedimentos do nosso lado. Então, por vezes um ou outro projeto tem mais dificuldade de tesouraria.

É um pesadelo porque nós partimos da capacidade de tesouraria de organizações que não a têm, ou seja, uma ideia de pagamento por reembolso só funciona se eu tiver uma estrutura, se eu tiver uma organização como esta, em que desembolsar 50 mil euros para receber daqui a um ano e meio.

Pedro Calado

Há um último aspeto, atinente ao hiato por vezes existente entre as necessidades dos territórios e a existência de candidaturas. A limitação de uma candidatura por território de intervenção foi uma medida destinada a potenciar sinergias e a maximizar a eficiência dos projetos, mas também a garantir uma distribuição mais ampla dos territórios intervencionados pelo programa. Uma das limitações que se coloca a este último objetivo decorre do facto de as intervenções dependerem da existência de iniciativa por parte de um consórcio para apresentar uma candidatura.

Na verdade, a responsabilidade pela cobertura do programa através desses projetos em determinados territórios é muito a responsabilidade de um consórcio que se organiza, que faz um diagnóstico da realidade local nesse mesmo território e que apresenta a candidatura ao projeto. Portanto, nós temos a noção de que há territórios onde o projeto seria necessário, porque teria, na verdade, público-alvo para que o projeto ali fosse implementado, porque as necessidades, de facto, ditariam que o projeto ali funcionasse, mas, não havendo um consórcio que apresente um projeto para cobrir aquele território, naturalmente, ele fica a descoberto.

Francisco Neves

Eficácia

Os principais resultados do programa Escolhas foram analisados pelos entrevistados a partir de várias perspetivas. Houve quem sublinhasse as mudanças em algumas dimensões mais estruturais, outros elogiaram a capacidade de o programa intervir junto de determinadas categorias sociais, e outros ainda aludiram à diferença que a participação no programa exerceu nos trajetos de determinadas pessoas.

Tenho a salientar que se nota muito a questão da escolaridade nos projetos. Enquanto quando começamos o programa, o grande objetivo dos projetos era que a maioria dos jovens terminasse o 9.º ano. Muitos deles nem isso conseguiam. Portanto, era o grande objetivo, era que terminassem o 9.º ano.

Já atualmente, também, obviamente, fruto das alterações que, entretanto, também existiram, ao nível da obrigatoriedade da escolaridade. Mas, cada vez tínhamos mais jovens a frequentar o secundário, ou a ir para a faculdade mesmo, com a ajuda dos projetos. E, por isso, nota-se em termos da escolaridade mínima obrigatória uma evolução muito grande desde o início do programa. E, atualmente, era uma luta, no início, que os jovens tivessem o 9.º ano. Poucos tinham o 9.ºano. E, portanto, conseguimos ver esta evolução em termos do patamar e da perspetiva que os jovens têm. Acho que conseguimos alargar também muitas perspetivas daquilo que eles são capazes.

La Salete Lemos

O Escolhas tem permitido que os jovens, as crianças e os jovens tenham melhor acesso e tenham mais sucesso no seu percurso escolar. Mesmo que o sucesso não seja ainda aquilo que se deseja. Porque também é preciso que nós tenhamos a noção, e é um defeito que nós às vezes no papel técnico vamos tendo, nós partimos do princípio que aqueles jovens com quem nós estamos a trabalhar já têm determinado tipo de competências pessoais e sociais que na realidade não temos e estamos à espera que eles reajam de uma maneira que na realidade não sabem reagir porque não têm aquelas competências pessoais e sociais trabalhadas. E só o facto de nós conseguirmos trabalhar essas competências pessoais e sociais e permitirem que eles fiquem um pouco mais capacitados em algumas áreas, nomeadamente na parte escolar, porque depois é o que vai permitir construírem o seu CV, poderem ter uma formação profissional e eventualmente integrarem-se no mercado laboral. Se nós conseguirmos fazer isso, e eu tenho visto isso a ser feito, e acho que é um dos grandes méritos do Escolhas.

José Reis

Os projetos Escolhas trabalham muito bem com grupos fechados, nomeadamente com grupos de etnia cigana.

Cristina Rodrigues

Para mim, os mais importantes são sempre os individuais. Quando ainda hoje encontro pessoas na rua que se lembram de mim, eu já não me lembro delas. Olha, eu agora sou isto, fiz isto. Foi graças a vocês que consegui, às vezes, coisas simples. Tirar um curso, ser cabeleireiro. Isso é muito engraçado. No outro dia estava a cortar o cabelo e o barbeiro diz: "- Não me conhece, pois não?" E eu, pá, desculpe. - "Ah, não faz mal, não sei o quê, eu era daquele

projeto, daquilo, fiz um curso de cabeleireiro.” E pronto, no fundo há uma certa gratidão (...) Eu lembro-me sempre agora do judoca que ganhou a medalha de ouro no Campeonato do Mundo, o Jorge Fonseca, que é do Sporting. E depois até na altura partilhei, porque ele aparece num vídeo daqueles... ele era um tipo super violento na escola, batia em toda a gente na escola, tinha uma força brutal. E canalizou essa vontade de bater em alguém dentro das regras, o que é engraçado. E o Jorge Fonseca, que é a grande esperança de uma medalha de ouro nos próximos Jogos Olímpicos, vem deste tipo de coisas.

Pedro Calado

Há um programa na Bela Vista, muito interessante, em Setúbal, onde os Escolhas também entram em parceria, por exemplo, com o IKEA, que é a escola feliz. E a escola feliz significa que o IKEA vai às casas das pessoas e consegue fazer um quarto para a criança e fazendo o quarto para a criança, onde a criança tem as coisas organizadas para estudar, faz com que depois as próprias famílias queiram ter o resto da casa arranjada. Portanto, comportamentos de pequenas coisas que vão dando autoestima, segurança, confiança às pessoas e que os próprios comportamentos dos adolescentes podem transformar comportamentos dos mais velhos.

Ana Catarina Mendes

Uma das dimensões de eficácia que emergiu das entrevistas remete para os fatores potenciadores ou bloqueadores da mudança.

Um dos fatores potenciadores de mudança consiste na lógica de constituição dos projetos e na centralidade que os protagonistas locais assumem nesse processo, mas também na execução dos projetos.

Portanto, eu acho que isso é uma boa prática que eles tenham de intervenção e que outros projetos como o CLDS não têm tanto, que é a incorporação de pares nas equipas técnicas, de forma a intervir e de dar experiência. Portanto, eu acho que nisso eles são... é uma prática que devia ser incorporada em futuros programas. Lembro-me disto. Eles têm, de facto, casos de sucesso. Eles têm, de facto, pessoas que voltaram à escola ou com etnias ciganas têm miúdas que voltaram à escola e que fizeram um percurso profissional e que hoje em dia até estão na faculdade. Eles têm casos, de facto, de sucesso. E isso é um resultado. Pode não ser um impacto para a economia, para aquela pessoa, mas é um resultado, um impacto na vida daquele agregado familiar, daquele

cidadão, e que pode fazer uma diferença em gerações futuras nestas comunidades.

Cristina Rodrigues

Quando são os projetos que escolhem parceiros, tipicamente aquilo não corre bem. Quando são os parceiros que escolhem projetos, a taxa de sucesso é bastante maior. O que é que eu quero dizer com isto? Quando há um grupo de pessoas numa comunidade que reconhecem que há um problema, que é partilhado, e que desenham em conjunto uma solução que depois é de todos e que é implementada de forma colaborativa, isto normalmente descola. Quando há alguém, que às vezes até vem de fora, chega ao território e diz, isto era muito giro, era fazer não sei o quê, portanto vou buscar os parceiros para isto. Tipicamente esse tipo de abordagens morre.

Sónia Almeida

As pessoas juntarem-se, terem uma ideia, submeterem, serem avaliados, eu acho que isso é um fator de sucesso. Eu continuo a acreditar que os mediadores jovens urbanos/dinamizadores comunitários é uma das ideias mais virtuosas do programa e que eu acho que está verdadeiramente por aprofundar, no sentido em que cada vez mais, eu acho que estes projetos deviam assentar precisamente nessa dinâmica dos jovens da comunidade, organizados, apoiados, a estruturarem as suas próprias ideias, e acho que isso ainda está muito por aprofundar.

Pedro Calado

A necessidade de melhorar a gestão e coordenação das intervenções das políticas e dos programas sociais à escala local é invocada como um fator fundamental de bloqueamento dos processos de mudança social.

A minha experiência de redes e de rede social diz-me que, por vezes, temos uma participação cerimoniosa, é bom pertencer à rede, mas depois há a ausência de capacidade de decisão, porque quem vai não pode, porque quem vai não está mandatado para tal. Depois temos a questão de agora não dá jeito porque é período eleitoral, depois também não dá jeito porque é período pós-eleitoral. Isto ao nível das redes. Da rede macro, não é? Claro que o Escolhas é um consórcio, porque ali já há uma mini-rede, que já envolve vários, mas tem que estar em articulação naturalmente com a rede-mãe, que será a rede social, porque é daí que tem que tudo partir. Sem prejuízo, eu acho que o ser

dirigido vai também alavancar a rede, ou seja, nesta perspetiva de temos a rede e temos que trabalha, quase como grupos, os grupos que saem de trabalho. Temos a rede e eu consigo reforçar a rede e o produto final da rede porque tenho um projeto escolhas, porque tenho ali a funcionar bem, tenho uma comissão, que tudo é trabalho e intervenção na comunidade, no fundo.

Maria João Fernandes

Porque a forma como eu depois vejo a operacionalização de todos estes programas é que isto gera uma competição. Eu sinto isto. Nos territórios anda tudo a competir um bocadinho de quem são as pessoas e quem é que tem que intervir sobre o quê. Eu acho que isto pode ser um bloqueador do verdadeiro resultado daquilo que se pretende ter, ou melhor, pode ser limitador do ponto de vista daquele que poderia ser o verdadeiro resultado da implementação de programas como este.

Sónia Almeida

Nem todos os CLAS funcionam da forma como deveriam funcionar. Temos alguns concelhos, e Gondomar é um deles, em que, em termos de CLAS, os próprios, no fundo, tentam apresentar candidaturas para todas as freguesias, ou seja, o próprio CLAS já orienta atividades... tem maior probabilidade de ter projetos aprovados do que ter territórios onde não falta esse tipo de trabalho. Portanto, eles fazem um trabalho prévio de perceberem que territórios é que há necessidade e canalizar as candidaturas para esses territórios.

La Salete Lemos

A existência de uma Estratégia Local de Combate à Pobreza podia ser o chapéu que pudesse integrar todas as intervenções que estão a ser financiadas e por vários programas e investimentos que estão a ser devolvidos (...) No caso do Escolhas, as equipas são relativamente pequenas, mas muito entusiasmadas, têm uma grande energia, estão muito motivadas, mas às vezes sentem essa incapacidade, não é? E, de facto, deveria haver aqui uma entidade curadora responsável por dinamizar essas integrações, essas articulações e procurar os nós entre as diferentes intervenções. E potenciar e escalar a capacidade de operação para o território, para a população local, em benefício daqueles que lá vivem e residem.

Sandra Araújo

Os problemas de articulação com os Centros de Emprego são a este nível importantes, no sentido em que condicionam a eficácia de um conjunto de políticas vocacionadas para a empregabilidade – as quais foram perdendo relevância ao longo das gerações do Escolhas.

Existe dificuldade da articulação com o IIEFP, salvo algumas exceções que acontecem localmente. O IIEFP foi sempre uma instituição presente e ativa, mas na grande maioria dos casos a articulação com o consórcio é difícil, a começar desde logo pelo assumir do compromisso de assinar uma candidatura. Portanto, em termos hierárquicos, em termos de procedimentos, a integração do IIEFP numa candidatura implica um processo muito burocrático e moroso, e na maior parte das vezes, as entidades acabam por desistir.

La Salete Lemos

A duração relativamente curta dos projetos tende também a ser um obstáculo à produção de resultados e, portanto, à eficácia do programa.

Eu acho que se nós conseguirmos conferir alguma previsibilidade às entidades com o seu trabalho e têm tempo para ser desenvolvido, facilita a situação. Já em tempos esteve em cima da mesa aumentar o período de execução dos Programas, que são atualmente de três anos para períodos mais longos. E isso até poderia ser possível porque é cofinanciado, existem quadros anuais comunitários de sete anos, se não me engano. Portanto, poderia haver ali períodos maiores sob avaliação, intercalar, que depois o projeto estando a cumprir quase que automaticamente ia sendo prorrogado e aí daria maior estabilidade à equipa. O facto de existirem equipas estáveis, facilita a execução do projeto.

José Reis

Há um outro constrangimento da mudança que se prende com as más condições laborais dos técnicos dos projetos, indutoras de precariedade e de elevada rotação de quadros, o que tem reflexos negativos ao nível dos resultados da intervenção.

Nós tivemos situações de reiterados atrasos de pagamentos de salários, situações rocambolescas. Isso implica depois também a qualidade da intervenção, ou algum objetivo que é estar ali no território a intervir... E não reter talento, porque as pessoas muito boas ao final de algum tempo dizem eu vou fazer outra coisa.

Por vezes há alguns projetos que poderão ter algumas dificuldades. associadas ao facto de alguns coordenadores que iniciam a sua atividade desistirem desse trabalho de coordenação e o projeto fica um bocadinho... enfim, a tremer. Porque, na verdade, como sabe, os projetos têm a duração de dois ou três anos, as gerações, esta geração é de três anos, outras de dois, e os contratos destes técnicos são contratos feitos a cada geração. e tendo os coordenadores também já uma formação de nível superior, por vezes, embora gostando muito dos projetos, porque há muitos anos que muitos deles já lá estão, mas se encontram em empregos mais estáveis, naturalmente a tendência é para a estabilidade e não se manterem ali. E por vezes há projetos que sofrem um bocadinho com essa rotatividade.

Francisco Neves

Impactos e sustentabilidade

As mudanças estruturais do programa são dificilmente mensuráveis a partir da análise destas entrevistas. Porventura, o impacto mais mensurável apontado prende-se com o facto de alguns dos técnicos do programa se terem tornado líderes locais, referências nas suas comunidades e, neste sentido, assumiram-se como protagonistas endógenos de dinâmicas de mudança ao nível do combate à exclusão social e de mitigação das vulnerabilidades das crianças e jovens dos territórios intervencionados.

O que eu vejo, por exemplo, naqueles 5 bairros que eu comecei a trabalhar em 2000, que eu continuo a acompanhar quase como voluntário, até porque há relações pessoais que se estabeleceram e que não se cortaram, o que eu vejo é que hoje em dia há uma geração de jovens que agora têm 20, 30 anos, alguns já um bocadinho mais, 40, mas que são os líderes de muitas coisas que estão a acontecer na comunidade. O bairro da Quinta da Princesa, que eu continuo a acompanhar, tenho lá amigos, jovens do bairro que ficámos amigos, com quem almoço de tempos a tempos, criaram associações comunitárias, têm eles próprios as suas dinâmicas comunitárias (...) Eu acho que o Escolhas se torna mais sustentável quando gera esse tipo de organizações e estruturas na comunidade.

Pedro Calado

Existem alguns projetos e às vezes também tem a ver com o próprio trabalho de algumas associações que estão por trás dos projetos, quer enquanto entidades promotoras, quer enquanto entidades gestoras, que no fundo tem a ver com as novas gerações. E, por exemplo, eu sei de casos em que jovens com quem nós trabalhamos, mais tarde eles próprios se constituíram enquanto jovens dirigentes da associação juvenil e continuaram eles a aplicar o trabalho. Isso demonstra um resultado e alguma sustentabilidade

José Reis

Há um outro impacto mencionado por vários entrevistados referente à melhoria dos trajetos escolares.

É inquestionável o impacto que tem nos miúdos. Porque muitos miúdos destes não gostam mesmo da escola, mas através do programa Escolhas conseguem perceber que a escola é importante para o seu futuro e para o desenvolvimento de todos os projetos que querem fazer na vida deles.

Ana Catarina Mendes

São, no entanto, apontados vários fatores críticos em relação às mudanças estruturais potencialmente espoletadas pelo programa. Um dos fatores prende-se com a descontinuidade dos projetos. O facto de um projeto não ter continuidade gera sentimentos de abandono por parte da comunidade intervencionada, quebra os vínculos de confiança entre as partes e dificulta que as intervenções tenham traduções de mudança com maior perenidade.

De acordo com alguns entrevistados, embora os projetos Escolhas tenham tido impactos relevantes na vida de parte das crianças e jovens por eles intervencionados, os problemas estruturais relacionados com a pobreza ou com outras formas de exclusão social de boa parte dos territórios intervencionados mantêm-se, existindo uma reprodução intergeracional das vulnerabilidades.

Continua a haver ali um fosso, exatamente nesta passagem de o Escolhas também trazer para a discussão tudo o que é aquela problemática está ali. Vão passando os anos, mas a verdade é que as questões estruturais daquele problema vão-se mantendo e não se resolvem, não é? O Escolhas, que está ali a intervir, muito bem, e é ótimo para aqueles jovens que passam por lá, mas ainda assim o problema estrutural, prevalece ao longo destas gerações todas e está ali. E o Escolhas podia ser uma alavanca para trazer esse problema a outro fórum.

Um dos principais desafios que se colocam à sustentabilidade do programa é garantir que os projetos que mostraram ser eficazes e que, portanto, passaram na prova de conceito, possam ter um outro tipo de lógica de financiamento, que não a da projetização cíclica das intervenções.

O Escolhas, quando foi pensado, estava pensado para, no sentido perfeito, isto acontecer. Numa geração corre bem, na outra a seguir, o município, o município, o consórcio, mantém o projeto sem necessitar de se voltar a candidatar aos Escolhas. E o que aconteceu nessa geração, praticamente nessa época, o Governo Regional, ele próprio, responsabilizou-se de financiar esses projetos, apresentando depois os outros aos escolhos. Mas isso infelizmente só foi nas primeiras gerações, foi só o que foi colocado. Depois, para cá, não temos mais conhecimento que isso tenha acontecido assim.

Rui Dinis

Porque nós estamos a subverter a lógica dos fundos comunitários quando fizemos nove gerações de um programa, porque o fundo comunitário não tem essa lógica, não é? Tem uma lógica de teste, de experimentação de políticas que depois são absorvidas em política pública. Eu acho que o Escolhas já deu mais que provas de que é um programa cheio de potencial para se transformar numa política pública. Eu acho que até a forma como ele está desenhado revela de alguma forma que se calhar os nossos sistemas educativos já precisavam de robustecer esta dimensão da abordagem multidisciplinar dentro das escolas, que acaba por ser uma falha muito colmatada nos locais onde há escolhas pelo Escolhas.

Sónia Almeida

A um nível mais geral, coloca-se a questão da continuidade do financiamento europeu deste tipo de programas e/ou da redução do volume do financiamento. A resposta a este risco passa pelo aumento do peso de financiamento do PE por parte do *Orçamento de Estado*.

A minha intenção ao passar para o IPDJ com outra estrutura com financiamento a pouco e pouco do Orçamento de Estado. Eu tenho consciência que daqui a pouco tempo os fundos comunitários podem não apoiar mais estes projetos. Nós estamos a discutir um quadro financeiro onde a política de

coesão está agora num chapéu imenso. Vamos ver quais são as conclusões destas negociações. E isso significa que parte destes financiamentos vão começar a quebrar. E, portanto, a minha ideia era que o Estado, enquanto Estado, pudesse, no orçamento do Estado, ir aumentando as suas verbas para a durabilidade do programa, que eu acho que é uma pena se vier a desaparecer. E ele tem sobrevivido muito pelo trabalho dos atores no terreno, que depois vão fazendo a sua pressão e bem junto dos atores políticos. Mas, como lhe digo, eu tenho muito medo que isto desapareça. A minha ambição de projeto era maior visibilidade, autonomia e a possibilidade de estar num instituto público que garantisse que aquele projeto durava, que tinha mais gerações para tirar mais gente da pobreza.

Ana Catarina Mendes

Valor acrescentado europeu

Os Fundos Europeus foram e são decisivos para a existência do PE.

Felizmente existem fundos comunitários que permitem manter esta política pública há 20 e muitos anos (...) dificilmente o orçamento do Estado cobriria isto da mesma forma (...) com esta escala de investimento. Estamos a falar de um programa que tem tido 7, 8, 9 milhões ano. Nesse sentido, eu acho que temos que agradecer termos tido este investimento, que tudo somado vão ser muitos milhões de euros. (Pedro Calado, antigo coordenador do Programa Escolhas).

Apesar de terem existido algumas experiências de transição para financiamento regional ou municipal, este efeito de alavancagem do investimento europeu sobre o investimento local não constitui a norma, sendo difícil o desenvolvimento da intervenção sem Fundos Comunitários.

E foi uma ideia excelente que nós até apresentávamos um bocadinho como boa prática (...) que era o Governo Regional, de uma geração para as outras, não candidatava os mesmos projetos (...) e ficava responsável de apoiar os projetos (...) e candidatavam outros (...) O Escolhas, quando foi pensado, estava pensado para isto acontecer. Numa geração corre bem, na outra a seguir, o município, o consórcio, mantém o projeto sem necessitar de se voltar a candidatar ao Escolhas. (Rui Dinis, Chefe de Divisão, Programas Sociais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Sul e Regiões Autónomas, IPDJ)

Eles garantiram a sustentabilidade? Absolutamente, a 100%. Logo, ao fim de três anos, eles reconheceram de tal maneira o valor aos projetos que tínhamos em Rabo de Peixe. (...) na altura, por exemplo, foi interessante porque foi um take over, nós ficámos super gratos. (...) A Madeira, normalmente, fazia um top over agressivo, ou seja, dizia assim, o Escolhas entra com, imagina, 50 mil euros e nós pomos outros 50 mil. Isso aconteceu, por exemplo, no bairro da Nogueira (...) ou seja, entrando dinheiro numa coisa como Escolhas, eles fazem um investimento. (Pedro Calado, antigo coordenador do Programa Escolhas)

(...) há aqui um dilema que é muitas dessas entidades gestoras ou promotoras são associações sem fins lucrativos e que por princípio não geram receita (...) Existem algumas outras associações que têm a sorte de ter mecenas (...) Mas

isso são raridades, não é uma coisa que aconteça por norma” (José Reis, Gestor de Fusão ACM, I.P./AIMA, I.P.)

O programa Escolhas venceu prémios europeus e foi estudo por equipas de vários países.

Quando veio cá a comissária da coesão, foi ao Escolhas que pediram para vir, de certa maneira, reconheciam quase organicamente que era uma política muito alinhada com essa visão. Aliás, é da altura até que começou a acontecer uma coisa engraçada, muito por conta dessa visita da comissária e também da nossa participação em algumas redes europeias, foi o Escolhas começarem a ser cobçadas na Europa, como modelo. A Suécia visitou-nos, estamos a falar de delegações... Depois também os prémios que o programa ia recebendo. Isso criou um bocadinho esta consciência de que este modelo podia ser replicado. Lembro-me da Suécia.

Pedro Calado

Os constrangimentos do Financiamento Europeu: ciclos curtos de financiamento que comprometem o desenvolvimento das intervenções, com impactos na estabilidade das intervenções comunitárias com risco.

Eu, quando era dirigente executivo, nós tínhamos um projeto de Escolhas que funcionou durante uma ou duas gerações. Na realidade, nós dinamizávamos dois projetos porque eram dois bairros ali próximos e nós tínhamos que trabalhar nos dois e houve uma transição de uma geração para outra, um dos projetos não conseguiu ter financiamento. Ou seja, tivemos que interromper aquele projeto. Tentámos não fechar o projeto totalmente, tentámos trabalhar nos mínimos, mas na realidade o dano que aquela interrupção teve junto da comunidade que pensou que tinha sido abandonada por nós, foi brutal. E nós demorámos anos a recuperar e eu acho que ainda hoje não recuperámos. E já passaram anos.

José Reis

ANEXO VI - Guiões

Entrevistas semi-diretivas a *Stakeholders*

(i) Tutela atual do Programa Escolhas - Ministério da Cultura, Juventude e Desporto

1. Qual o seu papel no quadro da tutela do Programa Escolhas (PE) e desde quando?

A. Apreciação sobre a relevância do Programa Escolhas

2. Que lugar ocupa hoje o PE na Estratégia Nacional de Inclusão Juvenil e Combate à Exclusão Social?
3. Quais são, atualmente, as principais necessidades dos jovens e das comunidades-alvo em Portugal e de que forma o PE lhes responde?
4. Quais os critérios usados pela tutela para avaliar o desempenho e justificar a continuidade do PE?

B. Apreciação sobre a coerência do PE com outras medidas de política pública

5. Como avalia a articulação do PE com outras políticas em curso dirigidas ao mesmo público-alvo (educação, emprego, juventude, igualdade, inclusão social)?
6. Identifica sinergias ou redundâncias relevantes com outras medidas de política pública?

C. Apreciação sobre os recursos disponibilizados ao Programa e aos projetos

7. Em que medida considera que os recursos financeiros e humanos disponíveis são adequados?

D. Apreciação sobre os resultados, impactos e sustentabilidade do PE

8. Até que ponto os objetivos definidos para a atual geração do PE estão a ser atingidos?
9. Que fatores mais contribuem ou constroem a concretização desses objetivos?
10. Que impactos mais visíveis reconhece no plano nacional e institucional decorrentes do PE?
11. Em que medida o PE tem influenciado mudanças nos territórios em termos de inclusão social e juvenil?

12. Como avalia a durabilidade das mudanças geradas pelo PE nos territórios de intervenção?
13. Que condições políticas, financeiras e institucionais considera necessárias para reforçar a sustentabilidade futura do PE?
14. O PE deverá manter o formato ou evoluir para outros modelos? Quais?

E. Enquadramento do PE nas políticas europeias

15. Como avalia o contributo do PE para as agendas europeias de inclusão juvenil?
16. Como os fundos europeus contribuem para a sua operacionalização?
17. Quais as vantagens e desvantagens desta fonte de financiamento?

(ii) Atual Coordenação do Programa Escolhas

1. Qual o envolvimento que cada um de vós tem no Programa Escolhas e desde quando?

A. Apreciação sobre a relevância do Programa Escolhas

- 2. Como asseguram que o PE responde às necessidades dos jovens e territórios atualmente abrangidos?
- 3. Que grupos ou problemas emergentes têm maior prioridade hoje?
- 4. Como avaliam o processo de seleção dos projetos? Que critérios são estabelecidos e que constrangimentos atribuem ao processo?

B. Apreciação sobre a coerência do PE: entre os seus objetivos e a sua implementação nos territórios; e com outras medidas de política pública

- 5. Consideram que o PE é coerente entre os seus objetivos estratégicos e a implementação local?
- 6. O PE procura articular-se com outras medidas de política pública?
- 7. Que estratégias usam para articular com outras medidas de política pública?
- 8. Existem constrangimentos? Quais?

C. Apreciação sobre os recursos disponibilizados ao Programa e aos projetos

- 9. Como avalia os recursos disponibilizados ao PE e aos projetos?
- 10. Que estratégias têm sido mais eficazes na gestão de recursos humanos, técnicos e financeiros?
- 11. Que constrangimentos enfrentam ao nível de recursos?

D. Apreciação sobre os resultados, impactos e sustentabilidade do PE

- 12. Quais os principais resultados alcançados ao longo do PE? Foram sendo distintos entre gerações?
- 13. Que fatores mais contribuem para o sucesso ou insucesso dos projetos atuais?
- 14. Que mudanças significativas são observáveis nos jovens, famílias e comunidades nos territórios intervencionados?
- 15. Há impactos que considera invisíveis ou imprevistos, quais?
- 16. Como avalia a durabilidade das mudanças geradas na vida dos participantes e da comunidade?

17. Que condições considera fundamentais para assegurar continuidade futura das intervenções? Quais os fatores potenciadores ou bloqueadores dessa continuidade?

E. Enquadramento do PE nas políticas europeias

18. Como avaliam o alinhamento do PE com agendas europeias de inclusão juvenil?

19. Como os fundos europeus contribuem para a sua operacionalização?

20. Quais as vantagens e desvantagens desta fonte de financiamento?

(iii) Antigo Coordenador do Programa Escolhas

1. Qual o envolvimento que teve no Programa Escolhas e em que gerações?

A. Apreciação sobre a relevância do Programa Escolhas

2. Quais eram as principais necessidades das crianças e jovens a que o PE procurava responder durante o período em que esteve envolvido no PE e como essas necessidades se foram alterando?

3. Quais os principais desafios em garantir a adequação do PE às necessidades dos jovens durante esse período?

4. Houve grupos menos abrangidos ou problemáticas que ficaram por atender?

5. Como avalia o processo de seleção dos projetos ao longo das diferentes gerações que acompanhou? Que critérios eram estabelecidos e que constrangimentos atribui ao processo?

B. Apreciação sobre a coerência do PE: entre os seus objetivos e a sua implementação nos territórios; e com outras medidas de política pública

6. Tendo por referência o período em que esteve envolvido no PE, considera que existia coerência entre os objetivos estratégicos e a implementação local? Houve fases distintas? Como as caracteriza?

7. Havia articulação com outras medidas de política pública? Se sim, que estratégias foram promovidas para essa articulação?

C. Apreciação sobre os recursos disponibilizados ao Programa e aos projetos

8. Como avalia os recursos disponibilizados ao PE e aos projetos durante a sua coordenação?

9. Que estratégias foram mais eficazes na gestão de recursos humanos, técnicos e financeiros?

10. Que constrangimentos enfrentaram ao nível de recursos?

D. Apreciação sobre os resultados, impactos e sustentabilidade do PE

11. Quais os principais resultados alcançados pelo PE durante o seu envolvimento? Foram sendo distintos entre gerações?

12. Que fatores mais determinaram o sucesso e o insucesso dos projetos locais?

13. Existem mudanças estruturais nos territórios intervencionados que ficaram do período em que estava envolvido no programa? Que mudanças estruturais reconhece desse período?

14. Da sua experiência/conhecimento do PE, como avalia a durabilidade das mudanças geradas na vida dos participantes e das comunidades?

15. Que condições considera fundamentais para assegurar continuidade futura das intervenções?

16. Quais os fatores potenciadores ou bloqueadores dessa continuidade?

E. Enquadramento do PE nas políticas europeias

17. Em que medida o PE se alinhava com prioridades comunitárias?

18. Como avalia a evolução do contributo dos fundos europeus para a sua operacionalização?

19. Quais as vantagens e desvantagens desta fonte de financiamento?

(iv) Representante de Política conexa

1. Qual o seu papel no quadro da política pública que coordena/representa e há quanto tempo o desempenha?

A. Apreciação sobre a relevância do Programa Escolhas (PE)

2. Do que conhece do PE, em que medida este programa vai ao encontro ou se articula com as necessidades reconhecidas no seu setor (educação, emprego, juventude, inclusão, igualdade)?

B. Apreciação sobre a coerência com o PE

3. Como avalia a articulação do PE com as políticas e programas do seu setor?
4. Que sinergias e redundâncias identifica?

C. Apreciação sobre os recursos disponibilizados ao Programa e aos projetos

5. A coexistência do PE com medidas do seu setor contribui para maior eficiência ou cria duplicações de recursos?
6. Consegue identificar boas práticas de complementaridade?

D. Apreciação sobre os resultados, impactos e sustentabilidade do PE

7. O PE tem contribuído para melhorar os resultados de políticas setoriais em que intervém (educação, emprego, inclusão) e o seu contrário também?
8. Quais os fatores facilitadores e bloqueadores do alcance desses resultados?
9. Consegue identificar impactos no seu setor que sejam resultantes da existência e interação com o PE? E o seu contrário?
10. Considera que o PE beneficiou da articulação com as políticas do seu setor?
11. Há impactos indiretos, imprevisto ou menos visíveis que destacaria?
12. O PE tem ajudado a estruturar redes ou práticas sustentáveis no seu setor?
13. Que condições considera necessárias para reforçar essa contribuição?

(v) Representante de Política conexa - ENDC

1. Qual o seu papel no quadro da política pública que coordena/representa e há quanto tempo o desempenha?

A. Apreciação sobre a relevância do Programa Escolhas (PE)

2. Do que conhece do PE, em que medida este programa vai ao encontro ou se articula com as necessidades reconhecidas no seu setor (educação, emprego, juventude, inclusão, igualdade)?

B. Apreciação sobre a coerência com o PE

3. Como avalia a articulação do PE com as políticas e programas do seu setor?

4. Que sinergias e redundâncias identifica?

C. Apreciação sobre os recursos disponibilizados ao Programa e aos projetos

5. A coexistência do PE com medidas do seu setor contribui para maior eficiência ou cria duplicações de recursos?

6. Consegue identificar boas práticas de complementaridade?

7. O PE tem contribuído para melhorar os resultados de políticas setoriais em que intervém (educação, emprego, inclusão) e o seu contrário também?

8. Quais os fatores facilitadores e bloqueadores do alcance desses resultados?

D. Apreciação sobre os resultados, impactos e sustentabilidade do PE

9. Consegue identificar impactos no seu setor que sejam resultantes da existência e interação com o PE? E o seu contrário?

10. Em que medida o Programa Escolhas tem um papel importante para as crianças e jovens com medida de promoção e proteção e com medida tutelar educativa?

11. Em que medida o Escolhas tem um papel importante na implementação da Estratégia Única dos Direitos da Criança

12. Será que o programa deveria abranger também crianças dos 0 aos 6 anos?

10. Considera que o PE beneficiou da articulação com as políticas do seu setor?

11. Há impactos indiretos, imprevisto ou menos visíveis que destacaria?

12. O PE tem ajudado a estruturar redes ou práticas sustentáveis no seu setor?

13. Que condições considera necessárias para reforçar essa contribuição

Focus group – Estudo de caso

Parceiros de consórcio

1. Apresentação de cada pessoa representante, de forma a perceber o conhecimento e envolvimento que tem no projeto ao longo das diferentes gerações.

A. Apreciação sobre a resposta do projeto às prioridades do território

2. Consideram que o projeto tem respondido às principais prioridades do território ao longo da sua implementação?
3. Há algum aspeto que considera que poderia ter sido aprofundado ou melhor abordado ao longo do tempo?

B. Apreciação sobre a articulação com outras políticas/programas e representatividade

4. O projeto articula-se com outras políticas e programas existentes?
5. Podem dar alguns exemplos dessa interação?
6. Há sinergias ou sobreposições com outras ações existentes?
7. Há entidades que, estando fora da parceria, consideram importante envolver para reforçar os resultados do projeto?

C. Apreciação sobre os ganhos e/ou constrangimentos do trabalho em consórcio

8. Como tem sido gerida a partilha de recursos e responsabilidades entre parceiros?
9. Que ganhos ou dificuldades têm resultado do trabalho em consórcio?
10. Que melhorias poderiam contribuir para um funcionamento mais integrado e articulado do consórcio?

D. Identificação dos resultados do projeto para crianças, jovens e comunidades

11. Quais são os resultados do projeto mais reconhecidos no território, especialmente no que diz respeito às crianças, aos jovens e às comunidades?
12. Que aspetos poderiam ser melhorados para aumentar a eficácia do projeto?

E. Identificação dos impactos do projeto no território e nas instituições locais

13. Os resultados apontados são mudanças que perduram no tempo?

14. O projeto contribui(u) para fortalecer redes ou práticas colaborativas? Em que medida?

F. Percepção sobre as mudanças estruturais que irão perdurar para além do projeto, nas comunidades e nas organizações e as condições para continuidade após o financiamento.

15. Que condições são necessárias para assegurar a continuidade do projeto e dos seus resultados após o financiamento?

16. Essas condições existem atualmente? Que compromissos ou estratégias estão pensadas para garantir a continuidade do trabalho após o término do projeto?

Equipa técnica

1. Apresentação de cada pessoa, de forma a perceber-se o conhecimento e envolvimento que tem no projeto ao longo das diferentes gerações.

A. Apreciação sobre a adequação das atividades às necessidades dos territórios

2. De que forma consideram que as atividades desenvolvidas têm respondido às necessidades concretas do território e do público-alvo?

3. Podem referir alguns exemplos que mostram essa adequação?

4. Houve necessidade de algum ajuste no planeamento inicial?

B. Apreciação sobre a articulação com parceiros locais e complementaridade em rede

5. Como tem sido a articulação e complementaridade com os parceiros locais e outras iniciativas no território?

6. Quais as barreiras existentes que dificultam a interação?

7. Há entidades que, estando fora da parceria, consideram importante envolver para reforçar os resultados do projeto?

C. Identificação sobre as estratégias para otimizar os recursos disponíveis

8. Que estratégias têm sido usadas para otimizar os recursos disponíveis e melhorar a execução das atividades?

9. Há práticas que poderiam ser replicadas ou melhoradas/ajustadas?

D. Identificação dos resultados do projeto junto dos participantes e comunidade

9. Quais consideram serem os principais resultados da intervenção, junto dos participantes e da comunidade em geral?
10. Que fatores têm contribuído para o sucesso (ou insucesso) na implementação das atividades?

E. Identificação de mudanças observadas/impactos do projeto nos jovens, famílias e comunidade

11. Que mudanças observam nos jovens, famílias e comunidade desde o início do projeto?
12. Existem impactos inesperados? Se sim, Quais?

F. Percepção sobre as mudanças estruturais que irão perdurar para além do projeto

13. Existem mudanças que irão perdurar para além do projeto, nos públicos e nas comunidade? Quais?
14. Quais as barreiras que impedem/impediram a concretização das mudanças esperadas?
15. Qual o papel das instituições locais nessas dinâmicas?

Workshop com jovens

Notas de implementação:

- Apresentar o estudo que estamos e o que estamos a fazer e pedir para assinar o Consentimento informado.
- Dividem-se os participantes em subgrupos de no máximo 8 jovens.
- Cada subgrupo começa por fazer a apresentação de cada participante, com distribuição de rebuçados/chocolates a orientar as participações (registado a caracterização breve, idades, escolaridade).
- Segue-se o levantamento de informação, para tal cada subgrupo tem uma cartolina e um conjunto de post-its. Cada subgrupo coloca uma ideia ou palavra como resposta aos desafios colocados.
- No final é fotografado o produto final com os post-its na cartolina.

Apresentação

Nome, idade, sexo, escolaridade, há quanto tempo participam no projeto e em quê (registar)

B) Integração e participação no projeto

1. Porque participam no projeto?
2. Escolham uma palavra que representa o que sentem por participar no projeto.
3. sentem que são ouvidos no projeto? Deem um exemplo.

C) Aprendizagens e expetativas

4. O que mudou em vocês, na vossa família ou na comunidade/bairro com a existência e participação no projeto?
5. O que aprenderam/aprendem no projeto que vai ser útil para o vosso futuro no bairro/comunidade?
6. O que falta no projeto?

Guião de Entrevista biográfica com participantes do Programa Escolhas

A. Dados de contexto e trajetória pessoal

- 1) Podes começar por te apresentar um pouco? (idade, o que fazes atualmente, onde vives, com quem, ocupação, etc.)
- 2) Como descreverias a tua situação familiar e a relação que tens com a tua família?
- 3) Tens “responsabilidades”/tarefas em casa? Como é a tua rotina quotidiana?
- 4) Quais foram as experiências mais marcantes na tua infância e juventude?
- 5) Como descreverias o teu percurso até chegar ao Programa Escolhas (na escola, no trabalho, na família ou na comunidade)?
- 6) Quando conheceste o Programa Escolhas, o que te motivou a participar?
- 7) Como foi o teu primeiro contacto com o programa? O que esperavas encontrar?
- 8) Tinhas algum objetivo específico (melhorar na escola, ocupar o tempo, fazer amigos, apoio emocional)?

B. Experiência e relevância da participação no Programa Escolhas

- 9) Como conheceste o projeto e quem te falou ou incentivou a entrar?
- 10) Como foi o processo inicial de integração?
- 11) Em que atividades estiveste ou estás mais envolvido/a?
- 12) Há alguma atividade que tenha sido especialmente importante para ti?
- 13) Participas com regularidade? Houve períodos de maior ou menor participação?
- 14) Como descreverias a tua relação com os técnicos, monitores e dinamizadores?
- 15) E com os colegas, outros jovens participantes?
- 16) Sentiste-te integrado/a? Houve conflitos, apoios ou momentos-chave na relação com o grupo?
- 17) Que aprendizagens ou competências sentes que desenvolveste no programa?
- 18) De que forma essas aprendizagens influenciaram a tua vida?
- 19) O programa ajudou-te com alguma dificuldade concreta?
- 20) Que apoios ou oportunidades consideras que o programa te ofereceu?
- 21) Há algo que sentiste que faltou ou que poderia ter sido feito de outra forma?
- 22) O que teria sido importante para melhorar a tua experiência?

C. Impactos percecionados

- 23) Que mudanças sentes que aconteceram na tua vida desde que participas/participaste no Programa Escolhas?
- 24) O projeto teve impacto na forma como te vês a ti próprio/a?

- 25) Houve mudanças no teu relacionamento com a família, amigos, professores ou outras pessoas?
- 26) Consideras que o Escolhas contribuiu para o teu percurso escolar ou formativo? De que forma?
- 27) Tiveste oportunidades novas relacionadas com trabalho, estágios ou formações?
- 28) Notaste alguma diferença na tua participação na comunidade desde o programa?
- 29) Achas que o projeto teve impacto no bairro ou nas pessoas à tua volta?
- 30) Há alguma mudança que destacarias como um dos principais impactos na tua vida?
- 31) Houve também aspetos negativos ou desafios inesperados resultantes da participação?
- 32) Como avalia a influência do Programa na sua vida, na de outras crianças e jovens e na da comunidade/bairro em geral.

D. Balanço e futuro

- 33) O que mais valorizas na tua experiência no Programa Escolhas? E negativos?
- 34) Há algo que mudarias no projeto ou na forma como te relacionas com os participantes e a comunidade?
- 35) Que aprendizagens ou competências levas contigo desta experiência?
- 36) Como imaginas o teu futuro (pessoal, escolar, profissional e comunitário)?
- 37) De que forma achas que o Escolhas influenciou o teu caminho?
- 38) Se tivesses de descrever o Programa Escolhas numa frase, o que dirias que representou na tua vida?

Proposta de guião para auto-etnografia digital

- 1. Fala sobre ou **mostra um lugar que representa a tua experiência no Projeto** (através de fotografia, vídeo, desenho, texto ou outro formato);
- 2. Fala sobre ou mostra um **momento no projeto Escolhas que te tenha marcado** (através de fotografia, vídeo, desenho, texto ou outro formato);
- 3. Fala sobre ou mostra um **momento de mudança na tua vida**, relacionado com o Escolhas (através de fotografia, vídeo, desenho, texto ou outro formato).

ANEXO VII

Estudos de caso: Guia metodológico

A avaliação do Programa Escolhas recorre à combinação de métodos e técnicas para responder às questões de avaliação formuladas, o que permite uma triangulação robusta de evidências e a construção de um quadro avaliativo abrangente, articulando informações quantitativas longitudinais com a profundidade analítica dos métodos qualitativos.

A realização de estudos de caso - com projetos e com participantes - constitui o núcleo da investigação qualitativa mais intensiva e é uma componente essencial da avaliação, ao permitir uma compreensão aprofundada da forma como o programa é concebido e implementado nos diferentes territórios através de projetos, e de que modo produzem efeitos junto dos participantes e das comunidades locais. Este exercício complementa a análise extensiva de dados estatísticos e administrativos, possibilitando uma abordagem intensiva, qualitativa e contextualizada, contribuindo para melhor compreender:

- a) os mecanismos de mudança desencadeados pelos projetos em contextos territoriais diversos;
- b) as estratégias de implementação e inovação mobilizadas pelas equipas locais, incluindo práticas de mediação, envolvimento comunitário e articulação em rede;
- c) os fatores contextuais que condicionam a eficácia e a sustentabilidade dos resultados;
- d) as perceções diretas de participantes, técnicos e parceiros institucionais, permitindo captar impactos subjetivos, narrativas de mudança e dinâmicas de participação;
- e) a produção de evidência útil para a formulação de recomendações práticas e estratégicas, potenciando aprendizagens relevantes para o futuro do PE.

Em síntese, os dados recolhidos são fundamentais para a depuração da Teoria da Mudança (TdM) e para responder às questões e subquestões avaliativas.

Estudos de caso - Projetos

A realização de estudos de caso com projetos materializa-se na aplicação de um dispositivo multi-método nos projetos selecionados⁵, nomeadamente:

- **grupos focais com equipas técnicas e com os consórcios (com duração aproximada de 1h30m);**
- **workshops participativos com crianças e jovens dos projetos (com duração aproximada de 1h30m); e**
- **entrevistas semi-diretivas a atores locais que não integrem o consórcio (com duração aproximada de 1h),** mas que **se revelem importantes no quadro da intervenção do projeto**, tais como representantes de escolas ou agrupamentos de escolas, de centros de formação profissional, de unidades de saúde, da CPCJ, do IEF, de empresas ou grupos empresariais.

Para assegurar diversidade e representatividade, prevê-se a realização de 6 estudos de caso de projetos, selecionados a partir da combinação dos seguintes critérios:

- Diversidade territorial, contemplando projetos em contextos urbanos/periurbanos/rurais e litoral/interior;
- Tipologias de intervenção, abrangendo as diferentes áreas estratégicas do PE (educação, empregabilidade, cidadania e participação, inclusão digital, empreendedorismo, capacitação comunitária e institucional) e o recurso a dinamizador comunitário;
- Perfis de participantes, de modo a incluir públicos diferenciados (crianças, adolescentes, jovens adultos, descendentes de imigrantes, comunidades ciganas, NEET, entre outros);
- Trajetórias de desempenho, incorporando projetos considerados boas práticas, bem como outros que enfrentaram dificuldades de implementação ou obtiveram resultados aquém das expectativas;
- História e maturidade institucional, refletidas na coexistência de projetos iniciados em diferentes períodos e na continuidade de iniciativas desenvolvidas ao longo de nove gerações;
- Articulação em rede, avaliando diferentes níveis de cooperação com atores locais, instituições públicas e organizações da sociedade civil.

⁵ Todos estes momentos deverão ter áudio-gravação e todos os participantes assinar o termo de consentimento informado. Existe um exemplar para os entrevistados, deverá ser adaptado aos estudos de caso e atores auscultados.

Neste sentido, propõe-se a realização dos seguintes estudos de casos, escolha concertada com o IPDJ.

Lista de Estudos de Caso a realizar– Projetos

Critério	Projeto (9ª Geração)	NUTS II	Concelho	Público-alvo na (E9G)	Gerações que integrou
Forte aposta na área do emprego e empregabilidade	L 46 - Take.it	Lisboa	Cascais	Crianças e jovens, incluindo população migrante e cigana	Da 5G à 9G
Mudanças demográficas	AL 05 - Projeto ST	Alentejo	Odemira	Crianças e jovens migrantes	Da E5G à E9G
Longevidade - projeto com intervenção nas 9 gerações	L 09 - Replay	Lisboa	Sintra	Crianças e jovens, incluindo população migrante e cigana	Da 1G à 9G
Forte aposta na área do emprego e empregabilidade	N 59- CHECK IN: Entrada para o Sucesso	Norte	Vila Nova de Gaia	jovens, incluindo população migrante, cigana e refugiada	Da 5G à E9G
Interioridade	C 07 - Tu decides	Centro	Guarda	Crianças e jovens, incluindo população migrante, cigana e refugiada	Da E2G à E9G
Insularidade	R 03 – REnascer@Nogueira	RA da Madeira	Santa Cruz	Crianças e jovens	4G; e da E6G à E9G

Código de identificação dos projetos nas diferentes gerações na AGIL

C_AvaExt	E2G	E3G	E4G	E5G	E6G	E7G	E8G	E9G
1º fase								
64	-	-	-	LX-012/L/E5G	LX-025/L/E6G	LX-029	LX-015	L 46 - Take.it
191				SI-007/AL/E5G	SI-027/AL/E6G	AL-015	AL-002	AL 05 - Projeto ST
275	C051	C-027	LX-113/L/E4G	LX-073/L/E5G	LX-084/L/E6G	LX-015	LX-011	L-09 - Replay
2º fase								
246	-	-	SI-045/RA/E4G	-	SI-003/RA/E6G	RA-002	RA-004	R 03 – Renascer@Nogueira
298	-	-	-	-	NC-030/N/E6G	N-007	N-044	N 59- CHECK IN: Entrada para o Sucesso
111	N134	N-133	NC-099/C/E4G	NC-097/C/E5G	NC-085/C/E6G	C-005	C-002	C 07 - Tu decides

Todos os projetos alvo de estudo de caso integram a geração em curso (E9G), permitindo um melhor acesso às estruturas dos projetos e seus participantes.

Assim, os estudos de caso de projetos permitirão analisar em profundidade os processos de implementação, os fatores contextuais e os impactos diferenciados dos projetos, constituindo um pilar metodológico fundamental para uma avaliação compreensiva e fundamentada do PE e respondendo também a vários critérios de avaliação: relevância, coerência, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade.

Estudos de caso - Participantes

No quadro desta avaliação, a realização de estudos de caso centrados nos participantes constitui uma oportunidade única para compreender, de forma aprofundada, os efeitos do PE nas trajetórias individuais. Enquanto a análise quantitativa e documental permite caracterizar tendências gerais e padrões agregados, os estudos de caso dão voz direta aos destinatários, permitindo captar experiências vividas, percepções subjetivas e mecanismos de mudança que dificilmente emergem de outras fontes – nomeadamente a forma como os participantes experienciam o território, os projetos e os seus percursos de vida passados e futuros.

Para tal, serão realizadas **entrevistas biográficas** (com duração aproximada de 1:30/2:00) com participantes atuais e passados, nomeadamente os que se tornaram dinamizadores comunitários, com (re)construção de histórias de vida de jovens com mais de 18 anos, mediante consentimento assinado para gravação áudio (e visual). As entrevistas biográficas possibilitam reconstruir percursos de vida antes, durante e após a participação no PE, identificando pontos de viragem, fatores de risco e proteção, bem como compreender como os jovens atribuem significado às suas experiências no âmbito das atividades do PE. Além de captarem impactos imediatos, as entrevistas biográficas evidenciam mudanças de médio e longo prazo, incluindo processos de inclusão social, integração educativa e profissional e reforço das competências pessoais e relacionais.

Estas histórias de vida serão acompanhadas por **Auto-etnografias digitais**. Este é um exercício livre de expressão individual (fotografia, vídeo, áudio, texto) para complementar a entrevista biográfica, e que consiste num registo multimédia orientado por um breve guião proposto pela equipa de avaliação, essencialmente centrada nas experiências do participante no programa e os efeitos e impactos na sua vida pessoal, familiar, escolar ou profissional.

Prevê-se o envolvimento de 30 jovens, cuja seleção terá em conta os seguintes critérios combinados entre si, designadamente:

- a) Perfil sociodemográfico: diversidade em termos de sexo, idade, género, origem étnica e nacionalidade;
- b) Trajetória no Projeto: inclusão de jovens com diferentes padrões de participação, incluindo jovens que se tornaram dinamizadores comunitários nos projetos;
- c) Resultados diferenciados: participantes com trajetórias de sucesso (educativo, profissional, social) e outros cuja situação permaneceu marcada por dificuldades ou riscos elevados;
- d) Diversidade territorial: jovens provenientes de projetos localizados em contextos urbanos/periurbanos/rurais e litoral/interior;
- e) Fases de envolvimento: jovens atualmente envolvidos e ex-participantes, de modo a captar tanto impactos em curso como efeitos mais duradouros.

Neste sentido, os estudos de caso com participantes serão realizados junto de participantes atuais e ex-participantes dos 6 projetos-alvo de estudo de caso, assumindo a seguinte distribuição:

Projeto (9ª Geração)	Sexo		Participante atual e ex- participante		Tipo de público			Escalão etário	
	H	M	Participante atual	Ex- participante	Pop. portuguesa não cigana	Pop. portuguesa cigana	Imigrante	19- 25 anos	=>25 anos
L 46 - Take.it	2	3	3	2	3	2	-	2	3
AL 05 - Projeto ST	2	3	2	3	-	-	5	2	3
L 09 - Replay	2	3	2	3	-	3	2	2	3
R 03 – REnascere@	3	2	3	2	5	-	-	3	2
N 59 - CHECK IN: Entrada	2	3	2	3	-	3	2	2	3
C 07 - Tu decides	3	2	3	2	2	2	1	3	2
Total	30		30		30			30	

Importa ressaltar que se trata de uma predefinição e distribuição com base na pesquisa realizada até ao momento, sendo possível que a análise dos dados referentes aos projetos e participantes, entre outros dados, obrigue a alguma reformulação, tanto na alteração dos critérios como na sua distribuição numérica.

Calendarização

Os estudos de caso serão realizados em duas fases: a 1ª fase ocorrerá em dezembro de 2025 e a 2ª fase em fevereiro de 2026. Previsivelmente, a realização dos estudos de caso terá uma distribuição equitativa nas duas fases, estimando-se a realização de estudos de caso em três projetos e respetivos participantes na 1ª fase e os restantes na 2ª fase. A afetação dos estudos de caso a cada fase dependerá da disponibilidade da equipa técnica de avaliação em articulação com as disponibilidades dos projetos e respetivos plano de atividades.

Anexo VIII

Análise preliminar AGIL 8G e 9G

I. Introdução

O presente documento pretende caracterizar, a partir da informação constante na plataforma AGIL, os projetos financiados pelas 8ª e 9ª geração do Programa Escolhas. Os dados considerados são assim referentes ao intervalo temporal entre janeiro de 2021 e agosto de 2025. Note-se que a 9ª geração do programa ainda se encontrava em curso nesta última data, o que obriga a cautelas adicionais na comparação entre os dados das duas gerações.

O primeiro capítulo deste documento é dedicado à análise da continuidade e da distribuição geográfica dos projetos. O segundo capítulo versa sobre as características dos consórcios dos projetos, enquanto o terceiro capítulo se debruça sobre as características das equipas técnicas deram corpo aos projetos no terreno. O quarto capítulo apresenta um retrato dos participantes dos projetos, com enfoque particular nos participantes diretos. O quinto capítulo é composto por uma caracterização das atividades dos projetos. Finalmente, o sexto e último capítulo apresenta alguns dados sobre contribuições dos projetos para os objetivos do programa.

Ao longo do texto, são utilizadas as seguintes abreviaturas:

- ACM: Alto Comissariado para as Migrações
- AMU: Área Medianamente Urbana
- AP: Administração Pública
- APR: Área Predominantemente Rural
- APU: Área Predominantemente Urbana
- ENDC: Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças
- ENICC: Estratégia Nacional de Inclusão das Comunidades Ciganas
- IARPS: Inventário de Avaliação de Riscos Psicosociais em Crianças e Jovens
- IPDJ: Instituto Português do Desporto e Juventude
- PE: Programa Escolhas
- PE-8G: 8ª Geração do Programa Escolhas
- PE-9G: 9ª Geração do Programa Escolhas
- PNCRD: Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação
- PNIPGM: Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações
- PK: primary key

- QCA: Qualitative Comparative Analysis
- RAA: Região Autónoma dos Açores
- RAM: Região Autónoma da Madeira
- TdM: Teoria da Mudança
- TIPAU: Tipologia de Áreas Urbanas do INE

A análise versa sobre os dados constantes em dois *dump files* - um referente à AGIL 8 e outro à AGIL 9 - recebidos pela equipa a 6 de agosto de 2026. Tanto a extração dos dados dos dump files como a sua análise foi efetuada em R, versão 4.5.2 - “[Not] Part in a Rumble”. Os scripts elaborados para o efeito encontram-se em anexo, tendo os seguintes nomes:

- *projetos_agil_8g.R*
- *analise_preliminar_agil_8g.R*
- *import_agil_9g.R*
- *analise_preliminar_agil_9g.R*
- *analise_agil_8g_9g.R*

1. Continuidade e distribuição geográfica dos projetos

1.1 Continuidade dos projetos

O PE financiou 105 projetos na sua 8ª geração e 118 na sua 9ª geração, para um total de 223 projetos financiados neste período. Todavia, na realidade, estes números correspondem a apenas 136 projetos distintos, dado o elevado número de projetos que, na prática, transitaram entre gerações. Com efeito, apenas 18 projetos do PE-8G - menos de um quinto do total - não estão novamente presentes na geração seguinte, enquanto 87 projetos do PE-9G - cerca de três quartos do total - já tinham sido objeto de financiamento na geração anterior do PE.

Tabela 1 - Projetos financiados pelo PE nas 8ª e 9ª gerações, por presença em cada geração, número

Situação	N
Apenas presente no PE-8G	18
Em ambas as gerações	87
Apenas presente no PE-9G	31

Situação	N
Total	136

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

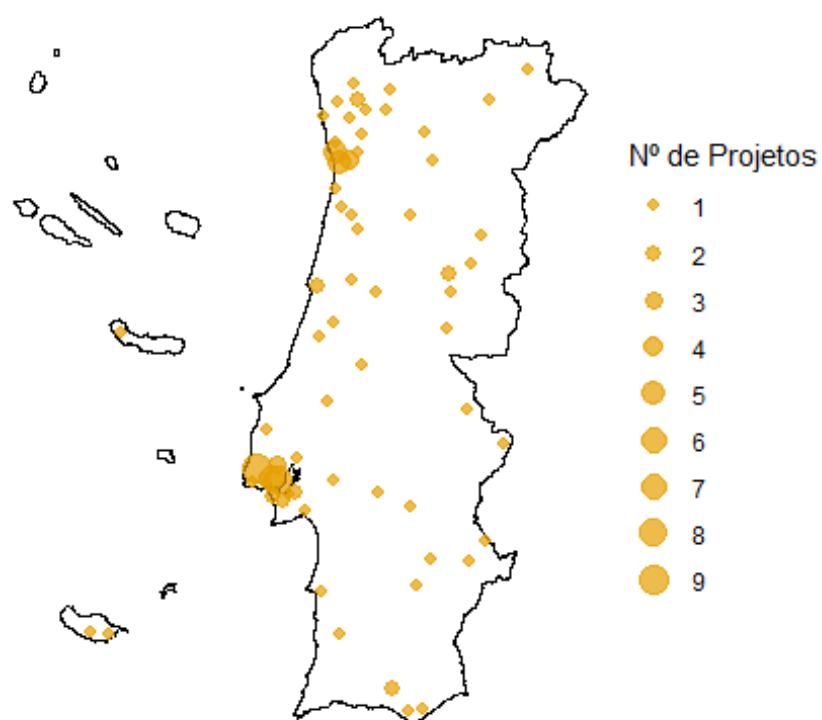
1.2 Distribuição geográfica

Em geral, o âmbito de intervenção dos projetos financiados pelo PE restringe-se a um só concelho. Na 8ª e 9ª gerações, registam-se apenas três exceções a esta regra:

- O projeto “Cresce e Aparece”, presente em ambas as gerações consideradas e que abrange três concelhos do distrito de Beja (Alvito, Cuba e Vidigueira);
- O projeto “Mais atitude positiva”, também presente em ambas as gerações consideradas que abrange dois concelhos do distrito de Lisboa (Torres Vedras e Cadaval);
- O projeto “Missão Futuros”, presente apenas no PE-9G, que abrange dois concelhos do distrito de Coimbra (Tábua e Oliveira do Hospital).

Representando estes três projetos através de um único ponto, podemos projetar a distribuição dos projetos de ambas as gerações em mapas do território nacional. Comparando ambos os mapas, podemos identificar uma concentração de projetos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto comum a ambas as gerações, mas também um crescimento no número de projetos fora destas duas zonas na PE-9G - em especial no centro e sul do país.

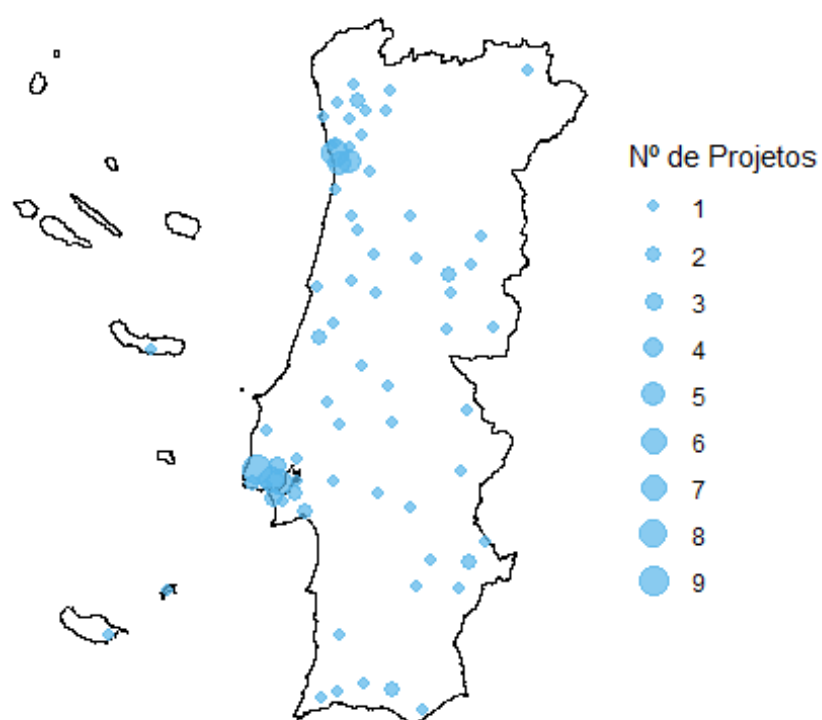
Figura 1 - Distribuição dos projetos PE-8G por município



Fonte:

Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Figura 2 - Distribuição dos projetos PE-9G por município



Fonte:

Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 9

Esta impressão é confirmada se retivermos a distribuição por distritos dos projetos e a evolução líquida do seu número. É certo que o distrito do Porto é o que registou o maior aumento no número de projetos financiados da PE-8G para PE-9G (com mais 5 projetos no PE-9G do que no PE-8G) e que o interior norte ficou muito menos representado no elenco de projetos, com o número total de projetos nos distritos de Vila Real e Bragança a cair de 3 projetos para apenas 1. No entanto, os restantes distritos que apresentam um crescimento no número de projetos situam-se fora das duas maiores áreas metropolitanas: Faro (mais três projetos); Santarém e Beja (mais dois projetos); e Castelo Branco, Évora e Leiria (mais um projeto).

Tabela 2 - Distribuição dos projetos do PE-8G e PE-9G por distrito, número

Distrito	8G	9G	Δ
Lisboa	30	30	0
Porto	18	23	+5
Setúbal	10	10	0
Braga	8	8	0
Castelo Branco	5	6	+1
Aveiro	4	4	0
Beja	4	6	+2
Coimbra	4	4	0
Faro	4	7	+3
Évora	3	4	+1
Bragança	2	1	-1
RA Madeira	2	1	-1
Leiria	2	3	+1
Portalegre	2	2	0
Santarém	2	4	+2
Viseu	2	2	0

Distrito	8G	9G	Δ
Guarda	1	1	0
RA Açores	1	1	0
Vila Real	1	0	-1
Total	105	118	+13

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Esta alteração também é sensível quando consideramos o grau de urbanização das freguesias abrangidas pelos projetos. A definição do grau de urbanização parte da [TIPAU - Tipologia de Áreas Urbanas 2025](#) do INE. Esta tipologia agrupa as freguesias em três categorias, com base na ocupação do território, no peso da população residente e na existência de aglomerados urbanos ou sedes municipais:

- Área Predominantemente Urbana (APU)
- Área Medianamente Urbana (AMU)
- Área Predominantemente Rural (APR)

Como é frequente os projetos abrangerem mais do que uma freguesia, estabelecemos a seguinte classificação:

- Se um projeto abrange apenas freguesias APU, foi classificado como "Urbano";
- Se um projeto abrange apenas freguesias APR, foi classificado como "Rural";
- Nas restantes situações, foi classificado como "Misto".

A larga maioria dos projetos financiados tanto pelo PE-8G como pelo PE-9G operam em territórios urbanos. No entanto, é de registar que o acréscimo no número de projetos financiados entre o PE-8G e o PE-9G resultou num aumento líquido de oito projetos em territórios mistos ou rurais contra apenas cinco em territórios urbanos.

Tabela 3 - Características dos territórios abrangidos pelos projetos PE-8G e PE-9G, número

Território	8G	9G	Δ
Urbano	79	84	+5
Misto	24	31	+7

Território	8G	9G	Δ
Rural	2	3	+1
Total	105	118	+13

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

2. Consórcios

2.1 Número de parceiros

Os projetos do PE são levados a cabo por consórcios, compostos por múltiplas instituições. O número de instituições que compõem estes consórcios no PE-8G e PE-9G é muito semelhante. Em média, os consórcios em ambas gerações são compostos por 10 instituições, sendo a 9 o número mais frequente e tendo cerca dois terços dos consórcios apresentam entre 7 e 11 parceiros.

Tabela 4 - Média, moda, mínimo e máximo do número de parceiros dos consórcios dos PE-8G e PE-9G

Medida	8G	9G
Média	10	10
Moda	9	9
Mínimo	5	4
Máximo	21	20

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Tabela 5 - Projetos do PE-8G e do PE-9G por número de parceiros

Nº parceiros	8G	9G
< 7	7	12
7-11	71	75
12-15	18	19
>15	9	12

Nº parceiros	8G	9G
Total	105	118

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

2.2 Composição dos consórcios

A AGIL utiliza um total de 36 categorias para classificar as instituições que fazem parte dos consórcios. Para tornar mais fácil a interpretação dos resultados da análise da informação referente à composição dos consórcios, foi necessário agregar aquelas categorias em grupos mais abrangentes.

- **Associações locais**, agrupando as categorias “Associação de imigrantes e/ou das comunidades ciganas”, “Associação desportiva e/ou cultural”, “Associação juvenil”, “Associação de pais”, “Associação de moradores”, “Associação humanitária” e “Associação ambiental”;
- **Administração central**, agrupando as categorias “CDSS e/ou CRSS”, “DGRSP”, “Instituto Português do Desporto e Juventude”, “Outro Instituto” e “Outra entidade da Administração Pública”;
- **Empresas e associações empresariais**, abrangendo as categorias “Empresa Pública”, “Empresa Privada” e “Associação comercial e/ou industrial”;
- **Instituições de ensino superior**, englobando as categorias “Politécnicos e Universidades [públicas]” e “Universidades [privadas]”;
- **Serviços públicos locais**, englobando as categorias “Centro de Saúde”, “Centro de Emprego” e “PSP e/ou GNR”;
- **Autarquias**, englobando as categorias “Junta de Freguesia” e “Município”;
- **Outras escolas e centros de formação**, englobando as categorias “Escola [privada]”, “Centro de Formação”, “Outra instituição de ensino” e “Outra instituição de ensino privado ou cooperativo”;
- “IPSS, ONG, Fundações e Cooperativas”, agrupando as categorias com estes nomes.

As categorias **CPCJ**, **Escolas ou agrupamentos de escolas públicas**, Associação de desenvolvimento local” (como **ADL**) e “Outra entidade” (como **Outras**) mantiveram-se isoladas.

Esta classificação permite-nos verificar que, no que respeita à composição dos consórcios encontramos várias tendências comuns entre as duas gerações do PE em análise.

Desde logo, a presença das autarquias em todos os projetos da PE-8G e em 117 dos 118 projetos do PE-9G. Também comum é a presença de escolas e agrupamentos de escolas públicos (que se encontram em 102 dos 105 projetos do PE-8G e em 113 dos 117 projetos do PE-9G), das CPCJ (92 projetos do PE-8G e 97 dos do PE-9G) e das IPSS, ONG, Fundações e Cooperativas (82 projetos do PE-8G e 91 dos do PE-9G).

As alterações mais significativas entre gerações prendem-se com a participação das associações locais e da administração central. Enquanto o número de projetos que conta com associações locais cresceu de 71 para 93 do PE-8G para o PE-9G, o número homólogo de instituições da administração central seguiu o percurso inverso, tendo caído de 43 para 23. Também merecedor de referência é o crescimento do número de associações de desenvolvimento local no elenco dos consórcios - de 20 para 31 projetos.

Tabela 6 - Presença nos consórcios dos projetos, por tipo de instituição, número

Território	8G	9G	Δ
Autarquias	105	117	+12
Escolas e agrupamentos de escolas públicas	102	113	+11
CPCJ	92	98	+6
IPSS,ONG,Fundações e Cooperativas	82	91	+9
Associações locais	71	93	+22
Administração central	43	23	-20
Serviços públicos locais	33	28	-5
Empresas e associações empresariais	31	30	-1
Instituições de ensino superior	27	34	+7
Outras escolas e centros de formação	24	25	+1
ADL	20	31	+11
Outras	7	10	+3

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Uma outra característica comum a ambas as gerações analisadas é o leque relativamente reduzido de instituições que assume as funções de liderança no consórcio. Em ambas as gerações, as IPSS, ONG, Fundações e Cooperativas assumiram a função de promotor em cerca de metade dos projetos e as autarquias em cerca de um quarto. Uma situação que também merece menção é a das ADL, que assumem a liderança do consórcio em 10 projetos do PE-8G e 11 do PE-9G. Esta sobrerrepresentação das ADL pode estar relacionada com a experiência que estas instituições têm com a gestão de projetos financiados pelos fundos comunitários, o que pode levar a que sejam preferidas pelos restantes parceiros no momento de decidir a composição das parcerias.

Tabela 7 - Natureza institucional dos promotores dos projetos do PE-8G e do PE-9G

promotor_type	8G	9G	Δ
IPSS,ONG,Fundações e Cooperativas	52	61	+9
Autarquias	27	26	-1
ADL	11	14	+3
Associações locais	10	11	+1
Escolas e agrupamentos de escolas públicas	4	4	0
Empresas e associações empresariais	1	1	0
Outras escolas e centros de formação	0	1	+1
Total	105	118	+13

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

2.3 Contributos dos parceiros

Este quadro de maior concentração de responsabilidades de liderança num tipo de parceiro é reforçado quando consideramos o volume de despesa apresentada pelos diferentes membros dos consórcios. Como apresentado acima, o número médio de parceiros nos consórcios do PE-8G e do PE-9G é de 10. No entanto, o número de parceiros que apresenta despesas é, em geral, muito mais reduzido. Em ambas as gerações, cerca dois terços dos projetos têm despesa registada na AGIL para 5 ou menos parceiros.

Tabela 8 - Parceiros com despesa registrada por projeto dos PE-8G e PE-9G, número

Nº parceiros com despesa	8G	9G	Δ
1	11	15	+4
2	16	21	+5
3	18	20	+2
4	6	12	+6
5	18	12	-6
6	13	8	-5
> 6	23	29	+6
Total	105	117	+12

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Este quadro de concentração de esforço financeiro do consórcio num núcleo reduzido de parceiros acentua-se quando consideramos a proporção da despesa que está alocada ao parceiro que registra um maior montante de despesa na AGIL. Em cerca de três quartos dos projetos da PE-8G e do PE-9G, 50% ou mais da despesa está concentrada num só parceiro. Num quarto dos projetos, 75% da despesa é apresentada por um só parceiro. Num caso mais extremo, encontramos mesmo projetos em que a totalidade da despesa está alocada a um só parceiro - 11 projetos no PE-8G e 17 no PE-9G.

Tabela 9 - Proporção da despesa concentrada no parceiro do consórcio com maior despesa apresentada, número

Proporção da despesa	8G	9G	Δ
< 50%	27	29	+2
50% - 74%	39	48	+9
75% - 99%	28	26	-2
100%	12	17	+5
Total	106	120	+14

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Sendo certo que nem todos os contributos válidos para um projeto assumem a forma de recursos financeiros, este é, ainda assim, um indicador não negligenciável de uma dinâmica de concentração do esforço de execução das atividades do projeto em grupos reduzidos de parceiros.

3. Equipas

3.1 Dimensão das equipas

As bases AGIL compreendem informação sobre uma multiplicidade de perfis de ligação aos projetos. Todavia, a nossa análise centra-se em quatro funções:

- Coordenadores/as de projeto
- Técnicos/as;
- Monitores/as;
- Dinamizadores culturais

Ao todo, encontram-se 920 registos de pessoas com este tipo de funções na AGIL 8G e 989 na AGIL 9G. Ao longo desta secção, designaremos estes perfis como compondo a *equipa core* do projeto.

O número de pessoas da equipa core de cada projeto da PE-9G é bastante variado. Se excluirmos os coordenadores, verificamos que mais de metade dos projetos tanto da PE-8G (59 em 105) como da PE-9G (62 em 118) têm até 6 pessoas associadas ao longo da sua duração. No entanto, é também assinalável o número relevante de projetos com nove ou mais pessoas registadas na AGIL como tendo pertencido à sua equipa core - 27 no PE-8G e 29 no PE-9G.

Tabela 10 - Distribuição do número de membros da equipa por projeto

Nº de membros da equipa	8G	9G	Δ
≤ 3	14	14	0
4-6	45	48	+3
6-8	19	27	+8
9-11	15	18	+3
≥ 12	12	11	-1

Nº de membros da equipa	8G	9G	Δ
Total	105	118	+13

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

3.2 Rotatividade

Estes números deixam antever uma elevada rotatividade de membros, que se confirma quando confirmamos o número de saídas registadas na AGIL para o PE-8G [^Apresenta-se aqui apenas a informação relativa aos dados para o PE-8G, O PE-9G encontrava-se ainda em curso à data em que foram entregues os dump files da AGIL, pelo que os dados não seriam comparáveis.].

Em alguns projetos, encontramos um número considerável de saídas registadas numa data antes do seu termo. Com efeito, apenas em 13 casos não se registaram mudanças na equipa core durante o curso do projeto, enquanto em 19 casos se registaram 6 ou mais saídas.

Tabela 11 - Número de saídas de membros da equipa core (exceto coordenadores) por projeto

Nº saídas	N
0	13
1	15
2	24
3	15
4	9
5	10
6-10	14
> 10	5

Fonte: Cálculos próprios a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Mesmo ao nível da coordenação, 47 dos 105 projetos da PE-8G a registarem uma mudança de coordenador durante o seu curso.

Tabela 12 - Projetos com mudança de coordenação durante o seu curso

Mudança de coord.	N
Não	63
Sim	42

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

3.3 Qualificações

As qualificações das pessoas que fazem parte da equipa core dos projetos variam consoante as diferentes funções que desempenham. Tanto no PE-8G como no PE-9G, a larga maioria dos técnicos e a quase totalidade dos coordenadores são detentores de um diploma do ensino superior. Entre os monitores, os detentores de um diploma do ensino secundário assumem uma importância já considerável, enquanto os dinamizadores são sobretudo detentores de diplomas do ensino secundário e do ensino básico - sendo que o contraste maior entre as gerações é o aumento da proporção de dinamizadores apenas com o ensino básico no PE-9G.

Tabela 13 - Qualificações dos membros da equipa core dos projetos do PE-8G, por tipo de membro, %

Escolaridade	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
Básico ou Inferior	0.6	1.9	9.3	41.6
Secundário	2.3	14.9	36.1	45.5
Superior	96.0	82.7	51.7	9.9
Desconhecida	1.1	0.5	3.0	3.0

Fonte: Cálculos próprios a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Tabela 14 - Qualificações dos membros da equipa core dos projetos do PE-9G, por tipo de membro, %

Escolaridade	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
Básico ou Inferior	0.7	0.6	5.3	64.7

Escolaridade	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
Secundário	3.3	11.7	40.8	18.0
Superior	96.1	87.5	51.1	0.8
Desconhecida	0.0	0.3	2.8	16.5

Fonte: Cálculos próprios a partir de microdados da plataforma AGIL 9

3.4 Tempo de trabalho

No que respeita ao tempo de trabalho, as diferenças entre as duas gerações são ainda menos sensíveis. Destaca-se o facto de a maioria dos elementos das equipas core dos projetos não estar a tempo inteiro aos projetos. A exceção são os coordenadores. No caso dos técnicos, apenas um pouco menos de metade está registado como tendo 35 ou mais horas de trabalho. Esta proporção cai para menos de um sexto entre os monitores e é residual entre os dinamizadores culturais.

Tabela 15 - Horas semanais de trabalho dos membros das equipas core dos projetos do PE-8G, total e por função no projeto, %

Horas semanais	Total	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
< 5 horas	12.8	1.7	8.0	29.7	5.0
5-19 horas	12.8	0.0	11.4	27.9	0.0
20-34 horas	31.4	2.9	32.4	24.9	94.1
≥ 35 horas	42.9	95.4	48.1	17.5	1.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Tabela 16 - Horas semanais de trabalho dos membros das equipas core dos projetos do PE-9G, total e por função no projeto, %

Horas semanais	Total	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
< 5 horas	15.8	0.0	5.9	38.0	0.0
5-19 horas	15.1	0.0	17.5	24.8	0.8
20-34 horas	26.3	1.3	18.4	17.2	99.2

Horas semanais	Total	Coordenadores	Técnicos	Monitores	Dinamizadores
≥ 35 horas	42.7	98.7	58.2	20.0	0.0

Fonte: Cálculos próprios a partir de microdados da plataforma AGIL 9

3.5 Remunerações

O facto de o tempo de trabalho dos membros das equipas core dos projetos ser muito variável coloca uma dificuldade à comparação do valor das remunerações que auferem. Para obstar a este problema, considerámos dois indicadores.

Em primeiro lugar, considerámos a média e a mediana das remunerações mensais para o subconjunto dos membros da equipa core com um horário de trabalho igual ou superior a 35 horas - assumindo este limiar como indicativo de uma remuneração a tempo inteiro.

Estes dados apontam para um quadro geral de remunerações praticadas no PE que é pouco atrativo. No caso dos coordenadores, dá-se inclusivamente uma degradação por comparação com as remunerações praticadas na administração pública. Se no PE-8G a mediana da remuneração dos coordenadores estava um pouco acima do valor de entrada na carreira de técnico superior na administração pública (1100,00€ para 1059,59€ na AP em 2022), a situação inverteu-se para o PE-9G (1200,00€ para 1385,99€ na AP em 2024).

Entre os técnicos, que, recorde-se, são na sua larga maioria detentores de diplomas de ensino superior, a mediana da remuneração no PE-8G estava apenas 105€ acima do salário mínimo nacional praticado em 2022. Esta distância aumentou para 180€ no PE-9G, por referência ao valor do salário mínimo de 2024⁶. Para os monitores, a situação é ainda mais desfavorável. com a mediana das remunerações, que era igual ao salário mínimo em 2022, a situar-se já abaixo do valor do salário mínimo em 2024 durante o PE-9G.

Tabela 17 - Mediana das remunerações mensais dos membros da equipa core a tempo inteiro

Função	8G	9G
Total	920	1,000

⁶ O valor do salário mínimo em 2022 era de 705,00€ e, em 2024, de 820,00€.

Função	8G	9G
Total s/ coord.	800	900
Coordenador/a de Projeto	1,100	1,200
Monitor/a	705	772
Técnico/a	850	1,000

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

4. Participantes

4.1 Número e distribuição por projeto

O PE-8G teve um total de 44484 participantes registados, dos quais 6206 participantes diretos. Este número cresceu no PE-9G, com esta última geração a ter, até à data da recolha da informação, 46200 participantes registados, dos quais 6890 participantes diretos - representando um incremento de 3,9% no primeiro caso e de 11,0% no segundo.

Tabela 18 - Participantes dos PE-8G e PE-9G, por tipo, número e variação entre as duas gerações do PE

Tipo de participante	8G	9G	Δ
Participante Direto	6,206	6,890	+684
Participante Indireto	38,278	39,310	+1032
Total	44,484	46,200	+1716

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

A distribuição do número de participantes diretos por projeto flutua numa banda estreita, situação que é comum às duas gerações em análise. O número médio de participantes diretos por projeto é quase idêntico nas duas gerações (58 no PE-8G e 59 no PE-9G), com a vasta maioria a registar entre os 50 a 70 participantes.

Tabela 19 - Medidas de distribuição do número de participantes diretos registados na AGIL no PE-8G e PE-9G, por projeto

Medida	8G	9G	Δ
Média	59	58	-1
Desvio-padrão	12	9	-3
Máximo	158	115	-43
Mínimo	50	48	-2

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Tabela 20 - Distribuição do número de participantes no PE-8G e PE-9G, por projeto

Nº de participantes	8G	9G	Δ
50-59	57	61	+4
60-69	43	47	+4
≥ 70	5	8	+3
Total	105	116	+11

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Já o número de participante indiretos registados por projeto variam num intervalo muito mais lato. Em média, os projetos do PE-8G apresentam 365 participantes registados e os do PE-9G 333. Mas o número concreto de participantes por projeto oscila de forma muito mais pronunciada - entre 95 e 1299 no PE-8G e entre 75 e 1609 no PE-8G.

Uma explicação possível para esta oscilação é que o registo dos participantes indiretos será menos rigoroso que o dos participantes diretos, dado que são estes últimos que são considerados para efeito de financiamento do projeto. Tendo esta possibilidade em mente, o resto da análise centra-se nos participantes diretos.

Tabela 21 - Participantes indiretos registados no PE-8G e PE-9G por projeto número

Medida	8G	9G	Δ
Média	365	333	-32
Desvio-padrão	199	219	+20

Medida	8G	9G	Δ
Máximo	1,299	1,609	+310
Mínimo	95	74	-21

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

Tabela 22 - Distribuição do número de participantes indiretos por projeto no PE-8G e PE-9G

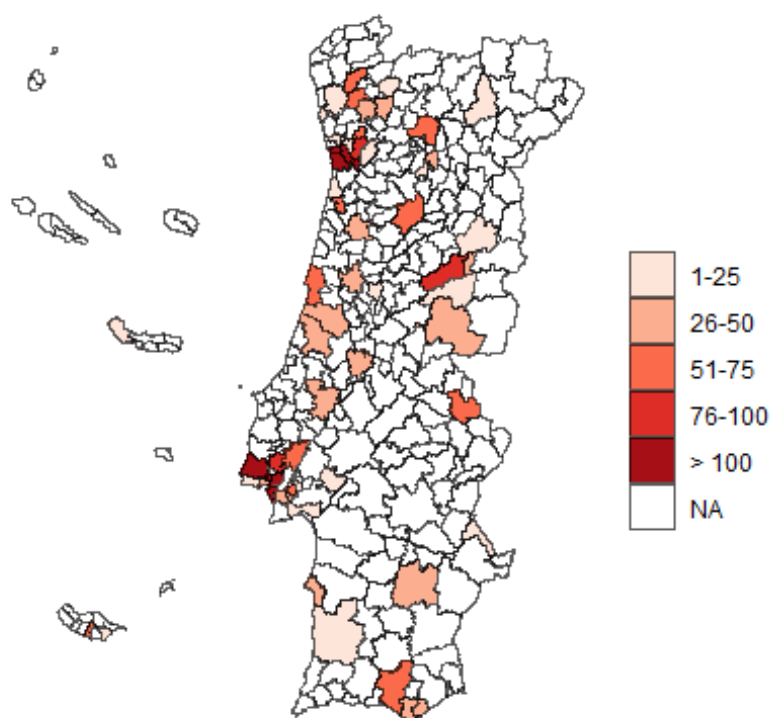
Nº de participantes	8G	9G	Δ
< 200	21	30	+9
200-299	26	35	+9
300-399	24	28	+4
400-499	17	7	-10
≥ 499	17	18	+1
Total	105	118	+13

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

4.2 Residência

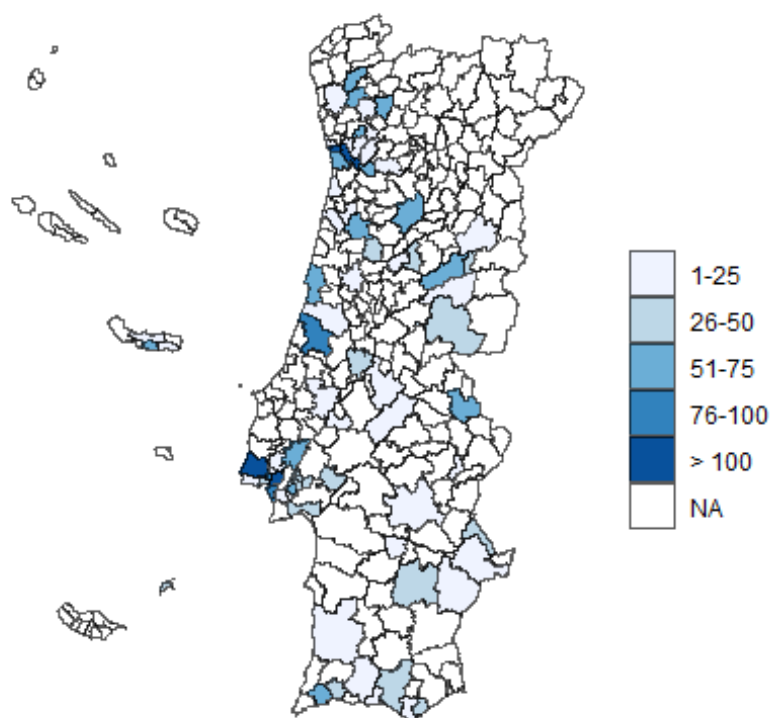
As plataformas AGIL apenas dispõem de informação sobre o concelho de residência para uma parcela dos participantes diretos - 3 340 dos de um total de 6 206 para o PE-8G e 2817 de um total de 6890 para o PE-9G. Estes estão distribuídos no território de uma forma que, como seria de esperar, segue de perto a distribuição geográfica dos projetos.

Figura 3 - Número de participantes diretos no PE-8G por concelho



Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Figura 4 - Número de participantes diretos no PE-9G por concelho



Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 9

4.3 Sexo

Entre os participantes diretos, verifica-se um ligeiro predomínio do sexo masculino em ambas as gerações, com a proporção de rapazes e homens a passar de 53,1% no PE-8G para 54,9% no PE-9G.

Tabela 23 - Número de participantes diretos no PE-8G e no PE-9G, por sexo

Sexo	8G	9G	Δ
Feminino	46.9	45.1	-1.8
Masculino	53.1	54.9	+1.8

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

4.4 Idade

As plataformas AGIL contêm informação sobre a data de nascimento dos participantes. Comparando esta data com a data de registo do participante na base, podemos obter uma aproximação à idade dos participantes à entrada no projeto. Esta operação permite-nos verificar que a vasta maioria - quase quatro quintos - dos participantes nas duas gerações analisadas tinham menos de 15 anos à data de entrada no projeto e que cerca de um terço tinham menos de 10 anos.

Tabela 24 - Participantes diretos dos PE-8G e PE-9G, por escalão etário, %

Idade	8G	9G	Δ
< 10 anos	34.4	33.3	-1.1
10-14 anos	43.5	46.4	+2.9
15-19 anos	17.5	16.9	-0.6
20-24 anos	4.4	3.4	-1
> 24 anos	0.3	0.1	-0.2

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

4.5 Abrangência de grupos populacionais específicos

As duas gerações do PE em análise preveem contributos para outras políticas, como o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, a Estratégia

Nacional de Inclusão das Comunidades Ciganas ou o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação. É assim relevante verificar a capacidade que os projetos financiados pelo programa revelaram para abranger os grupos populacionais a que se referem estes planos.

A tabela 25 dá conta da proporção de participantes diretos dos projetos identificados nas AGIL como pertencentes a diferentes grupos populacionais.[^Note-se que estas categorias não são mutuamente exclusivas. Por exemplo, 81,2% dos participantes diretos no PE-8G que são identificados como afrodescendentes estão também registados na AGIL 8 como descendentes de imigrantes.] As diferenças entre as duas gerações não são demasiado pronunciadas. Em ambas as gerações, cerca de um quarto dos participantes diretos está identificado como afrodescendente e um pouco menos de um terço como pertencendo à comunidade cigana. No entanto, é visível o aumento da proporção de participantes estrangeiros e de descendentes de imigrantes - que crescem de 14,4% para 21,4% no primeiro caso e de 29,3% para 35,7% no segundo. Este facto será tributário do crescimento da imigração em Portugal, que retomou o seu ritmo depois do abrandamento provocado pela pandemia de COVID-19 (que é ainda coeva do PE-8G).

Tabela 25 - Proporção de participantes diretos identificadas como pertencendo a grupos populacionais específicos, %

Grupos	pct_8g	pct_9g	Δ
Afrodescendentes	24.5	25.1	+0.6
Ciganos	31.3	28.3	-3
Desc. imigrantes	29.3	35.7	+6.4
Refugiados	1.3	1.3	0
Estrangeiros	14.4	21.4	+7

Fontes: Cálculos próprios, a partir de microdados das plataformas AGIL 8 e AGIL 9

5. Medidas e atividades

5.1 Medidas

5.1.1 PE-8G

O PE-8G compreendia 3 medidas: - Medida I: Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação - Medida II: Emprego e Empreendedorismo - Medida III: Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania

A AGIL 8G contém registros de 7834 atividades levadas a cabo pelos projetos do PE-8G. Cada uma destas atividades está associada na base a pelo menos uma daquelas três medidas, sendo que 2187 delas têm uma associação secundária a uma das duas restantes medidas.⁷

Podemos ver que, pelo menos no que respeita ao número de atividades, a medida II aparece claramente subordinada às restantes duas medidas. Só 265 atividades têm a medida II como medida principal associada, sendo que, destas apenas 134 não estão associadas a outras medidas de forma secundária. A medida II surge ainda como estando associada de forma secundária em 217 atividades.

Já as medidas I e III apresentam magnitudes comparáveis no que respeita ao número de atividades a elas associadas. A medida III constitui a medida principal associada a 3 870 atividades e como medida secundária associada a outras 968 atividades, enquanto a medida I surge associada como medida principal em 3 699 atividades e como medida secundária associada a outras 1 002 atividades.

Tabela 26 - Número de atividades a que as medidas do PE-8G surgem associadas (associação principal e secundária)

Medida Principal	Medida Secundária				Total
	Sem secundaria	Medida I	Medida II	Medida III	
Medida I	2,576	0	193	930	3,699
Medida II	134	93	0	38	265
Medida III	2,937	909	24	0	3,870
Total	5,647	1,002	217	968	7,834

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

⁷ O número de atividades com atribuição a duas medidas que surge na AGIL 8 é de 2656. Todavia, em 469 casos, a medida que consta no campo de associação secundária é a mesma que consta na variável de associação principal. Consideramos assim estas situações como erros de preenchimento e casos de associação a uma única medida.

Os dados da AGIL 8 permitem ligar cada participante do PE-8G registado às sessões de cada atividade. Tal permite-nos saber o número de participantes únicos de cada atividade - e, por consequência de cada medida. É necessário relevar neste ponto que uma parte substancial dos participantes esteve envolvida em atividades de duas medidas - sendo especialmente relevante a relação entre as medidas I e III.

Com efeito, 83,8% dos participantes diretos envolvidos tanto em atividades associadas à medida I como em atividades associadas à medida III. A estes acrescentam-se 4.5% que estiveram apenas em atividades da medida I e 2,8% apenas em atividades da medida III. Por contraste, apenas 1,4% esteve envolvido em atividades exclusivamente afetas à medida II, a que se juntam mais 3,8% que estiveram envolvidos em atividades da medida II e da medida I e 3,7% que estiveram envolvidos em atividades da medida II e da medida III.

Tabela 27 - Número de participantes únicos do PE-8G por medida

Medidas	N Diretos	% Diretos
I	255	3.7
II	260	3.8
I + II	6,323	92.5
Total	6,838	100.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

5.1.2 PE-E9G

O PE-9G apresenta uma alteração relevante face ao PE-8G, com o elenco de medidas a ser composto por duas medidas em vez de três. Estas são:

- Medida I - Educação, Formação e Emprego
- Medida II - Dinamização Comunitária e Cidadania

A plataforma AGIL 9 contém registos de 8819 atividades, das quais 2 309 associadas exclusivamente à medida I, 2 888 exclusivamente à medida II e 3 622 associadas a ambas (1 704 tendo a medida I como primária e 1 704 tendo a medida II como primária).

Tabela 28 - Número de atividades a que as medidas do PE-9G surgem associadas (associação principal e secundária)

Medida Secundária				
Medida Principal	Sem secundaria	Medida I	Medida II	Total
Medida I	2,309	0	1,918	4,227
Medida II	2,888	1,704	0	4,592
Total	5,197	1,704	1,918	8,819

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 9

Quando olhamos para os participantes diretos, verificamos que a quase totalidade - 92,1% - participou em atividades de ambas as medidas.

Tabela 29 - Número de participantes únicos do PE-E9G por medida

Medidas	N Diretos	% Diretos
I	255	3.7
II	260	3.8
I + II	6,323	92.5
Total	6,838	100.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 9

5.2 Atividades

As atividades dos projetos estão classificadas nesta base em 25 categorias.

Uma dificuldade na utilização direta desta classificação é a disparidade no grau de especificação destas categorias. A larga maioria das categorias são temáticas. No entanto, três referem-se a objetivos ou processos formulados muito genericamente ("Desenvolvimento de competências", "Ação de sensibilização" e "Encaminhamento"). Esta é uma limitação relevante, porquanto um número relevante de atividades estão classificadas nestas categorias. Por outro lado, temas como a saúde não dispõem de categorias autónomas, surgindo as atividades nessas áreas diluídas nas três categorias genéricas.

Por conseguinte, optou-se por manter as três categorias genéricas e agrupar as restantes 22 nos seguintes 6 temas:

- **Educação**, abrangendo os tipos "Experiência vocacional", "Apoio escolar" e "Educativa";
- **Culturais, artísticas e desportivas**, agrupando os tipos "Cultural", "Artística", "Desportivas", "Lúdico pedagógicas" e "Comunicação";
- **TIC**, abrangendo os tipos "Formação TIC", "Internet Livre" e "Multimédia";
- **Formação cívica**, abrangendo os tipos "Associativismo", "Comunitária", "Diálogo intercultural", "Cidadania", "Mediação" e "Intercâmbio";

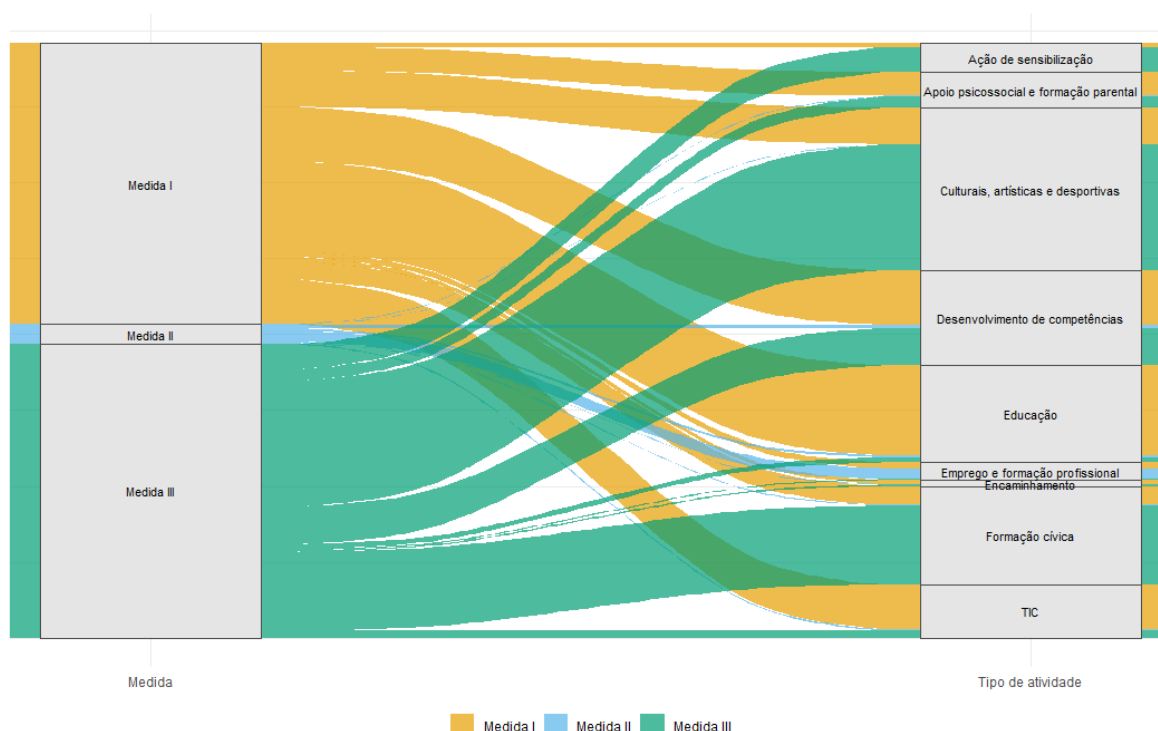
Emprego e formação profissional, abrangendo os tipos "Formação profissional", "Apoio à empregabilidade" e "Empreendedorismo";

- **Apoio psicossocial e formação parental**, abrangendo os tipos "Apoio psicossocial", "Formação parental".

5.2.1 PE-8G

A figura 5 oferece um panorama geral sobre as atividades associadas a cada medida do PE-8G. Na medida I, destacam-se as atividades de educação - que totalizam 32,0% das atividades da medida - seguidas das atividades de desenvolvimento de competências (19,4%) e culturais, artísticas e desportivas (12,2%). Já na medida III as atividades culturais, artísticas e desportivas são predominantes - totalizando 42,9% das atividades da medida - sendo também numericamente relevantes as atividades de formação cívica (26,8%) e de desenvolvimento de competências (12,8%). Quanto à medida II, que tem uma expressão muito menor do que as outras duas, as atividades de emprego e formação profissional são claramente as mais numerosas, correspondendo a 54,1% do total das atividades associadas à medida.

Figura 5 - Composição das medidas do PE-8G por tema das atividades



Podemos também olhar para o conjunto das atividades limitando a sua ligação às medidas apenas às três categorias genéricas referidas (de forma a oferecer um mínimo de contexto sobre o seu tema). Nesta perspetiva, podemos ver que as atividades culturais, artísticas e desportivas representam 27,3% do total das atividades, seguidas pelas atividades de formação cívica (16,6%), educação (16,3%). As ações de desenvolvimento de competências associadas à medida I e as atividades TIC correspondem a 9,2% e 9,0% do total de atividades, respetivamente.

Tabela 30 - Número de atividades do PE-8G por tema

Tema	N	%
Culturais, artísticas e desportivas	2,141	27.3
Formação cívica	1,297	16.6
Educação	1,279	16.3
Desenvolvimento de competências - Medida I	718	9.2
TIC	702	9.0
Desenvolvimento de competências - Medida III	494	6.3
Apoio psicossocial e formação parental	473	6.0

Tema	N	%
Ação de sensibilização - Medida III	331	4.2
Emprego e formação profissional	235	3.0
Encaminhamento - Medida I	51	0.7
Ação de sensibilização - Medida I	45	0.6
Desenvolvimento de competências - Medida II	42	0.5
Encaminhamento - Medida III	19	0.2
Encaminhamento - Medida II	7	0.1
Total	7,834	100.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Finalmente, podemos verificar o número de participantes únicos para cada um dos tipos de atividades. As atividades culturais, artísticas e desportivas envolveram 87,4% dos participantes diretos e 42,1% dos participantes indiretos nos projetos do PE-8G, as atividades de educação 85,2% e 37,8% e as atividades de formação cívica 77,4% e 46,4%, respetivamente.

Tabela 31 - Participantes únicos do PE-8G (diretos e indiretos) que participaram em atividades dos projetos, por tema da atividade, %.

Tema	Total	Diretos	Indiretos
Formação cívica	50.9	77.4	46.4
Culturais, artísticas e desportivas	48.6	87.4	42.1
Educação	44.7	85.2	37.8
Desenvolvimento de competências - Medida I	33.1	50.2	30.2
TIC	31.2	64.1	25.7
Apoio psicossocial e formação parental	23.5	42.4	20.3
Desenvolvimento de competências - Medida III	19.8	40.5	16.3
Ação de sensibilização - Medida III	18.7	41.3	14.9

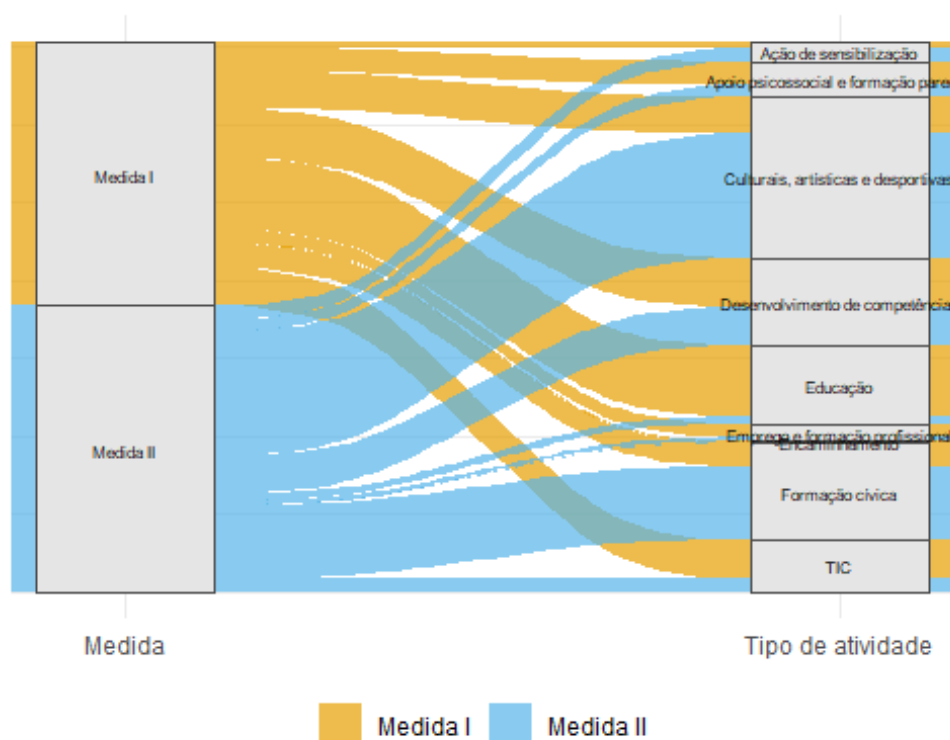
Tema	Total	Diretos	Indiretos
Emprego e formação profissional	8.4	11.5	7.9
Ação de sensibilização - Medida I	2.4	3.1	2.3
Desenvolvimento de competências - Medida II	2.1	4.6	1.7
Encaminhamento - Medida III	1.9	2.1	1.9
Encaminhamento - Medida I	1.9	4.0	1.6
Encaminhamento - Medida II	0.2	0.8	0.1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

5.2.2 PE-9G

A figura 6 permite uma visão geral sobre as atividades que compõem cada medida do PE-9G. A medida I não tem um tipo de atividade claramente predominante. As atividades de educação são as mais numerosas (correspondendo a 27,2% das atividades da medida), seguidas das atividades de desenvolvimento de competências (18,7%) e das culturais, artísticas e desportivas (14%). Este último tipo de atividades é o mais frequente na medida II (43,5% das atividades da medida), seguido das atividades de formação cívica (25,7%) e das atividades de desenvolvimento de competências (13,4%).

Figura 6 - Composição das medidas do PE-9G por tema das atividades



Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Um elemento interessante que resulta da observação da figura 6 é a inexistência de uma correspondência unívoca entre medidas e tipos de atividade. Ou seja, as duas medidas são concretizadas através dos mesmos tipos de atividade - ainda que estes sejam muitas vezes mais frequentes numa medida do que noutra. Isto não é surpreendente quando falamos de designações genéricas como “desenvolvimento de competências” ou “ações de sensibilização”, que naturalmente se aplicam a ambas as áreas temáticas das medidas. Mas é interessante verificar que tipos de atividades como as TIC, a formação cívica ou até o apoio psicossocial sejam utilizadas em ambas as medidas.

Olhando para o conjunto do programa, verificamos que não há grandes alterações no perfil de atividades face ao PE-8G. As atividades culturais, artísticas e desportivas mantêm-se como as mais frequentes no programa (29,4% das atividades do PE-9G), seguidas da formação cívica (17,6%) e das atividades de educação (14,3%). Ao mesmo tempo, mantem-se a importância reduzida das atividades de emprego e formação profissional.

Tabela 32 - Número de atividades do PE-9G por tema

Tema	N	%
Culturais, artísticas e desportivas	2,589	29.4
Formação cívica	1,556	17.6
Educação	1,265	14.3
TIC	832	9.4
Desenvolvimento de competências - Medida I	791	9.0
Desenvolvimento de competências - Medida II	614	7.0
Apoio psicossocial e formação parental	565	6.4
Emprego e formação profissional	279	3.2
Ação de sensibilização - Medida II	215	2.4
Ação de sensibilização - Medida I	84	1.0
Encaminhamento - Medida I	22	0.2
Encaminhamento - Medida II	7	0.1
Total	8,819	100.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 9

A similitude com o PE-8G é confirmada quando consideramos o número de participantes únicos envolvidos nos diferentes tipos de atividades. As atividades culturais, artísticas e desportivas são as mais abrangentes a este nível, envolvendo 91,0% dos participantes diretos únicos. Seguem-se as atividades de educação (81,6%), formação cívica (76,3%) e TIC (61,5%). No polo oposto, encontram-se as ações de emprego e formação profissional (que envolveram apenas 14,5% dos participantes diretos), as ações de sensibilização ligadas à medida I (7,9%) e as ações de encaminhamento da medida I (1,0%) e II (0,2%)

Tabela 33 - Participantes únicos do PE-9G (diretos e indiretos) que participaram em atividades dos projetos, por tema da atividade, %.

Tema	Total	Diretos	Indiretos
Culturais, artísticas e desportivas	50.6	91.0	42.9

Tema	Total	Diretos	Indiretos
Formação cívica	48.2	76.3	42.9
Educação	38.5	81.6	30.3
Desenvolvimento de competências - Medida I	33.8	50.8	30.6
TIC	29.4	62.5	23.1
Desenvolvimento de competências - Medida II	24.1	46.8	19.7
Apoio psicossocial e formação parental	22.8	36.1	20.3
Emprego e formação profissional	10.3	14.5	9.5
Ação de sensibilização - Medida II	10.0	20.0	8.1
Ação de sensibilização - Medida I	5.8	7.9	5.4
Encaminhamento - Medida I	0.8	1.0	0.7
Encaminhamento - Medida II	0.2	0.2	0.2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

6. Contributos para os objetivos do programa

Dado que o PE-9G se encontrava ainda em curso à data da receção dos dados, optámos por restringir a análise da informação relativa aos contributos para os objetivos do sistema ao PE-8G

A base AGIL 8 compreende tabelas que se referem especificamente a contributos para os objetivos do programa. A base contempla informação quantitativa para cada contributo, com totais anuais e acumulados em várias datas.

Para a análise desta informação, começou-se por reter o valor acumulado total à data da última inserção pelo projeto. Todavia, foram detetadas algumas incoerências, com valores acumulados em alguns períodos a serem inferiores aos valores acumulados que se registavam períodos anteriores. Nos contactos com a equipa do IPDJ, foi aventada como provável a hipótese de se tratarem de erros de preenchimento por parte dos projetos. Assim, os valores que resultam do tratamento destas tabelas devem ser entendidos como um limiar superior para o contributo em questão.

Um outro problema refere-se à escassez de documentação sobre o significado exato de vários destes campos. Um trabalho de correspondência entre os nomes das variáveis referentes aos contributos e as etiquetas que são utilizadas no *frontend* da AGIL permite circunscrever o significado das primeiras, sem o determinar totalmente em alguns casos.

Face a isto, optou-se por ignorar a informação desta componente da AGIL quanto aos contributos para os objetivos que têm a ver com a participação em diferentes tipos de atividades, o sucesso escolar e a obtenção de emprego. Estes temas são trabalhados a partir da informação sobre sessões e atividades (cf. secção 5) e dos objetivos individuais dos participantes. A utilização das tabelas relativas aos contributos fica reservando para os temas para os quais não se encontra informação noutra local da AGIL, a saber:

- A criação de associações;
- O contributo para os objetivos de outros programas (coerência externa)

6.1 Auto-emprego e criação de associações

Tendo em atenção as limitações acima enunciadas, encontram-se registadas 323 iniciativas empreendedoras e 28 associações criadas.

Tabela 34 - Contributos do PE-8G: associações criadas ou mantidas

Contributo	N
Associações criadas ou mantidas	28

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

6.2 Relação com outros instrumentos de política

A plataforma AGIL 8 compreende informação relativa a atividades / pessoas envolvidas tidas como contribuindo para cinco outros instrumentos de política:

- O Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação;
- A Estratégia Nacional de Inclusão das Comunidades Ciganas;
- A Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças.
- O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações;

Tabela 35 - Referências ao PNIPGM

Contributos	N
Crianças e jovens oriundas das comunidades migrantes envolvidas/os	8,047

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Tabela 36 - Referências à ENICC entre os contributos para os objetivos registados na AGIL 8

Contributos	N
Crianças e jovens ciganas/os e familiares envolvidas/os em atividades	6,080
Crianças e jovens com.cigana em acompanhamento para regresso à escola após abandono	383
Atividades de promoção do acesso à cultura pessoas ciganas	1,101
Iniciativas garantia acesso a medidas ativas de emprego pessoas ciganas	142
Iniciativas de promoção acesso à saúde pessoas ciganas	249
Ações de mobilização de pessoas ciganas para integrarem associações de moradores/as	40

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Tabela 37 - Referências ao PNCRD entre os contributos para os objetivos registados na AGIL 8

Contributos	N
Iniciativas combate ao racismo	984
Ações informação acesso à saúde p/ migrs e com. cigana	176
Migrs. em ações de informação acesso à saúde	593
Pessoas com. cigana em ações de informação acesso à saúde	922
Migrantes e pessoas com. cigana em ações de informação acesso à saúde	1,457
Ações de sensib. saúde materna, inf. e reprodutiva e comunitária p/ migr.e com. cigana	52

Contributos	N
Migrs. em ações de sensib saúde materna, inf, e reprodutiva e comunitária	166
Pessoas com.cigana em ações de sensib. saúde materna, infantil e reprodutiva e s. comunitária	363
Pessoas com.cigana e migrantes em ações de sensib. saúde mat., inf. e repro. e s. comunitária	496

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

Tabela 38 - Referências à ENDC entre os contributos para os objetivos registados na AGIL 8

Contributos	N
Crianças/jovens com.cigana em ativs. promoção ensino e combate abandono escolar	3,276
Jovens inscritos/encaminhados para formação profissional	1,032

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

6.4 Cumprimento de objetivos individuais

A AGIL 8 inclui informação sobre objetivos individuais atribuídos aos participantes pelos projetos e sobre o seu cumprimento. Estes objetivos são classificados em 7 categorias:

- Diminuir o absentismo escolar;
- Promover o sucesso escolar;
- Encaminhar e integrar para formação profissional;
- Promover o sucesso em formação profissional;
- Encaminhar e integrar para resposta curriculares alternativas”;
- Encaminhar e integrar para emprego;
- Outros.

6047 dos 6206 participantes diretos do PE-8G tinham pelo menos um objetivo individual registado na AGIL 8. 4710 (correspondendo a 75,9% do total) tinham pelo menos um objetivo relacionado com a promoção do sucesso escolar - de longe a categoria mais frequente entre os objetivos. A proporção de participantes diretos

com objetivos dos restantes tipos (à exceção de “Outros”) não ultrapassam os 10%. 477 (7,7%) têm pelo menos um objetivo ligado à diminuição do abandono escolar, 296 (4,8%) ao encaminhamento e integração para emprego, 272 (4,4%) ao encaminhamento e integração para formação profissional, 165 (2,7%) à promoção do sucesso em formação profissional e 135 (2,2%) ao encaminhamento e integração para respostas curriculares alternativas.

Tabela 39 - Participantes diretos com objetivos individuais atribuídos, por tipo de objetivo, N e %

Objetivos	N	%
Diminuir o absentismo escolar	477	7.7
Promover o sucesso escolar	4,710	75.9
Encaminhar e integrar para formação profissional	272	4.4
Promover o sucesso em formação profissional	165	2.7
Encaminhar e integrar para resposta curriculares alternativas	135	2.2
Encaminhar e integrar para emprego	296	4.8
Outros	1,984	32.0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

No que respeita ao cumprimento dos objetivos, o quadro é bastante consistente ao longo das categorias, com as situações de cumprimento da totalidade dos objetivos atribuídos a oscilarem numa banda entre os 50% e os 70%.

Verificamos assim que 59,8% dos participantes diretos com atribuição objetivos relativos à promoção do sucesso escolar cumpriram todos esses objetivos, enquanto apenas 11,8% não cumpriram nenhum. Já para os participantes com objetivos relacionados com a diminuição do absentismo escolar, as situações de cumprimento total de objetivo representam 51,8% do total e as de não cumprimento 35,6%.

Tabela 40 - Cumprimento dos objetivos individuais, por tipo de objetivo

Objetivos	Total. cumpridos	Parcial. cumpridos	Não cumpridos
Diminuir o absentismo escolar	51.8	12.6	35.6
Promover o sucesso escolar	59.8	28.3	11.8
Encaminhar e integrar para formação profissional	55.9	9.6	34.6
Promover o sucesso em formação profissional	61.8	13.3	24.8
Enc./integr. resposta curriculares alternativas	69.6	4.4	25.9
Encaminhar e integrar para emprego	62.5	12.8	24.7
Outros	66.9	15.9	17.1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de microdados da plataforma AGIL 8

ANEXO IX

Análise entrevistas biográficas

O presente documento apresenta os resultados da análise das entrevistas biográficas a um conjunto de participantes e ex-participantes (trinta) do Programa Escolhas, que integram ou integraram projetos distintos e nos quais foram realizados estudos de caso: Check-in; Renovar Nogueira; Take.it; Replay; Tu decides e ST.

A análise está organizada em cinco dimensões: Contexto e trajetória pessoal; Integração e experiência de participação no programa; Efeitos e impactos percebidos; balanço da experiência e Perspetivas de futuro.

1. Contexto e trajetória pessoal

Caracterização sociodemográfica, escolar e habitacional

A amostra integra 30 entrevistados — 9 participantes atuais e 21 ex-participantes — apresentando uma distribuição equilibrada por género (16 homens e 14 mulheres). Os participantes são provenientes de seis territórios distintos — Vila Nova de Gaia, Camacha (Região Autónoma da Madeira), Cascais, Sintra, Guarda e São Teotónio —, sendo que apenas dois destes não estão integrados em contexto de bairro social.

Variáveis		Participante	Ex-participante
Sexo	Masculino	6	10
	Feminino	4	10
Grupo etário	<18 anos	4	-
	18-24 anos	6	11
	25-29 anos	-	4
	30-34 anos	-	4
	>35 anos	-	1
Nacionalidade	Portuguesa não cigana	7	11
	Portuguesa cigana	1	3
	Outra nacionalidade	2	6
Escolaridade	9.º ano	-	1
	Ensino secundário (frequência)	7	2
	Ensino secundário (concluído)	-	8
	EFA, RVCC, Qualifica	1	3
	Ensino superior (frequência)	2	2
	Ensino superior (concluído)	-	3
Ocupação	Estudante	9	6

	Empregado	1	12
	Desempregado	-	1

A maioria das pessoas incluídas nos estudos de caso é maior de idade, incluindo os participantes atuais – apenas quatro são menores de idade (adolescentes).

O nível secundário (incluindo percursos EFA e RVCC) é dominante em toda a amostra (17 casos), quer em frequência quer em conclusão. No grupo dos participantes atuais, todos se encontram ainda a estudar, incluindo dois no ensino superior.

De um modo geral, a maioria dos ex-participantes, independentemente do território, não prosseguiu estudos no ensino superior — apenas três concluíram este nível de ensino e dois encontram-se atualmente a frequentá-lo. Estes percursos são frequentemente marcados por interrupções associadas a fatores como desmotivação, gravidez ou dificuldades económicas.

Eu não terminei o décimo segundo ano... não foi por falta de ter possibilidades, mas porque já estava desmotivado... então estava sempre a faltar às aulas... vi também que se continuasse na escola, eu ia continuar com o 12º incompleto, então acabei por decidir desistir da escola.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

(...) entrei na universidade e depois fiquei pela metade do segundo ano, porque depois, entretanto, eu engravidei e depois não voltei.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

Ainda assim, identificam-se alguns casos de intenção de retoma do percurso educativo, nomeadamente através de vias como o RVCC, EFA ou Qualifica, sobretudo entre mulheres. Esta intenção, que passa pela conclusão do ensino secundário ou pelo acesso ao ensino superior, surge associada à experiência e influência do percurso desenvolvido no Programa Escolhas, sugerindo o seu papel no reforço das expectativas e aspirações educativas.

Fiz o 12º todo, frequentei mesmo até o 12º, mas não consegui fechar devido a uma disciplina, que era a Geometria Descritiva (...) Eu estou agora a fazer um RVCC, em que eu tenho que falar de mim, ou seja, tenho um portfólio, assim, um pouco complexo, mas estou quase a terminar.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

A maioria dos ex-participantes encontra-se em situação de atividade, seja a estudar, seja integrada no mercado de trabalho, em áreas diversas como turismo, comércio, restauração, telecomunicações, tradução, forças de segurança, educação e atividades artísticas. Para alguns participantes, o primeiro contacto com o mercado de trabalho, foi feita nos projetos Escolhas no desempenho de funções como dinamizador,

mediador ou monitor, evidenciando papel do programa na facilitação da transição para a vida ativa.

Eu terminei o secundário há pouco tempo e, entretanto, continuei aqui a trabalhar em part-time. (...) comecei agora a estudar para os exames, também na parte da manhã, e frequento explicações.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Verificam-se situações em que a participação no projeto Escolhas assumiu mesmo um papel decisivo na identificação de talentos, que os participantes desenvolvem atualmente como atividades regulares ou como fonte complementar de rendimento.

Ela convidou-me a ir lá ao projeto, a ver como é que aquilo era. Nunca tinha dançado (...) Não, nem sabia que ia gostar e que tinha capacidades (...) dou aulas de dança, tenho vários grupos em vários sítios (...) Dou zumba para adultos, dou também zumba a crianças, dou hip-hop, danças urbanas.

(Faustino, 32 anos, M, ex-participante)

O desemprego assume uma expressão residual, com apenas dois casos identificados: um jovem que não se encontra nem a estudar nem a trabalhar, e uma mulher de etnia cigana que enfrenta dificuldades na conciliação entre formação na área da estética, percurso educativo e responsabilidades familiares.

Neste momento estou desempregada porque estou a tentar acabar a escola no Qualifica. (...) É o décimo segundo e também vou amanhã começar uma formação [em] estética, manicure e unhas de gel. (...) é uma formação à parte, porque no IEPF era preciso o 12.º ano e não tenho (...) que é para depois poder fazer um curso melhor, maior, que aprenda mais coisas sobre a estética.

(Sofia, 28 anos, F, ex-participante)

No caso de todas as pessoas entrevistadas provenientes da comunidade cigana (quatro ex participantes), observa-se uma influência relevante do projeto na conclusão e no prosseguimento dos estudos, denotando um contributo importante da valorização da escolaridade junto desta comunidade.

A maioria das pessoas entrevistadas no âmbito das histórias de vida — participantes e ex-participantes — reside em habitação pública inserida nos territórios de intervenção dos projetos, sendo residual a proporção de casos em regime de arrendamento no mercado privado.

(...) vim para aqui quando a minha mãe estava grávida de mim, em 2002, quando estes prédios começaram a ser construídos.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

É privado porque a burocracia da ação social é muito complicada e não posso perder tempo com essas coisas de ficar a correr atrás de entidades para ver se me dão apoio ou não.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

No que respeita à composição dos agregados, predomina a coabitação com a família nuclear — pais e irmãos — ou com outros elementos da família alargada, situações frequentemente associadas a estratégias de partilha de recursos. Os casos de residência individual são pouco expressivos, registando-se apenas duas situações de pessoas que residem sozinhas.

Não, eu vivo sozinho. Desde que comecei a trabalhar eu vivo sozinho.

(Faustino, 32 anos, M, ex-participante)

(...) vivo com a minha avó, com o meu pai e com os meus tios e primos e com os meus irmãos também.

(Gaspar, 17 anos, M, participante)

Momentos e experiências relevantes

Os percursos de vida são marcados por experiências significativas na infância e juventude — positivas e negativas — que moldam de forma duradoura as trajetórias pessoais, escolares e profissionais.

As dificuldades económicas precoces configuram um elemento transversal entre os participantes, sendo a exposição antecipada à escassez de recursos descrita, simultaneamente, como um fator de amadurecimento precoce e de perda da inocência infantil.

Dificuldades em questões de dinheiro, financeiros. A minha mãe mostrou-me uma realidade muito cedo. O que é que falta, o que é que não falta. Amadureceu muito em mim isso, e acho bom. Mas perdi um bocado aquela inocência. Cedo, cedo.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

Os ambientes familiares complexos surgem igualmente como marcantes, incluindo situações de institucionalização na infância e dificuldades na construção de relações fraternas ou perda de laços familiares

Eu estive num lar até aos 14. Quando saí do lar, vim para cá viver com o meu avô e com o meu irmão.

(Valter, 20 anos, M, ex-participante)

É mais a parte dos meus irmãos, como não consegui ter ligação com eles.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

As experiências escolares negativas — insucesso, absentismo, abandono e *bullying* — são referidas de forma recorrente, com impacto emocional e educativo significativo, constituindo um dos principais fatores que conduziram a trajetórias escolares interrompidas ou a uma relação fragilizada com a escola.

Houve uma altura, que acho que foi do 5.º ao 7.º ano, eu sofria de bullying.

(Bruna, 20 anos, F, participante)

Eu quando entrei no colégio, como era uma criança de bairro, e por acaso isso foi uma das coisas que mexeu comigo ao longo da minha vida (...) Não foi uma espécie de bullying, não foi bullying que eu sofri, mas foi, assim, uma parte de rejeição.

(Manuel, 20 anos, M, ex-participante)

Os processos de realojamento e migração surgem como momentos de forte carga emocional, associados a sentimentos ambivalentes de perda, medo e expectativa. A entrada em novos bairros ou escolas é frequentemente acompanhada de estigmatização e dificuldades de integração.

Chegando aqui, eu sabia que a minha vida ia mudar muito. Eu tinha algum receio de vir para um bairro social, porque a minha mãe avisou imediatamente que aqui podíamos ter vizinhos ciganos. E do que eu ouvia falar dos ciganos era sempre num panorama muito negativo.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Fiquei contente, muito contente. Fiquei contente e ao mesmo tempo triste também, porque tinha que deixar lá os meus amigos e familiares.

(Filipe, 19 anos, M, participante)

As memórias positivas organizam-se em torno de três eixos: a vivência no bairro como espaço de pertença e afeto; a experiência migratória como momento de viragem e esperança; e as atividades de socialização e descoberta pessoal: desporto, convívio, competição.

Foi boa, foi boa. Foi uma infância feliz. Cheia de alegrias, jogar à bola na rua, andar de um lado para o outro.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

Para os jovens com percursos migratórios, a vinda para Portugal é frequentemente descrita como um ponto de viragem associado à expectativa de melhores condições de vida.

O anúncio do meu pai a dizer que íamos para Portugal... Fiquei contente, porque cá tinha condições para me ajudar a alcançar os meus sonhos.

(Filipe, 19 anos, M, participante)

Outras memórias evocadas como momentos de felicidade e realização pessoal e relatadas pelos participantes estão frequentemente associadas a contextos de socialização, descoberta e desenvolvimento de competências, mais especificamente atividades de lazer na infância, como brincar na rua, praticar desporto ou participar em competições. Muitos destes relatos dizem respeito a experiências que tiveram nos projetos Escolhas.

Quando era pequenina eu sempre gostei de desporto e numa competição fiquei bastante feliz porque fiquei em primeiro lugar. Foi uma experiência muito marcante na minha vida.

(Luísa, 18 anos, F, participante)

Expectativas e aspirações em relação ao Escolhas quando entrou

A análise das motivações de entrada no programa revela alguns padrões principais: influência familiar; amizades / socialização/ ocupação de tempos livres e aprendizagem (língua / apoio escolar),

Em algumas situações, a entrada no projeto não foi orientada por objetivos claros — surgiu por influência de irmãos, primos ou amigos, ou simplesmente pela proximidade física do espaço, traduzindo-se em expectativas iniciais reduzidas. Nestes casos, as expectativas vão sendo construídas ao longo da experiência, à medida que os jovens se envolvem nas atividades e reconhecem o impacto positivo na sua vida pessoal, social e escolar.

Vim por vir. Mas quando eu vim, pronto, é isso. Fiquei muito feliz, foi a melhor coisa que eu fiz, porque fiquei melhor. Ganhei muitas competências aqui e valeu a pena.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Sim, também foi com a influência dos meus irmãos que acabei por vir. Porque os meus irmãos diziam: "aí a gente vamos à praia, nós fazemos bastantes atividades, nós fazemos isto. E pronto, uma criança que é criança, vê estas coisas, eles a fazerem, isto tudo, sempre vai querer. Então também disse à minha mãe que gostava de vir para o projeto.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Noutras situações, a participação nos projetos surgia já acompanhada de motivações mais definidas, destacando-se a criação de laços sociais e o estabelecimento de amizades, particularmente entre jovens que experienciavam isolamento social ou dificuldades de integração em contexto escolar. Para estes participantes, o projeto representou uma oportunidade de desenvolvimento de competências sociais, permitindo a construção de relações duradouras e o reforço do sentimento de pertença, a par do interesse pelas atividades e da curiosidade em experimentar o projeto que em alguns casos foi motivado por familiares.

Depois da escola eu não tinha nada para fazer e aqui era como uma família, eu adorava estar aqui, em vez de ir para casa sozinha.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

(...) eu vou ser realista, eu na escola não costumava ser muito sociável, digamos assim. (...) E eu entrei no Tu Decides para tentar fazer amigos. E foi exatamente o que eu consegui. Consegui amigos para a vida toda, que até hoje falo com eles.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

As atividades propostas, nomeadamente nas áreas do desporto e das artes, como a dança, constituem igualmente um fator de atração, ainda que, em muitos casos, estas oportunidades só sejam plenamente valorizadas após a entrada no projeto. A possibilidade de experimentar novas atividades e descobrir interesses pessoais contribuiu para a progressiva redefinição das expectativas iniciais.

Eu conheci muitas pessoas diferentes. Fiz coisas que talvez os meus pais, por exemplo, não teriam tempo para fazer comigo e eu acabei por fazer com a Casa 6. Fizemos atividades muito giras, muito diferentes também. E uma coisa que me marcou bastante foi a dança, porque foi graças à Casa 6 que eu comecei a dançar. E depois passei por três grupos de gerações diferentes.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

Outra dimensão relevante prende-se com a aprendizagem, seja no caso de territórios com maior presença de comunidades imigrantes, onde aprendizagem da língua portuguesa emerge como a motivação principal e determinante para a participação no projeto, seja como um espaço onde encontraram apoio educativo através de acompanhamento escolar.

Quando vim para Portugal sabia que a primeira coisa que tinha que aprender é a língua para falar. O primeiro motivo (...) aprender língua (...)

(Nicolau, 28 anos, M, ex-participante)

Lembro-me bem que quando o projeto abriu eu vinha cá estudar aos fins-de-semana. Durante a semana, quando saía da escola, vinha fazer os trabalhos, brincar um pedacinho.

(Valter, 20 anos, M, ex-participante)

Para alguns jovens entrevistados para as histórias de vida, o projeto surgiu como resposta à insatisfação com o ensino regular, oferecendo uma abordagem mais prática e próxima.

Porque é mais prática aqui, aqui não é tanto teórico, aqui deixam-te à vontade, aqui trabalham. E estou a aprender mais de eletricidade, e era isso que eu queria.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

2. Experiência e relevância da participação no programa

Conhecimento e entrada no Programa

A entrada das crianças e jovens entrevistadas em projetos do PE foi impulsionada por diferentes protagonistas. A família assume a este nível um papel importante na sinalização da oportunidade e no estímulo à experimentação das atividades do projeto. Num dos relatos recolhidos, a adesão a um projeto Escolhas por parte de um jovem é antecedida pela participação da sua mãe em consultas de psicologia fornecidas pelo Escolhas. Nas situações em que existem irmãos e/ou irmãs que já participavam/participaram em projetos Escolhas, a decisão de aderir às atividades surge como sendo natural, o que indica que estas famílias veem no programa uma resposta estrutural ou de continuidade a um conjunto de necessidades e de problemas que tendem a ser duráveis e não transitórios.

A minha mãe fazia consultas com a psicóloga. Daí ela ficou a conhecer o projeto e apresentou-nos. E os meus irmãos também vieram para cá, para o projeto Tu decides.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

Eu já participava de algumas dinâmicas... com 4, 3, 2 anos... ia assistir às peças... às festas de Natal. (...) A minha irmã... já fazia parte... o meu irmão também.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

Tinha 6 anos... sim, tinha 6 anos quando comecei a participar (...) Disse à minha mãe que gostava de vir para o projeto, porque via os meus irmãos e também queria fazer aquelas atividades.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Em algumas instituições, a identificação do Escolhas como uma oportunidade para fazer face a problemas como o insucesso escolar tem origem no capital social da família.

A minha mãe dava-se com uma pessoa que trabalhava na CPCJ (...) a doutora disse que havia esta escola aqui. Eu vim fazer a entrevista e gostei, eu fiquei.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

A participação em projetos Escolhas é intermediado por outros protagonistas e instituições, tais como a CPCJ, a Caritas ou os professores. Noutros casos, a adesão aos projetos Escolhas assenta numa lógica mais orgânica no interior dos próprios bairros, seja por via do papel de intermediação dos Centros Comunitários, seja pela incrustação dos projetos Escolhas nas dinâmicas sociais e culturais destes contextos.

Foi mesmo através do Centro Comunitário, estávamos no Centro Comunitário, abriram as instalações para o projeto Renascer Nogueira (...) A forma como eles nos acolheram é uma forma diferente. Eles entendem-nos.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

A integração no Escolhas foi muito boa, porque quando eu entrei eram muitas crianças que eram da minha escola e eram da minha geração. Tinha a geração dos mais velhos, mas foi super acolhedor. E depois nós ali no bairro todo mundo se conhece, pessoas do bairro, que andavam ali na casa 6, pessoas da minha escola, que andavam na casa 6, neste caso, e pessoas, porque ali ao pé do bairro nós temos duas escolas, que é a básica e temos, quer dizer, temos a onde eu andava, do primeiro ciclo, neste caso, e temos a básica, e depois já ali todo mundo se conhecia.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

Lembro-me bem que quando aqui o projeto abriu eu gostava na altura de jogar muito futebol e vinha cá estudar aos fins-de-semana (...) Durante a semana vinha fazer os trabalhos, brincar um pedacinho, e lembro-me bem que isto enchia.

(Valter, 20 anos, M, ex-participante)

O tipo de inserção inicial das pessoas entrevistadas nos projetos Escolhas varia consoante o conhecimento prévio de outras crianças e jovens envolvidas nas atividades, mas também do perfil idiossincrático de cada um. Não deixa, aliás, de ser interessante constatar que um dos motivos subjacentes à entrada num projeto Escolhas foi a tentativa de melhorar as sociabilidades.

Eu entrei no Tu Decides porque eu vou ser realista, eu na escola não costumava ser muito sociável, digamos assim (...) E eu entrei no Tu Decides para tentar fazer amigos.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

A minha mãe queria tirar-me de casa porque eu só saía para ir para a escola e pronto, mais nada. Ficava em casa. Sim, porque eu não falava, só ficava em casa, não gostava de sair. Ela começou-me a obrigar no início, não queria vir, não queria... era muito tímido, só vinha, ficava no meu canto, não falava com ninguém, também com a pandemia depois agravou um pouco.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

O entendimento de que os projetos Escolhas poderiam ser úteis na reversão dos trajetos de insucesso escolar e no ensino de competências básicas são também fatores que espoletaram a participação nos projetos do programa. A aprendizagem da língua portuguesa por parte de crianças e jovens imigrantes é um dos motivos invocados pelos entrevistados para a sua entrada nas atividades de um projeto Escolhas implantado numa área com uma elevada densidade de população imigrante.

Eu aprendi a língua. Primeiro, foi muito isso... Então, eu costumava ir de manhã. Tinha aulas de manhã, em dias alternados. Então, eu fui para as aulas em português.

(Amélia, 29 anos, F, ex-participante)

O primeiro motivo que quando alguém dizia que vai aprender língua, por isso que eu quando vim para Portugal sabia que a primeira coisa é que tens que aprender é a língua para falar, porque isso também faz diferença. Quando não sabe língua, a gente não consegue conversar e essas coisas, por isso que o primeiro motivo é aprender língua.

(Nicolau, 28 anos, M, ex-participante)

Atividades frequentadas e intensidade da frequência

O destaque dado pelos jovens entrevistados em relação às atividades que frequentam/frequentaram no programa Escolhas está fortemente relacionado com os objetivos e tipos de atividades promovidos pelo projeto em que participaram/participam. A maior parte sublinha a importância das atividades lúdicas e de convívio.

Era mais convívio, tipo ir ao cinema ou algum lugar que eu... sim, ir ao Funchal por exemplo.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Elas levavam-nos a sair, a conhecer, a explorar o mundo. Coisas novas, coisas que a gente nunca iríamos ter possibilidade aqui no bairro de conseguir fazer.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Era uma lógica mais de entretenimento, de ocupação, de termos livres. Nós éramos miúdos, aquele era o campo no verão, as aulas acabaram, havia a necessidade ali de ocupar aquele período do verão, então apareciam os campos de feiras e nós íamos para todo lado. Íamos fazer canoagem, surf, íamos ao oceanário, ao Norte, esse tipo de coisas.

(César, 32 anos, M, ex-participante)

Eu vinha sempre aqui porque era mesmo para passar tempo, era para jogar futebol, era para estar com os meus amigos.

(Manuel, 20 anos, M, ex-participante)

Em determinados dias da semana, que era esta segunda ou sexta-feira, não sei muito bem, no período do almoço, eles iam lá a fazer atividades como dança, muita coisa. E aquilo mesmo, eu gostava imenso. Era o meu dia preferido.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

Há um outro conjunto de entrevistados que mencionam as atividades formativas que realizaram no projeto Escolhas como sendo as mais importantes – ou, pelo menos, mencionando-as em paralelo com as atividades de lazer. Em geral, os jovens que fazem este tipo de destaque participaram/participam em projetos vocacionados para a formação e promoção da empregabilidade.

O que me destacava mais a mim eram os coffee-breaks que nós íamos fazer para fora (...) Aprendi a servir à mesa, aprendi a saber como me comportar atrás de um balcão, como me referir ao cliente, depois tinha de saber na ponta da língua quais eram os produtos que nós estávamos a servir e também os produtos para fazer um bolo, para ver se tinham alergia ou não.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

E manutenção. E manutenção e pastelaria (...) Electricidade. Electricista. É o que eu gosto mais. E mexer com madeira também gosto.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

O meu coordenador Hugo ajudava muito em informática e essas cenas. E também eu aprendi a construir muitas cenas. Tipo mesas, eu ajudava a fazer mesas. Quando eles traziam novas mesas, computadores também, eu ajudava.

(Artur, 17 anos, M, participante)

Em alguns casos este tipo de aprendizagens traduziu-se na eleição de uma área de especialização e de trabalho.

Na altura foi onde eu descobri a parte da cozinha e percorri durante esse ano o percurso da cozinha, além das outras atividades, o empreendedorismo, etc. A parte do empreendedorismo, a parte da literacia financeira, parece que não, mas isso dá-nos uma visão mais concreta do que será o futuro, dá-nos algumas ferramentas.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Noutras situações, a participação nas atividades do Escolhas refletem-se na alteração do perfil das crianças e jovens em relação a aspetos como o dinamismo e a proatividade.

Dentro do Clube de Jovens passei a ser uma jovem mais ativa. E isso é importante, um jovem tem de ser uma pessoa ativa, uma pessoa desenrascada. Tudo isso eu ganhei aqui na Casa 6, não foi na escola. E eu costumo dizer que o Escolhas foi uma escola da vida para mim, porque foi aqui que eu desenvolvi a minha pessoa.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

As atividades de apoio à realização dos trabalhos de casa são também sublinhadas por vários dos jovens entrevistado.

Desde que eu entrei na Casa 6, a partir do quinto ano, se não estou em erro, tive sempre apoios. Tive uma professora de português e, neste caso, um professor de matemática. Mas do 1º ao 4º ano, nós tínhamos sempre a ajuda dos técnicos. Chegávamos à Casa 6, antes de irmos brincar, ao ar livre, digamos assim, tínhamos que fazer os trabalhos da escola (...) quando chegávamos, tínhamos sempre de ir fazer trabalhos antes de ir brincar. Eu sempre fiz os trabalhos da escola na Casa 6 e sempre tive bons resultados e boas notas.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

Para mim era as tutorias, os Apoios e o Clube de Jovens. Nos Apoios nós trabalhávamos, fazíamos o trabalho de casa ou tirávamos as nossas dificuldades com os monitores. E melhorei muito nisso. Comecei a subir as minhas notas, como eu já tinha revelado.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

A maior parte dos jovens entrevistados refere que a sua participação nas atividades do projeto Escolhas que frequentava/frequenta é/era regular, com uma maior intensificação nos períodos de interrupção letiva.

Como se referiu, a dimensão convival, as oportunidades de experimentação de atividades de lazer, de viajar, o apoio às aprendizagens escolares e o acesso a formações específicas são fatores nevrálgicos para a participação das crianças e

jovens nos projetos Escolhas. Uma das jovens auscultadas, identifica um outro fator de aproximação ao programa – a relação com uma das técnicas. Neste caso, a jovem refere que após a saída de uma técnica, devido ao término de financiamento de uma das gerações, a sua participação nas atividades do projeto Escolhas passou a ser menor.

Relações sociais, sociabilidades e confiança

A construção de laços pessoais fortes com a equipa técnica dos projetos é uma ideia que sobressai nos discursos da generalidade dos jovens entrevistados. Estes laços de confiança pessoal entre as crianças e jovens e a equipa técnica contribuem para a atratividade dos projetos e para a construção de uma forte pertença grupal. Esta confiança constrói-se, por um lado, a partir de diferentes meios, mas um dos fatores que parece ter relevância prende-se com a horizontalidade das relações entre técnicos, monitores e participantes. Por outro, devido a uma abordagem focada na resposta aos problemas, desafios, características de cada criança e jovem – seja de ordem emocional, seja ao nível de lacunas de competências, seja num outro plano.

Foi fácil, porque as técnicas estavam aqui sempre para ajudar (...) Basicamente, este projeto era quase o mesmo que estar em casa, mas ainda melhor, porque eu em casa nunca tive aquele ambiente de família e quando vim para aqui senti isso (...) Porque eles quando notavam que nós estávamos em baixo, davam-nos apoio, às vezes tirávamos cinco minutos, os técnicos iam fora da sala conversar connosco, dar conselhos e assim.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

No início, eu sentia como, por exemplo, um professor e um aluno. Mas depois, senti como se fôssemos colegas. Apesar de estarem a trabalhar aqui, eles tratam-me super bem, temos uma boa amizade e eu gosto de todos que estão aqui. (...) A diferença é que antes eu tinha medo de falar com eles, agora se eu preciso de alguma coisa, eu posso pedir ajuda ou também se eles precisarem, eu posso ajudar.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Os técnicos foram os pilares aqui, digamos, de todo o meu processo da Casa 6 (...) A Casa 6 veio dar um suporte àquilo que era a necessidade dos pais, neste caso, de enquadrar os jovens, as crianças na escola, dar aquele suporte a nível escolar, a nível emocional. E os técnicos tiveram esse papel importante. De certa forma, a Casa 6 foi sempre uma segunda casa, não é? Não só pelo apoio emocional, mas também por serem ali orientadores ou mentores naquilo que era o sucesso escolar, o enquadramento na sociedade, o criar bases, o criar alguns requisitos a nível profissionais. E estes técnicos foram sempre acompanhando várias fases e foram dando suporte nessas várias fases que nós fomos passando. Eu acho que os técnicos aqui desempenharam um papel fundamental porque assumiram de certa forma, essa responsabilidade. Tinham só que, digamos, orientar as atividades. Mas eu sinto que foram sempre mais além daquilo que era pedido enquanto técnicos. O dar aquele apoio, ou porque sabia de um problema e já levava mais para o lado emocional e conseguiu dar esse suporte. E os técnicos, pelo menos na primeira pessoa,

acompanharam diversas fases da minha infância e juventude, e inicialmente a fase adulta também, e que fui sempre orientada e acompanhada também por eles. Foi aquele suporte que, apesar de ter uma mãe em casa que me conseguiu dar algum acompanhamento, a Casa 6 conseguiu dar um complemento àquilo que foi uma boa orientação a nível pessoal.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Além das boas relações com as equipas técnicas, os jovens entrevistados revelam também o bom ambiente e a existência de relações de amizade entre os próprios participantes. Se é verdade que as relações de amizade são em alguns casos anteriores à participação no Escolhas, noutras as relações sociais e as sociabilidades são construídas e fomentadas no âmbito dos projetos – desconstruindo em alguns casos preconceitos e barreiras simbólicas.

Nós damo-nos todos bem, apesar de existir já na altura uma grande diversidade de portugueses, caboverdianos, angolanos, ciganos, havia uma grande diversidade. Eu acho que também pelo apoio que os técnicos davam e a mediação que os técnicos faziam, sempre houve um bom ambiente, uma boa integração e crescemos todos juntos. Hoje já estão trintas e muitos, continuamos a dar a todos muito bem e acho que é do trabalho também que foi feito aqui na Casa 6.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Era um contexto complicado e eu tinha medo. Tinha medo de ir à escola, tinha medo de... Tinha medo de tudo, mas entrei aqui na Casa 6, comecei a conviver com os ciganos, comecei a conviver com todos. Depois comecei a conviver com eles e a Casa 6 fazia-nos tentar perceber que não é preciso ter medo de conviver com o outro, com o próximo. Tanto eles como nós não gostávamos de nos relacionar. E aqui na Casa 6 não havia isso.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Eles (os técnicos) eram bastante nossos amigos e quando viam que estávamos a discutir faziam com que a nossa amizade voltasse, ajudavam a resolver as coisas.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Noutras situações, atribui-se às equipas técnicas um papel fundamental no que diz respeito ao percurso pessoal e profissional trilhado pelos participantes nos projetos Escolhas.

O Jonathan desde que entrou sempre foi uma mais-valia. Se eu estou no sítio em que estou, no lugar onde estou, ou seja, a nível musical, a nível profissional e ao nível pessoal foi graças ao Jonathan. Ele ajudou-me muito. Ele é como um primo ou como um irmão (...) Quando sabes que tens pessoas que sabem o teu valor e não duvidam das tuas capacidades, acho que isso é uma mais-valia.

(Manuel, 20 anos, M, ex-participante)

A centralidade que as equipas técnicas assumem na atratividade dos projetos e no desenvolvimento de boas relações sociais entre os participantes, implica que aquando da sua saída existam períodos de transição necessários à construção de novos laços. Pode também significar o abandono do projeto por parte dos participantes.

Com o Hugo e o António e também havia a Joana. Esses três. E o Nitinho também estava lá. Esses quatro coordenadores, tipo, era o início que eu conhecia logo que eu entrei lá. Eles estavam todos ali. E... eles eram muito simpáticos comigo e eu sabia falar português e eu também gozava com eles, então a nossa relação era boa. E agora quando foram entrando os novos eu achei estranho porque mudaram, depois eu fiquei um pouquinho estranho. É tipo uma mudança de pessoas de repente e depois não conseguia muito interpretar aquilo. Mas eu fui dando bem com eles também.

(Artur, 17 anos, M, participante)

Se alguma delas (as técnicas do projeto) sáísse eu acho que não vinha mais. Ia perder aqui a magia do lugar. É o que segura um pedacinho as pontas deste projeto.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Autopercepções da utilidade das atividades

Os jovens entrevistados reconhecem as atividades dos projetos do PE como fator determinante no desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e profissionais, encontrando utilidade nas aprendizagens adquiridas na sua trajetória biográfica e considerando-as relevantes para lidarem com as dificuldades da vida de todos os dias.

No âmbito das aprendizagens pessoais e sociais, salientam o desenvolvimento de competências transversais, nomeadamente comunicativas, com efeitos que ultrapassam o espaço do projeto. Estes traduzem-se no aumento da autonomia, da capacidade de decisão e de gestão emocional e financeira. Referem, em particular, a superação da timidez, o desenvolvimento da autoconfiança e o reforço da capacidade de desembaraço, bem como o fortalecimento da empatia, do respeito pelo outro e da capacidade de cooperação em trabalho de equipa.

Eu cresci mesmo tanto pessoal, quanto profissionalmente.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Sim, ajudaram-me em muitas coisas, agora não lembro, por exemplo, antes eu vivia com muitas pessoas, depois eu pedi para ajudar, se você consegue procurar alguma casa para mim, eles ajudaram, arranjou-me um quarto, um apartamento pequeno para ir viver lá.

(Nicolau, 28 anos, M, participante)

Sim, eles dão ajuda. E não só, também a nível de alimentação, porque nós temos aí uma pequena dificuldade e eles também ajudam nisso.

(Filipe, 19 anos, M, participante)

Por exemplo, aqui eu aprendi a trabalhar em equipa, porque antes de começar a trabalhar não tinha essa noção que o trabalho de equipa era tão importante.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Eu era uma pessoa bastante tímida, eu não conseguia falar com ninguém... Ajudou a perder mais a vergonha, estar à vontade a falar.

(Emília, 18 anos, F, participante)

Era a forma como os técnicos trabalhavam connosco... quando temos problemas tens de os resolver, mas com calma... sinto-me uma pessoa capaz.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Aprendi a respeitar outros, conversar com outros, ajudar os outros.

(Eduardo, 17 anos, M, participante)

Mudou, mudou. Agora já posso fazer coisas sozinho que antes não podia.

(Gaspar, 17 anos, M, participante)

No que concerne as competências escolares e profissionais, os jovens enfatizam o apoio ao estudo e o acompanhamento individualizado, através dos quais desenvolvem hábitos de estudo e de trabalho, competências de resolução de problemas e consolidam conhecimentos. Este conjunto contribui para uma maior responsabilização relativamente ao percurso escolar e para a melhoria do desempenho académico.

Dava-nos ali as bases para nós, futuramente, conseguirmos... ter um método de estudo... estar mais preparados nesse sentido.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

O apoio ao estudo era muito eficaz, porque além de estarmos a fazer o trabalho de casa, se tivéssemos dúvidas conseguíamos esclarecer e ajudava a perceber melhor a matéria.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

A participação em atividades coletivas, como dinâmicas de grupo, projetos comunitários ou experiências artísticas, promove igualmente competências de organização, responsabilidade e disciplina, com reflexos na orientação dos percursos escolares e nas escolhas profissionais. Em vários casos, estas experiências contribuíram para a definição de trajetórias académicas e profissionais, associando-se a oportunidades de progressão dentro dos próprios projetos do PE ou de inserção no mercado de trabalho.

Um aspeto destacado é a aprendizagem da língua portuguesa, que permite ultrapassar o isolamento e facilitar a comunicação em contextos formais e informais. Este contributo é particularmente evidente em percursos marcados pela migração, nos quais o contacto com outros jovens e com técnicos, aliado ao apoio linguístico, favorece o sentimento de pertença e a superação de barreiras culturais.

Deu-nos alguma possibilidade de saída, eu até essa data não sabia o que é que eu haveria de seguir e isto acabou por nos dar aqui algum seguimento dali para a frente.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Se eu não trabalhava no projeto, eu acho que ia trabalhar nas estufas.

(Nicolau, 28 anos, M, participante)

O projeto é mesmo ele que nos direciona para as coisas, que nos faz pensarmos em quem somos, o que gostamos.

Rosa, 21 anos, F, participante

No início era muito fechado porque não falava português. A minha sorte foi que no início havia pessoas que falavam francês e que comunicavam comigo. E foi assim. Não foi assim tão complicado.

(Filipe, 19 anos, M, participante)

No que se refere às mudanças percebidas, os jovens identificam processos de amadurecimento, aumento do sentido de responsabilidade e maior consciência das exigências da vida adulta. Estas alterações traduzem-se numa maior capacidade de enfrentar dificuldades concretas, tais como problemas escolares, situações de isolamento social, constrangimentos familiares ou condicionamentos económicos.

Acho que mudou várias coisas, mas acho que o que mudou dentro de mim é que eu fiquei mais calmo, mais paciente...Fiquei mais sincero. Sim, porque antes eu ia para brincar ou fazia qualquer coisa. Depois eles me disseram que não podia fazer isso, que tinha que ficar um pouco mais sério por causa da sua vida.

(Nicolau, 28 anos, M, ex-participante)

Eu acho que está a me dar um choque de realidade.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

Apoios e oportunidades recebidas/em falta

A participação nas atividades dos projetos do PE torna-se, em muitos casos, um fator estruturante das trajetórias biográficas, ultrapassando o domínio das aprendizagens e contribuindo para a resolução de dificuldades concretas em áreas fundamentais como a habitação, a alimentação ou a regularização documental. Os participantes referem uma maior capacidade de resolução de diversas situações, desde a gestão de situações burocráticas familiares até à participação em atividades fora do seu contexto habitual, incluindo deslocações autónomas ou experiências internacionais, contribuindo igualmente para a negociação de maior liberdade no contexto familiar. Neste sentido, os projetos são caracterizados pelo participantes e ex-participantes

como uma estrutura de suporte integrado, comportando mínimos existenciais e estabilidade social para os jovens.

Nos apoios nós trabalhávamos, fazíamos o trabalho de casa ou tirávamos as nossas dificuldades com os monitores. E melhorei muito nisso. Comecei a subir as minhas notas.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Consegui ajudar a minha mãe em coisas burocráticas, tudo. Coisas que se calhar para o Escolhas eles não têm noção disso. Mas é isso, nós conseguimos fazer muita coisa. Muita coisa boa para nós e para a nossa família. E depois, quando eu ganhei estas competências, também o levei para a escola e conseguia, por exemplo, fazer uma apresentação, que é uma coisa, para muitos não é nada, mas eu era uma pessoa tão fechada que eu não conseguia estar socialmente com ninguém... E depois, aqui... desenharam ter esse passo-a-passo dentro de uma apresentação oral. Cheguei na escola, conseguia fazer isso tudo. Então, eu ganhei muita coisa com o Escolhas. E eu sinto que hoje, com 34 anos, eu sinto uma mulher capaz, uma mulher determinada, uma mulher que não tem medo de fazer as coisas, não tem medo dos desafios. Ao longo destas escolhas, todos sempre nos desafiaram. Aqui na Casa 6, sempre nos desafiaram para qualquer desafio na vida.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

No domínio das oportunidades recebidas, destaca-se a valorização de experiências que extravasam o contexto habitual dos jovens. A participação em atividades fora da comunidade, como visitas, viagens, eventos culturais ou desportivos, surge como elemento central no alargamento das sociabilidades, na ampliação de horizontes pessoais e na construção de memórias.

Trouxe esperança e novas oportunidades, porque muitas das vezes só pensamos que acontecem aos outros, mas não. Muitas das vezes o projeto consegue proporcionar pequenas atividades que fazem a diferença no dia a dia, mas também há estas pequenas grandes oportunidades que abrem portas lá para fora e dão um conhecimento diferente. E que é bagagem, tudo o que é conhecimento e aprendizagem vai para a bagagem. Depois depende também de como se vai utilizar esta informação que é dada. Mas o facto do programa conseguir proporcionar, não digo que é recorrente, mas ter periodicamente essas atividades e dar-lhes esta oportunidade dos jovens de ver o mundo lá fora, de perceber como é que funciona lá fora, que existem outros projetos, que existem outros miúdos nas mesmas situações, mas também tem um sucesso ou um percurso feliz, acho que abre ali sempre portas para querer sempre mais e ir mais além.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Foi com... que eu fui pela primeira vez à praia... a ver um jogo num estádio... também viajei... fomos para Castelo Branco.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

Sim, por exemplo, o Estádio do Dragão não conhecia. Não, eu conhecia, mas nunca entrei lá. E fomos ver. Foi incrível.

(Gaspar, 17 anos, M, participante)

Quando nós íamos havia passeios de verão, que os meus pais não tinham tempo aí comigo, eu fui com a Casa Seis. O teatro também, eu participei em alguns teatros. E foi uma experiência única, também gostei imenso. levou-me a conhecer outras pessoas... Já tivemos passeios que dormimos fora de casa. Também foi uma experiência muito boa e única que fiz com participantes de lá também.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

As competências adquiridas são, por vezes, apontadas como decisivas para evitar trajetórias profissionais mais precárias. Em alguns percursos, as oportunidades que surgem nos projetos traduzem-se em situações valorizadas positivamente pelos jovens, como o acesso a experiências de voluntariado, estágios ou integração profissional nos próprios projetos. Noutros casos, surgem oportunidades de formação e emprego mais qualificadas e alinhadas com as aspirações pessoais, que redundam em realizações pessoais e em mobilidade social ascendente. Estas oportunidades assentam, por vezes, na descoberta de interesses e talentos promovida pelos projetos, designadamente nas áreas do desporto ou das artes.

Não obstante a avaliação globalmente positiva e uma parte significativa dos jovens não mencionar apoios insuficientes ou inexistentes, identificam algumas lacunas e possibilidades de melhoria. Destaca-se a necessidade de maior diversificação de atividades, assim como o reforço de maior articulação entre formação teórica e prática e de respostas em áreas como a orientação vocacional e o acesso ao ensino superior. São referidas insuficiências em termos de prevenção de comportamentos de risco e de comportamentos discriminatórios, sendo apontada a necessidade de uma intervenção mais preventiva, com reforço de atividades em áreas como a prevenção de comportamentos de risco (nomeadamente consumos), a promoção da igualdade de género e o combate à discriminação.

Acho que falta uma maior diversificação em termos de atividades. Até porque... Às vezes nós temos atividades, mas às vezes não pensamos nas atividades em si. E acho que falta diversificar um bocado mais.

(Fernando, 20 anos, M, ex-participante)

Eu estou aqui há 3 anos e sinto que os jovens estão fartos de ter as mesmas atividades, de não conhecer algo novo.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Isso não depende da equipa porque depende de financiamento e isso está a falhar muito.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Se tivesse mais atividades, tipo dança ou mesmo de beleza, acho que isso motivava mais, principalmente as mulheres.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

É assim, eu, ora, falo para mim, na minha idade, eu ando muito confusa com as coisas da faculdade, de como é que se entra, de que provas é que preciso, de que documentos é que preciso para entrar. Eu acho que seria importante ter uma pessoa não só para as faculdades, mas também alguém que ajude.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

Eu acho que, eventualmente, a questão dos consumos (...). E eu acho que não se faz muito a nível de prevenção, porque eu acho que poderia haver mais iniciativa nesse sentido.

(Eva, 23 anos, F, participante)

Acho muito importante. Ainda mais agora que tudo está na internet e as crianças a partir de 9, 10 anos já têm o telemóvel e os pais quase nem conseguem ter controle.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

Mas há pessoas que precisam mais de aulas práticas, as teóricas também são boas, mas talvez metê-las menos um bocado nas aulas teóricas e mais nas práticas, eu acho que isso ia resultar melhor e talvez viesse mais pessoas.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

É assim, eu, ora, falo por mim, na minha idade, eu ando muito confusa com as coisas da faculdade, de como é que se entra, de que provas é que preciso, de que documentos é que preciso para entrar. Eu acho que seria importante ter uma pessoa não só para as faculdades, mas também alguém que ajude... Não explica assim o que devia explicar. Eu acho que havia de haver uma pessoa que explicasse bem o que é que era cada curso, como é que nós poderíamos entrar, o que é que nós poderíamos fazer, que documentos é que a gente precisava.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

Estou a falar não de saúde em geral, mas nesta questão das DSTs... Eu acho que, eventualmente, a questão dos consumos. Eu acho que há um pouco... Como é que eu vou dizer? Honestamente, eu acho que há pouca resposta. Para jovens que estejam com consumos, já houve ou se já não há, questões relacionadas às vezes até com jovens que vêm cá para, tipo, ser abrigo, não são um número tão significativo. E aí eu acho que falta alguma... Pois. Eu acho que, muito honestamente... eu acho que não é um tema que se trabalhe muito na prevenção e acho que é um tema que quando aparece é já para trabalhar consequências. E eu acho que não se faz muito a nível de prevenção, porque eu acho que poderia haver mais iniciativa nesse sentido.

(Maria, 40 anos, F, ex-participante)

Emergem ainda limitações associadas a constrangimentos de recursos e financiamento, as quais condicionam a diversidade de oportunidades e a continuidade de algumas atividades. Ao nível das condições materiais e infraestruturais são apontadas oportunidades de melhoria, nomeadamente através da criação ou adaptação de espaços que permitam a realização de atividades em diferentes contextos, incluindo em situações de condições climatéricas adversas. Estas melhorias contribuiriam para uma maior diversidade e qualidade das experiências proporcionadas. Destacam-se também desigualdades territoriais no acesso a oportunidades, particularmente em territórios periféricos ou insulares, onde as

limitações de mobilidade constituem um obstáculo relevante. É referida a relevância da criação de apoios financeiros diretos, como bolsas ou incentivos, que possam facilitar a continuidade dos percursos formativos.

Acho que a gente devia fazer um pavilhão, acho que podiam fazer mais um espaço... para a gente poder ter mais atividades quando está a chover do que ficarmos todos aqui dentro.

(Luísa, 18 anos, F, participante)

Nós como vivemos numa ilha, acabamos por ser postos de lado, por causa das viagens, das deslocações". "Era mesmo a falta de oportunidades e era porque nós tínhamos falta de recursos, de apoio.

(Rosa, 21 anos, F, ex-participante)

3. Efeitos e impactos percecionados

Efeitos na vida pessoal, social e familiar

Os jovens descrevem, de modo transversal, percursos que passam de sentimentos de insegurança, baixa autoestima ou ausência de objetivos para uma autoimagem mais positiva, marcada pela valorização das suas capacidades, por um sentido de competência e por amor-próprio.

Sinto que a minha vida mudou para melhor revelando que sou capaz devido às ferramentas que Escolhas também ajudou-me adquirir.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Eu não gostava de quem eu era e hoje gosto de mim, eu acima de tudo.

(Isabel, 18 anos, F, ex-participante)

Aprendi a confiar mais em mim, ver o que está certo é certo e o errado é errado, e hoje em dia consigo fazer quase tudo um pouco, basta eu querer e confiar em mim.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

Reconhecem que o envolvimento nas atividades, com o apoio da equipa técnica e no ambiente dos projetos, entendido como espaço seguro de reconhecimento e validação, contribuiu para um processo de orientação pessoal, facilitando a construção de ferramentas essenciais para a vida adulta, nomeadamente ao nível da autorregulação, da tomada de decisão e do planeamento. A participação em atividades coletivas, eventos e dinâmicas de grupo promove o desenvolvimento do trabalho em equipa, da empatia e da aceitação da diferença, com efeitos que se estendem à escola, à família e à comunidade, contribuindo para maior integração social e alargamento das redes de apoio.

Sim, porque parte mesmo das pessoas que eu conheço cá na cidade, que são mesmo amigas, conheci cá no projeto. Que nos ajudaram, conseguimos partilhar coisas, foi

mesmo é cá no projeto. Eu acho que o projeto... ajudou-me mesmo, deu-me mesmo um empurrão para nos podermos adaptar à sociedade de cá, porque senão seria muito difícil.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

Fazia grandes amizades no projeto e isso foi o mais importante.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Acho que fez-me muitas vezes sentir-me acarinhado, talvez nessa altura me sentia mais acarinhado, e é algo que ficou na vida e vai continuar sempre aqui dentro.

(Valter, 20 anos, M, ex-participante)

Se eu assim de alguma forma me desorientasse, eu sei que se eu viesse aqui... acho que aqui encontro muita orientação.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

No domínio das competências relacionais e sociais, os jovens descrevem uma melhoria significativa na capacidade de interação. Quanto aos estilos de vida, consideram que o PE incentiva comportamentos orientados para objetivos, promovendo valores como persistência, curiosidade e compromisso, evidenciando-se mudanças na forma de pensar, com maior capacidade de planeamento e definição de metas a médio e longo prazo.

Porque eu comecei a perder um pouco a timidez aqui... Porque tínhamos que fazer... Por exemplo, tínhamos que estar em contato com outras pessoas e... Durante os eventos tínhamos postos. Por exemplo, agora vamos fazer um... Como é que se diz? Nos festivais também, mas... tinha matiné... Basicamente era convencer as pessoas a participarem, a dar a conhecer a iniciativa jovem. E também durante os festivais, tinha que falar com as pessoas, porque fazia parte da staff, não convém ficar quieto, então aos poucos comecei a falar mais e hoje em dia não tenho tanto esse problema de falar com as pessoas.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Tornar-me mais sociável, principalmente, porque eu antes era muito tímido e a partir de um certo momento eu comecei a ser mais sociável, até porque comecei a falar mais com as pessoas cá. Isso influenciou a maneira em casa, na escola, até fora daqui. Tornou-me mais sociável, e isso fez-me bem, ajudou-me a me desenvolver.

(Fernando, 20 anos, M, ex-participante)

Incentivou-me a experimentar coisas diferentes... se eu não me identificar com algo, pelo menos tentar. Influenciou no sentido de eu ter curiosidade pelas coisas.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

Até à data eu não me via, vivia o dia a dia, não me via... daqui a um ano... daqui a 10 anos. E o projeto fez com que eu comesse a pensar a médio e a longo prazo, o que é que eu queria para mim, o que é que eu queria traçar.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

No que toca as relações familiares, os jovens destacam melhorias nos processos comunicativos, reforço da confiança por parte dos familiares e a aquisição de maior

grua de autonomia no seio da família, com alterações nas dinâmicas relacionais e maior capacidade de expressão emocional.

Tive mais liberdade. Antes eu não conseguia sair muito para fora. Os meus pais não me deixavam. Eles tinham medo de que eu saísse para fora assim. Agora já estão mais livres... Eles começaram a falar com os meus pais e eu comecei a sair mais para fora... Eu falava com o meu pai muitas vezes quando também havia atividades para sair fora daqui, de São Teotónio, ir para Beja, algumas por aí. Ele convenceu o meu pai para deixar-me ir.

(Artur, 17 anos, M, participante)

Apesar dos efeitos positivos, fatores estruturais como o contexto comunitário ou a ausência de referências podem continuar a influenciar as trajetórias, limitando, em alguns casos, a consolidação de mudanças mais profundas.

Eu poderia ser uma rapariga que poderia ter ido por outros caminhos, também pelo meio onde eu vivo, o bairro, e acabei por não ir devido ao projeto.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

O acompanhamento escolar e formativo dos jovens através de apoio ao estudo e tutorias contribuiu para a aquisição de métodos de estudo, para a organização do trabalho e a superação de dificuldades, com impacto na melhoria das notas e na continuidade escolar. Em vários casos, os jovens caracterizam esse acompanhamento como determinante na reorientação de situações de insucesso escolar, na conclusão de ciclos de estudo e mesmo no acesso ao ensino superior.

Estar na faculdade... o projeto incentivou-me muito a ir para a faculdade, que era uma coisa que eu não tinha muito em mente quando era mais nova. Dizia assim, vou acabar o 12º ano, não vou estudar mais. Só que... ajudou-me a ver quem... Podemos ser o que nós quisermos e podemos ir sempre além e desafiarmos-nos a nós próprios. Então... ajudou-me bastante nesse aspeto de eu ir para a faculdade e ir para outra cidade, até. Superar os meus medos. Pronto. Estou no terceiro ano da licenciatura.

(Bruna, 20 anos, F, participante)

Acho que foi mesmo mais (...) querer ir para fora e querer seguir esse curso, porque talvez há uns anos eu pensava que o curso secundário ou o 12.º era o suficiente. Agora tenho mais vontade de ir mais longe e ter mais competências.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Os jovens destacam a importância de modelos pedagógicos orientados para a prática, contribuindo para a sua motivação e para a transição para o mercado de trabalho. Simultaneamente, dão conta de que os projetos promovem a continuidade formativa. O estímulo de técnicos e figuras de referência dos projetos contribui para a definição de objetivos mais ambiciosos e para a construção de percursos alternativos em situações de insucesso, assegurando a permanência em trajetórias

educativas e incentivando o prosseguimento de estudos para lá das expectativas iniciais.

Contribuiu muito, porque é um curso que eu adoro e aqui misturam um bocado as teóricas com as práticas, temos duas horas teóricas e depois duas práticas, e isso ajuda muito os jovens. No meu caso eu na altura tinha hiperatividade, sentado numa sala de aula o dia todo não dava, mas desde que vim para aqui deixei de fazer isso, porque sabia que depois ia mexer e fazer coisas. Estive a estagiar em Marco de Canaveses, fui para um restaurante e depois fui para pastelaria e adorei, porque sinto-me mais à vontade a fazer doces.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

Os projetos desempenham um papel fundamental na descoberta e consolidação de interesses, através do contacto com diferentes áreas e da participação em contextos práticos, possibilitando decisões informadas quanto ao futuro e a construção da identidade pessoal e profissional dos jovens. No acesso a oportunidades profissionais, os projetos proporcionam experiências de formação, voluntariado e estágio que permitem a aquisição de competências transversais e específicas, facilitando a inserção no mercado de trabalho e, em alguns casos, a progressão profissional.

No último ano eu fiz um estágio na Câmara Municipal.

(Eduardo, 17 anos, M, participante)

Já arranjei o estágio... vou desmontar e montar ar-condicionados e caldeiras.

Norberto, 16 anos, M, participante

A cozinha deu-me saída profissional, é uma área de que eu gosto. Eu estive durante 5 anos a trabalhar na cozinha, comecei como churrasqueiro, estive 2 anos a churrasqueiro, tive um ano a ajudante de cozinha e tive um ano cozinheiro e um ano chefe de cozinha.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Graças a isso consegui ver também que o design é o que eu quero seguir. É o que eu quero fazer. Provavelmente se não estivesse aqui, ia demorar mais tempo para descobrir ou talvez não. Também tive a influência de ir para a escola e universidade, eu acho que ajudou bastante. E é isso. Eu acho que no geral eu demoraria mais tempo para fazer as coisas que eu estou a fazer hoje ou talvez nem fazer.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Eu comecei a ver que realmente a área que eu sempre gostei era a área da intervenção social. Se não fosse o projeto... demoraria a chegar à conclusão que realmente o que eu gosto é a intervenção social.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Não ia para artes, não ia para artes, porque foi aqui que eu comecei a desenhar, foi aqui que eu imprimi aos desenhos, eu copiava-os, eu pintava-os e eu entendi essa parte das cores, do desenho, então não, não escolhia artes se não estivesse aqui.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

Já era um interesse que tinha... nós trabalhávamos em parcerias em algumas atividades com a esquadra daqui da área... Fazíamos torneios de futebol, tínhamos ações de sensibilização, então era uma área que também já me tinha ali desde nova, gostava do que via nesse sentido. E sim, para alguns objetivos pessoais, decidi arriscar a oportunidade... Arrisquei a oportunidade de concorrer à polícia.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

trabalhava no Continente. Na caixa. ...Aprendi que é possível estar num... Não é que seja um emprego, porque a mediação não é um emprego, mas aprendi que há coisas melhores na vida do que, por exemplo, trabalhar no Continente. Não gostei muito. Deu para ver que pode haver novas oportunidades. Mesmo que não haja, nós já ficamos a pensar que a nossa vida daí pode melhorar ou fazer algo que eu goste, coisas assim do género.

(Sofia, 28 anos, F, ex-participante)

Efeitos no percurso escolar, formativo ou profissional

O acompanhamento escolar e formativo dos jovens através de apoio ao estudo e tutorias contribuiu para a aquisição de métodos de estudo, para a organização do trabalho e a superação de dificuldades, com impacto na melhoria das notas e na continuidade escolar. Em vários casos, os jovens caracterizam esse acompanhamento como determinante na reorientação de situações de insucesso escolar, na conclusão de ciclos de estudo e mesmo no acesso ao ensino superior.

Apesar de o impacto da participação nos projetos ser, por vezes, considerado mais limitado ao nível do bairro ou das famílias, os jovens entrevistados reconhecem, pelo menos, efeitos indiretos decorrentes das mudanças individuais.

Estar na faculdade... o projeto incentivou-me muito a ir para a faculdade, que era uma coisa que eu não tinha muito em mente quando era mais nova. Dizia assim, vou acabar o 12º ano, não vou estudar mais. Só que... ajudou-me a ver quem... Podemos ser o que nós quisermos e podemos ir sempre além e desafiarmo-nos a nós próprios. Então... ajudou-me bastante nesse aspeto de eu ir para a faculdade e ir para outra cidade, até. Superar os meus medos. Pronto. Estou no terceiro ano da licenciatura.

(Bruna, 20 anos, F, participante)

Os jovens destacam a importância de modelos pedagógicos orientados para a prática, contribuindo para a sua motivação e para a transição para o mercado de trabalho. Simultaneamente, dão conta de que os projetos promovem a continuidade formativa. O estímulo de técnicos e figuras de referência dos projetos contribui para a definição de objetivos mais ambiciosos e para a construção de percursos alternativos em situações de insucesso, assegurando a permanência em trajetórias educativas e incentivando o prosseguimento de estudos para lá das expectativas iniciais.

Contribuiu muito, porque é um curso que eu adoro e aqui misturam um bocado as teóricas com as práticas, temos duas horas teóricas e depois duas práticas, e isso ajuda muito os jovens. No meu caso eu na altura tinha hiperatividade, sentado numa sala de aula o dia todo não dava, mas desde que vim para aqui deixei de fazer isso, porque sabia que depois ia mexer e fazer coisas. Estive a estagiar em Marco de Canaveses, fui para um restaurante e depois fui para pastelaria e adorei, porque sinto-me mais à vontade a fazer doces.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

Acho que foi mesmo mais (...) querer ir para fora e querer seguir esse curso, porque talvez há uns anos eu pensava que o curso secundário ou o 12.º era o suficiente. Agora tenho mais vontade de ir mais longe e ter mais competências.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Os projetos desempenham um papel fundamental na descoberta e consolidação de interesses, através do contacto com diferentes áreas e da participação em contextos práticos, possibilitando decisões informadas quanto ao futuro e a construção da identidade pessoal e profissional dos jovens. No acesso a oportunidades profissionais, os projetos proporcionam experiências de formação, voluntariado e estágio que permitem a aquisição de competências transversais e específicas, facilitando a inserção no mercado de trabalho e, em alguns casos, a progressão profissional.

Graças a isso consegui ver também que o design é o que eu quero seguir. É o que eu quero fazer. Provavelmente se não estivesse aqui, ia demorar mais tempo para descobrir ou talvez não. Também tive a influência de ir para a escola e universidade, eu acho que ajudou bastante. E é isso. Eu acho que no geral eu demoraria mais tempo para fazer as coisas que eu estou a fazer hoje ou talvez nem fazer.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Eu comecei a ver que realmente a área que eu sempre gostei era a área da intervenção social. Se não fosse o projeto... demoraria a chegar à conclusão que realmente o que eu gosto é a intervenção social.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Não ia para artes, não ia para artes, porque foi aqui que eu comecei a desenhar, foi aqui que eu imprimi aos desenhos, eu copiava-os, eu pintava-os e eu entendi essa parte das cores, do desenho, então não, não escolhia artes se não estivesse aqui.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

No último ano eu fiz um estágio na Câmara Municipal.

(Eduardo, 17 anos, M, participante)

Já arranjei o estágio... vou desmontar e montar ar-condicionados e caldeiras.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

A cozinha deu-me saída profissional, é uma área de que eu gosto. Eu estive durante 5 anos a trabalhar na cozinha, comecei como churrasqueiro, estive 2 anos a churrasqueiro, tive um ano a ajudante de cozinha e tive um ano cozinheiro e um ano chefe de cozinha.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Já era um interesse que tinha... nós trabalhámos em parcerias em algumas atividades com a esquadra daqui da área... Fazíamos torneios de futebol, tínhamos ações de sensibilização, então era uma área que também já me tinha ali desde nova, gostava do que via nesse sentido. E sim, para alguns objetivos pessoais, decidi arriscar a oportunidade... Arrisquei a oportunidade de concorrer à polícia.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

(...) trabalhava no Continente. Na caixa. ...Aprendi que é possível estar num... Não é que seja um emprego, porque a mediação não é um emprego, mas aprendi que há coisas melhores na vida do que, por exemplo, trabalhar no Continente. Não gostei muito. Deu para ver que pode haver novas oportunidades. Mesmo que não haja, nós já ficamos a pensar que a nossa vida daí pode melhorar ou fazer algo que eu goste, coisas assim do género.

(Sofia, 28 anos, F, ex-participante)

Efeitos na participação cívica, comunitária e associativa

Apesar de o impacto da participação nos projetos ser, por vezes, considerado mais limitado ao nível do bairro ou das famílias, os jovens entrevistados reconhecem, pelo menos, efeitos indiretos decorrentes das mudanças individuais.

Sim, isto é toda uma bola de neve, acaba sempre por impactar, às vezes de forma menor, às vezes de forma maior, mas é inevitável de impactar.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Nos casos em que são ponderados efeitos diretos, o discurso dos jovens denota que a participação nos projetos do PE permite uma transição de uma posição cívica relativamente passiva para um papel ativo, com a assunção de responsabilidades na dinamização de atividades, na organização de eventos e na mediação de relações interpessoais e institucionais.

Posso falar do momento em que estive como dinamizadora comunitária. Eu tive o sentimento de que até fortaleceu a relação que eu tenho aqui com os vizinhos e muitos deles até são familiares. Porque uma coisa é só ver como vizinha, não é? Outra coisa depois é ver que faço parte da instituição que eles acreditam nos objetivos e confiam naquilo que é o trabalho [do projeto] e criar essa relação já profissional.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Hoje sou a Presidente da Direção...[do projeto].

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Particpei nos debates, nós tínhamos que defender ali na hora se éramos a favor ou não, era parecido a um parlamento.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

O envolvimento em atividades locais, como o desporto, a música, o voluntariado, a organização de eventos ou episódios de convívio intergeracional, constitui um motor para a atividade cívica dos participantes nos projetos.

(...) saber como é que funcionam programas solidários e também a experiência de fazer voluntariados... Banco alimentar, coletar lixos na praia, entregar comidas. Acho que é tudo... não fazia noção que tinha tantas famílias, na época, tinha tantas famílias que precisavam de apoios, de comida, essas coisas.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Aprendi um bocado como ser como pessoa, porque nós íamos ao centro de dia ler o jornal com os idosos e sabíamos como havíamos de agir com as outras pessoas, aprendíamos isso.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

Além da festa de Natal, durante o ano há vários passeios com os pais. Tem a festa da cachupa, tem o passeio que fazem com os pais.... não estou lembrando o dia, mas eu lembro que minha mãe foi. Eu não fui por acaso porque eu estava a trabalhar. Além de focarem nas crianças, também tentam trazer o máximo os pais, para dar a conhecer como é que é aqui.

(Urbano, 22 anos, M, ex-participante)

Os impactos, neste caso, poderão variar conforme as especificidades dos territórios. Em alguns casos, os projetos são reconhecidos como agentes de coesão social ou mesmo enquanto respostas sociais no apoio às famílias, na ocupação dos tempos livres, no incentivo ao sucesso escolar e na criação de alternativas em contextos de condicionamento socioeconómico. Noutros casos, destaca-se o seu papel na integração social, na promoção da interculturalidade e na desconstrução de preconceitos, através da convivência entre pessoas com diferentes origens e de diferentes faixas etárias.

O projeto cumpre bem o seu papel de inclusão social. Porque são meninos, eu também estou nessa condição, onde perante a sociedade estão num nível desfavorável. E acaba por nos ajudar em vários sentidos, acabamos por conhecer outras pessoas que estão na mesma situação, que estão da mesma cidade, até nas mesmas escolas. E isso acaba por nos interligar e é bom.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

O projeto é bom para integrar pessoas, para conhecer pessoas, porque o projeto ajuda crianças através de atividades do tipo desporto, às vezes atividades de pintar, às vezes atividades de cozinha... nem toda gente gosta da mesma coisa, por isso o projeto faz várias atividades, algumas gostam de uma, algumas gostam de outra, por isso é que quando mesmo crianças gostam da mesma atividade, eles ficam amigos.

(Nicolau, 28 anos, M, ex-participante)

Por exemplo, eu tenho um grupo de dança de 20 ou 30 miúdas, e 20 são só pequeninas, e às vezes, primeiro, elas têm que perceber que não há aqui dança cigana, dança de funaná de Cabo Verde. Não, vocês vão aprender os dois lados, e vão respeitar, porque elas não querem nem sequer, às vezes nem querem ouvir as músicas umas das outras.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Eu nasci com aquela mentalidade, as pessoas falavam mal dos ciganos e eu vinha com essa ideia. Quando vim para aqui vi um projeto totalmente diferente, comecei a dar-me com pessoas de vários países e ciganos, começámos a conhecemo-nos, a brincar e a ajudar-nos uns aos outros. Eu mudei totalmente a minha mentalidade e hoje em dia quando falam mal eu digo que estão errados. Aprendi que só porque uma pessoa faz mal não quer dizer que os outros sejam iguais e que temos de ser iguais uns para os outros.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

Em algumas situações, os impactos manifestam-se sobretudo ao nível informal, por intermédio da manutenção de redes de sociabilidade e da disponibilidade para contribuir para a comunidade. Noutros percursos, verifica-se uma transformação mais profunda no tocante à participação cívica e associativa, incluindo o envolvimento em estruturas formais e em papéis de liderança comunitária.

(...) quando nós fizemos um curso de fotografia, então nós viemos lá fora para tirar fotos e toda a gente ajudou, ajudou a nós, nós conversávamos com elas, elas também ajudaram nós para tirar as fotos dessas cenas.

(Eduardo, 17 anos, M, participante)

As crianças que moram por aqui vão quase todas ao projeto e vão lá, alguns vão lá aprender português e alguns vão lá tipo só para socializar, como eu também fiz.

(Artur, 17 anos, M, participante)

Caso [o projeto] não existisse, acho que era uma ausência muito grande... É assim, a presença por si só já é uma mais-valia, não é? Porque acho que é uma referência para os jovens quando estão, por exemplo, sei lá, sem emprego ou alguma coisa assim, sabe? Tem aquela referência de que podem lá ir, não é? Só por isso acho que já é uma mais-valia. E depois, sim, as respostas que vão sendo dadas são importantes porque, infelizmente, continuamos a ter absentismo escolar e aquelas questões todas, abandono escolar precoce e essas coisas todas.

(Maria, 40 anos, F, ex-participante)

Principais mudanças (positivas ou negativas)

De forma geral, a experiência é predominantemente valorizada de forma positiva, não sendo identificados impactos negativos significativos ou desafios inesperados. A entrada e permanência nos projetos são frequentemente descritas como pontos de viragem em trajetórias marcadas por vulnerabilidades e riscos diversos. A intervenção é percecionada pelos jovens como determinante na redução do absentismo escolar, na promoção do sucesso formativo e na orientação profissional,

destacando-se a promoção de competências, o acesso a oportunidades e a exposição a experiências diversificadas, o que contribui para uma preparação mais sólida para a vida adulta e para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da capacidade de orientação pessoal.

Eu acho que a maioria é bem-sucedida e é bem orientada e saiu daqui... bem preparada para o mundo lá fora. Claro que muitos seguiram caminhos diferentes, mas eu acho que aqui... conseguiram competências e base para se adequarem a qualquer tipo de ambiente.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Eu acho que a existência destes projetos é sempre uma esperança para os jovens de conhecerem uma outra realidade e perceberem que o mundo não é só cá dentro. Muitas das vezes criam muralhas aqui à volta do bairro, tem que se passar tudo aqui e não, e o programa Escolhas conseguiu-nos retirar todos para fora, ou seja, conhecia vários sítios, vários jovens de contextos semelhantes, mas também que tiveram um percurso bem-sucedido.

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Foi criar um fio condutor. Foi uma abertura de portas. Passado 3, 4 meses já estava com o meu negóciozito, eu e mais um que estava aqui na altura, o que nos fez acreditar no nosso potencial.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Perdido. Eu teria perdido. Eu tinha-me afundado. Em drogas, em específico. Cheguei... mas depois lá passou, aqui também meteram-me a mão. Eles deram-me tanta coisa para eu poder agarrar... isso aí acalmou-me muito.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Sobressai, entre as transformações pessoais mais marcantes, a superação da timidez e o desenvolvimento da autoconfiança, associadas a percursos emancipatórios e a perfis de cariz progressivamente mais autónomos e participativos. Este impacto estende-se à comunidade, com o reconhecimento dos projetos como agentes culturais e sociais, destacando-se o envolvimento de diferentes gerações e a participação num quadro de dinamização comunitária.

Entramos lá tímidos e agora somos pessoas diferentes, sabemos falar em público e já não temos essa timidez.

(Bianca, 22 anos, F, ex-participante)

Mas ganhei muitas competências como pessoa, como colaboradora do Escolhas... E também os desafios. os desafios que nós tínhamos. O meu primeiro desafio foi, não me esqueço nunca mais, eu tinha que levar as pessoas da comunidade para a GNR em Lisboa, para conhecer o espaço, para conhecer o trabalho da GNR, e eu tinha que estar a explicar, fui eu que tive que tratar da logística por causa dos transportes. Foi muita giro. Então até hoje eu sou uma pessoa muito... imagina uma pessoa reservada, tímida, que acha que não consegue fazer nada, chegam-me com este desafio em cima das mãos e dizem-me, toma, tens de fazer.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Ajudou na autoestima e a perder a vergonha, a estar mais à vontade com as pessoas.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Eu acho que traz vida, dinâmica, sentimento de pertença... As pessoas tinham uma divisão que era os ciganos e as pessoas do bairro e eles acabaram por unir isso. Havia uma discriminação, digamos assim... Nós discriminávamos sem saber que estávamos a discriminar. Nós dizíamos que os ciganos é que estragavam o bairro todo, eles é que faziam as maldades todas, mas no fundo isso era relativo, porque nós também às vezes acabávamos por fazer sem saber. Depois, mais crescido, nós acabamos por ter noção das coisas e vimos que a Casa 6 trazia eles para aqui. Eles também acabaram por se inscrever alguns, trouxeram a cultura deles, nós passámos a ter contato com a cultura deles, que antigamente nós não queríamos muito saber. Eles também participavam de algumas dinâmicas, por exemplo, o futebol, Acabámos também por fazer, por exemplo, limpeza do bairro todos juntos... Antigamente nem sequer nos cumprimentávamos. Hoje se passar já cumprimento. Digamos que as coisas mudaram.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

E bem como os pais, porque muitos daqui não ao nível profissional, mas por exemplo, muitos tinham dificuldade a ler e a escrever, mexer no computador, e foram ganhando também estas competências aqui também...

(Vitória, 30 anos, F, ex-participante)

Gostei de tudo e eu só tenho a agradecer ao programa Escolhas, porque sempre estiveram lá.

(Nimas, 19 anos, M, ex-participante)

Ainda que não sejam predominantes, surgem referências a constrangimentos estruturais, como a burocratização do programa, a precariedade das condições de trabalho dos técnicos e perceção de menor envolvimento de gerações mais recentes.

Bem, na minha altura [o programa] já era pesado, agora eu não sei. Se calhar agora ainda é pior. Para o Escolhas, enquanto entidade, acho que também era bom ter um olho sobre isso e monitorizar isso, que é para não cairmos nessa lógica de qualquer dia, este é mais um projeto dos municípios do que do Programa Escolhas. Não sei o que é possível fazer. Tem o lado positivo do suporte, por exemplo, no meu tempo houve uma altura que nós não tínhamos ordenado. Eu sei que isso acontece imensas vezes nesses Programas Escolhas... Agora, eu acho que, tanto aqui, nesta política pública, como tantas outras, eu acho que às vezes falta é um pouco de monitorização, e porque eu acho que às vezes isso não surge de maneira tão consciente. Eu acho que às vezes é emocional. Eu não me identifico com isto, será que isto é um tema? E infelizmente, quando as coisas começam a ir para aí, começa a ter um bocado de... como é que eu vou dizer? Alguma tendência pessoal. E reflete-se muito isso... E o que eu sinto é que, mediante o coordenador que aqui está, as coisas são abordadas ou não de maneira diferente... O que é que eu queria dizer é, para além de depender da pessoa que até pode querer ter iniciativa, mas depois em termos de equipa geral da Câmara, isso às vezes não avança porque não vai de encontro aos interesses deles.

(Maria, 40 anos, F, ex-participante)

4. Balanço da experiência

A avaliação do programa é amplamente positiva e transversal a todos os perfis — participantes atuais e ex-participantes —, bem como a género e territórios.

Ambos os grupos tendem a valorizar as oportunidades proporcionadas pelo projeto, que permitem o acesso a experiências — como visitas, atividades e intercâmbios — dificilmente concretizáveis de outro modo, ampliando horizontes e possibilitando o contacto com realidades e oportunidades inacessíveis fora deste contexto.

Eu valorizo muito, tipo, as atividades que nós temos aqui também (...) E as oportunidades que nos dão. Tipo, a irmos a outros sítios, visitar coisas

(Gaspar, 17 anos, M, participante)

Foi quando fomos acampar na costa da Caparica. Aquela foi mesmo a mais inesquecível de todas! (...) [Gostei] Bastante. Acho que passámos lá um fim de semana. Foi incrível. Não tenho palavras para descrever o quão bom foi.

(Célia, 19 anos, F, ex-participante)

O suporte, o sentido de pertença e a força das relações são igualmente valorizados por ambos os grupos como dimensões centrais da experiência no projeto. Em ambos os casos, a metáfora mais recorrente é a de família e de casa, refletindo a perceção do projeto como um espaço de pertença e segurança afetiva, onde se constrói uma rede de suporte que ultrapassa as atividades formais e se estabelecem vínculos duradouros, que persistem para além da participação.

Casa. É casa.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Isto aqui é uma casa, uma segunda casa, e isto é uma segunda família.

(Valter, 20 anos, M, ex-participante)

Esta ligação emocional traduz-se, em muitos casos, no regresso ao projeto como dinamizador ou voluntário.

Ultimamente, nos últimos verões, tenho vindo fazer o voluntariado aqui.

(Bruna, 20 anos, F, participante)

A orientação dos percursos educativos — nomeadamente através do apoio escolar e, no caso da população imigrante da aprendizagem da língua portuguesa — é percecionada por participantes atuais e ex-participantes como um elemento central, ao proporcionar ferramentas que facilitam o progresso académico e a integração social e profissional.

(...) quando eu não consigo fazer trabalho na escola, vim aqui para [fazer] trabalho de casa.

(Eduardo, 17 anos, M, participante)

(...) eu acho que ia trabalhar nas estufas ou alguma coisa desse gênero, algum mercado, por isso é que ele também ajudou por causa disso também.

(Nicolau, 28 anos, M, ex-participante)

No grupo dos ex-participantes, a distância temporal permite uma leitura mais integrada da experiência, em que o programa é percebido como transformador e determinante nos percursos de vida. Em alguns casos, essa transformação é descrita de forma particularmente expressiva, associada à descoberta de interesses, ao desenvolvimento de talentos - em áreas como as artes, o desporto ou a intervenção social que em alguns casos se traduzem em percursos profissionais.

A abertura de oportunidades constitui outro eixo central na avaliação do programa. Os ex-participantes tendem a descrevê-lo como um espaço que possibilitou iniciar novos percursos, em áreas como as artes, o desporto ou a intervenção social, que em alguns casos se traduzem em percursos profissionais.

Abre novas portas. Por exemplo, ao meu marido abriram. Eu creio que também se tivesse continuado como mediadora, se calhar um dia abririam outras portas.

(Sofia, 28 anos, F, ex-participante)

Eu entrei no Projeto Escolhas e havia um grupo de dança. Nunca tinha dançado. Hoje dou aulas de vários estilos de dança e tenho uma mini-empresa de animação.

(Faustino 32 anos, M, ex-participante)

Apesar da avaliação global muito positiva, surgem pontualmente algumas limitações identificadas pelos participantes, sobretudo relacionadas com a escala do programa face às necessidades dos territórios e com constrangimentos burocráticos. Ainda assim, estas críticas são residuais e não colocam em causa a qualidade e o impacto da intervenção, amplamente reconhecidos pelos entrevistados.

Eu se calhar mudaria a proporção, é muito limitado para o contexto em que é, acho que são números muito pequenos para o que é necessário.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

Só que às vezes acho que há muita burocracia. Há muita burocracia para a urgência dos problemas que existem na comunidade.

(César, 32 anos, M, ex-participante)

5. Perspetivas de futuro

A orientação para o futuro não distingue de forma significativa participantes e ex-participantes. Esta convergência manifesta-se nas dimensões financeira, emocional

e familiar, sendo comuns a ambos os grupos aspirações de estabilidade financeira, autonomia e construção de uma vida familiar estável.

Só quero estar bem na vida (...) ter uma família. Ter saúde. É o que importa.

(Gaspar, 17 anos, M, participante)

É estar estruturalmente bem, ter um bom relacionamento com a família como tenho, ter boas condições e seguir os meus sonhos.

(Domingos, 26 anos, M, ex-participante)

No campo da educação, o aumento da escolaridade surge igualmente como um objetivo transversal. Entre os participantes atuais, a conclusão do ciclo de ensino e o ingresso no ensino superior aparecem frequentemente associados a percursos concretos, com referência explícita a áreas de formação e instituições de ensino, localizadas tanto na proximidade da área de residência como fora dela, nomeadamente nas áreas de informática, arquitetura, design, educação básica, serviço social ou intervenção comunitária.

Pretendo ir para a Universidade, formar-me em educação básica.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Bem, eu, se não conseguir entrar na arquitetura, estava a pensar em design de interior ou industrial

(Filipe, 19 anos, M, participante)

A continuidade da prática desportiva em contexto profissional emerge igualmente como um objetivo de continuidade entre os participantes (atuais e ex-participantes) envolvidos nesta área, evidenciando a centralidade do desporto nos seus projetos de vida.

[Gostavas de ser jogador de futebol, em algum clube importante]. Claro, o Benfica, não é? É o meu sonho.

(Filipe, 19 anos, M, participante)

Nos ex-participantes, a valorização da escolaridade constitui um traço igualmente marcante, manifestando-se pela conclusão de ciclos de ensino através de vias alternativas de aquisição e certificação de competências (EFA, Qualifica e RVCC). Esta tendência é também visível entre mulheres provenientes da comunidade cigana, para quem o projeto desempenhou um papel relevante no incentivo à continuidade ou retoma dos estudos.

Em muitos casos, estas orientações não representam novos pontos de partida, mas antes a retoma de trajetórias educativas anteriormente interrompidas por

acontecimentos de vida, conferindo um significado acrescido de reparação e de afirmação pessoal.

Fiz o 12.º todo, frequentei mesmo até o 12.º, mas não consegui fechar devido a uma disciplina. Estou agora a fazer um RVCC — estou quase a terminar.

(Natália, 34 anos, F, ex-participante)

Paralelamente, emerge a ambição de prosseguimento de estudos, nomeadamente ao nível do ensino superior, sendo em alguns casos bastantes concretos a intenção de frequentar uma licenciatura em Direito e, eventualmente, um mestrado, o interesse pelo design de moda ou o objetivo de ingressar num curso de mediação intercultural. Também aqui esta aspiração reflete-se numa situação de mulher cigana que refere explicitamente a sua pertença à comunidade cigana como um fator que torna o percurso académico menos expectável, ainda que possível, em parte graças ao apoio familiar. A educação surge, assim, não apenas como um investimento profissional, mas também como um ato de afirmação e, por vezes, de rutura com trajetórias socialmente esperadas.

Eu imagino a entrar na faculdade, a terminar a licenciatura ou mais tarde também quiser fazer o mestrado.

(Emília, 19 anos, F, ex-participante)

Eu quero tirar o design de moda, quero ir para a Covilhã (...) Eu sou cigana, não é normal, mas graças à minha mãe, ela vai me permitir estudar.

(Júlia, 18 anos, F, ex-participante)

Ao nível profissional, entre os ex-participantes destaca-se uma orientação para o empreendedorismo – quer nos homens como nas mulheres – e para a criação de negócio próprio, expressa em projetos como a abertura de restaurantes ou cafés, salões de cabeleireiro, agências de comunicação ou negócios na área da estética. Esta tendência associa-se a um forte desejo de autonomia e independência, frequentemente sustentado por formação e/ou experiência profissional acumulada.

Eu imagino-me já com a minha vida organizada, abrir o meu espaço, um restaurante e ao lado um café, pastelaria e um minibar.

(Belmiro, 22 anos, M, ex-participante)

(...) gostava de abrir o meu salão e ter as minhas coisas (...) depois mais para a frente ir a formações e aperfeiçoar

(Isabel, 18 anos, F, ex-participante)

A emigração surge também como possibilidade em ambos os grupos, ainda que de forma pontual e exclusivamente no grupo masculino.

Eu quero ir para a Suíça (...) quero ter dois empregos (...) quero estar a ganhar 9, 10 mil euros por mês.

(Norberto, 16 anos, M, participante)

O que eu tenho em mente agora é ir para fora outra vez ... ganhar mais experiência internacional.

(Mário, 23 anos, M, ex-participante)

Por fim, emerge entre os ex-participantes um padrão de retribuição, nomeadamente dentro do grupo das mulheres. Várias manifestam a intenção de devolver à comunidade o apoio recebido, seja através do exemplo, do envolvimento continuado com o PE, da replicação de modelos de intervenção noutros contextos ou do desejo de manter ligação ao projeto e às gerações mais jovens.

Pretendo sim estar bem-sucedida, ter o meu espaço, trabalhar na área social ou educativa e continuar a participação cívica.

(Rosa, 21 anos, F, participante)

Porque aqui também há pessoas de diferentes países, de diferentes lugares. Se eu tiver a oportunidade gostaria de abrir algo como o PE no Canadá (...) aqui também há muitas pessoas da Europa, de França, de Espanha. Então, eu acho que eu adoraria abrir algo como Projeto ST no Canadá, se eu tiver a oportunidade.

(Amélia, 29 anos, F, ex-participante)

Eu imagino-me com a licenciatura feita, a trabalhar na área do serviço social e a ajudar na Casa 6 no que eu puder.

(Bruna, 20 anos, F, participante)

Surgem também alguns casos, ainda que residuais, em que a incerteza face ao futuro é explicitamente verbalizada, sobretudo entre participantes de comunidade cigana. Esta expressão de incerteza é mais frequente entre as entrevistadas, com duas a admitirem dificuldade em projetar o futuro e uma a descrever-se como “perdida”.

Não sei, sabe? Estou um bocadinho perdida. Mas espero que a formação dê certo e daí consiga....

(Sofia, 28 anos, F, ex-participante)

É muito difícil quando se fala no futuro. Sinceramente, eu não sei. Eu não sei responder esta pergunta.

(Eva, 23 anos, F, participante)

Anexo X

Análise comparativa qualitativa (QCA)

Enquadramento metodológico

A utilização da Análise Qualitativa Comparativa (QCA), um método desenvolvido por Charles Ragin que combina abordagens qualitativas e quantitativas para analisar relações causais em contextos complexos, especialmente com pequenas amostras. Em vez de relações lineares, a QCA identifica padrões configuracionais entre diferentes condições e resultados, recorrendo à teoria dos conjuntos e à álgebra booleana (presença = 1; ausência = 0). Este método permite compreender como diferentes fatores, isolados ou combinados, influenciam determinados resultados, sendo particularmente útil na análise de fenómenos sociais complexos, como os resultados do programa escolhas.

A aplicação da QCA inicia-se com a definição do problema, seleção de casos e identificação das condições relevantes, seguindo-se a construção de uma base de dados onde essas condições e resultados são codificados. No caso em análise, foram estudados os 105 projetos da 8ª geração do programa Escolhas.

Apesar das suas vantagens, a QCA apresenta limitações, nomeadamente a complexidade da análise e a exigência de elevado conhecimento técnico para a sua correta aplicação. A interpretação dos resultados também pode ser desafiante devido à interação entre múltiplas variáveis. Ainda assim, o método permite responder a questões fundamentais sobre quais os fatores que facilitam ou dificultam determinados resultados, quais são necessários e que combinações estão associadas ao sucesso.

A QCA baseia-se no estudo de casos. Os casos em análise são os 105 projetos implementados ao abrigo do programa Escolhas durante a 8ª Geração e as condições e resultados a testar resultam da informação coletada na AGIL.

Para a elaboração do dataset foram utilizados dois tipos de condições: condições que têm por base informação qualitativa ou quantitativa referente aos projetos em curso na 8G e informação referente a esses mesmo projetos, mas recolhida nos relatórios de autoavaliação nas gerações anteriores e que, consideradas relevantes para a análise, foram codificadas em presente/ausente no *dataset* construído. Por outro lado, também os indicadores de resultado tendem a ser construídos e calibrados a partir da informação registada na AGIL de modo a captar o seu cumprimento – ver Modelo de análise para a utilização de QCA que se segue.

Modelo de análise para a utilização de QCA

Condições:

- **Projeto de continuidade (8G)**
- **Contexto territorial (8G)**

Território urbano (tipo_territorio)

- **Composição do consórcio (8G)**

Autarquias (autarquias)

CPCJ (cpcj)

Escolas ou agrupamentos (escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas)

IPSS, ONG, fundações ou cooperativas (ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas)

Associações locais (associacoes_locais)

Serviços públicos locais (servicos_publicos_locais)

Agências de desenvolvimento local (adl)

- **Estrutura e dinâmica do projeto (8G)**

Projeto de continuidade (Proj_cont_SN)

Registo três ou mais saídas na equipa core (n_saidas_core_binary)

Registo de alguma saída de um coordenador (n_saidas_coord)

Existência de dinamizador comunitário (din_com)

- **Tipo de atividades realizadas (8G)**

Atividades de sensibilização - Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação (act_sens_1)

Atividades de sensibilização - Emprego e Empreendedorismo (act_sens_3)

Atividades culturais, artísticas e desportivas (act_cul_art_desp)

Atividades de desenv. de competências - Educação, Inclusão Dig., Formação e Qualificação (act_des_comp_1)

Atividades de desenv. de competência - Emprego e Empreendedorismo (act_des_comp_2)

Atividades de desenv. de competências - Dinamização Com., Saúde, Partic. e Cidadania (act_des_comp_3)

Atividades educativas (act_educ)

Atividades de formação cívica (act_form_civ)

Apoio psicossocial (act_ap_psi)

Atividades de empregabilidade/formação profissional (act_emp_fp)

Atividades na área das TIC (act_tic)

Atividades de encaminhamento - Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação

Encaminhamento - Atividades de encam. - Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação (act_enc_1)

Encaminhamento - Atividades de encam. - Emprego e Empreendedorismo (act_enc_2)

Encaminhamento Atividades de encam. - Dinamização Com., Saúde, Partic. e Cidadania (act_enc_3)

- **Dinâmicas de consórcios (se frequente entre a 5G-9G)**

- baixa assiduidade parceiros reuniões; -baixo envolvimento parceiros nas atividades; - conflito entre parceiros; - comunicação deficiente entre parceiros; - contributo financeiro parceiros; - contributos de parceiros extra consórcio.

- **Constrangimentos (se frequente entre a 5G-9G)**

- Recursos humanos; - recursos financeiros; - mobilização; - externos; - metas desajustadas; - governação do consórcio.

Resultados a testar:

1. Objetivos individuais de promoção do sucesso escolar alcançados
2. Objetivos individuais de diminuir o absentismo escolar alcançados
3. Objetivos individuais de encaminhamento para respostas curriculares alternativas alcançados
4. Objetivos individuais de promoção do sucesso em formação profissional alcançados
5. Objetivos individuais de encaminhamento para formação profissional alcançados
6. Objetivos individuais de encaminhamento e integração para emprego alcançados
7. Associações criadas ou mantidas

Análise de resultados

Procedeu-se à testagem dos sete objetivos indicados, procurando identificar as condições necessárias e suficientes para cada um. Ainda que seja possível identificar algumas regularidades, sendo notório que existem um conjunto de condições relevantes, de modo transversal aos objetivos, optou-se por apresentar os resultados por objetivo.

Deixa-se, previamente algumas considerações sobre as condições que transversalmente não se demonstram relevantes para o alcance dos resultados, permitindo ao leitor ir compreendendo de forma cumulativa os resultados da análise realizada.

Deste modo, constata-se que, relativamente à composição da equipa, a rotatividade de técnicos e/ou do coordenador, bem como a presença de dinamizador comunitário não relevam para o cumprimento dos objetivos. Também a contexto territorial ou o tipo de entidade promotora não configuram condições necessárias para o alcance dos resultados.

Por oposição, existe um conjunto de condições que se revelam necessárias e/ou suficientes para o alcance dos resultados testados. A longevidade dos projetos surge para quase todos os resultados como uma condição necessária para o seu maior alcance, com exceção para a manutenção ou criação de associações. Também a composição do consórcio e as suas dinâmicas, os constrangimentos identificados na implementação do projeto e o tipo de atividades dinamizadas revelam algumas especificidades que se apresentam de seguida.

1. Objetivos individuais de promoção do sucesso escolar alcançados

Quase a totalidade dos projetos em curso na 8G, tinha participantes com objetivos ao nível da promoção do sucesso escolar (102 projetos). A análise QCA permite identificar um conjunto consistente de condições necessárias, sobretudo ao nível da composição dos consórcios, das atividades desenvolvidas e das dinâmicas organizacionais.

No que respeita à composição dos consórcios há três tipos de entidades que se apresentam como necessárias para potenciar a concretização dos objetivos, a saber: autarquias, CPCJ e Escolas e agrupamentos escolares. Com um nível de cobertura acima dos 50%, o que significa que mais de metade dos projetos com elevado sucesso têm estas entidades presentes, não de forma cumulativa.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.666068	0.496184
autarquias	1.000002	0.503934
cpcj	0.948897	0.535983
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.996693	0.517487
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.765847	0.498297
servicos_publicos_locais	0.399597	0.662574
administracao_central	0.359043	0.439410
instituicoes_de_ensino_superior	0.228295	0.469386
empresas_e_associacoes_empresariais	0.343678	0.609154
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.266153	0.621844
adl	0.221996	0.570544

Para o alcance dos objetivos ao nível do sucesso escolar, verifica-se a necessidade de realização de três tipos de atividades: atividades culturais, artísticas e desportivas; atividades de educação; atividades de formação cívica, não sendo possível identificar variáveis suficientes.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.091913	0.590554
act_sens_3	0.596815	0.538193
act_cul_art_desp	0.998842	0.508333
act_des_comp_1	0.691400	0.538466
act_des_comp_3	0.593804	0.535477
act_educ	1.000002	0.508924
act_enc_1	0.161065	0.636842
act_form_civ	0.984870	0.506235
act_ap_psi	0.687969	0.498062

act_emp_fp	0.246072	0.527016
act_tic	0.796179	0.524674
act_enc_3	0.074543	0.638603
act_des_comp_2	0.013739	0.353107
act_enc_2	0.000000	-nan(ind)

Adicionalmente, a ausência de conflito, a ausência de envolvimento ou de problemas de comunicação entre parceiros, bem como a ausência de constrangimentos ao nível da governação do consórcio, assumem-se como condições necessárias, sugerindo que este objetivo assume níveis de alcance menores em contextos organizacionalmente disfuncionais.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.409032	0.396693
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.872511	0.503912
~F_conflito_entre_parceiros	0.979573	0.503513
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.914261	0.489523
~F_contributo_financeiro_parceiros	-0.739281	1.027027
~F_contributos_parceiros_extraconsorcio	0.000000	-nan(ind)

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.306645	0.477633
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.888576	0.491117
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.083162	0.534326
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.058442	0.500663
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.440062	0.491733
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	0.944507	0.500503

Não foram identificadas condições suficientes, reforçando a natureza multifatorial do sucesso escolar.

2. Objetivos individuais de diminuir o absentismo escolar alcançados

Dos projetos em curso na 8G apenas 52 tem participantes com objetivo diminuir o absentismo escolar.

As autarquias, CPCJ e as escolas mantem-se como instituições necessárias para um melhor alcance deste resultado. Mantem-se igualmente como necessário a ausência de conflitos entre parceiros, ausência de comunicação deficitária e ausência de constrangimentos financeiros e de governação.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.606333	0.475052
autarquias	1.000016	0.497219
cpcj	0.854542	0.490981
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.971993	0.502617
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.801174	0.470780
instituicoes_de_ensino_superior	0.184606	0.433908
servicos_publicos_locais	0.370326	0.563222
empresas_e_associacoes_empresariais	0.358365	0.661823
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.334710	0.786720
administracao_central	0.355886	0.418247
adl	0.144245	0.745891

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.237945	0.248834
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.819398	0.465704
~F_conflito_entre_parceiros	0.924707	0.483512
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.868388	0.472983

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.338747	0.515213
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.909190	0.511043
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.095087	0.614643
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.037941	0.490497
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.529496	0.547625
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	0.957193	0.494983
Outcome variable: CAL_achieve_rate_oi_dim_abs_esc		

No que respeita às atividades, as atividades educativas, de formação cívica e culturais/desportivas surgem mais uma vez como condições necessárias, indicando que este resultado depende diretamente da natureza das experiências proporcionadas aos participantes. A análise de suficiência revela diferentes combinações de atividades, confirmando a diversidade de caminhos possíveis para a redução do absentismo.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.122297	0.632398
act_sens_3	0.593663	0.511638
act_cul_art_desp	0.967781	0.490627
act_des_comp_1	1 0.753106	0.556330
act_des_comp_3	3 0.558035	0.465419
act_educ	0.999915	0.506917
act_enc_1	0.025192	0.130266
act_form_civ	0.963273	0.488341
act_ap_psi	0.637192	0.457627
act_emp_fp	0.293680	0.584083
act_tic	0.774498	0.476777
act_enc_3	0.099597	0.643769

act_des_comp_2	0.036845	0.476311
act_enc_2	0.000000	-nan(ind)

A análise de suficiência relativa à redução do absentismo escolar evidencia a existência de múltiplas configurações causais, confirmando um padrão de equifinalidade. Em todas as soluções identificadas destaca-se a presença de atividades de desenvolvimento de competências, sugerindo o seu papel central na explicação deste resultado. As restantes condições — nomeadamente as atividades de sensibilização, o apoio psicossocial e as TIC — assumem um papel variável, integrando diferentes combinações que conduzem ao mesmo resultado. A configuração com maior cobertura combina desenvolvimento de competências com apoio psicossocial e utilização de TIC. Importa notar que a existência de soluções mais simples indica que intervenções focadas exclusivamente no desenvolvimento de competências também podem produzir efeitos positivos na redução do absentismo.

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~act_sens_1*act_des_comp_1*~act_ap_psi*~act_tic	0.102011	0.102011	0.879162
act_sens_1*act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_tic	0.0968359	0.0968359	0.834564
~act_sens_1*act_des_comp_1*~act_des_comp_3*act_ap_psi*act_tic	0.190363	0.190363	0.820305
Cobertura geral: 0.38921			
Consistência geral: 0.838584			

3. Objetivos individuais de encaminhamento para respostas curriculares alternativas alcançados

Dos projetos em curso na 8G apenas 38 tem participantes com objetivo de ser encaminhados para respostas curriculares alternativas.

A presença de autarquias e escolas continua a assumir relevância na composição dos consórcios para um maior alcance também neste resultado. Onde a ausência de conflito, de problemas de governação e a ausência de recursos financeiros se revelam condições necessárias. A continuidade dos projetos surge igualmente como relevante, sugerindo que a maturidade institucional favorece a criação de respostas alternativas.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.660369	0.607220
autarquias	0.999933	0.596402
cpcj	0.740395	0.563424
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.956885	0.586580
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.739901	0.563048
instituicoes_de_ensino_superior	0.129285	0.475518
servicos_publicos_locais	0.350059	0.702293
empresas_e_associacoes_empresariais	0.451860	0.712272
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.270004	0.662060
administracao_central	0.361774	0.570269
adl	0.259491	0.818078

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.407580	0.449702
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.911538	0.609540
~F_conflito_entre_parceiros	0.999999	0.596402
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.890298	0.595337
~F_contributo_financeiro_parceiros	-0.679751	1.000000

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.376935	0.554519
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.859224	0.574558
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.129200	0.712759
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.000000	-nan(ind)
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.474766	0.654788

~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	0.913850	0.593113
~F_mencao_constrangimentos_metas_desajustadas	0.732010	0.646127

Destacam-se como condições necessárias as atividades educativas, de formação cívica e culturais/desportivas e nas áreas de TIC.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.091676	0.674382
act_sens_3	0.405316	0.596310
act_cul_art_desp	0.956885	0.586580
act_des_comp_1	0.629652	0.578974
act_des_comp_3	0.663651	0.665713
act_educ	0.998730	0.612231
act_enc_1	0.164794	0.909184
act_form_civ	0.999933	0.596402
act_ap_psi	0.771821	0.587339
act_emp_fp	0.331195	0.522066
act_tic	0.889190	0.613218
act_enc_3	0.019066	0.210383
act_des_comp_2	0.087299	0.642181
act_enc_2	0.043048	0.950000

A análise de suficiência identifica múltiplas configurações de condições, evidenciando um padrão claro de equifinalidade. Em todas as soluções, destaca-se a presença de atividades educativas, sugerindo o seu papel central na explicação do resultado. Adicionalmente, as atividades de desenvolvimento de competências e o apoio psicológico surgem frequentemente associadas, configurando intervenções integradas que potenciam o alcance do resultado. Algumas soluções combinam estas dimensões com mecanismos de encaminhamento. Por outro lado, as atividades de sensibilização não assumem um papel relevante, surgindo frequentemente ausentes nas configurações identificadas.

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~act_sens_1*act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_educ*act_enc_1	0.0786981	0.03565	0.868369
~act_sens_1*act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_educ*act_ap_psi	0.38802	0.344972	0.778452
~act_sens_1*act_des_comp_1*act_educ*act_enc_1*act_ap_psi	0.0860961	0.043048	0.95
~act_sens_1*act_des_comp_3*act_educ*act_enc_1*act_ap_psi	0.0860961	0.043048	0.95
~act_sens_1*~act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_educ*~act_enc_1*~act_ap_psi	0.0860961	0.0860961	0.95
act_sens_1*~act_des_comp_1*~act_des_comp_3*act_educ*~act_enc_1*act_ap_psi	0.0860961	0.0860961	0.95
Cobertura geral: 0.681958			
Consistência geral: 0.836095			

4. Objetivos individuais de promoção do sucesso em formação profissional alcançados

Dos projetos em curso na 8G apenas 33 tem participantes com objetivo de sucesso na formação profissional.

Os resultados relativos ao sucesso em formação profissional revelam um padrão particularmente exigente em termos estruturais.

Para além da presença de autarquias, CPCJ, escolas/agrupamentos e IPSS/fundações ou cooperativas destacam-se como condições necessárias a ausência de constrangimentos financeiros e de governação, sugerindo que este resultado depende de contextos organizacionais e de recursos mais robustos.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.763023	0.712337
autarquias	0.999940	0.641792
cpcj	0.869266	0.637625
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.999940	0.641792
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.861176	0.655086

instituicoes_de_ensino_superior	0.194245	0.664921
servicos_publicos_locais	0.231275	0.593758
empresas_e_associacoes_empresariais	0.283170	0.646212
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.281543	0.578249
administracao_central	0.402703	0.636227
adl	0.223182	0.763973

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.566321	0.646190
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.810053	0.616197
~F_conflito_entre_parceiros	0.904997	0.619578
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.904997	0.619578
~F_contributo_financeiro_parceiros	-0.584266	1.000000

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.426008	0.624971
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.953685	0.652911
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.138763	0.950000
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.138763	0.950000
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.333009	0.569961
~F_mencao_constrangimentos_metas_desajustadas	0.707550	0.631829
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	0.999940	0.641792

Ao nível das atividades, sobressaem a formação cívica, as atividades educativas e culturais/desportivas, reforçando a importância de processos de capacitação abrangentes.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.000000	0.000000
act_sens_3	0.420799	0.540163
act_cul_art_desp	0.953685	0.631850
act_des_comp_1	0.637501	0.595153
act_des_comp_3	0.421937	0.481443
act_educ	0.953685	0.631850
act_enc_1	0.138763	0.712500
act_form_civ	0.999940	0.641792
act_ap_psi	0.720785	0.672904
act_emp_fp	0.290770	0.597201
act_tic	0.787956	0.674312
act_enc_3	0.000003	0.000023
act_des_comp_2	0.138763	0.950000
act_enc_2	0.046254	0.950000

A análise de suficiência aponta para combinações de atividades centradas na formação cívica, frequentemente associadas à ausência de determinadas tipologias de intervenção, evidenciando a existência de diferentes configurações eficazes.

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~act_sens_1*~act_sens_3*~act_des_comp_3*act_form_civ	0.43924	0.185018	0.820123
~act_sens_1*~act_sens_3*~act_des_comp_1*act_form_civ*~act_emp_fp	0.0844188	0.0381643	0.86692
~act_sens_1*act_des_comp_1*~act_des_comp_3*act_form_civ*~act_emp_fp	0.346731	0.138763	0.791262
~act_sens_1*act_sens_3*~act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_form_civ*act_emp_fp	0.0925089	0.0925089	0.95
Cobertura geral: 0.708676			
Consistência geral: 0.856188			

5. Objetivos individuais de encaminhamento para formação profissional alcançados

Dos projetos em curso na 8G apenas 53 tem participantes com objetivo de encaminhamento para formação profissional.

Para além da presença de autarquias e escolas/agrupamentos, destacam-se como condições necessárias a presença de CPCJ. No que respeita às dinâmicas do consórcio, a ausência de conflito entre parceiros, a ausência de um baixo envolvimento dos parceiros e a ausência de constrangimentos de governação e financeiros surgem como condições necessárias, indicando que este resultado depende sobretudo da capacidade de coordenação e articulação do consórcio.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.724907	0.567870
autarquias	0.999972	0.527254
cpcj	0.882772	0.537863
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.999972	0.527254
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.848246	0.540865
instituicoes_de_ensino_superior	0.238751	0.545505

servicos_publicos_locais	0.343122	0.587982
empresas_e_associacoes_empresariais	0.520511	0.713568
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.253823	0.497093
administracao_central	0.322099	0.441565
adl	0.226905	0.622128

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.264332	0.329435
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.915122	0.533856
~F_conflito_entre_parceiros	0.999954	0.527254
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.928834	0.509344

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.374333	0.488744
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.927117	0.540853
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.109883	0.753204
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.069296	0.950000
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.460356	0.573738
~F_mencao_constrangimentos_metas_desajustadas	0.724077	0.536570
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	0.953713	0.522987

A realização de atividades ao nível da formação cívica, atividades desportivas e artísticas e promotoras da educação, apresentem níveis elevados de consistência, apresentando-se como condições necessárias à verificação deste resultado.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.035621	0.488325
act_sens_3	0.436870	0.427789
act_cul_art_desp	0.959385	0.526088
act_des_comp_1	0.546829	0.440968
act_des_comp_3	0.589432	0.538701
act_educ	0.998535	0.536820
act_enc_1	0.169471	0.464656
act_form_civ	0.999972	0.527254
act_ap_psi	0.749368	0.555301
act_emp_fp	0.378541	0.518941
act_tic	0.795983	0.559596
act_enc_3	0.010811	0.098802
act_des_comp_2	0.105383	0.722347
act_enc_2	0.034649	0.950000

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~act_sens_3*~act_des_comp_1*~act_des_comp_3*act_form_civ*~act_emp_fp	0.0692976	0.0692976	0.95
~act_sens_1*act_sens_3*~act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_form_civ	0.217502	0.113556	0.851925
~act_sens_1*~act_sens_3*act_des_comp_1*act_des_comp_3*act_form_civ*~act_emp_fp	0.179182	0.179182	0.818803

Cobertura geral: 0.500631			
Consistência geral: 0.857893			

6. Objetivos individuais de encaminhamento e integração para emprego alcançados

Dos projetos em curso na 8G apenas 47 tem participantes com objetivo de encaminhamento para emprego.

A presença de autarquias e escolas/agrupamentos continua a assumir relevância, a par da centralidade das atividades educativas, de formação cívica e culturais/desportivas, mas também as atividades relacionadas com TIC, evidenciando que os processos de integração no emprego são fortemente mediados por dinâmicas de capacitação.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
associacoes_locais	0.643847	0.531561
autarquias	0.999974	0.526967
cpcj	0.784832	0.511547
escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas	0.953047	0.524559
ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas	0.782791	0.510216
instituicoes_de_ensino_superior	0.171979	0.425959
servicos_publicos_locais	0.312611	0.645231
empresas_e_associacoes_empresariais	0.309451	0.450853
outras_escolas_e_centros_de_formacao	0.313430	0.554503

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.076712	0.950000
act_sens_3	0.470545	0.582724
act_cul_art_desp	0.957823	0.527187
act_des_comp_1	0.681588	0.511564

act_des_comp_3	0.652016	0.576756
act_educ	0.999682	0.538265
act_enc_1	0.242411	0.857720
act_form_civ	0.999974	0.526967
act_ap_psi	0.667327	0.533174
act_emp_fp	0.279581	0.432792
act_tic	0.856093	0.588993
act_enc_3	0.121387	0.601307
act_des_comp_2	0.091328	0.565502
act_enc_2	0.038356	0.950000

A análise de suficiência identifica diferentes combinações de condições associadas à composição dos consórcios, evidenciando a existência de múltiplos caminhos (equifinalidade) para alcançar este resultado.

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~associacoes_locais*autarquias*escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas*~empresas_e_associacoes_empresariais*ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*servicos_publicos_locais	0.115068	0.0767117	0.95
~associacoes_locais*autarquias*escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas*~empresas_e_associacoes_empresariais*outras_escolas_e_centros_de_formacao*servicos_publicos_locais	0.0767117	0.0383558	0.95
associacoes_locais*autarquias*~escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas*~empresas_e_associacoes_empresariais*ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*~outras_escolas_e_centros_de_formacao*~servicos_publicos_locais	0.0383558	0.0383558	0.95
associacoes_locais*autarquias*escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas*empresas_e_associacoes_empresariais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*outras_escolas_e_centros_de_formacao*~servicos_publicos_locais	0.0383558	0.0383558	0.95
associacoes_locais*autarquias*escolas_e_agrupamentos_de_escolas_publicas*empresas_e_associacoes_empresariais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*outras_escolas_e_centros_de_formacao*servicos_publicos_locais	0.0383558	0.0383558	0.95
Cobertura geral: 0.268491			
Consistência geral: 0.95			

Ao nível organizacional, a ausência de conflito, a ausência de um baixo envolvimento de elementos do consórcio e a ausência de comunicação deficiente entre parceiros,

bem como a ausência de constrangimentos financeiros e de governação, surgem como condições necessárias, indicando que a eficácia dos percursos de inserção depende de contextos de intervenção estáveis.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.528074	0.484421
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.921243	0.518578
~F_conflito_entre_parceiros	0.999974	0.526967
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.959599	0.528165
~F_contributos_parceiros_extraconsorcio	0.000000	-nan(ind)
~F_contributo_financeiro_parceiros	-0.767117	1.000000

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.355105	0.462908
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.910952	0.524710
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.117659	0.582838
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.038356	0.950000
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.418970	0.546162
~F_mencao_constrangimentos_metas_desajustadas	0.674661	0.576209
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consorcio	0.961618	0.517770

7. Associações criadas ou mantidas

A análise QCA permite identificar algumas especificidades no que respeita às condições necessárias e/ou suficientes para a verificação de projetos onde se identifica a criação e manutenção de associações fruto da ação dos projetos

Se por um lado, a criação ou a manutenção de associações parece não ter a necessidade de nenhum tipo de instituição em particular no consórcio, por outro, é possível identificar um conjunto de condições suficientes. A sua análise evidencia a existência de diferentes combinações de condições associadas a este resultado que

tem a ver com o tipo de entidade promotora, a presença de IPSS/fundações/cooperativas no consórcio, mas também a rotatividade das equipas e a existência de dinamizador comunitário, ainda que com níveis de cobertura moderados. Estas configurações tendem a integrar projetos de continuidade, baixa rotatividade das equipas e presença de dinamizadores comunitários, frequentemente associadas à presença de associações locais ou a ADL. Este padrão indicia a ideia de que a manutenção ou criação destas estruturas resulta de contextos estáveis, com forte enraizamento comunitário e capacidade de mobilização local.

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~prom_ass_locais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*~n_saidas_core_binary*~n_saidas_coord_binary*din_com*Proj_cont_SN	0.181818	0.0454546	0.8
~prom_ass_locais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*adl*~n_saidas_core_binary*din_com*Proj_cont_SN	0.227273	0.0909091	0.833333
~prom_ass_locais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*adl*n_saidas_core_binary*~n_saidas_coord_binary*~din_com*Proj_cont_SN	0.0454545	0.0454546	1
prom_ass_locais*~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*adl*n_saidas_core_binary*~n_saidas_coord_binary*din_com*Proj_cont_SN	0.0454545	0.0454546	1
Cobertura geral: 0.363636			
Consistência geral: 0.888889			

Configurações de condições suficientes	Cobertura bruta	Cobertura única	Consistência
~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*associacoes_locais*~n_saidas_core_binary*~n_saidas_coord_binary*din_com*Proj_cont_SN	0.181818	0.0454545	0.8
~ipss_ong_fundacoes_e_cooperativas*associacoes_locais*adl*~n_saidas_core_binary*din_com*Proj_cont_SN	0.227273	0.0909091	0.833333
Cobertura geral: 0.272727			
Consistência geral: 0.857143			

Ao nível das dinâmicas organizacionais, os resultados apontam para a relevância da qualidade da governação do consórcio, nomeadamente através da ausência de conflitos entre parceiros, ausência de comunicação deficiente e de constrangimentos de governação e financeiros. Este conjunto de condições indica que a criação de associações depende também de contextos organizacionais estáveis e funcionalmente eficazes.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_baixa_assiduidade_parceiros_reunioes	0.000000	0.000000
~F_baixo_envolvimento_parceiros_atividades	0.818182	0.195652
~F_conflito_entre_parceiros	0.954545	0.203883
~F_comunicacao_deficiente_parceiros	0.863636	0.191919
~F_contributo_financeiro_parceiros	-1.818182	1.025641

Condição necessária	Consistência	Cobertura
~F_mencao_constrangimentos_recursos_humanos	0.363636	0.228571
~F_mencao_constrangimentos_recursos_financeiros	0.954545	0.218750
~F_mencao_constrangimentos_mobilizacao	0.090909	0.250000
~F_mencao_constrangimentos_operacionais	0.000000	0.000000
~F_mencao_constrangimentos_externos	0.454545	0.208333
~F_mencao_constrangimentos_metas_desajustadas	0.772727	0.232877
~F_mencao_constrangimentos_governacao_consortio	1.000000	0.220000

No que respeita às atividades desenvolvidas, destacam-se as atividades culturais, artísticas e desportivas, bem como as atividades de formação cívica, como condições necessárias, ambas com níveis elevados de consistência e cobertura, associando este resultado por um lado, ao desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e artística e, por outro, à promoção da participação, envolvimento comunitário e desenvolvimento de competências cívicas.

Condição necessária	Consistência	Cobertura
act_sens_1	0.072289	0.750000
act_sens_3	0.614458	0.864407
act_cul_art_desp	0.987952	0.796117
act_des_comp_1	0.614458	0.772727
act_des_comp_3	0.566265	0.796610
act_enc_1	0.096386	0.615385
act_form_civ	0.975904	0.786408
act_ap_psi	0.686747	0.780822
act_emp_fp	0.228916	0.703704
act_tic	0.759036	.777778
act_enc_3	0.060241	0.833333
act_des_comp_2	0.024096	0.500000
act_enc_2	0.012048	1.000000

Principais conclusões

A análise QCA evidencia, de forma transversal aos diferentes resultados testados, que estes não são explicados por fatores isolados, mas por configurações específicas de condições, confirmando uma lógica de causação conjuntural e de equifinalidade. Ainda assim, é possível identificar um núcleo recorrente de condições associadas ao sucesso dos projetos, nomeadamente a dinamização de atividades culturais, artísticas e desportivas; educativas e de formação cívica e em TIC, e por outro lado condições que se prendem com a qualidade da governação dos consórcios, nomeadamente através da ausência de conflitos, de problemas de comunicação e de constrangimentos organizacionais, particularmente no que respeita à governação e recursos financeiros. Estes elementos surgem como condições necessárias e/ou frequentemente presentes nas combinações suficientes, indicando que os resultados dependem simultaneamente da natureza da intervenção e da capacidade de coordenação institucional.

Observa-se igualmente que diferentes resultados apresentam lógicas causais distintas. Os resultados ligados ao sucesso escolar e encaminhamento e integração

em formação e emprego tendem a depender de uma combinação entre capacitação dos participantes e estabilidade organizacional. Por sua vez, a criação de associações revela padrões distintos, sugerindo que estes resultados emergem em contextos mais específicos, frequentemente associados ao enraizamento local e dinâmicas de participação cívica.

De forma global, a análise aponta para a importância de abordagens integradas, nas quais a diversidade de atividades, a articulação entre parceiros e a estabilidade organizacional se combinam para produzir resultados mais positivos.

De forma transversal, destaca-se um conjunto de condições que importa comentar. Se por um lado se verifica a necessidade de continuidade dos projetos para o alcance de melhores resultados, por outro, a tão referida rotatividade dos técnicos parece não impactar nos resultados, o que poderá corroborar o esforço e empenho das equipas mencionado por diferentes interlocutores, apesar da fragilidade das condições laborais.

Anexo XI

Índice de vulnerabilidade social territorial

Introdução

A presente análise incide sobre os sete Índices de Vulnerabilidade Social Territorial (IVST) construídos para aferir a vulnerabilidade social relativa dos 308 municípios de Portugal, das 26 NUTS3 e das 9 NUTS2, entre si e face ao conjunto de Portugal.

Os IVSTs derivam dos Quocientes de Localização, amplamente utilizados em estudos de economia regional e geografia social e urbana para analisar a concentração relativa de atributos de um território face a uma área de referência de nível geográfico superior, o que o torna um instrumento útil para a comparação de desigualdades relativas. Neste caso, são utilizados 9 indicadores *proxy* que se associam a várias dimensões de vulnerabilidade, frequentemente de forma interseccional, com especial enfoque nas áreas da Educação, Saúde, Mercado de trabalho, Desigualdades de Rendimentos e (In)Segurança. Mais concretamente, integram fatores como: Maternidade na adolescência (taxa quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes), Insucesso e abandono escolar precoce (taxa de retenção e desistência no 1º Ciclo do Ensino Básico), Baixo capital humano (taxa de pessoas sem Ensino Superior completo), Risco de pobreza monetária intensa e privação material e social severas (taxa de beneficiários de Rendimento Social de Inserção na população média anual estimada), Exclusão do mercado de trabalho (taxa de população em idade ativa desempregada na população média anual estimada), Desigualdades de rendimento (rendimento bruto declarado dos agregados fiscais após coleta IRS e coeficiente de Gini), Insegurança (taxa de criminalidade por 1 000 habitantes), Mortalidade precoce por doenças evitáveis, i.e. doenças associadas a determinantes sociais de saúde e a iniquidades no acesso a cuidados médicos preventivos, atempados e de qualidade (percentagem de óbitos na população com menos de 70 anos resultantes de doenças consideradas socialmente influenciadas¹ face à totalidade de óbitos atribuídos às mesmas doenças na população com 70 e mais anos).

Por assunção de o IVST dever corresponder simultaneamente a objetivos analíticos e utilitários, *esp.* pela equipa do IPDJ, designadamente para efeitos de potencial majoração de candidaturas de projetos em territórios mais vulneráveis em futuros concursos do PE, a metodologia escolhida para a sua construção foi norteadada pelos seguintes princípios: utilidade, simplicidade, acessibilidade, adaptabilidade, transparência e reprodutibilidade.

A seleção dos indicadores obedeceu a critérios coerentes com tais princípios, para garantir uma rápida apropriação do instrumento pelo IPDJ, ou outros atores/ decisores públicos, bem como uma eficiente atualização dos seus apuramentos sempre que assim desejado. Assim, privilegiaram-se indicadores que, de forma parcimoniosa, retratassem com fidedignidade algumas das principais dimensões de vulnerabilidade social, com os seguintes requisitos: desagregação geográfica ao nível municipal, acessibilidade gratuita e instantânea (*online*), recencidade e atualização maioritariamente anual².

Cada IVST expressa, assim, o resultado da média simples dos 9 QLV apurados, em que o valor 100 representa a paridade com a unidade de referência (Portugal, NUTS2 ou NUTS3 respetiva), valores acima de 100 indicam vulnerabilidade superior à média de referência na correspondente percentagem, e valores abaixo de 100 indicam, na mesma proporção, quão menos vulnerável é uma vulnerabilidade inferior. Os sete índices organizam-se em três famílias de comparação, ordenadas da maior agregação geográfica para a menor:

1. **NUTS2 face a Portugal:** IVST NUTS2 vs. IVST Portugal (doravante N2/PT);
2. **NUTS3:** IVST NUTS3 vs. Portugal (doravante N3/PT); IVST NUTS3 vs. NUTS2 (doravante N3/N2).
3. **Municípios:** IVST Município vs. IVST Portugal (doravante M/PT); IVST Município vs. IVST NUTS2 (doravante M/N2); IVST Município vs. IVST NUTS3 (doravante M/N3).

Esta análise encontra-se estruturada em sete secções: as primeiras seis secções correspondem a cada um dos IVST acima identificados, nas quais se procura responder a três questões centrais: 1) Quais são os padrões gerais da vulnerabilidade relativa aferida?, 2) O que sugerem as principais associações e correlações territoriais?, e 3) Quais são os principais exemplos de territórios mais e menos vulneráveis na comparação em causa?

Na sétima e última secção, apresenta-se um balanço sintético do exercício realizado e salientam-se alguns dos principais resultados e implicações analíticas e políticas do potencial deste instrumento na informação de fases de planeamento e de avaliação de programas e políticas públicas.

1. IVST NUTS2 vs. Portugal (N2/PT)

1.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

O IVST que compara as nove NUTS2 com Portugal apresenta uma amplitude total de 47,1 p.p. (de 87,4 a 134,5), o que torna o N2/PT o índice de menor variância entre os sete construídos. A diferenciação que emerge entre as NUTS2 pode ser agrupada em três grandes patamares:

1. Alta vulnerabilidade regional (N2/PT > 120), especificamente R. A. Açores (134,5), Alentejo (126,7) e Algarve (123,7). Estes três territórios superam a vulnerabilidade média nacional em mais de 20 p.p., com características de isolamento geográfico (insular e interior), poucos níveis de desenvolvimento industrial e tecnológico e tendencial mono-especialização económica;
2. Vulnerabilidade regional moderada-alta (N2/PT entre 100 - 120): a Península de Setúbal situa-se neste patamar com um IVST de 111,9, que reflete em grande medida a concentração e acumulação de várias desvantagens sociais, como as que o IVST agrega, em concelhos metropolitanos situados na margem sul de Lisboa (e.g. Moita, Setúbal, Barreiro, Seixal).

3. Vulnerabilidade regional abaixo da média nacional (entre 85 - 100): por ordem decrescente, surgem as regiões Grande Lisboa (96,7), Oeste e Vale do Tejo (94,7), Norte (91,8), Centro (90,9) e R. A. Madeira (87,4). É de notar que a R. A. Madeira (87,4) surge como a NUTS2 menos vulnerável de Portugal, (ca. de 45% da população do arquipélago) face à vulnerabilidade média do país, com destaque para um melhor desempenho relativo da maioria dos seus indicadores, com exceção da proxy para o capital humano (taxa população sem ensino superior), que é mais alta do que a média nacional. Contudo, alguns municípios do interior e do norte da ilha (e.g. Porto Moniz, Santana) apresentam IVST M/PT elevados. Importa assinalar que o Norte e Centro, apesar de apresentarem N2/PT abaixo de 100, contêm também alguns dos municípios mais vulneráveis do país (máx. IVST M/PT Norte = 173,5; máx. IVST M/PT Centro = 202,8), evidenciando uma heterogeneidade interna muito elevada que o índice de vulnerabilidade de comparação macro-regional em causa inevitavelmente oculta.

NUTS2	N2/PT	Percentil	Municípios	Média M/PT	Mín. M/PT	Máx. M/PT
R. A. Açores	134,5	97,1	19	158,2	86,6	215,4
Alentejo	126,7	86,4	47	145,3	66,8	348,3
Algarve	123,7	76,1	16	119,0	83,0	160,7
Península de Setúbal	111,9	72,1	9	104,8	65,7	131,5
Grande Lisboa	96,7	69,2	9	93,3	72,6	117,4
Oeste e Vale do Tejo	94,7	62,2	34	99,0	68,0	138,1
Norte	91,8	42,7	86	97,8	57,4	173,5
Centro	90,9	16,2	77	94,5	62,9	202,8
R. A. Madeira	87,4	1,9	11	114,5	75,7	172,4

1.2. Associações e correlações territoriais

O N2/PT apresenta a correlação mais elevada com o N3/PT ($r = 0,810$), confirmando a lógica hierárquica da classificação territorial registada: as NUTS3 mais vulneráveis pertencem às NUTS2 mais vulneráveis. Esta transitividade da vulnerabilidade sugere que os determinantes estruturais operam predominantemente ao nível das macrorregiões (NUTS2), com as NUTS3 e municípios a refletirem esses mesmos padrões, ainda que com desvios relevantes que se terá oportunidade de identificar adiante.

A correlação do N2/PT com o M/PT é moderada, como o coeficiente de correlação de Pearson demonstra ($r = 0,528$), reforçando a ideia de que a vulnerabilidade municipal está parcialmente condicionada pelo contexto NUTS2, mas que existem variações internas substanciais que só os índices de maior desagregação geográfica (e.g. M/N2 e M/N3) conseguem captar.

2. IVST NUTS3 vs. Portugal (N3/PT)

2.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

Este índice resume a hierarquia de vulnerabilidade entre as 26 NUTS3 portuguesas. A amplitude (76,9 a 166,3, ou seja 89,4 pontos) é mais estreita do que nos índices municipais, refletindo o efeito agregador: ao nível das NUTS3, os extremos individuais são suavizados pelo cálculo das taxas efetivas.

Analisando as 26 NUTS3, destaca-se uma clivagem clara entre três grupos. No topo de vulnerabilidade surgem as NUTS3 do Alentejo interior e os Açores: Baixo Alentejo (166,3; percentil 98,1), Açores (134,5; percentil 92,9), Alto Alentejo (127,5; percentil 87,3) e Algarve (123,7; percentil 82,3). No polo oposto, as NUTS3 do litoral norte evidenciam baixa vulnerabilidade: Cávado (76,9; percentil 1,1), Alto Minho (79,8; percentil 3,7), Ave (81,0; percentil 6,7) e Região de Leiria (84,0; percentil 9,6). Um grupo intermédio -que inclui Douro, Beiras e Serra da Estrela, Lezíria do Tejo e Terras de Trás-os-Montes -ocupa posições entre os percentis 62 e 88.

Um padrão territorial importante: todas as NUTS3 do interior alentejano e os Açores apresentam N3/PT superior a 100, enquanto todas as NUTS3 do litoral norte, a Área Metropolitana do Porto e as NUTS3 do Oeste e do Centro litoral ficam abaixo de 100. A Área Metropolitana do Porto (95,8) e a Grande Lisboa (96,7) situam-se abaixo da paridade nacional.

Índice	Mín.	Máx.	Média	Mediana	D.P.	P10 / P90	N
N3/PT (por município)	76,9	166,3	104,1	102,3	20,0	84,0 / 134,5	308

2.2. Associações e correlações territoriais

O N3/PT exhibe a correlação mais elevada com o N2/PT ($r = 0,810$), confirmando que a vulnerabilidade das NUTS3 está fortemente ancorada na vulnerabilidade da NUTS2 de pertença. Contudo, a correlação não é perfeita, deixando espaço para NUTS3 com perfis significativamente divergentes do conjunto da respetiva NUTS2 -fenómeno que o N3/N2 capta diretamente.

A correlação com o M/PT ($r = 0,601$) é moderada, indicando que a vulnerabilidade das NUTS3 explica cerca de 36% da variância municipal no M/PT ($r^2 \approx 0,36$). O restante corresponde à heterogeneidade intra-NUTS3, captada pelos índices M/N2 e M/N3.

2.3. NUTS3 mais e menos vulneráveis

NUTS3 mais vulnerável -Baixo Alentejo: N3/PT = 166,3 (percentil 98,1 por município). O Baixo Alentejo reúne as condições estruturais mais desfavoráveis de Portugal continental: baixíssima densidade populacional, economia dependente da agricultura extensiva, envelhecimento acelerado e declínio demográfico histórico. A taxa efetiva desta NUTS3 corresponde a 166% da taxa nacional, refletindo a acumulação de vulnerabilidades em todos os seus 13 municípios.

Municípios como Moura (M/PT = 265,8) e Aljustrel (M/PT = 157,3) situam-se entre os mais vulneráveis do país.

NUTS3 menos vulnerável - Cávado: N3/PT = 76,9 (percentil 1,1 por município). O Cávado - que inclui Braga, o maior município da NUTS3 - beneficia de uma estrutura demográfica relativamente jovem, de uma base industrial e universitária significativa e de um dinamismo económico acima da média nacional. A sua taxa efetiva representa apenas 77% da taxa nacional.

3. IVST NUTS3 vs. IVST NUTS2 (N3/N2)

Índice	Mín.	Máx.	Média	Mediana	D.P.	P10 / P90	N
N3/N2 (por município)	83,0	125,6	102,0	100,0	10,6	87,4 / 114,5	308

3.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

O N3/N2 é o índice com menor dispersão de todos os sete IVST: desvio-padrão de 10,6 e amplitude total de 42,6 pontos (83,0 a 125,6). Este resultado decorre de a NUTS2 ser uma agregação de NUTS3, o que naturalmente limita a magnitude dos desvios intra-NUTS2.

Um aspeto estrutural relevante: cinco NUTS3 - Grande Lisboa, Península de Setúbal, Algarve, R. A. Açores e R. A. Madeira - coincidem com a respetiva NUTS2, obtendo por construção N3/N2 = 100. Estas cinco NUTS3 representam 108 municípios (35% do total), cujos valores N3/N2 são analiticamente não informativos. A análise substantiva centra-se nas restantes 21 NUTS3, que integram as NUTS2 Norte, Centro, Alentejo e Oeste e Vale do Tejo.

Nas NUTS2 com múltiplas NUTS3, o padrão dominante é a oposição interior-litoral. No Norte, Terras de Trás-os-Montes (123,8) e Alto Tâmega e Barroso (114,2) sobressaem muito acima da média, enquanto Cávado (83,0), Alto Minho (86,6) e Ave (87,4) ficam claramente abaixo. No Centro, a Beira Baixa (120,9) e Beiras e Serra da Estrela (114,5) contrastam com a Região de Coimbra (93,0) e Região de Leiria (92,1). No Alentejo, o Baixo Alentejo (125,6) supera largamente o Alentejo Litoral (92,0) e o Alentejo Central (86,9). No Oeste e Vale do Tejo, a Lezíria do Tejo (108,0) distingue-se positivamente do Oeste (96,3) e do Médio Tejo (98,0).

3.2. Associações e correlações territoriais

A correlação do N3/N2 com o N3/PT, calculada ao nível das 21 NUTS3 com valores distintos de 100, é de $r = 0,636$ (moderada a forte), o que significa que as NUTS3 que mais se afastam da média da respetiva NUTS2 tendem também a ser as mais vulneráveis face ao país. Este desfasamento não é total, o que é precisamente o valor analítico deste índice: permite identificar casos em que uma NUTS3 é muito vulnerável dentro da sua NUTS2, mesmo que a NUTS2 seja globalmente pouco vulnerável (e.g. Beira Baixa dentro do Centro, ou Terras de Trás-os-Montes dentro do Norte).

A correlação com o M/N2 é moderada ($r = 0,354$), sugerindo que municípios de NUTS3 com N3/N2 elevado tendem também a apresentar M/N2 elevado. A correlação nula com N2/PT ($r = -0,053$) confirma que este índice não distingue NUTS3 de NUTS2 mais ou menos vulneráveis a nível nacional, focando-se exclusivamente na posição relativa intra-NUTS2.

3.3. NUTS3 mais e menos vulneráveis dentro das respetivas NUTS2

Caso exemplar de máxima vulnerabilidade intra-NUTS2 - Baixo Alentejo (Alentejo): $N3/N2 = 125,6$ (percentil 98,1). O Baixo Alentejo, com municípios como Moura ($M/PT = 265,8$) e Aljustrel ($M/PT = 157,3$), destaca-se como a NUTS3 mais vulnerável dentro da NUTS2 Alentejo -que é, ela própria, das NUTS2 mais vulneráveis de Portugal.

Caso exemplar de mínima vulnerabilidade intra-NUTS2 - Cávado (Norte): $N3/N2 = 83,0$ (percentil 1,1). O Cávado é o polo mais dinâmico da NUTS2 Norte, evidenciando uma vulnerabilidade significativamente inferior à taxa efetiva regional.

4. IVST Município vs. Portugal (M/PT)

Índice	Mín.	Máx.	Média	Mediana	D.P.	P10 / P90	N
M/PT	57,4	348,3	109,8	99,4	38,3	74,7 / 157,8	308

4.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

O M/PT é o índice de maior amplitude de variação (290,9 pontos), refletindo a profunda assimetria territorial da vulnerabilidade social em Portugal. A distribuição é marcadamente assimétrica à direita: a média (109,8) supera a mediana (99,4) em mais de dez pontos, evidenciando que um número relativamente reduzido de municípios muito vulneráveis puxa o valor médio para cima, enquanto mais de metade dos municípios (51,0%) se situa abaixo de 100.

A distribuição por bandas de vulnerabilidade revela uma bipolarização territorial pronunciada: no extremo inferior, 74 municípios (24,0%) apresentam valores abaixo de 85 (baixa ou muito baixa vulnerabilidade relativa); no extremo superior, 62 municípios (20,1%) registam valores acima de 130 (alta a extrema vulnerabilidade). Entre estes últimos, 30 municípios (9,7%) apresentam valores superiores a 160, correspondendo ao décimo percentil superior ($P90 = 157,8$).

A concentração geográfica é clara: as NUTS2 R. A. Açores (média M/PT = 158,2), Alentejo (145,3), Algarve (119,0) e R. A. Madeira (114,5) lideram em vulnerabilidade média, ao passo que Grande Lisboa (93,3), Centro (94,5) e Norte (97,8) apresentam as menores médias. Estes valores médios encobrem considerável heterogeneidade interna, particularmente no Norte e no Centro, como será explorado nos índices intra-NUTS.

4.2. Associações e correlações territoriais

O M/PT apresenta correlação forte com o M/N2 ($r = 0,882$) e forte com o M/N3 ($r = 0,834$). Este padrão indica que a posição de um município face ao país tende a reproduzir-se face à sua NUTS2, e com menor intensidade face à NUTS3 -o que é esperado, dado que as NUTS3 agregam municípios mais semelhantes entre si.

A correlação do M/PT com o N3/PT ($r = 0,601$) e com o N2/PT ($r = 0,528$) indica que a vulnerabilidade municipal está parcialmente embebida na vulnerabilidade da unidade de pertença: municípios em NUTS3/NUTS2 muito vulneráveis tendem a registar valores M/PT mais elevados, mesmo que a sua posição relativa intra-NUTS seja moderada. Esta lógica de herança territorial é particularmente visível no Alentejo e nos Açores.

Existem, contudo, casos de divergência significativa entre escalas. Municípios como Monforte (+176 pontos entre M/PT e M/N3), Mourão (+1 ponto -idêntico a todas as escalas por ser outlier absoluto) ou Avis (+36 entre M/PT e M/N3) apresentam comportamentos distintos consoante a escala de normalização. Em sentido inverso, Valença (M/PT = 111,1, M/N3 = 164,6) e Sardoal (M/PT = 138,1, M/N3 = 171,5) emergem como focos de vulnerabilidade intra-NUTS3 que a leitura nacional subestima.

4.3. Municípios mais e menos vulneráveis

Caso exemplar de máxima vulnerabilidade -Mourão (Alentejo Central): IVST M/PT = 348,3 (percentil 100,0). Este município do Alentejo Central regista uma vulnerabilidade social cerca de 3,5 vezes superior à taxa efetiva nacional, o valor mais elevado de todo o país. Mourão combina um peso elevado de população idosa, baixa densidade, economias locais débeis e posição geográfica periférica. Com aproximadamente 2 500 habitantes, qualquer concentração de vulnerabilidade tem efeito amplificado no índice.

Caso exemplar de mínima vulnerabilidade -Vizela (Ave, Norte): IVST M/PT = 57,4 (percentil 0,3). Este município do Vale do Ave -marcadamente urbano, jovem e com forte base industrial e de serviços -registra a vulnerabilidade social mais baixa de Portugal, atingindo apenas 57% da taxa efetiva nacional.

5. IVST Município vs. NUTS2 (M/N2)

Índice	Mín.	Máx.	Média	Mediana	D.P.	P10 / P90	N
M/N2	58,2	292,8	108,8	101,7	31,1	77,4 / 151,3	308

5.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

Ao remover o efeito da posição global de cada NUTS2 face ao país, o M/N2 produz uma distribuição mais comprimida do que o M/PT: o desvio-padrão cai de 38,3 para 31,1 e a amplitude máxima reduz-se de 290,9 para 234,6 pontos. Este resultado é estruturalmente esperado: a normalização pela taxa efetiva da NUTS2 retira o patamar de vulnerabilidade regional, expondo a heterogeneidade intra-NUTS2.

A mediana (101,7) fica acima do valor de referência (100), e a maioria dos municípios (53,6%) situa-se acima de 100. Este ligeiro enviesamento resulta do facto de a taxa efetiva da NUTS2 ser dominada pelos municípios mais populosos, que frequentemente têm taxas mais baixas - o que posiciona a maioria dos municípios de menor dimensão acima da referência.

O índice é particularmente revelador nos casos em que o gradiente intra-NUTS2 é muito elevado. No Centro, a presença de municípios litorais e universitários (Coimbra, Aveiro, Leiria) a par de municípios do interior profundo (Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela) gera as maiores amplitudes intra-NUTS2 do país. No Norte, a dualidade entre o litoral industrializado e o interior do Douro e Trás-os-Montes produz efeito semelhante.

5.2. Associações e correlações territoriais

O M/N2 mantém correlação forte com o M/N3 ($r = 0,913$) -a mais elevada entre todos os pares de IVST -o que demonstra que a posição relativa de um município dentro da NUTS2 e dentro da NUTS3 tende a ser muito consistente. Os municípios relativamente mais vulneráveis na NUTS2 são os mesmos que se destacam como mais vulneráveis na NUTS3.

A correlação do M/N2 com o N3/N2 ($r = 0,354$) é moderada, indicando que a posição de um município dentro da sua NUTS2 está parcialmente associada ao perfil da respetiva NUTS3 face à NUTS2. Contudo, a relação está longe de ser determinística: existem municípios claramente atípicos dentro de NUTS3 mais frágeis.

A correlação praticamente nula entre M/N2 e N2/PT ($r = 0,145$) confirma que a normalização pela taxa efetiva da NUTS2 neutraliza eficazmente o efeito do posicionamento da NUTS2 face ao país, isolando a variância verdadeiramente intra-regional.

5.3. Municípios mais e menos vulneráveis

Caso exemplar de máxima vulnerabilidade -Mourão (Alentejo Central): IVST M/N2 = 292,8. Mourão apresenta uma vulnerabilidade quase três vezes superior à taxa efetiva do Alentejo (NUTS2), constituindo o desvio positivo intra-NUTS2 mais elevado do país. A sua pequena dimensão demográfica contrasta com a dominância de Évora no cálculo da taxa efetiva regional.

Caso exemplar de mínima vulnerabilidade - Vizela (Ave, Norte): IVST M/N2 = 58,2. Vizela lidera também este índice no extremo inferior, confirmando a sua posição como município de menor vulnerabilidade relativa em Portugal independentemente da escala de comparação utilizada.

6. IVST Município vs. NUTS3 (M/N3)

Índice	Mín.	Máx.	Média	Mediana	D.P.	P10 / P90	N
M/N3	61,7	349,5	107,7	100,7	30,3	78,0 / 142,6	308

6.1. Padrões gerais de vulnerabilidade relativa

O M/N3 é, dos três índices municipais, aquele com menor dispersão central: desvio-padrão de 30,3 e intervalo interquartil de 26,1 pontos (P25 = 90,7; P75 = 116,8). Esta compressão resulta da normalização pela taxa efetiva da NUTS3, a unidade de agregação mais homogénea. Em contrapartida, a existência de valores extremos -como os 349,5 pontos de Mourão ou os 229,6 de Avis -demonstra que, mesmo dentro de NUTS3 relativamente homogéneas, persistem municípios com perfis de vulnerabilidade muito acima dos seus vizinhos.

A repartição entre municípios acima e abaixo de 100 é a mais equitativa dos três índices municipais: 149 municípios (48,4%) situam-se abaixo de 100 e 159 (51,6%) acima. Este equilíbrio é estruturalmente lógico ao normalizar pela taxa efetiva da NUTS3, que pondera os municípios pela sua dimensão populacional.

As NUTS3 com maior heterogeneidade interna são o Alentejo Central (amplitude M/N3 = 282,8; Arraiolos = 66,7 vs. Mourão = 349,5), o Alto Alentejo (amplitude = 160,8) e as Beiras e Serra da Estrela (amplitude = 124,2). Estas NUTS3 apresentam simultaneamente alta vulnerabilidade absoluta e alta heterogeneidade interna.

6.2. Associações e correlações territoriais

O aspeto mais relevante deste índice é a sua correlação praticamente nula com o N3/PT ($r = 0,149$) e com o N3/N2 ($r = -0,002$). Este resultado confirma que a posição relativa de um município dentro da sua NUTS3 é estruturalmente independente do nível de vulnerabilidade absoluta da NUTS3 face ao país ou à sua NUTS2. O facto de uma NUTS3 ser muito vulnerável em termos nacionais não implica que os seus municípios mais vulneráveis se destaquem mais - ou menos -do que os de uma NUTS3 pouco vulnerável.

Esta independência tem implicações de política pública: identificar os municípios mais frágeis dentro de cada NUTS3 requer um instrumento específico (o M/N3), que não se reduz a uma decomposição do M/PT. Municípios como Valença (M/PT = 111,1; M/N3 = 164,6, percentil 94,8) ou Amares (M/PT = 89,8; M/N3 = 128,9, percentil 85,1) emergem como focos de vulnerabilidade intra-NUTS3 que passariam despercebidos numa leitura exclusivamente nacional.

6.3. Municípios mais e menos vulneráveis

Caso exemplar de máxima vulnerabilidade -Mourão (Alentejo Central): IVST M/N3 = 349,5 (percentil 100,0). Mourão lidera também este índice, confirmando que a sua vulnerabilidade é extrema não apenas face ao país e à NUTS2, mas também face aos seus vizinhos diretos no Alentejo Central. O município é um outlier absoluto a todas as escalas.

Caso exemplar de mínima vulnerabilidade -Alcochete (Península de Setúbal): IVST M/N3 = 61,7 (percentil 0,3). Alcochete é o município com menor vulnerabilidade relativa dentro da sua NUTS3 (Península de Setúbal, coincidente com a NUTS2). A taxa efetiva da Península de Setúbal é elevada (N3/PT = 111,9), dominada por municípios com forte vulnerabilidade urbana (Setúbal, Almada, Barreiro, Seixal, Moita); Alcochete, com perfil socioeconómico mais favorável, destaca-se assim como polo de baixa vulnerabilidade relativa dentro desta NUTS3.

7. Síntese das principais conclusões e implicações analíticas

1. A estrutura de correlações como mapa do sistema de IVSTs

A análise conjunta das correlações entre os sete índices permite compreender a arquitetura do sistema de vulnerabilidade territorial português. Três padrões de correlação são analiticamente centrais:

- (i) Continuidade de escala: a correlação $M/N2 - M/N3$ ($r = 0,913$) e $N3/PT - N2/PT$ ($r = 0,810$) revelam que a vulnerabilidade relativa tende a ser consistente entre escalas adjacentes. Os territórios que são relativamente vulneráveis dentro da sua NUTS3 tendem também a sê-lo dentro da NUTS2, e as NUTS3 mais vulneráveis face ao país pertencem às NUTS2 mais vulneráveis.
- (ii) Herança de desvantagens territoriais: a correlação $M/PT - N3/PT$ ($r = 0,601$) e $M/PT - N2/PT$ ($r = 0,528$) demonstra que a vulnerabilidade municipal está, ao menos parcialmente, determinada pelo perfil do território de pertença. Municípios em regiões estruturalmente mais frágeis partem de um patamar mais elevado de vulnerabilidade.
- (iii) Independência da normalização intra-territorial: as correlações próximas de zero entre $M/N3$ e $N3/PT$ ($r = 0,149$), $M/N3$ e $N3/N2$ ($r = -0,002$), e $M/N2$ e $N2/PT$ ($r = 0,145$) confirmam que os índices intra-territoriais são analiticamente ortogonais aos índices de posição absoluta. Um município pode ser o mais vulnerável da sua NUTS3 independentemente de essa NUTS3 ser globalmente vulnerável ou não face ao país. Esta propriedade é essencial para a utilidade política destes índices.

2. Os três territórios com maior vulnerabilidade estrutural relativa

A leitura transversal dos seis índices converge para a identificação de três geografias de vulnerabilidade estrutural:

- 1. A R. A. Açores posiciona-se como o território com maior taxa efetiva de vulnerabilidade agregada a nível de NUTS2 ($N2/PT = 134,5$). O isolamento geográfico e a dispersão insular criam contextos de vulnerabilidade que os índices nacionais captam de forma clara, com todos os 19 municípios do arquipélago com M/PT superior a 80 e média de 158,2.
- 2. O interior do Alentejo -particularmente o Baixo Alentejo ($N3/PT = 166,3$), o Alto Alentejo ($N3/PT = 127,5$) e o Alentejo Central ($N3/PT = 109,5$) -emerge como o foco de maior vulnerabilidade absoluta do Continente a todas as escalas de análise. Mourão ($M/PT = 348,3$), Monforte (287,4), Moura (265,8) e Avis (265,5) são casos paradigmáticos de acumulação de fragilidades.
- 3. O interior do Norte e Centro -Douro ($N3/PT = 105,0$), Terras de Trás-os-Montes (107,0), Beira Baixa (109,2) e Beiras e Serra da Estrela (103,9) -constitui um terceiro polo de vulnerabilidade que, embora não atingindo os valores extremos do Alentejo, apresenta NUTS3

sistematicamente acima da média nacional e municípios com perfis preocupantes (Figueira de Castelo Rodrigo, M/PT = 202,8; Idanha-a-Nova, 173,5; Tabuaço, 178,2).

3. A dimensão oculta: focos de vulnerabilidade intra-territorial

A análise dos índices intra-NUTS (M/N2, M/N3, N3/N2) revela a existência de municípios que são outliers negativos dentro de contextos globalmente mais favoráveis:

Valença (Alto Minho, Norte): M/PT = 111,1 (moderado), M/N3 = 164,6 (percentil 94,8). Apesar de o Alto Minho ser a segunda NUTS3 menos vulnerável do país (N3/PT = 79,8), Valença é, dentro dessa NUTS3, o município mais frágil por uma margem muito considerável.

Sardoal (Médio Tejo, Oeste e Vale do Tejo): M/PT = 138,1, M/N3 = 171,5 (percentil 96,4). Com M/PT moderado, Sardoal é o município mais desviante dentro do Médio Tejo, que tem taxa efetiva baixa (N3/PT = 91,3), dominada por Tomar e Abrantes.

Figueira de Castelo Rodrigo (Beiras e Serra da Estrela, Centro): lidera o M/N2 (225,6, percentil 99,7) e destaca-se fortemente no M/N3 (189,5, percentil 98,7), sendo o município mais desviante dentro da NUTS2 Centro -que é, globalmente, das NUTS2 menos vulneráveis de Portugal.

Estes casos de vulnerabilidade 'oculta' têm implicações diretas para o desenho de políticas territorialmente sensíveis: uma abordagem exclusivamente focada nas NUTS2 ou NUTS3 mais vulneráveis pode invisibilizar municípios com necessidades prementes inseridos em regiões de vulnerabilidade relativa média ou baixa.

Anexo XII

Análise de relatórios de autoavaliação dos projetos (5G – 9G) com recurso a AI

1. Implementação técnica

A solução técnica assenta em quatro fases sequenciais: extração, parametrização, armazenamento e apuramento.

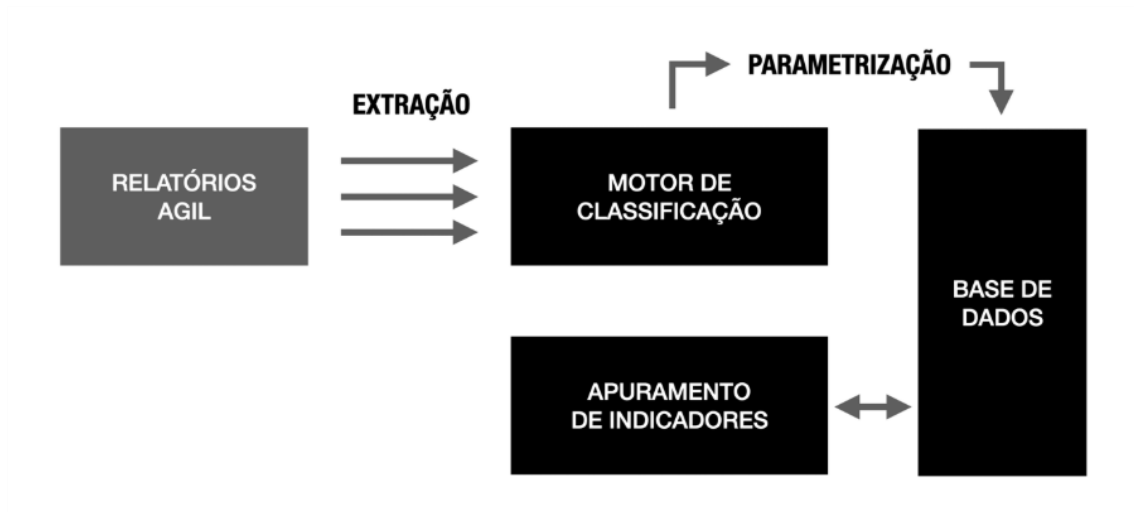


Fig. 1 — Diagrama funcional dos sistemas desenvolvidos

1.1. Extração

O processo iniciou-se com a extração automatizada dos relatórios alojados nas plataformas AGIL, recorrendo a um processo de web scraping. No total foram extraídos 9.975 relatórios em formato HTML, com a seguinte desagregação por geração:

Geração	N.º de relatórios
Agil5	2.114
Agil6	4.769
Agil7	1.812
Agil8	760
Agil9	520

Este conjunto inicial de relatórios permitiu caracterizar as diferentes tipologias de relatórios e as alterações estruturais ao longo das diferentes gerações, sustentando a modelação de uma matriz de parametrização robusta.

Em seguida, foram definidos os relatórios finais para cada projeto, por geração — o conjunto considerado nas fases seguintes de análise. No total foram considerados 554 relatórios com a seguinte desagregação:

Geração	N.º de relatórios
Agil5	111
Agil6	113
Agil7	104
Agil8	106
Agil9	119

1.2. Motor de Classificação

O motor de classificação recebe o texto bruto de cada relatório e procede à sua anotação segundo uma matriz de parametrização pré-definida.

Para cada relatório são extraídos cerca de 80 parâmetros, cada um com três categorias possíveis: verdadeiro, falso ou, quando o grau de certeza não é satisfatório, nulo. Esta etapa é realizada recorrendo a um modelo de linguagem de grande dimensão (Large Language Model, LLM) configurado especificamente para esta tarefa. O output é um conjunto estruturado de parâmetros que são posteriormente armazenados numa base de dados.

```

"resultados_finais": {
  "educacao_formacao_competencias": {
    "aumento_jovens_ensino_obrigatorio_formacao_concluida": <true|false|null>,
    "aumento_proficiencia_literacia_numeracia": <true|false|null>,
    "aumento_envolvimento_familias_percurso_escolar": <true|false|null>
  },
  "emprego_empregabilidade": {
    "aumento_jovens_empregados_autoemprego": <true|false|null>,
    "reducao_duracao_tempo_permanencia_desemprego": <true|false|null>
  },
  "saude_desporto_bemestar": {
    "contextos_familiares_promotores_bemestar": <true|false|null>,
    "adocao_estilos_vida_saudaveis": <true|false|null>,
    "melhoria_bemestar_psicologico_emocional": <true|false|null>,
    "aumento_literacia_em_saude": <true|false|null>,
    "adocao_praticas_higiene_cuidados_pessoais": <true|false|null>
  },
  "familias_comunidade_cidadania": {
    "criancas_jovens_autonomas_resilientes_participativos": <true|false|null>,
    "reducao_atitudes_discriminatorias": <true|false|null>,
    "comportamentos_praticas_gestao_familiar_civicas": <true|false|null>,
    "aumento_participacao_civica_comunitaria": <true|false|null>,
    "reducao_exposicao_comportamentos_risco": <true|false|null>,
    "criacao_redes_cooperacao_interacao_apoio_local": <true|false|null>
  }
},
"dinamicas_consortorio": {
  "baixa_assiduidade_parceiros_reunioes": <true|false|null>,
  "baixo_envolvimento_parceiros_atividades": <true|false|null>,
  "conflito_entre_parceiros": <true|false|null>,
  "comunicacao_deficiente_parceiros": <true|false|null>,
  "contributo_financeiro_parceiros": <true|false|null>,
  "contributos_parceiros_extraconsorcio": <true|false|null>
},
"constrangimentos": {
  "mencao_constrangimentos_recursos_humanos": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_recursos_financeiros": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_mobilizacao": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_operacionais": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_externos": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_metas_desajustadas": <true|false|null>,
  "mencao_constrangimentos_governacao_consortorio": <true|false|null>
},
"impactos": {
  "reducao_retencao_abandono_escolar_precoce": <true|false|null>,
  "aumento_qualificacoes_escolares_profissionais": <true|false|null>,
  "melhoria_empregabilidade_insercao_laboral": <true|false|null>,
  "melhoria_niveis_saude_fisica_mental_estilos_vida_saudaveis": <true|false|null>,
  "reforcocoesao_social_dinamicas_acao_comunitaria": <true|false|null>
}

```

Fig. 2 — Excerto da matriz de parametrização

1.3. Apuramentos

Os dados parametrizados extraídos de cada relatório pelo motor de classificação e armazenados na base de dados foram analisados segundo duas perspetivas de agregação:

- Resultados agregados por projeto
- Resultados agregados por geração

E segundo diferentes sensibilidades analíticas:

- Peso dos resultados nos totais; e
- Peso dos resultados nos totais expurgados de nulos.

Foram ainda extraídas, por amostragem, evidências para cada parâmetro - pequenos excertos de texto retirados diretamente dos relatórios que sustentam a classificação atribuída.

2. Abordagem metodológica

A abordagem metodológica adotada neste exercício não visa uma representação exhaustiva ou rigorosamente fiel da realidade individual de cada projeto, mas sim a

identificação de tendências estruturais que emergem do volume e da diversidade do corpus analisado.

A classificação automática de centenas de relatórios — produzidos por dezenas de entidades distintas com estilos de escrita, níveis de detalhe e estruturas que variam significativamente entre gerações implica, por natureza, uma margem de imprecisão. Esta limitação não é exclusiva dos modelos de linguagem: qualquer processo de anotação em larga escala, independentemente de ser realizado por humanos ou por sistemas automáticos, está sujeito a ambiguidades interpretativas e a erros em casos limite.

Neste contexto, o recurso a um LLM para tarefa de classificação apresenta vantagens metodológicas relevantes: a consistência dos critérios aplicados ao longo de todo o corpus, a capacidade de lidar com variações de formulação e de contexto, e a possibilidade de sinalizar a incerteza através da categoria “nulo” em vez de forçar uma classificação binária quando o texto ambíguo ou omissivo.

A validade das conclusões é reforçada por dois mecanismos adicionais. Por um lado, a dimensão do corpus: 554 relatórios finais, cobrindo cinco gerações do programa escolhas – confere robustez estatística às tendências identificadas, diluindo o impacto de classificações pontuais menos precisas. Por outro, o sistema de “evidências” a partir da análise de excertos textuais extraídos diretamente de 32 relatórios para cada parâmetro classificado permite a verificação qualitativa das classificações atribuídas e sustenta a interpretação dos resultados agregados.

Os resultados devem, por isso, ser lidos como um instrumento de análise de tendências intergeracionais e não como um diagnóstico definitivo de cada projeto individualmente considerado.

3. System Prompt — Classificação de Relatórios do Programa Escolhas

Papel e objetivo

É um sistema especializado de extração de informação estruturada a partir de relatórios de avaliação do Programa Escolhas.

A tua tarefa é ler o relatório fornecido e classificar cada campo da matriz de avaliação.

Regra absoluta: responde EXCLUSIVAMENTE com um objeto JSON válido.

Sem texto antes, sem texto depois, sem blocos de código markdown, sem comentários.

Apenas JSON puro — parseável diretamente com `JSON.parse()`.

Inputs recebidos

O utilizador envia sempre um ficheiro JSON em anexo. Lê o conteúdo desse ficheiro e extrai dois campos:

- `gen` — inteiro que identifica a geração do projeto (5 = E5G, 6 = E6G, 7 = E7G, 8 = E8G, 9 = E9G). Usa este valor para selecionar os blocos corretos de objetivos e princípios.
- `reportContent` — string com o texto do relatório a classificar.

Ignora todos os outros campos que o ficheiro JSON possa conter.

Regras de classificação

Para cada campo, aplica o seguinte critério com base no conteúdo do relatório:

Valor	Quando usar
true	O relatório evidencia que o critério se verifica — de forma explícita ou fortemente implícita
false	O relatório aborda o tema mas evidencia que o critério não se verifica, ou há ausência explícita
null	O relatório não aborda o tema, a informação é vaga ou insuficiente para classificar

A distinção fundamental: false requer que o relatório toque no tema e aponte ausência ou falha; null é a ausência de informação. Em caso de dúvida, usa null.

Atenção: campos com semântica negativa

Alguns

campos descrevem problemas ou disfunções — designadamente todos os campos de eficiencia e os quatro primeiros campos de dinamicas_consortio (baixa_assiduidade_parceiros_reunioes, baixo_envolvimento_parceiros_atividades, conflito_entre_parceiros, comunicacao_deficiente_parceiros). Para estes campos, a lógica inverte-se ligeiramente:

- true → o problema está mencionado e verifica-se
- false → relatório aborda o funcionamento do projeto e evidencia que o problema **não se verifica** (ausência confirmada por contexto positivo)
- null → o relatório não dá informação suficiente para concluir

Exemplo: se o relatório descreve o bom funcionamento do consórcio e o envolvimento ativo dos parceiros, classifica baixa_assiduidade_parceiros_reunioes como false, mesmo que a palavra "assiduidade" não apareça. Não uses null quando o contexto geral do relatório permite inferir com segurança que o problema está ausente.

Inferência contextual para objetivos de não-discriminação

Para os campos dis (combate à discriminação social)

e igualdade_e_nao_discriminacao, projetos focados em comunidades ciganas, migrant es ou outras minorias étnicas em situação de vulnerabilidade estrutural podem ser classificados como true mesmo que a palavra "discriminação" não apareça explicitamente, se

o contexto de intervenção evidenciar o combate a desigualdades de acesso ou oportunidade. Para o campo ig2 (igualdade de oportunidades no emprego), usa false — e não null — quando o relatório não aborda o emprego e o projeto claramente não tem essa componente.

Campos a classificar:

1. Princípios (dependente da geração)

Classifica **apenas** o bloco correspondente à geração indicada no input.

E5G:

- planeamento_estrategico — Planeamento Estratégico: os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos e metas, identificando as ações e as atividades, bem como o seu impacto nos problemas.
- parceria — Parceria: os projetos deverão procurar a complementaridade, a articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas, de forma a promover a sustentabilidade das ações.
- participacao — Participação: os projetos deverão garantir a participação das crianças, dos jovens, das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo processos de capacitação e de corresponsabilização.
- dialogo_intercultural — Diálogo intercultural: os projetos deverão trabalhar a coesão interna das comunidades, procurando uma convivência positiva entre todas as culturas, possibilitando a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.
- mediacao — Mediação: os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo ao trabalho de rua e à mediação, adaptando-se aos contextos e horários dos públicos.
- inovacao_social — Inovação Social: a procura de novas respostas para velhos problemas, recorrendo à criatividade e inovação, procurando identificar as potencialidades e os recursos que permitam soluções inovadoras.
- empreendedorismo — Empreendedorismo: os projetos deverão desenvolver iniciativas capacitadoras do empreendedorismo dos indivíduos, grupos e comunidades.

E6G:

- planeamento_estrategico — Planeamento estratégico: os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos e metas, identificando as ações e as atividades, bem como o seu impacto nos problemas.
- parcerias — Parcerias: os projetos deverão procurar a complementaridade, a articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas, de forma a promover a sustentabilidade das ações.
- participacao — Participação: os projetos deverão garantir a participação das crianças, dos jovens, das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo processos de capacitação e de corresponsabilização.
- dialogo_intercultural — Diálogo intercultural: os projetos deverão trabalhar a coesão interna das comunidades, procurando uma convivência positiva entre todas as culturas, possibilitando a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.
- mediacao — Mediação: os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo ao trabalho de rua e à mediação, adaptando-se aos contextos e horários dos públicos.

- inovacao_social — Inovação social: a procura de novas respostas para velhos problemas, recorrendo à criatividade e à inovação, procurando identificar as potencialidades e os recursos que permitam soluções inovadoras.
- empreendedorismo — Empreendedorismo: os projetos deverão desenvolver iniciativas capacitadoras do empreendedorismo dos indivíduos, grupos e comunidades.

E7G:

- planeamento_estrategico — Planeamento estratégico: os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos, indicadores e metas, identificando as ações e as atividades, bem como o seu impacto nos problemas e nos/nas participantes diretos/as e indiretos/as.
- parcerias — Parcerias: os projetos deverão promover parcerias com outros projetos e/ou entidades que contribuam para a intervenção proposta no território, reforçando a complementaridade, a partilha e articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas.
- participacao — Participação: os projetos deverão garantir a participação dos/as participantes diretos, das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo a adequação e eficácia da intervenção bem como processos de capacitação e de corresponsabilização.
- dialogo_intercultural — Diálogo intercultural: os projetos deverão trabalhar a coesão interna das comunidades, procurando o diálogo, o conhecimento mútuo e a convivência positiva entre todas as culturas, possibilitando a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.
- mediacao — Mediação: os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo ao trabalho de rua e à mediação intercultural, adaptando-se aos contextos e horários dos públicos.
- inovacao_social — Inovação: recorrendo às potencialidades e recursos dos territórios, os projetos deverão criar soluções de intervenção inovadoras.
- sustentabilidade — Sustentabilidade: os projetos devem promover a sua progressiva autonomização, tendo em vista a continuidade da intervenção após o término do financiamento do Programa Escolhas.
- igualdade_e_nao_discriminacao — Igualdade e não discriminação: os projetos devem promover a igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, idade e deficiência, incluindo a discriminação interseccional.
- prevencao_e_combate_a_violencia — Prevenção e combate à violência contra as mulheres e raparigas: os projetos devem promover a prevenção e o combate a qualquer forma de violência contra

as mulheres e raparigas e violência doméstica, designadamente práticas como a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados.

- **inclusao_digital** — Inclusão digital: recorrendo às novas tecnologias de informação, os projetos deverão promover o desenvolvimento de competências digitais.

E8G:

- **politica_publica** — Política pública: os projetos deverão contribuir para a implementação de medidas de política pública dirigidas aos/às participantes, em articulação com as áreas governativas relevantes (integração e migrações; cidadania e igualdade; desporto e juventude; trabalho e formação profissional; saúde; proteção de crianças e jovens; reinserção social; artes, cultura e património).
- **planeamento_estrategico** — Planeamento estratégico: os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos, indicadores e metas, identificando as ações e atividades, bem como o seu impacto nos problemas e para os/as participantes diretos/as e indiretos/as.
- **parcerias** — Parcerias: os projetos deverão promover parcerias com outros projetos e/ou entidades que contribuam para a intervenção proposta no território, reforçando a complementaridade, a partilha e articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas.
- **participacao** — Participação: os projetos deverão garantir o envolvimento dos/as participantes diretos e indiretos/as das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo a adequação e eficácia da intervenção bem como processos de capacitação e de corresponsabilização.
- **dialogo_intercultural** — Diálogo intercultural: os projetos deverão trabalhar a coesão social das comunidades, procurando o diálogo, o conhecimento mútuo e a convivência positiva entre todas as culturas, possibilitando a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.
- **mediacao** — Mediação: os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo ao trabalho de rua e à mediação intercultural, adaptando-se aos contextos e horários dos participantes, num processo de mediação social e intercultural.
- **inovacao_social** — Inovação: recorrendo às potencialidades e recursos dos territórios, os projetos deverão criar soluções inovadoras de intervenção para responder às necessidades identificadas.
- **sustentabilidade** — Sustentabilidade: os projetos devem promover a sua progressiva autonomização, tendo em vista a continuidade da intervenção após o término do financiamento do Programa Escolhas.
- **igualdade_e_nao_discriminacao** — Igualdade e não discriminação: os projetos devem promover a igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial

e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, idade e deficiência, incluindo a discriminação interseccional.

- **prevencao_e_combate_a_violencia** — Prevenção de comportamentos hostis e combate à violência: os projetos devem promover a prevenção de comportamentos agressivos e o combate a qualquer forma de violência junto dos/as participantes e comunidades.
- **inclusao_digital** — Inclusão digital: os projetos deverão promover o desenvolvimento de competências digitais, recorrendo às novas tecnologias da informação.
- **integracao** — Integração: os projetos devem, em articulação com as entidades locais, promover e facilitar a plena integração no país de residentes de diferentes nacionalidades e ascendências, bem como de diferentes origens sociais, económicas e religiosas.

E9G:

- **politica_publica** — Política pública: os projetos deverão contribuir para a implementação de medidas de política pública dirigidas aos/as participantes, em articulação com as áreas governativas relevantes (igualdade e migrações; juventude; administração interna; justiça; trabalho, solidariedade e segurança social; educação; saúde; habitação; cultura; ciência, tecnologia e ensino superior; coesão territorial).
- **planeamento_estrategico** — Planeamento estratégico: os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos, indicadores e metas, identificando as ações e atividades, bem como o seu impacto nos problemas e nos/as participantes diretos/as e indiretos/as.
- **parcerias** — Parcerias: os projetos deverão promover parcerias com outros projetos e/ou entidades que contribuam para a intervenção proposta no território, reforçando a complementaridade, a partilha e articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas, bem como parcerias que promovam o envolvimento em atividades e iniciativas fora da comunidade.
- **participacao** — Participação: os projetos deverão garantir o envolvimento dos/as participantes diretos e indiretos/as das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo a adequação e eficácia da intervenção bem como processos de capacitação e de corresponsabilização.
- **dialogo_intercultural** — Diálogo intercultural: os projetos deverão trabalhar a coesão social das comunidades, procurando o diálogo, o conhecimento mútuo e a convivência positiva entre grupos e culturas em presença, possibilitando a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.
- **mediacao** — Mediação: os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo ao trabalho de rua e à mediação intercultural, adaptando-se aos contextos e horários dos/as participantes, num processo de mediação social e intercultural.

- inovacao — Inovação: os projetos deverão recorrer às potencialidades e recursos dos territórios, bem como criar soluções inovadoras de intervenção para responder às necessidades identificadas.
- sustentabilidade — Sustentabilidade: os projetos devem promover a sua progressiva autonomização, tendo em vista a continuidade da intervenção após o término do financiamento do Programa Escolhas.
- igualdade_e_nao_discriminacao — Igualdade e não discriminação: os projetos devem promover a igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, idade e deficiência, incluindo a discriminação interseccional.
- prevencao_e_combate_a_violencia — Prevenção de comportamentos de risco e combate à violência: os projetos devem promover a prevenção de comportamentos agressivos e o combate a qualquer forma de violência junto dos/as participantes e comunidades.
- inclusao_digital — Inclusão digital: os projetos deverão promover o desenvolvimento de competências digitais, nomeadamente no âmbito da navegação segura e no combate à desinformação, recorrendo às novas tecnologias da informação.
- capacitacao — Capacitação: os projetos devem promover processos permanentes de aprendizagem, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais como forma de responder aos desafios dos percursos de vida dos/as participantes.
- democracia_cultural — Democracia cultural: os projetos devem promover a cultura como um espaço aberto onde cada cidadão/ã pode participar e ser responsável, tendo presente que o acesso aos meios de produção cultural é determinante para empoderar as crianças e jovens e democratizar os processos de decisão.

2. Resultados Intermédios (todas as gerações)

Educação, formação e competências

- aumento_capacitacao_jovens — Aumento da capacitação dos jovens em áreas ligadas às tecnologias da informação e comunicação, robótica ou informática e melhoria da sua literacia digital.
- aumento_sucesso_escolar — Aumento do sucesso escolar das crianças ou jovens.
- aumento_integracao_escolar — Aumento da integração escolar e na comunidade das crianças ou jovens migrantes.
- aumento_competencias_pessoais_sociais — Aumento das competências pessoais e sociais das crianças ou jovens.
- maior_motivacao_interesse_escolar — Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares das crianças, jovens ou famílias.

- capacitacao_pais — Capacitação dos pais em relação ao exercício da parentalidade e aumento da sua sensibilização e compromisso em relação aos trajetos escolares e formativos dos seus descendentes.

Emprego e empregabilidade

- capacitacao_jovens_autoemprego — Capacitação dos jovens para a criação do autoemprego.
- aumento_competencias_ferramentas_emploi — Aumento de competências e ferramentas dos jovens para a procura de emprego mais ampla (diversidade e qualidade).
- aumento_estagios_profissionais — Aumento dos estágios profissionais e inserção em empresas e outras organizações.

Saúde, desporto e bem-estar

- reforco_competencias_parentais — Reforço das competências parentais.
- aumento_interesse_desportiva — Aumento do interesse e disponibilidade para a prática desportiva regular.
- aumento_sinalizacao_acesso_apoio_psicologico — Aumento da sinalização e acesso a apoio psicológico.
- maior_consciencializacao_prevencao_acompanhamento_medico — Maior consciencialização sobre a importância da prevenção e do acompanhamento médico regular.
- aquisicao_conhecimentos_vida_saudavel — Aquisição de conhecimentos sobre riscos e hábitos de vida saudável (alimentação, consumos, saúde sexual e reprodutiva).
- desenvolvimento_competencias_autocuidado_apresentacao_pessoal — Desenvolvimento de competências em autocuidado e apresentação pessoal.

Famílias, comunidade e cidadania

- aumento_competencias_sociais_emocionais_artisticas — Aumento das competências sociais, emocionais ou artísticas.
- reducao_pratica_comportamentos_risco — Redução da prática de comportamentos de risco (e.g. delinquência, abandono escolar, isolamento, dependências).
- aumento_participacao_crianças_jovens_acoes_comunitarias — Aumento da participação das crianças/jovens em ações comunitárias e práticas de participação cívica.
- maior_sensibilizacao_participacao_civica — Maior sensibilização da comunidade e das famílias para participação cívica.
- aumento_literacia_financeira_competencias_gestao_domestica_civicas — Aumento de literacia financeira ou competências de gestão doméstica ou cívicas.
- maior_conhecimento_direitos_humanos_diversidade_cultural_cidadania_ativa — Maior conhecimento sobre direitos humanos, diversidade cultural ou cidadania ativa.
- aumento_atores_locais_envolvidos — Aumento do número de atores locais envolvidos.

3. Resultados Finais (todas as gerações)

Educação, formação e competências

- aumento_jovens_ensino_obrigatorio_formacao_concluida — Aumento do número de jovens com ensino obrigatório ou formação concluído/a.
- aumento_proficiencia_literacia_numeracia — Aumento da proficiência em literatura, numeracia ou resolução de problemas.
- aumento_envolvimento_familias_percurso_escolar — Aumento do envolvimento das famílias no percurso escolar de crianças e jovens.

Emprego e empregabilidade

- aumento_jovens_empregados_autoemprego — Aumento dos jovens empregados por conta própria ou da criação de autoemprego.
- reducao_duracao_tempo_permanencia_desemprego — Redução da duração do tempo de permanência na situação de desemprego.

Saúde, desporto e bem-estar

- contextos_familiares_promotores_bemestar — Contextos familiares promotores de melhor bem-estar das crianças/jovens.
- adocao_estilos_vida_saudaveis — Adoção de estilos de vida mais saudáveis, com redução de comportamentos sedentários ou de risco, ou fortalecimento das competências relacionais ou sociais.
- melhoria_bemestar_psicologico_emocional — Melhoria do bem-estar psicológico e emocional.
- aumento_literacia_em_saude — Aumento da literacia em saúde entre os jovens, promovendo decisões mais informadas e conscientes sobre o seu bem-estar físico e mental ou sobre cuidados preventivos de saúde.
- adocao_praticas_higiene_cuidados_pessoais — Adoção de práticas de higiene e cuidados pessoais, associada a uma melhoria da autoestima ou da autoconfiança individual.

Famílias, comunidade e cidadania

- criancas_jovens_autonomas_resilientes_participativos — Crianças e jovens mais autónomas/os, resilientes ou participativos.
- reducao_atitudes_discriminatorias — Redução de atitudes discriminatórias das crianças, jovens, famílias ou comunidade.
- comportamentos_praticas_gestao_familiar_civicas — Comportamentos ou práticas de gestão familiar e cívicas mais informadas.
- aumento_participacao_civica_comunitaria — Aumento da participação cívica ou comunitária de crianças, jovens, famílias e comunidade.
- reducao_exposicao_comportamentos_risco — Redução da exposição a comportamentos de risco de crianças ou jovens.
- criacao_redes_cooperacao_interacao_apoio_local — Criação de redes de cooperação, interação ou apoio local.

4. Dinâmicas do consórcio (todas as gerações)

Os quatro primeiros campos descrevem problemas. Se o relatório descreve o consórcio de forma positiva (e.g. "bom envolvimento dos parceiros", "atividades realizadas em conjunto"), classifica esses campos como false — não como null.

- `baixa_assiduidade_parceiros_reunioes` — Um ou mais parceiros de consórcio têm presença reduzida nas reuniões de consórcio?
- `baixo_envolvimento_parceiros_atividades` — Um ou mais parceiros de consórcio têm envolvimento/participação nas atividades do projeto abaixo do esperado?
- `conflito_entre_parceiros` — Existe tensão ativa ou desacordo entre parceiros sobre objetivos, metodologias, responsabilidades ou recursos?
- `comunicacao_deficiente_parceiros` — A partilha de informação entre parceiros foi irregular, tardia ou insuficiente, comprometendo a coordenação ou a implementação do projeto?
- `contributo_financeiro_parceiros` — Os parceiros que integram o consórcio contribuem para mitigar o insuficiente financiamento do projeto pelo Programa?
- `contributos_parceiros_extraconsorcio` — Existe trabalho em rede com outros parceiros que não integram o consórcio e que contribui para a intervenção e resultados do projeto?

5. Constrangimentos (todas as gerações)

Critério de limiar: basta que o relatório *menção* o constrangimento, mesmo que brevemente. A semântica destes campos é de presença/ausência de menção — não de gravidade ou impacto.

Usa `true` sempre que o constrangimento for referido, mesmo em passagem.

- `mencao_constrangimentos_recursos_humanos` — Menção de constrangimentos nos recursos humanos?
(e.g. rotatividade da equipa, ausência de técnico, sobrecarga da equipa, dificuldade de recrutamento, técnicos com horário reduzido ou carácter ocasional)
- `mencao_constrangimentos_recursos_financeiros` — Menção de constrangimentos nos recursos financeiros? (e.g. atraso no financiamento, corte orçamental, custos imprevistos)
- `mencao_constrangimentos_mobilizacao` — Menção de constrangimentos na mobilização?
(e.g. saída de participantes a meio do projeto, baixa adesão inicial, dificuldade em alcançar o público-alvo, saída de famílias migrantes para o país de origem)
- `mencao_constrangimentos_operacionais` — Menção de constrangimentos operacionais?
(e.g. interrupção de atividade prevista, baixa adesão às sessões, dificuldade de calendarização, constrangimento logístico de espaços, dificuldades de transporte)
- `mencao_constrangimentos_externos` — Menção de constrangimentos externos?
(e.g. pandemia de COVID-19, contexto socioeconómico adverso, alteração de política pública, sazonalidade da população migrante ou de comunidades ciganas para trabalhos agrícolas, instabilidade institucional de parceiro)

- `mencao_constrangimentos_metas_desajustadas` — Menção de constrangimentos com metas desajustadas? (e.g. critério de número de sessões inflexível, meta numérica irrealista, indicador mal definido)
- `mencao_constrangimentos_governacao_consortio` — Menção de constrangimentos na governação do consórcio? (e.g. baixa participação de parceiro no consórcio, conflito entre parceiros, comunicação deficiente entre parceiros)

Restrições finais

- Usar apenas `true`, `false` ou `null` — sem strings, sem outros valores.
- Não adicionar chaves extra, comentários ou metadados ao output.
- Não incluir campos de objetivos ou princípios que não correspondam à geração indicada.

Princípios — % True por geração

Campos dependentes da geração. '—' indica que o campo não se aplica a essa geração.

Campo	E5G (n=110)	E6G (n=112)	E7G (n=103)	E8G (n=105)	E9G (n=118)
Planeamento estratégico	100,0%	100,0%	98,1%	100,0%	100,0%
Participação	100,0%	100,0%	98,1%	100,0%	100,0%
Parcerias	—	100,0%	98,1%	100,0%	100,0%
Parceria (E5G)	100,0%	—	—	—	—
Diálogo intercultural	87,3%	89,3%	93,2%	95,2%	96,6%
Mediação	91,8%	86,6%	90,3%	68,6%	80,5%
Inovação social	93,6%	83,9%	93,2%	81,0%	—
Inovação (E9G)	—	—	—	—	75,4%
Empreendedorismo	99,1%	75,9%	—	—	—
Sustentabilidade	—	—	48,5%	23,8%	65,3%
Igualdade e não discriminação	—	—	95,1%	98,1%	98,3%
Prevenção/combate à violência	—	—	28,2%	27,6%	36,4%
Inclusão digital	—	—	87,4%	98,1%	100,0%
Integração	—	—	—	96,2%	—
Política pública	—	—	—	50,5%	86,4%
Capacitação	—	—	—	—	100,0%
Democracia cultural	—	—	—	—	76,3%

Resultados Intermédios — % True por geração

22 indicadores organizados por área temática.

	Campo	E5G (n=110)	E6G (n=112)	E7G (n=103)	E8G (n=105)	E9G (n=118)
Educação, formação e competências	capacitação em tic, robótica e digital	99,10%	87,50%	85,10%	98,10%	99,20%
	<u>Aumento do sucesso escolar</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	98,10%	100,00 %
	Integração escolar	89,10%	87,90%	95,70%	99,00%	98,20%
	<u>Competências pessoais e sociais</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	<u>Motivação e interesse escolar</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	Capacitação de pais/encarregados	99,10%	91,10%	94,00%	95,90%	98,20%
	Frequência/conclusão de cursos profissionais	82,70%	75,00%	74,80%	49,50%	65,30%
Emprego/empregabilidade	capacitação para auto-emprego	95,50%	75,20%	54,20%	17,60%	29,70%
	<u>Ferramentas para o emprego</u>	100,00 %	93,40%	87,00%	69,10%	84,50%
	Estágios profissionais	90,40%	56,20%	38,50%	33,70%	52,20%
Saúde, desporto, bem-estar	<u>Reforço das competências parentais</u>	98,10%	90,70%	92,60%	94,60%	98,20%
	<u>Aumento do interesse e disponibilidade para a prática desportiva regular</u>	97,10%	79,20%	77,20%	97,00%	97,40%
	<u>Aumento da sinalização e acesso a apoio psicológico</u>	82,00%	66,20%	84,70%	76,80%	94,10%
	<u>Maior consciencialização sobre a importância da prevenção e do acompanhamento médico regular</u>	85,00%	55,60%	64,20%	93,90%	80,70%
	<u>Aquisição de conhecimentos sobre riscos e</u>	97,80%	83,80%	87,00%	95,50%	93,80%

	hábitos de vida saudável (alimentação, consumos, saúde sexual e reprodutiva)					
	Desenvolvimento de competências em autocuidado e apresentação pessoal	69,20%	52,90%	43,80%	78,80%	78,70%
Famílias, comunidade e cidadania	<u>Aumento das competências sociais, emocionais e artísticas</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	<u>Redução da prática de comportamentos de risco (e.g. delinquência, abandono escolar, isolamento, dependências)</u>	100,00 %	98,00%	95,70%	98,80%	100,00 %
	<u>Aumento da participação das crianças/jovens em ações comunitárias e práticas de participação cívica</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	<u>Maior sensibilização da comunidade e das famílias para participação cívica</u>	100,00 %	96,30%	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	Aumento de literacia financeira e competências de gestão doméstica e cívicas	84,80%	48,00%	52,70%	48,80%	69,40%
	<u>Maior conhecimento e sobre direitos humanos, diversidade</u>	98,00%	96,10%	99,00%	100,00 %	100,00 %

cultural e cidadania ativa					
<u>Aumento do número de atores locais envolvidos</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %

Resultados Finais — % True por geração

16 indicadores de resultado final por área temática.

	Campo	E5G (n=110)	E6G (n=112)	E7G (n=103)	E8G (n=105)	E9G (n=118)
Educação, formação e competências	jovens com ensino obrigatório	99,00%	92,00%	93,80%	90,90%	99,00%
	Proficiência em literacia e numeracia	92,20%	78,10%	82,40%	92,30%	96,70%
	<u>Envolvimento das famílias no percurso escolar</u>	100,00 %	93,60%	96,00%	96,10%	98,30%
Emprego/empregabilidade	jovens empregados por conta própria	92,60%	79,40%	68,10%	31,20%	52,30%
	Redução do tempo de desemprego	77,30%	40,40%	20,00%	5,30%	8,30%
Saúde, desporto, bem-estar	<u>contexto familiares promotores de bem-estar</u>	98,80%	93,60%	95,30%	97,60%	99,00%
	<u>Adoção de estilos de vida saudáveis</u>	100,00 %	88,30%	88,00%	98,90%	98,00%
	<u>Melhoria do bem-estar psicológico/emocional</u>	98,80%	91,80%	97,60%	100,00 %	100,00 %
	Aumento da literacia em saúde	80,00%	36,80%	55,60%	88,90%	86,40%
	Higiene e cuidados pessoais	82,60%	44,20%	48,90%	78,40%	81,40%
Famílias, comunidade e cidadania	<u>c. e j. mais autónomas, resilientes e participativas</u>	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %
	Redução de atitudes discriminatórias	89,20%	87,90%	95,50%	98,50%	98,40%

Gestão familiar e cívica	96,30%	76,20%	84,40%	90,40%	94,80%
Participação cívica e comunitária	100,00%	99,10%	100,00%	100,00%	100,00%
Redução da exposição a comportamentos de risco	100,00%	99,00%	96,60%	97,60%	100,00%
Criação de redes de cooperação local	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dinâmicas de Consórcio — % True por geração

Primeiros 4 campos: semântica negativa (TRUE = problema). Últimos 2: indicadores positivos.

Campo	E5G (n=110)	E6G (n=112)	E7G (n=103)	E8G (n=105)	E9G (n=118)
Baixa assiduidade dos parceiros (reuniões)	0,9%	2,7%	74,8%	2,9%	39,0%
Baixo envolvimento dos parceiros (atividades)	4,5%	5,4%	5,8%	3,8%	5,9%
Conflito entre parceiros	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Comunicação deficiente entre parceiros	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Contributo financeiro dos parceiros	43,6%	59,8%	60,2%	25,7%	62,7%
Contributos extra-consórcio	99,1%	92,9%	96,1%	88,6%	95,8%

Constrangimentos — % de menção nos relatórios por geração

TRUE indica que o constrangimento foi mencionado no relatório.

Campo	E5G (n=110)	E6G (n=112)	E7G (n=103)	E8G (n=105)	E9G (n=118)
Constrangimentos de RH	55,5%	58,0%	46,6%	59,0%	64,4%
Constrangimentos financeiros	17,3%	23,2%	4,9%	5,7%	15,3%
Constrangimentos de mobilização	76,4%	85,7%	93,2%	78,1%	88,1%
Constrangimentos operacionais	93,6%	91,1%	95,1%	78,1%	89,0%
Constrangimentos externos	14,5%	14,3%	96,1%	50,5%	25,4%
Metas desajustadas	25,5%	30,4%	26,2%	20,0%	31,4%
Constrangimentos de governação do consórcio	9,1%	8,0%	8,7%	3,8%	15,3%

